UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus de Marília Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação Departamento de Ciência da Informação

# Ensino e Pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar

José Augusto Chaves Guimarães Mariângela Spotti Lopes Fujita



CULTURA ACADÉMICA Editora



UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus de Marília Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação Departamento de Ciência da Informação

## Ensino e Pesquisa em Biblioteconomia no Brasil

#### Direitos autorais reservados



#### © Fundepe Editora

Av. Vicente Ferreira, 1346 – Cep 17515-000 – Marília – SP Fone/Fax: + 55 14 3413-9399 www.fundepe.com

Co-edição

### CULTURA ACADÊMICA

Editora

#### Cultura Acadêmica Editora

Praça da Sé, 108 - Cep 01001-900 - São Paulo - SP Fone: + 55 11 3242-7171 - Fax: + 55 11 3242-7172 www.editoraunesp.com.br

#### Conselho Editorial da Fundepe

Barbara Fadel – Presidente Edvaldo Soares Paulo Sergio Teixeira do Prado

Coordenação Editorial: Mariângela Spotti Lopes Fujita Normalização Documentária: Maria Luzinete Euclides Revisão Textual: Aloysio Fávaro Capa: Guilherme Raramilho Impressão e acabamento: Viena Gráfica e Editora

Os pontos de vistas expressos na publicação são de responsabilidade de seus autores.

## UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus de Marília Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação Departamento de Ciência da Informação

## Ensino e Pesquisa em Biblioteconomia no Brasil:

a emergência de um novo olhar

José Augusto Chaves Guimarães Mariângela Spotti Lopes Fujita Organizadores

1401102782





Marília 2008

N° cham 020.70981	
Nº Tombo 102.782	
Aquisição D	
Preço P\$ 5,00	
Data 05 / 08 / 15	
Proced. Editor	
UNESP	

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Coordenadoria Geral de Bibliotecas da Unesp

E59 Ensino e pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar / José Augusto Chaves Guimarães [e] Mariângela Spotti Lopes Fujita (Organizadores). – Marília: Fundepe; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2008.

264 p.

ISBN: 978-85-98605-53-1

DOI: https://doi.org/ 10.36311/2008.978-85-98605-53-1 1. Biblioteconomia - Ensino e pesquisa - Brasil I. Guimarães, José Augusto Chaves. II. Fujita, Mariângela Spotti Lopes.

CDD: 020.70981

## Sumário

Prefácio
Apresentação11
Política científica em ciência da informação da graduação à pós-graduação  Mariângela Spotti Lopes Fujita
Ciência da informação, arquivologia e biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais  José Augusto Chaves Guimarães
Da formação incial à formação em serviço reflexões sobre os saberes e os fazeres do bibliotecário  Daniela Pereira dos Reis Almeida
Conteúdos formadores em gestão da informação e conhecimentos essenciais para a formação em biblioteconomia  Marta Lígia Pomim Valentim
O ensino da classificação bibligráfica para alunos de bibliotecono- mia: reflexões sobre uma experiência na UNESP - Campus de Marília Maura Duarte Moreira Guarido

O ensino de metodologias quantitativas para alunos de bibliote- conomia: memórias de um percurso na UNESP de Marília
Ely Francina Tannuri de Oliveira93
Leitura em língua inglesa para alunos de biblioteconomia  Mariângela Braga Norte
Aplicações dos níveis de leitura para a mediação da leitura com crianças e para organização da informação  Helen de Castro Silva, Ana Paula de Castro Silva
Análise documental de crônicas: reflexões sobre uma trajetória de interlocução entre literatura, lingüística e ciência da informação João Batista Ernesto de Moraes
A importância do papel do profissional da ciência da informação nos processos de recuperação de conteúdos digitais estruturados Ricardo César Gonçalves Sant'Ana
Redes informacionais como ambiente colaborativo e de empo- deramento: a catalogação em foco
Plácida L. V. Amorim da Costa Santos
Acessibilidade digital sob o prisma da Arquitetura da Informação
Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti, Cesar Augusto Cusin,
Juliane Adne Mesa Corradi173
Reconstruir bibliotecas e museus ao modelo do contexto de ci-
dades inteligentes
Rosângela Formenti Caldas

O arquivamento da memória e a memória no arquivo
Eduardo Ismael Murguia
Identificação arquivística: reflexões sobre a articulação entre
teoria e prática no modelo de estágio supervisionado do Curso
de Arquivologia da UNESP - Marília 203
Ana Célia Rodrigues215
O tratamento da fotografia enquanto documento arquivístico
Telma Campanha de Carvalho Madio
As faces o filme
Maria Leandra Bizello
<b>Sobre os autores</b>

### Prefácio

O Curso de Biblioteconomia da UNESP de Marília iniciou suas atividades em 06 de abril de 1977 e no dia 16 de novembro de 2007, o Departamento de Ciência da Informação comemorou os trinta anos, no Anfiteatro I do Campus Universitário da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da UNESP — Campus de Marília, com a participação de professores, ex-professores, alunos e ex-alunos, servidores técnicos administrativos, convidados e familiares.

Em homenagem aos 30 anos da criação do Curso de Biblioteconomia o Departamento de Ciência da Informação concretizou a proposta de organização deste livro que é uma coletânea de ensaios, cujos conteúdos refletem as novas inquietações epistemológicas de cada docente a partir dos saberes e fazeres no Curso de Biblioteconomia durante sua trajetória e experiência.

Este livro é, portanto, parte das comemorações iniciadas em 2007 e representa o registro, neste momento especial, de um olhar do Departamento de Ciência da Informação da UNESP de Marília à frente da trajetória de 30 anos que projetou o alcance dos objetivos acadêmicos ora em consolidação, pela implantação do Curso de Arquivologia, pela pontuação máxima obtida no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) de 2006 do INEP¹ e pela obtenção de nota 5 na avaliação da CAPES pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Nesse sentido, é importante registrar que o balanço dos 30 anos é positivo porque responde à adoção de uma política que priorizou titulação, linhas de pesquisa para consolidação acadêmica, avaliação contínua e criteriosa da estrutura curricular do Curso de Biblio-

<sup>1</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação

teconomia, tendo como parâmetros os estudos curriculares desenvolvidos em âmbito nacional e internacional, bem como sua própria ambiência que considera fundamental o "espírito de corpo" coeso e equilibrado de seu quadro docente.

Como integrante do corpo docente que iniciou a implantação do Curso de Biblioteconomia e participante desta trajetória dos trinta anos não poderia deixar de manifestar, em nome de todo o Departamento de Ciência da Informação, nossos agradecimentos a todos os professores e servidores técnico-administrativos que honrosamente contribuíram para o desenvolvimento curricular e pedagógico do Curso de Biblioteconomia e à formação de seus alunos egressos e bibliotecários.

Marília, julho de 2008 Mariângela Spotti Lopes Fujita

## Apresentação

Este livro reflete, antes de mais nada, os olhares que permeiam um corpo acadêmico acerca do *métier* que lhe é comum: a Ciência da Informação.

Híbrida, multifacetada, interdisciplinar e, justamente por tais aspectos, rica e pujante, a Ciência da Informação constitui, nos dias de hoje, um dos mais profícuos espaços de interlocução acadêmica e, por conseguinte, de construção de conhecimento, na medida em que pressupõe um constante repensar sobre os saberes e os fazeres que integram - e interagem em - seu campo.

Desta feita, vem à baila o espectro de olhares que caracteriza o espaço acadêmico do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, em Marília - SP, que ora completa suas três décadas de existência.

As idéias aqui expressas não buscam (e nem poderiam, em sã consciência) ser unânimes, pois é exatamente nos distintos olhares que reside o especial encanto desse fascinante poliedro da Ciência da Informação. No entanto, há de se convir que tais olhares são lançados sob uma ótica de convergência, em que o ponto de encontro — e a pedra de toque - reside justamente na identificação de traços distintivos que permeiam a área e que possam, em uma dimensão educativa e investigativa, contribuir para a identidade de futuros profissionais. Assim, a dimensão multifacetada da área é vista como um contributo para a consolidação de um campo científico e não como mera escusa para que se abandone a busca pela sua própria identidade científica.

Para tanto, dois universos de dimensões encontram espaço: por um lado, a indagação teórica dos institutos que permeiam a área face às dimensões aplicadas que avalizam ou não seus saberes e, por outro, o ensino e a pesquisa como dois espaços privilegiados (e interdependentes) de construção de conhecimento.

Seguramente as indagações são muito maiores do que as possibilidades de resposta e, ainda assim, estas se nos lançam para novas e mais profundas indagações, criando uma sedutora mola-mestra.

Nesse contexto, arquivo e biblioteca, arquivista e bibliotecário, e Arquivologia e Biblioteconomia passam a ser vistos, respectivamente, como ambiências, profissionais e profissões

que, guardadas as peculiaridades, e considerados os objetivos e pressupostos próprios, encontram espaço de interlocução e de complementaridade no universo maior da Ciência da Informação.

E a trilha das indagações (com a conseqüente busca por possíveis respostas) se desenrola em três direções (que, não raras vezes, se entrecruzam e dialogam).

Um primeira direção se volta para a Ciência da Informação enquanto universo científico, em seu processo de construção epistemológica, seja no que tange ao universo conceitual, seja relativamente ao universo metodológico. Assim, Mariângela Spotti Lopes Fujita revela sua especial preocupação com o delineamento de políticas científicas na área, como substrato para a construção de conhecimento em nível de graduação e de pós-graduação. Em tônica consonante, José Augusto Guimarães lança suas indagações sobre o universo epistemológico da própria área e sobre as perspectivas de dialogicidade que podem se estabelecer entre esse universo e as práticas profissionais bibliotecárias e arquivísticas.

Como decorrência, uma segunda direção acena para as indagações acerca do *fazer* bibliotecário, trazendo em seu bojo a formação e a atuação desse profissional. Desse modo, a dimensão educativa encontra lastro nas reflexões de Daniela Pereira dos Reis de Almeida quando busca estabelecer um fio condutor entre a formação acadêmica e a formação em serviço do profissional bibliotecário.

Direcionando o foco para situações educativas mais específicas, no mais das vezes permeadas pela reflexão sobre uma prática educativa, Marta Lígia Pomim Valentim e Maura Duarte Moreira Guarido revelam sua preocupação com os conteúdos específicos da área, nomeadamente a gestão da informação e conhecimento e a classificação bibliográfica, enquanto Ely Francina Tannuri de Oliveira e Mariângela Braga Norte, no domínio das instrumentalidades, lançam seu olhar sobre as metodologias quantitativas e a leitura em língua estrangeira.

Ainda refletindo a preocupação com a formação de bibliotecários, Helen de Castro Silva Casarim e João Batista Ernesto de Moraes debruçam-se sobre a dimensão metodológica, ao indagarem sobre as aplicações dos níveis de leitura para a organização e a mediação da informação e sobre as perspectivas de análise documental de conteúdo de textos narrativos de ficção, sob uma ótica de interdisciplinaridade.

A atuação do profissional bibliotecário, em um universo fortemente permeado pela dimensão tecnológica, é alvo do olhar atento de Ricardo César Gonçalves Santana, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti e Rosângela Formentini Caldas, quando discutem os desafios e perspectivas que se apresentam nessa atuação profissional visando à recuperação de conteúdos digitais estruturados, aos processos de catalogação em redes informacionais enquanto ambientes colaborativos, à acessibilidade digital e à arquitetura da informação em ambientes hipermídia informacionais da Web e à própria trajetória do papel desse profissional, da realidade das bibliotecas à das cidades inteligentes.

Como terceira e mais recente dimensão, reflexo da própria trajetória do Departamento de Ciência da Informação da Unesp, situam-se as indagações acerca do fazer arquivístico, da formação à atuação profissional, em que Eduardo Ismael Murguia Marañon lança seu olhar sobre os possíveis diálogos entre memória e arquivo, Ana Célia Rodrigues desenvolve uma reflexão sobre o papel do estágio profissional como importante oportunidade de articulação teoria-prática para a formação de futuros arquivistas, e Telma Campanha de Carvalho Madio e Maria Leandra Bizello indagam sobre as perspectivas que se colocam aos documentos imagéticos, notadamente fotografias e filmes, quando objeto do olhar arquivístico.

Em suma, é nesse patchwork de indagações e de buscas por possíveis respostas que se constrói o espectro temático desta obra, reflexo de uma trajetória e de uma visão de mundo. A metáfora do patchwork encontra seu sentido ao revelar a construção de um todo harmônico a partir de diferentes padronagens, dimensões e formatos, mas que revela um todo uno e único, enquanto testemunho, registro, monumentalização, enfim, documento no mais otletiano sentido do termo, de um espaço e de um tempo.

José Augusto Chaves Guimarães



## Política científica em ciência da informação: da graduação à pós-graduação

## Mariângela Spotti Lopes Fujita

Falar e tratar de política científica não são tarefas simples. Envolvem, antes de tudo, pessoas e seus conhecimentos, interesses e motivações para a obtenção dos objetivos institucionais de amplo espectro acadêmico: pesquisa, ensino e extensão. Em Ciência da Informação, realizar política científica é tarefa árdua, pois se trata de uma área em consolidação, permeada de influências teóricas e metodológicas e em pleno processo de interdisciplinaridade com vistas a transdiciplinaridade. Mas, é fundamental tratar de política científica e manejá-la em todas as instâncias e níveis, para obter uma integração necessária à consolidação científica da Ciência da Informação.

Nesse sentido, torna-se essencial elucidar o processo de política científica de um departamento de ensino e pesquisa de uma universidade pública paulista responsável pelos cursos de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia e dos programas de pósgraduação de mestrado e doutorado em Ciência da Informação. Ao longo desse relato, é importante destacar que dois critérios são preponderantes no desenvolvimento dessa política científica: coerência e consistência. Ambos são interdependentes e devem ser continuamente discutidos para serem aceitos e resultarem no aprimoramento da política científica. Entretanto, para entender como tratar e atuar em política científica é preciso compreender as circunstâncias e fatos desse desenvolvimento. É o que veremos a seguir.

## A formação do pesquisador em Ciência da Informação: uma proposta política e pedagógica

A construção de conhecimentos através da pesquisa é, antes de tudo, o pensar de forma crítica e com liberdade acadêmica. Falar sobre pesquisa em uma universidade pública, centro de excelência da pesquisa brasileira é garantir identidade científica.

O conhecimento construído em pesquisa é difundido e ampliado no ensino – e vice versa - e socializado na extensão, contexto em que novamente se recebem subsídios que implicam a criação de novos conhecimentos. Tudo isso, de forma contínua, em um contexto dinâmico, onde, naturalmente, se convive com os elementos que põem em funcionamento o processo de construção de conhecimentos: reflexão e discussão sobre os saberes teóricos e metodológicos e motivação para a busca de soluções, ainda que parciais e temporárias, para problemas existentes em nosso mundo a cada contribuição da Ciência.

Nessa perspectiva, a Universidade Pública tem a vantagem de promover a construção de conhecimento através da pesquisa, e realizar, por meio dos conteúdos curriculares, o contato do aluno com o conhecimento já construído, bem como com os subsídios coletados da realidade pela pesquisa e pela extensão.

Essas condições são importantes e devem nos indicar a necessidade de fortalecer o processo de formação do futuro profissional e do pesquisador de forma mais abrangente, porque será esse o movimento que determinará a ampliação de nosso potencial de pesquisa. Não se pode esquecer que a formação do profissional cidadão, comprometido com o contexto social e a melhoria das condições de vida do homem pressupõe espírito crítico e postura investigativa que o conduzirão à liberdade do pensar e à ousadia e coragem para agir.

A iniciação científica deve ser encarada como prioridade na vida acadêmica, enquanto ação pedagógica capaz de fomentar um "pensar" científico que modifique o "fazer" social, objeto de futura atuação profissional e/ou acadêmica do aluno.

Devemos pensar a iniciação científica sempre com prioridade, como recurso educativo e formador, logo que se inicia a formação do aluno-pesquisador, se aprimora o seu pensamento crítico na graduação e, ao mesmo tempo, se aperfeiçoa o conhecimento científico e metodológico de pesquisadores através da orientação.

A formação científica em Ciência da Informação para a graduação, dentro dos objetivos do Curso de Biblioteconomia da UNESP – Câmpus de Marília, teve início com o trabalho de conclusão de curso (TCC), introduzido no currículo a partir de 1992 como parte das atividades da disciplina Orientação Profissional em Biblioteconomia¹. A partir daí, o Conselho de Curso passou a regulamentar a atividade e a cada ano, após a avaliação das experiências vivenciadas por orientadores e orientandos, o processo foi aperfeiçoado a ponto de, em princípio, estar-se realizando, em nível de graduação, um processo similar ao do mestrado.

O TCC nas graduações em Biblioteconomia e Arquivologia é, atualmente, uma atividade de pesquisa realizada por alunos e docentes do curso e se configura como importante elo articulador da pesquisa docente e de pós-graduação, funciona como elemento dinamizador das 5 linhas de pesquisa do departamento, e para o aluno é uma experiência importante, tanto sob ponto de vista pedagógico como, principalmente, científico.

<sup>1</sup> Disciplina extinta no atual currículo

O TCC configura-se, no Departamento de Ciência da Informação, como um importante investimento intelectual e científico, pois: todos os professores, sem exceção, são orientadores de iniciação científica; todas as pesquisas docentes têm a participação de alunos de graduação; a consolidação das 5 linhas de pesquisa do departamento possui articulação com o TCC; entre os docentes do departamento, 10 docentes ministram as disciplinas obrigatórias do TCC; todos os docentes participam das defesas de TCC no final do ano; uma parte dos TCC's é contemplada com bolsas de Iniciação Científica da FAPESP², CNPq³ ou BAAE⁴ que divulgam as linhas de pesquisa e obtêm boa avaliação; as pesquisas de TCC participam todo ano dos congressos de Iniciação Científica local, em âmbito da UNESP e nacional; três TCC's receberam prêmios....

Foi no desenvolvimento do TCC que o Departamento de Ciência da Informação consolidou duas linhas de pesquisa na pós-graduação e quatro grupos de pesquisa junto ao CNPq.

Nesse contexto, o TCC não é apenas uma atividade dos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, mas está vinculado a uma política científica do Departamento com objetivos muito claros dentro de suas próprias linhas de pesquisa que precisam ter continuidade no longo prazo e por tempo indeterminado, caso contrário, não é possível manter pesquisas em andamento e o curso de mestrado e doutorado. Em outras palavras, podemos dizer que o TCC é a base na qual se sustenta o desenvolvimento científico do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Quando delineamos o TCC dentro do currículo obrigatório, fizemo-lo com a política científica do Departamento em mente e com a necessidade de passar ao futuro profissional conhecimentos metodológicos e científicos compatíveis com o desempenho de um pesquisador. Para isso almejamos reproduzir, em escala compatível com a de uma iniciação científica, o processo de pesquisa na pós-graduação, com todos os protocolos: com o desenvolvimento do projeto de pesquisa, o engajamento em linhas de pesquisa, a participação em projetos de pesquisa docente, a relação entre orientador e orientando, o desenvolvimento do projeto de pesquisa, a redação do relatório parcial, a apresentação do trabalho de pesquisa em eventos, a qualificação, a entrega do relatório final e a defesa pública do trabalho de pesquisa perante uma banca de pesquisadores.

A proposta pedagógica da iniciação científica pelo TCC trouxe, ao longo do tempo, uma experiência inestimável ao Departamento de Ciência da Informação da UNESP — Câmpus de Marília — com resultados importantes para a consolidação científica do corpo docente na área de Ciência da Informação: surgimento e desenvolvimento dos grupos de pesquisa, linhas de pesquisa do Departamento, aos cursos de mestrado e doutorado em Ciência da Informação e, sobretudo, coerência interna do fazer e do saber científico que se traduz em produtividade científica com impactos sociais e científicos.

<sup>2</sup> Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

<sup>3</sup> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

<sup>4</sup> Bolsa de Apoio Acadêmico e Extensão (BAAE)

O resultado deste trabalho é a realidade hoje vivenciada pelo DBD onde se constatam 05 linhas de pesquisa, 4 grupos de pesquisa consolidados, 5 laboratórios de pesquisa devidamente equipados, grupo PET, bolsas de iniciação científica em andamento vinculadas a projetos individuais, integrados e de extensão, e trabalhos de orientação acadêmica (TCC).

Empenhado na formação acadêmica de excelência de seu corpo docente o Departamento de Biblioteconomia incrementou significativamente as atividades de pesquisa na graduação, definiu e consolidou suas linhas de pesquisa e avalia contínua e criteriosamente a sua estrutura curricular.

Nesse contexto, a proposta pedagógica da iniciação científica conduz a uma sistematização institucional de três elementos fundamentais para a sustentação da política científica em Ciência da Informação:

- · As linhas de pesquisa;
- Os grupos de pesquisa;
- O Programa de Pós-Graduação.

Além disso, a atuação de uma política científica está, evidentemente, associada à proposta pedagógica de formação do pesquisador nos currículos de graduação que deverão utilizar os três elementos de sustentação para promover e estimular a produção científica em todos os níveis. Dessa forma, pretende-se abordar cada um dos três elementos de sustentação da política científica, bem como a proposta pedagógica de formação do pesquisador nos currículos de graduação dos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia da UNESP – Câmpus de Marília.

## A importância das linhas de pesquisa para a vinculação do pesquisador em iniciação científica

O fortalecimento da pesquisa está no trabalho dos docentes ligados às linhas de pesquisa dos departamentos, dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação.

As linhas de pesquisa demonstram o *continuum* da investigação através dos projetos de pesquisa concluídos e em andamento, bem como das publicações, relatórios de pesquisa, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses.

O conjunto das linhas de pesquisa é a estrutura potencial para o desenvolvimento de pesquisas e o ponto de partida para a geração de conhecimento e sua divulgação.

Nesse sentido, o Departamento de Ciência da Informação, em consonância com o Estatuto da Universidade no item 4, do artigo 55 propõe "zelar pelo desenvolvimento das linhas de pesquisa do Departamento e pelo cumprimento dos planos de pesquisa apresentados pelos docentes" (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 1989, p. 20), ao definir suas cinco linhas de pesquisa:

- Informação e Sociedade;
- Formação e Atuação Profissional;
- Gestão da Informação;
- Tecnologias em Informação;
- Organização da Informação.

A definição das linhas de pesquisa realizou-se em um processo natural acompanhando a formação e titulação do corpo docente e, mais intensamente, a partir da institucionalização do TCC na grade curricular do curso de Biblioteconomia, em 1997. A partir disso, as linhas foram adquirindo uma identidade científica em razão do processo intenso de desenvolvimento do TCC que envolve docentes e alunos. Essa identidade científica pode ser observada no teor da ementa de cada linha de pesquisa, conforme demonstrado abaixo, cujo objetivo é a delimitação do campo científico dentro da linha de pesquisa. A ementa da linha de pesquisa "Organização da Informação" é a mesma na graduação e na pós-graduação evidenciando, desse modo, a coerência e consistência da linha.

### LINHA DE PESQUISA: ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

EMENTA: Considerando a organização da informação como elemento para garantia de qualidade na recuperação destaca-se o desenvolvimento de referenciais teóricos e metodológicos, que propiciem a elaboração de produtos documentários, como reflexo de procedimentos de análise, síntese e representação documentária. Nesse contexto, ressalta-se como dimensão teórica a organização do conhecimento e como dimensão aplicada à formação de equipes para organização da informação.

**Quadro 1**: Ementa da linha de pesquisa Organização da Informação na graduação e na pós-graduação

Fonte: Cadastro de Linhas e Temas de Pesquisa (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2007).

A delimitação do campo científico de cada linha foi definida na perspectiva dos projetos de pesquisa em desenvolvimento, publicações e titulação dos docentes. Nesse sentido, formaram-se grupos de pesquisadores em torno de linhas de pesquisa. Entretanto, as especialidades de cada linha são tratadas por temas de pesquisa dentro do âmbito do campo científico circunscritos pela ementa da linha de pesquisa. Os temas de pesquisa, conforme exemplificado abaixo, são definidos por cada docente de acordo com seu interesse no desenvolvimento de seu projeto de pesquisa ou a continuidade de uma especialidade que, apesar de não estar contemplada em seu projeto de pesquisa atual, ainda é de seu interesse acadêmico mantê-la.

LINHA DE PESQUISA: <b>ORGANIZAÇÃO DA INFORMA</b>	ÇÃO	
TEMAS	BIBLIO	ARQ
Leitura para fins específicos em Ciência da Informação.	X	X
Leitura documentária.	X	X
Política de tratamento de conteúdo informacional.	X	Х
Organização e tratamento de imagens fotográficas.	X	Х

**Quadro 2**: Destaque de alguns temas da linha de pesquisa Organização da informação Fonte: Cadastro de Linhas e Temas de Pesquisa (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2007).

O destaque desses temas demonstra que os primeiros dois temas estão fortemente vinculados à produção científica e às temáticas de trajetória de projetos de pesquisa da docente (autora), que o terceiro tema está ligado a projeto de pesquisa atual e o quarto, a projeto de pesquisa e extensão.

É necessário destacar que a vigência de um determinado tema dentro da linha depende das circunstâncias de pesquisa e do interesse de cada pesquisador. Dessa forma, sua permanência pode ser transitória ou se prolongar por vários anos. A existência dos temas dentro das linhas de pesquisa, bem como a flexibilização do processo de manutenção e atualização garantem, de certa forma, a necessária e imprescindível autonomia intelectual e impedem o "engessamento" científico dos docentes por tempo indeterminado. Além disso, a inserção dos pesquisadores pode ser feita em mais de uma linha, uma vez que a trajetória acadêmica de cada um pode ter desdobramentos temáticos multidisciplinares.

A atualização dos temas dentro das linhas e a possibilidade de múltiplas inserções evitam que a estrutura de linhas e temas de pesquisa torne-se uma "camisa de força" da política científica que a todo instante clama por coerência e consistência. É, evidentemente, um jogo com duplo objetivo: manter coerência interna sem perder consistência e atualizar para ganhar flexibilidade e autonomia científica.

Em muitos casos, o que determina a mudança ou redefinição temática dos pesquisadores é o constante embate com a força criativa dos alunos da graduação durante o processo de elaboração de um projeto de pesquisa para desenvolvimento do TCC. É o momento que denominamos de "enquadramento" do interesse temático do aluno da graduação quando é discutido e avaliado pelos docentes a cada ano. Mais do que um enquadramento, o interesse temático do aluno da graduação é a oportunidade de reflexão sobre avanços e limites da linha de pesquisa; é a situação ideal para obtermos experiências de novas perspectivas de pesquisa dentro de circunstâncias planejadas. Nesse esforço, existe um envolvimento do pesquisador enquanto orientador e dos demais membros da linha de pesquisa que deverão discutir criticamente o trabalho de pesquisa em várias instâncias

avaliativas, de que resulta, por fim, um compartilhamento bastante interessante do ponto de vista da geração de novos conhecimentos que se vão interpondo ao longo do processo.

A avaliação das linhas de pesquisa é constante por conta do processo de formação científica dos alunos dos cursos de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia o que possibilita visibilidade e clareza dos conteúdos teóricos e metodológicos articulados aos temas oferecendo consistência às linhas de pesquisa. Isso significa que a estrutura das linhas de pesquisa é efetivamente utilizada e continuamente avaliada de forma a obter-se a coerência necessária dos projetos de pesquisa da graduação com os projetos de pesquisa e produção científica dos docentes.

A primeira avaliação institucional das linhas de pesquisa do Departamento de Ciência da Informação foi realizada em 2002 e a partir de então surgiu um cadastro de linhas e temas de pesquisa atualizado a cada ano. A avaliação de 2002 comprovou o seguinte:

> As linhas de pesquisa de um Departamento acadêmico não são visíveis fisicamente e a maior parte do tempo não sabemos quais são suas trajetórias, contudo podem ser visualizadas periodicamente através de avaliações de sua produção científica porque são dinâmicas e devem ser entendidas como organismos principais de condução da política científica do Departamento de onde serão possíveis suas principais atividades: o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa científica e a extensão. (BARROS et al., 2002).

Dessa forma, o "Cadastro de Linhas e Temas de Pesquisa" é um parâmetro institucional estruturado para o desenvolvimento científico da Ciência da Informação pelo corpo de pesquisadores do Departamento junto à Graduação e à Pós-Graduação, possuindo relevante contribuição no que tange à organização e planejamento das diversas atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão.

## O papel do Grupo de Pesquisa na inserção acadêmica do pesquisador

A existência atual de grupos de pesquisa confirma a evidência de uma nova instância acadêmica, provocada pela característica atual gerada pela interdisciplinaridade e pelo trabalho conjunto de docentes, alunos e membros da comunidade.

O Grupo de Pesquisa é, hoje, um contexto de discussão e troca de conhecimentos, em função do desenvolvimento de linhas de pesquisa em torno do tema principal. Por envolver docentes, alunos de graduação e pós-graduação e profissionais, ele nos leva a entender que a pesquisa provoca o desenvolvimento do ensino e da extensão, à medida que subsidia revelação de problemas e levantamento de hipóteses. Se existem espaços

que revelam a construção democrática do conhecimento pela pesquisa, um deles certamente é o Grupo de Pesquisa, dado seu caráter integrador.

A construção coletiva de conhecimentos através dos grupos de pesquisa, espaços de discussão que efetivamente transmitem, a jovens iniciantes em pesquisa, a experiência de pesquisadores que desenvolvem projetos de pesquisa. Essa interação entre alunos e professores-pesquisadores experientes promove troca de informações, orientação e construção coletiva de conhecimentos, formando um pensar e uma maneira de partilhar conhecimentos socialmente construídos, que, esperamos, tenha continuidade.

Ao Grupo de Pesquisa compete, também, formar uma memória intelectual passível de ser transmitida a outros pesquisadores que venham a construir novos conhecimentos.

Os quatro grupos de pesquisa do Departamento de Ciência da Informação cadastrados no CNPq - "Novas Tecnologias em Informação", "Análise Documentária", "Formação e atuação profissional na área de Informação" e "Informação e Sociedade" possuem correspondência com linhas de pesquisa do Departamento e do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação:

GRUPOS DE PESQUISA	LINHAS DE PESQUISA DO DEPARTAMENTO	LINHAS DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO
Análise Documentária	Organização da Informação	Organização da Informação
Novas Tecnologias em Informação	Tecnologias em Informação	Tecnologias e Informação
	Gestão em Unidades de Informação	
Formação e Atuação Pro- fissional na área de infor- mação	Formação e Atuação Profissional	
Informação e Sociedade	Informação e Sociedade	

**Quadro 3**: Linhas e Grupos de Pesquisa do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Os grupos de pesquisa têm atuado como importantes espaços de convergência e de diálogo das atividades de pós-graduação e de graduação, seja em reuniões de pesquisa, seja na promoção de eventos ou delineamento de publicações, integrando pesquisa-

dores, docentes, pós-graduandos e graduandos de formações e de instituições distintas, mas sempre sob o marco disciplinar da Ciência da Informação.

Particularmente, no que tange à formação do pesquisador nos cursos de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia, os grupos de pesquisa propiciam de forma mais intensa o diálogo permanente em pesquisa na graduação, construindo os pesquisadores e os alunos da pós-graduação os caminhos para a necessária integração da graduação com a pós-graduação. As reuniões de pesquisa para discussão de textos, conceitos e temas, bem como o planejamento das atividades de orientação e de divulgação de resultados de pesquisa em publicações são regulares e criam um contexto acadêmico necessário ao graduando na iniciação científica de forma a ambientá-lo e fornecer-lhe as condições de desenvolvimento e discussão do trabalho científico de modo mais acessível.

## Graduação e pós-graduação: a integração necessária para a formação do pesquisador

A pós-graduação é potencial de construção de novos conhecimentos e por isso precisa ser cada vez mais integrada a outras atividades acadêmicas, propiciando a participação e suscitando o compromisso, principalmente junto à graduação.

Hoje, o ensino de pós-graduação em Ciência da Informação na UNESP é um importante potencial em franco desenvolvimento, porque está realizando a política de aglutinar docentes em linhas de pesquisa, está captando recursos em agências de fomento e está promovendo a formação de pesquisadores tanto para o mercado profissional quanto para o ensino superior.

Em razão da dinâmica da pós-graduação, a vocação dos docentes de Biblioteconomia e Arquivologia, anteriormente voltada apenas para o ensino de graduação e para pesquisas individuais obrigatórias, foi ampliada e modificada.

Nos programas de pós-graduação deve existir, conforme política de avaliação da CAPES, coerência interna entre pesquisa, ensino, orientação e produção científica dentro das linhas de pesquisa de tal forma que o oferecimento de disciplinas, as orientações de mestrado e doutorado, os projetos de pesquisas em desenvolvimento, as publicações e trabalhos apresentados em eventos devem ter articulações temáticas comuns e, principalmente, estar ligados à linha de pesquisa à qual o docente está vinculado.

O curso de mestrado em Ciência da Informação, credenciado em 2001 pela Capes, tem área de concentração denominada "Informação, conhecimento e tecnologias" e duas linhas de pesquisas: "Informação e Tecnologia" e "Organização da Informação". A trajetória epistemológica dessas duas linhas se organizou na graduação, a partir da

cultura da pesquisa de iniciação científica para o desenvolvimento do TCC que forneceu a estrutura necessária para a pós-graduação. A linha de "Informação e Tecnologia", da pós-graduação, se organizou a partir da linha de pesquisa "Tecnologias em Informação" da graduação e do Grupo de Pesquisa "Novas Tecnologias em Informação", assim como a linha "Organização da Informação" da pós-graduação se organizou com base na linha "Análise Documentária" da graduação, atualmente denominada "Organização da Informação" e do Grupo de Pesquisa "Análise Documentária". As duas linhas tinham alcançado sua própria organização e identidade temática muito antes do credenciamento da CAPES e haviam construído um ambiente acadêmico bastante propício ao desenvolvimento científico desejável para a existência de um programa de pós-graduação, o que torna bastante claro o fato da pesquisa na graduação ser uma base de sustentação.

Entretanto, após 2001, a existência comum e simultânea de ambas as linhas em ambiente de pesquisa na graduação e na pós-graduação e a exigência de uma coerência interna nas linhas de pesquisas da pós-graduação, solicitou do Departamento de Ciência da Informação a mesma organização em sua estrutura de linhas de pesquisa, para que os docentes envolvidos com o ensino de pós-graduação e de graduação tivessem condições de atender toda a demanda de desenvolvimento de pesquisa, orientações e publicações de modo otimizado e, principalmente, coerente com sua própria pesquisa e produção científica.

Em vista dessa necessidade e da constatação de um processo de consolidação das duas supracitadas linhas de pesquisa pelo credenciamento da Capes, os coordenadores de linhas de pesquisas do Departamento de Ciência da Informação realizaram a primeira avaliação das cinco linhas em 2002 (BARROS et al., 2002) que consistiu de análise comparativa da produção científica de cada docente no currículo Lattes com as ementas e palavras-chaves de cada linha de pesquisa, de modo que cada item da produção científica foi analisado a partir da correspondência com as palavras-chaves e quantificado para a linha de pesquisa pertinente.

Com essa avaliação, o Departamento de Ciência da Informação, pela primeira vez, teve clareza da inserção de seus docentes em suas linhas de pesquisa e passou a promover, daí em diante, toda a coerência interna de sua política científica, tanto no desenvolvimento de pesquisas, orientações e suas publicações, quanto na captação de recursos junto aos órgãos de fomento. Da mesma forma, os docentes passaram a ter mais clareza de seu desenvolvimento acadêmico junto às linhas e grupos de pesquisa obtendo maior consistência em sua produção científica e dinâmica de orientação.

Nesse sentido, completou-se o ciclo de integração acadêmica entre graduação e pós-graduação, uma vez que o aluno da graduação em Biblioteconomia, ou o de Arquivologia, pode optar por uma continuidade de sua pesquisa, iniciada pelo desenvolvimento do TCC, no mestrado e no doutorado dentro da consistência interna de cada linha de pesquisa.

Dessa forma, a integração da graduação com a pós-graduação possui caminhos muito definidos na política científica: deve ser continuamente mantida pelos Conselhos

de Curso de Graduação e de Pós-Graduação com vistas a: inserção das pesquisas de iniciação científica em linhas de pesquisa da pós-graduação e dos grupos de pesquisa; vinculação a projetos de pesquisa integrados; acompanhamento da iniciação científica pela pós-graduação através de eventos, publicações e discussões; divulgação da pós-graduação junto à graduação dentro das disciplinas; participação dos pós-graduandos na vida do Câmpus; abertura dos canais seletivos da pós-graduação para recém-graduados.

Toda a cultura da Pós-Graduação é rica e deve ser promovida junto à Graduação, seja pelos canais informais de discussão acadêmica seja, mesmo, pelos canais formais como conselhos de curso e foruns apropriados.

## A política científica na metodologia para a iniciação científica em Ciência da Informação

O relato do desenvolvimento e aplicação do conteúdo curricular da disciplina "Metodologia do Trabalho Científico", durante o primeiro semestre do terceiro ano dos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, demonstra, de forma prática, o exercício de política científica a que o aluno da graduação deve submeter-se para sua iniciação científica e, ao mesmo tempo, elucida como a política científica atua e se desdobra a partir de uma parcela do âmbito acadêmico. Nessa disciplina, o aluno deve aprender a conviver com as variáveis da política científica institucional e da área de Ciência da Informação para conseguir elaborar seu projeto de pesquisa. Portanto, o conteúdo curricular dessa disciplina não se reduz à redação de um projeto de pesquisa, mas se amplia à medida que discute as relações institucionais e acadêmicas da política científica que se sustenta em seus três elementos essenciais: as linhas de pesquisa, o grupo de pesquisa e a pós-graduação.

Para o desenvolvimento do TCC, a estrutura curricular do Curso de Biblioteconomia de Marília prevê três disciplinas, com um total de 210 horas/aulas, ministradas ao longo dos quatro anos do curso.

Esse processo foi incorporado aos atuais currículos das graduações em Biblioteconomia e Arquivologia como proposta pedagógica que se desenvolve através de três disciplinas: Metodologia da pesquisa científica, Metodologia do Trabalho científico e Desenvolvimento do Trabalho Científico.

A primeira disciplina é ministrada no primeiro ano do curso e possui conteúdo abrangente em metodologia científica com o objetivo de discutir a importância da ciência, dos princípios científicos e da lógica científica, além de transmitir ao aluno os principais conceitos científicos e metodológicos, métodos de pesquisa e a classificação dos diferentes tipos de pesquisa. Na segunda disciplina, oferecida no primeiro semestre do terceiro ano, inicia-se o processo de inserção do aluno na política científica através da elaboração de um projeto de pesquisa para o desenvolvimento do TCC e, na última disciplina, ministrada no decorrer do quarto ano, os projetos de pesquisas serão desenvolvidos com orientação de docentes do Departamento de Ciência da Informação e supervisão pedagógica dos coordenadores das cinco linhas de pesquisa do Departamento, responsáveis pela disciplina, formada por cinco turmas.

O desdobramento do conteúdo curricular da disciplina "Metodologia do Trabalho Científico" é realizado em duas etapas que se inicia com o planejamento da pesquisa tendo-se em vista as Linhas de Pesquisa, a escolha do tema de pesquisa e sua delimitação para a elaboração do Plano Inicial de pesquisa que servirá de ponto de partida para a redação da introdução a ser avaliada pelos orientadores das linhas de pesquisa no intuito de selecionar seus futuros orientandos de TCC. A segunda parte do conteúdo refere-se à redação final do projeto de pesquisa completo.

Na primeira etapa, o aluno toma conhecimento das linhas de pesquisa do Departamento de Ciência da Informação mediante em seminários de divulgação preparados em dinâmica de grupo seguindo "Modelo para apresentação do trabalho de linhas de pesquisa" (Anexo A) e análise do perfil de pesquisa de cada docente utilizando roteiro de entrevista (Anexo B). Ao entrevistar cada professor, o aluno solicita a bibliografia básica dos temas de pesquisa que se propõe a realizar, para que, após a escolha da linha e do tema de pesquisa, ele possa iniciar seu contato com a literatura básica e, assim, explorar o conteúdo de pesquisa.

Durante o Seminário de Linhas de Pesquisa, cada docente do departamento é convidado a comparecer durante as aulas para expor sua trajetória acadêmica e seus interesses quanto ao desenvolvimento de pesquisas ligadas aos seus temas dentro de sua linha de pesquisa. Este é um contato importante para o aluno do ponto de vista da política científica que irá, até certo ponto, pesar em suas escolhas para a definição de um projeto de pesquisa em Ciência da Informação. A discussão passa, então, a aprofundar-se em direção aos critérios de escolha da linha e do tema de pesquisa que devem ser pautados pelos objetivos profissionais e acadêmicos. Nesse sentido, são analisados os motivos pedagógicos e científicos para desenvolvimento do TCC para que o aluno possa refletir sobre o impacto dessa pesquisa na possibilidade de escolha de uma carreira acadêmica ou de uma carreira profissional. Caso o aluno pretenda fazer sua opção por uma carreira acadêmica e inscrever-se no processo seletivo de um curso de pós-graduação, a escolha de uma determinada linha e tema de pesquisa será feita em função de uma continuidade científica dentro de um grupo de pesquisa. O mesmo se aplica à opção por uma carreira profissional cuja escolha é determinada, em muitos casos, pela procedência geográfica: alunos de São Paulo pretendem atuar em bibliotecas de grande porte ou especializadas; alunos de cidades do interior de São Paulo se interessam por bibliotecas universitárias de pequeno porte ou bibliotecas públicas.

Após a apresentação das linhas e temas de pesquisa o aluno é solicitado a elaborar e apresentar um plano inicial de pesquisa que se inicia pelo processo de escolha da linha de pesquisa e do tema. Em seguida, deve delimitar o tema considerando a formulação de um problema de pesquisa baseado na leitura da bibliografia básica e em contato com o grupo de pesquisa da linha composto pelos docentes, alunos de graduação e de pós-graduação. Uma vez formulado o problema da pesquisa, deve apresentar uma proposição válida e exequível para o desenvolvimento de um projeto de iniciação científica, acompanhada de seus objetivos operacionais.

O Plano Inicial de Pesquisa contém, como se demonstra no Quadro 4 abaixo, os elementos principais de um projeto de pesquisa que servirão como ponto de partida para o desenvolvimento e redação dos itens de um projeto de pesquisa: introdução, pressupostos teóricos iniciais, justificativa, objetivos, plano de trabalho e metodologia.

### LINHA DE PESQUISA: Tecnologias em informação

TEMA: Formas de representação automatizada em Ciência da Informação.

**DELIMITAÇÃO DO TEMA**: "O estudo das formas de representação descritiva dos documentos eletrônicos através de padrões de metadados no ciberespaço"

**PROBLEMA**: Apontamos como problema o crescente volume de informações digitais que, conseqüentemente, geram dificuldades no controle da informação

**PROPOSIÇÃO**: Investigar os padrões de metadados assim como a sua aplicabilidade e funcionalidade na representação descritiva de documentos eletrônicos

**OBJETIVOS**: verificar e identificar as diferenças e semelhanças existentes entre os padrões de metadados, estabelecendo para tal, um parâmetro de comparação através da elaboração de exercícios; verificar qual destes padrões melhor se adequou à representação descritiva de documentos eletrônicos.

#### LEVANTAMENTO DE OBRAS BÁSICAS:

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação.** 2. ed. corr. aum. Brasília: MCT/CNPq/IBICT, 1994. 540 p.

MEY, E. S. A. Introdução à catalogação. Brasília: Briquet de Lemos, 1995. 123 p.

PEREIRA, A. M.; SANTOS, P. L. V. A da C. O uso estratégico das tecnologias em catalogação. Cadernos da F.F.C., Marília, v. 7, n. 1/2, p. 121- 131, 1998.

### Quadro 4: Plano Inicial de Pesquisa

Fonte: Exemplo utilizado na disciplina "Metodologia do Trabalho Científico"

Na etapa de elaboração do Plano Inicial de Pesquisa o aluno depara-se com a situação complexa de escolha da linha de pesquisa e do tema que, em alguns casos, é influenciada pelas preferências de relacionamento entre orientador e orientando, em outros casos é influenciada pela escolha de um tema de sua preferência ligado ao seu imaginário, vivências e experiências de vida e em sala de aula, mas, a maioria dos alunos tem preferência por temas selecionados pela convivência com um determinado grupo de pesquisa. Existem, ainda, aqueles alunos que tem dúvidas entre um ou mais temas de linhas diferentes e que postergam sua escolha até o final da disciplina.

Para todos os casos citados, considera-se importante mencionar que o Plano Inicial da Pesquisa contém os principais itens para a definição de um projeto de pesquisa que serão discutidos e analisados pelo aluno com o docente responsável pela disciplina e com os integrantes da linha de pesquisa observando-se a coerência e a relevância para o desenvolvimento científico da linha de pesquisa.

Com os elementos principais do Plano Inicial de Pesquisa o aluno redige a Introdução do Projeto de Pesquisa incluindo pressupostos teóricos iniciais sobre o tema e o problema da pesquisa, conforme exemplo contido em Anexo C. Essa Introdução será apresentada aos docentes vinculados às Linhas de Pesquisa em um processo de escolha de orientador e orientandos que os Conselhos de Curso de Biblioteconomia e de Arquivologia realizam em meados do primeiro semestre. Nesse processo, o aluno precisa realizar a articulação de seus interesses e opções de sua atuação profissional futura com a estrutura de linhas e temas de pesquisa que possui uma coerência interna construída pelo desenvolvimento científico do corpo docente. Por outro lado, o corpo docente tem interesse acadêmico nas escolhas a serem feitas pelos alunos e também realizam uma seleção de propostas para a continuidade das pesquisas e dos grupos de pesquisa. Esse processo tem uma conotação política importante, pois, envolvem escolhas, adequações, mudanças e compatibilidades entre alunos e docentes em contexto acadêmico de contínua avaliação. O resultado dessa etapa define orientadores e seus orientandos institucionalizado pelos Conselhos de Curso.

A continuidade da disciplina, em sua segunda etapa, dedica-se, daí em diante, para a redação completa do projeto conforme "Orientações à elaboração do projeto de pesquisa para desenvolvimento do TCC", sob orientação do orientador e do docente da disciplina. Com a redação final o aluno apresentada o Projeto de Pesquisa para a avaliação da disciplina e do coordenador da linha de pesquisa junto ao Conselho de Curso. A avaliação do projeto na disciplina é pautada na verificação da coerência interna da redação dos seus elementos principais (linha de pesquisa, tema, problema da pesquisa, proposição, objetivos, justificativa, plano de trabalho e metodologia).

5

### Referências

BARROS, M. H. T. C.; FUJITA, M. S. L.; SANTOS, P. V. A. C; OLIVEIRA, E. F. T. de; REIS, D. P. As linhas de pesquisa docente no Departamento de Ciência da Informação da UNESP/ Marília. In: ENCONTRO DE DIRETORES, 6.; ENCONTRO DE DOCENTES DE BIBLIOTE-CONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO MERCOSUL, 5., 2002, Londrina. Resumos ... Londrina: UEL, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Estatuto. São Paulo, 1989.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Faculdade de Filosofia e Ciências. Conselho de Curso de Biblioteconomia. Conselho de Curso de Arquivologia. Orientações à elaboração do projeto de pesquisa para desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso. Marília, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Faculdade de Filosofia e Ciências. Departamento de Ciência da Informação. Cadastro de linhas e temas de pesquisa. Marilia, 2007. Disponível em: <a href="http://www.marilia.unesp.br/index.php?CodigoMenu=363&CodigoOpcao=366">http://www.marilia.unesp.br/index.php?CodigoMenu=363&CodigoOpcao=366</a> >. Acesso em: mar. 2008.

#### ANEXO A

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE LINHAS DE PESQUISA

Capa Sumário

Conteúdo:

- 1. LINHA DE PESQUISA "...."
- 1.1 EMENTA: (pegar no cadastro de linhas e temas de pesquisa)
- 1.2 TEMAS DA LINHA DE PESQUISA: (cadastro de linhas e temas de pesquisa)
- 1.3 DOCENTES DA LINHA DE PESQUISA:
- 3 GRUPO DE PESQUISA PERTINENTE À LINHA DE PESQUISA (incluir breve síntese das linhas do grupo e seus objetivos)
- 4. Síntese das principais considerações sobre a linha de pesquisa considerando os perfis acadêmicos dos docentes, a ementa da linha, os temas e o grupo de pesquisa.

#### ANEXO B

ROTEIRO PARA DEFINIÇÃO DO PERFIL ACADÊMICO DOS PROFESSORES DO DCI

PROF. DR. [NOME]

Projeto em andamento (pedir ao professor) -

Resumo:

Grupo de Pesquisa em que atua: (lattes e diretório de grupos de pesquisa)

Temas de pesquisa em que atua (usar cadastro de linhas e temas e confirmar com o docente)

Orientações em andamento (Lattes)

TCC

em andamento:

concluídas (2006)

Mestrado

em andamento:

concluídas

Produção científica dos últimos 3 anos (pegar no Lattes)

Formação acadêmica (Lattes)

Graduação:

Mestrado: (Título da dissertação)

Doutorado: (Título da tese) Livre-docência: (Título da tese)

#### ANEXO C

Introdução6

[PARÁGRAFO INICIAL] Este projeto insere-se na linha de pesquisa Tecnologias em Informação no tema "Formas de representação automatizada na em Ciência da Informação" cuja delimitação é o estudo das formas de representação descritiva dos documentos eletrônicos através de padrões de metadados no ciberespaço.

<sup>6</sup> Exemplo de texto, com a marcação dos elementos principais de uma Introdução de projeto de pesquisa, redigido para a disciplina "Metodologia do Trabalho Científico"

[APRESENTAÇÃO DO CONTEXTO DO TEMA] Segundo Menou (1999, p. 253) nova tecnologia é um "[...] termo genérico que designa um conjunto de equipamentos, de procedimentos e de métodos utilizados no tratamento da informação[...]". Em vista disso, podemos entender que o uso de tais tecnologias proporcionou diversas vantagens no processo de representação descritiva como, por exemplo, multiplicação das possibilidades de acesso e rapidez no processo de recuperação de informações. Há de se ressaltar também que as vantagens oferecidas pelo seu uso ocasionaram um crescimento significativo de disponibilidade de informações. Destaque especial deve ser dado a publicação de documentos eletrônicos na rede Internet, que crescem desordenadamente, sem estabelecimento de critérios que garantam confiabilidade e segurança destas informações disponibilizadas.

[PROBLEMA] A partir desta explosão informacional, tão discutida na literatura, apontamos como problema desta pesquisa não só o aumento descontrolado de informações, mas também, e como conseqüência disso, a grande dificuldade encontrada pelos profissionais da informação em tratar tais documentos através do uso dos métodos tradicionais de representação descritiva.

[PRESSUPOSTOS TEÓRICOS] A representação descritiva sempre utilizou a tecnologia disponível para a representação de documentos (PEREIRA; SANTOS, 1998) e estudos apontam para o uso de padrões de metadados que apresentem vantagens como: simplicidade, interoperabilidade semântica, consenso internacional, extensibilidade e flexibilidade. O padrão mais indicado por esses estudos é o Dublin Core, que teve início durante a 2ª Conferência Internacional para a rede mundial, realizada no ano de 1994, em Chicago. Entretanto, muitos desses estudos também apontam para os métodos tradicionais de representação descritiva, AACR e MARC, como padrões de metadados.

[PROPOSIÇÃO] Sendo assim, a proposição desta pesquisa é verificar a aplicabilidade e funcionalidade desses padrões na representação descritiva de documentos eletrônicos, com os [OBJETIVOS ESPECÍFICOS] objetivos de verificar e identificar as diferenças e semelhanças existentes entre eles, estabelecendo para esse fim, um parâmetro de comparação através da elaboração de exercícios; verificar, também, qual desses padrões melhor se adequou à representação descritiva de documentos eletrônicos; [OBJETIVO GERAL] e, ainda, identificar o futuro da prática da catalogação e do profissional catalogador em unidades de informação e o que se espera dessa área e desse profissional no futuro.

### Referências

GUINCHAT, C.; MENOU, M. Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação. 2. ed. corr. aum. Brasília: MCT, CNPq, IBICT, 1994. 540 p.

PEREIRA, A. M.; SANTOS, P. L. V. A da C. O uso estratégico das tecnologias em catalogação. Cadernos da F.F.C., Marília, v. 7, n. 1/2, p. 121-131, 1998.

## Ciência da informação, arquivologia e biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais

## José Augusto Chaves Guimarães

A Ciência da Informação, enquanto disciplina integrante do contexto das denominadas Ciências Sociais Aplicadas vem buscando, ao longo de sua trajetória, encontrar sua própria identidade — assim como seu estatuto científico - em grande medida impulsionada pelas demandas de uma sociedade pautada pelo avanço tecnológico e pela necessidade cada vez mais premente de dar conta de estoques informacionais complexos e diversificados como subsídio aos processos de desenvolvimento.

Nesse contexto, e sob um olhar histórico, há de se ter em conta que a Ciência da Informação, enquanto área de estudos, encontra fulcro em um conjunto de práticas que, no decorrer, ao longo do tempo, foram se consolidando, no mais das vezes ligadas a fazeres específicos contextualizados em ambiências específicas. Para tanto, especial destaque merecem a Diplomática e a Documentação.

A Diplomática, cujos estudos tiveram especial ênfase a partir do século XVII, quando Jean Mabillon publicou a obra *De re diplomatica*, dedicada ao estabelecimento de critérios que permitissem aquilatar a autenticidade de documentos oficiais, tem no documento (diploma) o seu objeto de estudo, centrando sua ênfase na documentação de valor jurídico-administrativo e, mais especificamente em sua análise estrutural para fins de prova. No entanto, foi mais especificamente a partir do século XIX, com a introdução dos estudos diplomáticos em Escolas Européias, que se desenvolveu em bases mais científicas, mas ainda muito ligada a outras disciplinas, tais como a História e o Direito.

Nesse contexto, especial menção merecem a tradição de pesquisa documental inaugurada pela École des Chartes, no século XIX e a posterior contribuição de teóricos como Tessier e Bautier.

A partir das décadas de 70 e 80, sob forte influência italiana, notadamente de Pratesi e de Carucci, a Diplomática assumiu uma nova dimensão no cenário científico, desvinculandose do "binômio necessário" que até então desempenhava com a Paleografia para, indo além da mera condição de "ciência auxiliar da história", ampliar seus horizontes na medida em

que, como destaca Bellotto (2004, p. 52), centrou-se mais efetivamente na gênese documental e nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora/, sendo, assim, apropriada pela Arquivística, sob a denominação de "Tipologia Documental" ou "Diplomática Arquivística", para aplicação em conjuntos orgânicos de documentos.

Os anos 90 apresentaram-se como um efetivo *turning point* para os horizontes da Diplomática, que pôde ser revisitada, quando Luciana Duranti (1996) se propôs a identificar "novos usos para uma antiga ciência". A referida autora que, no caso brasileiro, encontrou bases dialógicas com Heloísa Bellotto, teve seu trabalho investigativo especificamente voltado para a construção de bases epistemológicas para a Diplomática, seja pela melhor delimitação de seu objeto (o documento) seja pelo estabelecimento de um método, de forma a identificar elementos extrínsecos e intrínsecos nesse objeto chegando-se àquilo que Guimarães (1998) denomina como trilogia diplomática – a estrutura, a função e o uso documental. Nesse âmbito, especial destaque merecem as investigações de Duranti no Projeto INTERPARES, desenvolvido na University of British Columbia, no Canadá, quando os princípios e o método diplomáticos foram aplicados ao documento digital (principalmente aquele gerado digitalmente) de modo a investigar seu valor probatório.

Se, por um lado, a questão do documento como objeto de estudo encontrou espaço de desenvolvimento na Diplomática, mais especificamente no âmbito arquivístico, por outro lado, a ambiência das bibliotecas especializadas, voltadas para o apoio à pesquisa científica forneceu terreno fértil, a partir do final do século XIX, para que a denominada Documentação se construísse, tendo igualmente no documento o seu objeto de estudo.

A Documentação, enquanto área de estudos, teve sua origem em um contexto de final de século XIX e início de século XX, no âmbito da denominada segunda revolução industrial, em que o mundo vivia um efetivo crescimento da produção científica. Sua concepção se deve principalmente à figura do belga de Paul Otlet, considerado o pai da Documentação que, ao mover esforços para a criação do Repertório Bibliográfico Universal (RBI), fundou, em Bruxelas, o Instituto Internacional de Bibliografia (posteriormente FID e hoje abrigado pelo Institut Mundaneum, em Mons). De modo a propiciar a organização temática – e, consequentemente, a recuperação da informação do RBI, Otlet, juntamente com o político Henri la Fontaine, criou a Classificação Decimal Universal, que inovou pela possibilidade de coordenação e síntese de assuntos².

<sup>1</sup> Entende-se aqui como entidade geradora/acumuladora aquela que produz e/ou acumula ou recebe documentos gerados no decorrer de uma atividade.

É importante destacar, ainda, o papel fundamental desempenhado por Fritz Donker Duyvis, colaborador diretor e sucessor do trabalho de Otlet, notadamente em aspectos relativos à administração científica, à padronização e ao controle bibliográfico.

Como marco teórico das idéias de Otlet, o *Traité de Documentation*, de 1934, introduziu formalmente o termo Documentação no universo das ciências e pautou-se, portanto, pela introdução de uma nova terminologia, pela preconização de novas estruturas formais de comunicação e de novas ferramentas e técnicas de tratamento e recuperação da informação. Como destaca Rayward (1997), a referida obra introduziu princípios inovadores de armazenamento e recuperação da informação no contexto das práticas de comunicação e de conhecimento de sua época.

Dentre as idéias de Otlet, expressas em seu *Traité* ..., destacam-se: a organização do conhecimento³ enquanto reflexo da estrutura das ciências (materializada na CDU) servindo à organização de um catálogo universal de todo o conhecimento, a partir da desestruturação do documento a partir de seus elementos de conteúdo e da possibilidade de múltiplo acesso à informação (por meio de um sistema de fichas soltas sistematicamente organizadas).

As idéias de Otlet encontraram reflexo e foram objeto de desenvolvimento por parte de Suzanne Briet, na França e de Michael Buckland, nos Estados Unidos.

Suzanne Briet, em seu livro *Qu'est-ce que la documentation*?, de 1951, preocupou-se com a delimitação conceitual de documento enquanto evidência concreta ou
simbólica, registrada e conservada, visando a representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual. Para a autora, o documento pressupõe delimitação espacial
e temporal, caráter permanente na medida em que conserva um conteúdo e inteligibilidade. Com isso, a autora distingue fenômenos, objetos e criaturas (como uma estrela no
céu, uma pedra no rio ou um animal na selva) de documentos propriamente ditos (tais
como uma foto da estrela, a pedra no museu e o animal do jardim zoológico).

Michael Buckland (1997), por sua vez, explicou e sistematizou essa concepção de documento ao reconhecer no documento três pressupostos fundamentais: a materialidade (decorrente do registro), a intencionalidade (que lhe conferirá valor evidencial ou probatório em diferentes níveis) e o tratamento (com forma de garantir sua inteligibilidade e sua socialização).

Assim, e valendo-se das idéias de Schermeyer (1935), o registro é visto, pelo autor, como "base material de extensão de um conhecimento que se encontra disponível para fins de estudo ou de comparação" (apud BUCKLAND, 1997), ao passo que o valor probatório e a necessidade de tratamento se explicam na medida em que "[...] é a qualidade de estar situado em uma relação organizada e significativa, juntamente com outras provas, que confere ao objeto o estatuto de documento." (BUCKLAND, 1997).

<sup>3</sup> Vale ressaltar a distinção otletiana entre Documentação (como organização de fontes do conhecimento) e Bibliografia (relativa às tecnologias para a produção informacional).

Desse modo, observa-se que, no decorrer de séculos, a sociedade pôde presenciar o desenvolvimento de fazeres arquivísticos e biblioteconômicos, norteados por uma dimensão pragmática que desse conta de estoques documentais específicos.

No entanto, notadamente a partir da segunda guerra mundial, com o avanço científico e tecnológico e, por decorrência, o aumento da produção científica e tecnológica, assumiu-se de forma clara a imprescindibilidade dos registros (*records*) para a ciência, buscando a contribuição tecnológica para o acesso a tais registros. Nesse contexto, a informação passa a ser assumida como uma preocupação (a ser encarada), de modo que sua produção, acesso, organização, disponibilização e uso pudessem ser analisados a partir de parâmetros defensáveis.

Desse modo, em seu artigo *As we may think*, de 1945, Vannevar Bush defende a necessidade de memórias auxiliares que possam permitir a constante extensão, armazenamento e consulta de um registro de informação, de modo a garantir que o mesmo possa ser efetivamente útil à ciência. Exemplo disso reside no MEMEX, idealizado por Vannevar Bush enquanto um "sistema de informação pessoal imaginário, desenhado para um sofisticado leitor de microfilmes e com mais funcionalidade que qualquer outro leitor até então construído" (BUCKLAND, 1992).

A partir da segunda metade do século XX, ganha terreno a denominada Ciência da Informação enquanto área de estudos que, segundo Borko (1968, p. 2), "busca investigar as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios para processá-la de forma a garantir seu acesso e uso". Para tanto, destaca o autor que o corpo de conhecimentos a ela inerente refere-se a aspectos de organização, coleção, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação.

No entanto, para que se fizesse frente a tão amplo espectro de processos, necessário se tornou o recurso a referenciais teóricos e metodológicos de áreas distintas, que pudessem contribuir para a construção de tais parâmetros. Emerge, assim, a dimensão interdisciplinar da área, uma vez que passa a buscar, em áreas como Matemática, Lógica, Linguística, Semiótica, Cibernética, Comunicação, Psicologia, Engenharia de sistemas, Ciência da Computação, Ciência cognitiva, Psicologia, Eletrônica, Economia, Administração, Biblioteconomia e outras (DEFINING..., 1988; PINHEIRO, 1999, p. 165)<sup>4</sup>,

Information science brings together and uses the theories, principles, techniques and technologies of a variety of disciplines toward the solution of information problems. Among the disciplines brought together in this amalgam called information science are. They are brought to

<sup>4</sup> Como ressalta Pinheiro (1999, p. 175) o recurso a áreas outras que pudessem contribuir com seus conceitos, princípios, técnicas, métodos e teorias para que a Ciência da Informação desse conta de seu objeto: a informação.

bear in solving the problems associated with information -- its generation, organization, representation, processing, distribution, communication and use. (DEFINING ..., 1988).

E é exatamente nesse marco interdisciplinar que a Ciência da Informação encontra na informação o seu objeto. No entanto, a informação, abstrata por definição, constitui elemento presente em todas as ciências, razão pela qual sua natureza de objeto da Ciência da Informação necessita ser melhor delimitada pois, como recordam Smit e Barreto (2002, p. 10):

> a área do conhecimento da Ciência da Informação padece de fragilidades à medida que tem dificuldade para definir seu objeto (a 'informação') e convive, no estágio atual, com uma diversidade de definições acerca de seus objetivos e demarcações disciplinares.

Nesse sentido, os referidos autores definem a informação que é objeto da Ciência da Informação como:

> [...] estruturas simbolicamente significantes, codificadas de forma socialmente decodificável e registradas (para garantir permanência no tempo e portabilidade no espaço) e que apresentam a competência de gerar conhecimento para o indivíduo e para seu meio. Essas estruturas significantes são estocadas em função de um uso futuro, causando a institucionalização da informação. (SMIT; BARRETO, 2002, p. 22-23).

Os referidos autores, ao buscarem isolar o objeto da Ciência da Informação - a informação - nele identificam importantes traços descritivos, quais sejam:

- a capacidade de fazer sentido por meio de símbolos ou códigos;
- a possibilidade de tais códigos serem socialmente decodificáveis, garantindo a inteligibilidade do conteúdo;
- a competência de tal conteúdo para gerar conhecimento individual ou coletivo; e
- a necessidade de um processo de organização e armazenagem institucional visando a um uso futuro.

Esses traços distintivos apontados por Smit e Barreto guardam consonância com as idéias de Michael Buckland, para quem a informação pode ser abordada em uma tríplice categorização, como processo, como conhecimento ou como coisa (BUCKLAND, 1991), sendo esta última considerada pelo autor como a única forma passível de ser lidada no contexto de sistemas e unidades de informação, na medida em que se faz necessária a existência de uma evidência materializada por meio de dados, textos e objetos.

Nesse sentido, Buckland resgata a idéia de documento preconizada por Paul Otlet no início do século XX como designativo de um gênero de *coisas informativas*, pautada por alguma forma de materialidade, ou seja, de registro. Igualmente Le Coadic (1996) reconhece no caráter inscrito, registrado, uma peculiaridade caracterizadora da informação enquanto objeto da Ciência da Informação.

Barreto (2002, p. 23), por sua vez, alerta para o fato de que essa informação assume, na Ciência da Informação, um caráter dinâmico, sobre ela incidindo um conjunto de *processos*, notadamente os de produção, organização e distribuição, bem como nos fluxos a eles inerentes.

Poder-se-ia, assim arriscar algumas balizas que caracterizam a disciplinaridade da Ciência da Informação enquanto tal:

- · O objeto: informação registrada
- O objetivo: geração de conhecimento
- · Os processos: geração, organização e uso
- Os produtos: informação documentária<sup>5</sup>
- Os instrumentos

Assim, na informação registrada, enquanto objeto, tem-se o conteúdo e a materialização desse conteúdo para que se atinja o objetivo de gerar conhecimento, por meio do estabelecimento de pontes (ou mediações) entre um conhecimento registrado, socializado, coletivo que, uma vez apropriado, contribui matéria-prima para a geração de um novo conhecimento. Para tanto, o foco da área recai sobre o *iter* que se estabelece entre o momento em que uma informação registrada é concebida e criada e o momento final em que ela é utilizada, apropriada. Para tanto, a área se vale, no desenvolvimento de seus processos, de um conjunto de instrumentos sistematizados para permitir que aquilo que foi produzido possa ser utilizado, gerando, para tanto, um conjunto de produtos, que possam servir de apoios ao processo de mediação e uso da informação.

Esse contexto, por sua vez, encontra materialidade, efetivo espaço de aplicação, em fazeres específicos, levados a cabo por profissionais da informação, termo designativo de um amplo espectro de fazeres profissionais que têm por objeto a informação. Melhor contextualizando, a partir da concepção de Barreto (2002) acima exposta, ter-se

Trabalha-se aqui com a concepção de informação documentária defendia por KOBASHI (1994) e demais pesquisadores do grupo TEMMA enquanto aquela que se materializa e decorre dos processos que se aplicam à informação no contexto da Ciência da Informação, constituindo uma meta-informação.

ia um gênero de profissionais (tais como arquivistas, bibliotecários e tantos outros) que têm por objeto de seu fazer o desenvolvimento dos processos de produção, organização e distribuição da informação registrada para fins de geração de conhecimento.

Desse modo, reconhece-se uma relação orgânica entre o saber da Ciência da Informação, caracterizador de uma base conceitual específica, e os fazeres que se materializam nas distintas atividades profissionais da área de informação: os primeiros, aqueles norteando teórica e metodologicamente os segundos (e oferecendo elementos para explicar seus fenômenos) e, em sentido oposto, os fazeres profissionais oferecendo espaço de experimentação e de efetivação social dos saberes científicos da área. Em outras palavras, pode-se dizer que a Ciência da Informação nutre, teórica e metodologicamente, os fazeres arquivístico e bibliotecário enquanto a Arquivologia e a Biblioteconomia atuam como campos de aplicação e de validação das teorias e metodologias oriundas da Ciência da Informação.

Essa proximidade entre a Arquivologia e a Biblioteconomia já foi apontada por autores como Homulos (1990) e Smit (1993)<sup>6</sup> e se sustenta a partir de dois elementos históricos comuns:

- a. a tradição histórica da prática precedendo a teoria (Arquivo / Arquivista / Arquivologia; Biblioteca / Bibliotecário / Biblioteconomia): ambas as áreas construíram sua base teórica a partir de reflexões sobre práticas reiteradas, mormente em se considerando o fato de ambas serem áreas de natureza eminentemente profissional e de cunho fortemente social;
- b. a ambiência atua como elementos balizador dos fazeres e da aplicação de saberes em ambas as áreas. Desse modo, o fato de ser Arquivo ou Biblioteca, enquanto ambiência informacional, influencia significativamente nos procedimentos a serem adotados, na medida em que pressupõe que se atinjam objetivos com especificidades distintas (a prova documental e a preservação da memória, no primeiro e o apoio à pesquisa e ao lazer, no segundo).

Homulos (1990) defende que a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia desenvolvem-se ao redor daquilo que ele denomina de instituições coletoras de cultura e Smit (1993), defendendo a mesma idéia, vai além ao referir-se a elementos históricos comuns entre as três áreas de tal modo a metaforicamente denominar a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia de As três Marias. Essas concepções vão ao encontro daquilo que Borko (1968), Abbott (1988), Defining ... (1988), Mason (1990), Buckland (1992), Smit (1993), Smit e Barreto (2002) denominam como universo das profissões – e, por decorrência, dos profissionais – da informação.

Se, por um lado, a história de ambas as áreas nos leva a elementos comuns, há de se reconhecer os traços distintivos das mesmas, inclusive para que se tenha argumentos para defender a sua complementaridade e a sua possibilidade de ação em moldes colaborativos. Desse modo apresenta-se, a seguir, uma categorização de traços distintivos entre arquivos e bibliotecas a partir de quatro dimensões: a natureza do documento, a função da instituição, a organização da informação e o critério de formação da coleção.

	Arquivo	Biblioteca	
O documento	autêntico único	múltiplo	
A função	Principal: probatória Secundária: investigativa	Principal: investigativa Secundária: probatória	
A organização da infor- mação (critério)	proveniência organicidade	uso especificidade temática	
A formação da coleção	por acumulação natural	por seleção	

Quadro 1: Arquivos e bibliotecas: traços distintivos

A vista de tais aspectos, pode-se, assim defender a complementaridade das lógicas adotadas pela Arquivologia e pela Biblioteconomia, ambas abraçadas pelo espectro da Ciência da Informação. Assim, e considerando que a Ciência da Informação dedica-se ao estudo dos processos de **produção**, **organização e uso** da informação, observa-se que a Arquivologia organiza prioritariamente para refletir (testemunhar) a produção enquanto a Biblioteconomia organiza prioritariamente para propiciar o uso.

Desse modo, pode-se dizer que, no conceito de *informação arquivística* temse a articulação de um conteúdo em um dado suporte como **testemunho da atividade** de uma dada instituição (o elemento contextual integra seu conceito) enquanto na *informação bibliotecária* tem-se a articulação de um conteúdo em um dado suporte como **subsídio à pesquisa e ao lazer** (o elemento temático integra seu conceito).

Isso permite observar que o conceito de conteúdo informacional em ambas as áreas difere substancialmente, na medida em que, na Arquivologia, esse se encontra na definição do órgão produtor e na espécie e tipologia documental (que, por sua vez, refletem funções e atividades desses órgãos) ao passo que, na Biblioteconomia, ele se encontra na definição do tema ou assunto do documento.

Por fim<sup>7</sup>, e trazendo a questão para o âmbito da formação de profissionais, acredita-se na necessidade de, especificamente no âmbito da Arquivologia e da Biblioteconomia, propiciar uma formação que permita ao bacharel em ambas as áreas atuar como um efetivo profissional de informação, a partir de uma abordagem abrangente da informação em que distintas ambiências levam à adoção de procedimentos distintos, porém complementares. Isso permite a formação de profissionais da informação que, a partir de uma base teóricometodológica da Ciência da Informação possam, cada qual dentro e suas especificidades de área<sup>8</sup>, dar conta de fazeres específicos (da Arquivologia ou da Biblioteconomia).

A título de exemplo, a experiência do Departamento de Ciência da Informação da Unesp, que hoje abriga os cursos de graduação em Arquivologia e em Biblioteconomia tem sido gratificante, na medida em que propicia, em termos curriculares, uma base comum a partir do qual cada um dos cursos desenvolve seu tronco específico, tendo como o pressuposto que o reconhecimento das disciplinaridades próprias de cada área oferece uma bagagem específica ao futuro profissional, de modo a propiciar-lhe um determinado exercício profissional.

Para tanto, alguns elementos vem permeando a filosofia educacional do departamento, na qual se destacam, dentre outros, o convívio diário com tecnologias de informação enquanto ferramentas para toda e qualquer área de atuação profissional; a necessidade de uma visão e atuação gerencial e investigativa na área de informação; a abordagem dos suportes de informação como um todo, desvencilhando-se da idéia de informação unicamente bibliográfica; a preocupação (e postura) interdisciplinar, na qual aportes teóricometodológicos de distintas áreas de interface concorrem para o desenvolvimento das atividades do profissional da informação e o estágio como um espaço de vivência profissional,

<sup>7</sup> A temática ora abordada é complexa e instigante, e vem se construindo, na literatura internacional e nacional a partir de um conjunto de autores que assinalamos como elementos para a construção dos marcos teóricos da mesmas: Paul OTLET, Suzanne BRIET, Vannevar BUSH, Jesse W. SHERA, Harold BORKO, Bernd FROHMANN, Blaise CRONIN, Ronald DAY, Tefko SARACEVIC, Michael BUCKLAND, Gernot WERSIG, Yves-François LE COADIC, Rafael CAPURRO, Birger HJORLAND, Peter INGWERSEN, W. Boyd RAYWARD; Aldo de Albuquerque BARRETO, Maria Nélida GON-ZALEZ DE GÓMEZ, Lena Vânia Ribeiro PINHEIRO, Johanna W. SMIT, Ísis PAIM, Geni Chaves FERNANDES, Marlene de OLIVEIRA, José Maria JARDIM, Luís Carlos LOPES, Maria de Fátima G. M. TÁLAMO.

Nesse sentido, observa-se uma dupla mão, na medida em que aportes teóricos específicos de uma determinada área vem contribuindo para o aperfeiçoamento da outra e vice-versa. Exemplo disso é a utilização do método diplomático em Análise Documentária ou o conceito de Fundo para o Desenvolvimento de Coleções, na Biblioteconomia, e as questões relativas a controle de vocabulário, disseminação da informação e estudos de usuários e de comunidades, na Arquivologia.

na qual o educando tem a oportunidade de aplicar os conteúdos e posturas profissionais em situações concretas. (BERTACHINI; GUIMARÃES; VIDOTTI, 1994).

### Referências

ABBOTT, A. **The system of professions:** an essay on the division of expert labor. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

BARRETO, A. de A. O tempo e o espaço da ciência da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 17-24, jan./jun. 2002.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BERTACHINI, M. L.; GUIMARÃES, J. A. C.; VIDOTTI, S. A. B. G. Anteprojeto de reformulação curricular do curso de Biblioteconomia da UNESP. Marília: FFC, UNESP, 1994.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, p. 3-5, Jan. 1968.

BRIET, S. Qu'est-ce que la documentation? Paris: EDIT, 1951.

BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

BUCKLAND, M. Emanuel Goldberg, electronic document retrieval, and Vannevar Bush's Memex. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 43, n. 4, p. 284-294, May 1992. Disponível em: <a href="http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/goldbush.html">http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/goldbush.html</a>>. Acesso em: maio 2007.

BUCKLAND, M. What is a "document"? **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 9, p. 804-809, Sept. 1997. Disponível em: <a href="http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html">http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html</a>. Acesso em: maio 2007.

BUSH, V. As we may think. **Atlantic Monthly**, v. 176, 1, p.101-108, 1945. Disponível em: <a href="http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm">http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm</a>. Acesso em: abr. 2007.

DEFINING Information Science and the role of ASIS. **Bulletin of the American Society for Information Science**, v. 14, n. 2, p.17-18, 1988.

DURANTI, L. Diplomática: nuevos usos para uma antigua ciencia. Carmona: S&C, 1996.

GUIMARÃES, J. A. C. O caráter instrumental da Diplomática para tratamento temático de documentos na área jurídica. Cadernos da F.F.C., Marília, v. 7, n. 1/2, p. 97-106, 1998.

HOMULOS, P. Museum to libraries: a family of collecting institutions. Art Libraries Journal, v. 15, n. 1, p. 11-13, 1990.

KOBASHI, N. Y. A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

LE COADIC, Y. F. A ciência da informação. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MABILLON, J. De re diplomatica. Paris: Louis Billaire, 1681.

MASON, R. C. T. What is an information professional? Journal of Education for Library and Information Science, v. 31, n. 2, p. 122-138, 1990.

OTLET, Paul. Traite de documentation: lê livre sur lê livre: theorie et pratique. Bruxelles: Palais Mondial, 1934.

PINHEIRO, L. V. R. Campo interdisciplinar da ciência da informação: fronteiras remotas e recentes. In: \_\_\_\_\_. (Org.). Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade. Brasília: IBICT, 1999. p.155-182.

RAYWARD, W. B. The origins of Information Science and the International Institute of Bibliography/ International Federation for Information and Documentation (FID). Journal of the American Society for Information Science, v. 48, n. 4, p. 289-300, 1997.

SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as três Marias. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 81-85, 1993.

SMIT, J. W.; BARRETO, A. de A. Ciência da informação: base conceitual para a formação profissional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002. p. 9-23.

a			
∞ 6			
5			
	*		
*			
¥			

## Da formação incial à formação em serviço: reflexões sobre os saberes e os fazeres do bibliotecário

## Daniela Pereira dos Reis Almeida

A busca por transformações tem gerado grande evolução no pensamento humano, acarretando avanços significativos na qualidade de vida. Conseqüentemente, o mundo do trabalho foi aos poucos, se modificando e um novo tipo de trabalhador surgindo. Fenômenos como a globalização da economia e o uso de tecnologias de informação nas instituições exigiram dos trabalhadores melhor qualificação, pois a nova ordem no mercado de trabalho além do conhecimento é a capacidade de aprender.

À medida que o desemprego aumentou novas oportunidades surgiram e o mundo do trabalho viu-se obrigado a agir rapidamente. Goldfinger (1999, p. 34) assinala que essa nova situação é uma forma de adaptação a uma economia global, que funciona nos 7 dias da semana e 24 horas por dia, e de resposta à pressão da competitividade.

Uma vez que o conhecimento passa a ter lugar de importância no mercado de trabalho, adquirir informações e desenvolver novas habilidades tornou-se imprescindível. Só o conhecimento, no entanto, não basta. As instituições buscam no profissional um conjunto de características onde o comportamento e a capacidade de relação interpessoal esteja presente. Juntamente a essas características, aprender também está se tornando palavra de ordem nesse cenário da economia.

Todas as pessoas estão em constante processo de aprendizagem, em todos os momentos e situações da vida, desde o seu nascimento até a morte. Esse aprendizado faz com que elas avancem significativamente nos mais diferentes aspectos da vida e, dentre eles, destaca-se o trabalho.

Nesse cenário de aprendizagem, é possível pensar na formação inicial do bibliotecário que tem seu início, em nível superior, na graduação em Biblioteconomia. O Brasil possui 38 escolas<sup>1</sup> na área de Ciência da Informação. Todos os cursos seguem as Diretrizes Curriculares

Fonte: <a href="http://www.abecin.org.br/portal/abecin/main.php?pageNum\_escolas=2&totalRows\_escolas=38&sl=ensbra">escolas=38&sl=ensbra</a>. Acesso em: 18 maio 2007.

(DC) do Ministério da Educação, e a partir dessas diretrizes eles acrescentam outras disciplinas que visam à complementação e ao atendimento da realidade da região na qual estão inseridos, formando a organização curricular de cada curso. Oliveira assinala que:

Entende-se por organização curricular a forma pela qual os conteúdos dos cursos se articulam. Analisam-se, os seguintes aspectos: a composição dos cursos nos diferentes ciclos para formação do profissional, a organização das disciplinas, a presença de línguas estrangeiras, o estágio, a presença de disciplinas voltadas para o incentivo à pesquisa, a presença das tecnologias aplicadas à informação e a oferta de cursos de especialização e extensão. (OLIVEIRA, 2001, p. 10).

Esses aspectos são levados em conta, de igual modo, no momento de refletir sobre a realidade do curso e a demanda profissional. A formação inicial é pensada para que os egressos do curso de Biblioteconomia tenham uma formação completa e apresentem condições de ingressar no mercado de trabalho. Por vários momentos, nos cursos de graduação em Biblioteconomia, no Brasil, as necessidades do mercado de trabalho local foram pensadas no sentido de se oferecer disciplinas específicas para atender essa demanda.

Oliveira registra essa preocupação nas universidades do Norte e Nordeste:

No Brasil, os currículos dos cursos das regiões Norte e Nordeste manifestam claramente a preocupação com a demanda regionalizada, como foi visto na declaração dos objetivos destes cursos. Assim, na região Norte, um dos cursos tem a disciplina Estudos Amazônicos, de especificidade local. Outras disciplinas, que não fazem parte das matérias do currículo mínimo, são contempladas, tais como: 'Didática em Biblioteconomia' (encontrada nos currículos dos cursos do Brasil em um único curso da região Norte), 'Antropologia' e 'Biblioteca e Sociedade'. (OLIVEIRA, 2001, p. 14).

Nesse caminho estão todos os cursos brasileiros e, em especial, o curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília, que tem se preocupado em oferecer aos seus egressos uma formação que lhes dê condições de participarem ativamente no mercado de trabalho, a partir das ações desenvolvidas durante a graduação. Prova disso é o currículo com disciplinas que preparam o futuro bibliotecário para trabalhar em qualquer tipo de biblioteca.

Durante o período da graduação, os alunos têm a oportunidade de realizar atividades de extensão e estágios em bibliotecas da cidade e região de Marilia, e conhecer as realidades profissionais e refletir sobre os rumos de seu futuro profissional.

Uma outra questão que merece ser destacada é a preocupação que o corpo docente do Departamento de Ciência da Informação (DCI) tem em mostrar ao alunado, desde o início do curso, que o horizonte do profissional de Biblioteconomia é vasto. Aos poucos, eles vão encontrando o nicho de afinidades profissionais, e, algum tempo após a formatura, dão notícias do primeiro emprego.

Um outro fator que merece destaque a respeito do currículo do curso de Biblioteconomia é a preparação do aluno para a iniciação científica, implantado a partir de 1991 o Trabalho de Conclusão de Curso tornou-se o grande foco deste curso, que se traduz no currículo atual em um eixo curricular que atravessa todos os semestres do curso, desde o primeiro ano.

Ao refletir sobre a importância de uma sólida formação para o bibliotecário com vistas à Educação Continuada, Guimarães (2000) afirma:

Nesse contexto, desnecessário é argumentar sobre o valor pedagógico das iniciações científicas, dos projetos integrados de pesquisa e dos trabalhos de conclusão de curso, pois aí está, a meu ver, uma efetiva integração entre a ação pedagógica e o conhecimento científico. [...] Em suma, a dimensão da educação continuada deve ser vista pela universidade como um espaço de diálogo com seus egressos, seja pela possibilidade de atualização dos mesmos em conteúdos específicos, seja pela motivação para que retornem à estrutura formal da universidade para estudos pós-graduados. (GUIMARÃES, 2000, p. 68).

Dessa forma, o Conselho de Curso de Biblioteconomia (CCB) e o DCI da UNESP, campus de Marília, têm reunido esforços a fim de que, com base nas DC, os egressos do curso de Biblioteconomia tenham a capacidade de desenvolver, durante a sua formação inicial, habilidades e competências para:

[...] enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta, os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços

ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc. (BRASIL, 2003, p. 32).

Dentre as competências e habilidades dos graduados em Biblioteconomia, as Diretrizes Curriculares assinalam, especificamente:

- Gerais: gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; formular e executar políticas institucionais; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; utilizar racionalmente os recursos disponíveis; desenvolver e utilizar novas tecnologias; traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.
- Específicas: Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente; Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza; Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação; Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação. (BRASIL, 2003, p. 32-33).

O curso de Biblioteconomia, a partir de ações pedagógicas e baseado nas Diretrizes Curriculares, tem passado aos egressos uma gama variada de projetos que possibilitam a inserção nas atividades acadêmicas e de pesquisa, mostrando um outro lado da atividade profissional com vistas à atuação futura no meio acadêmico.

Prova dessa efetiva e legítima preocupação são os projetos de iniciação científica existentes no curso e fomentado por agências brasileiras de apoio à pesquisa. Conforme dados levantados para Avaliação Institucional ocorrida no ano de 2005, o curso de Biblioteconomia apresentava os seguintes números:

Tipo de Bolsa	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bolsistas PAE	15	16	15	15	16	18
Bolsa de incentivo técnico - Monitoria	01	01	01	01	01	01
Bolsa de incentivo técnico - Informática	00	00	00	00	01	01
Bolsa de extensão	06	04	03	04	03	05
Bolsa do Núcleo de ensino	00	00	00	00	01	01
Bolsa PIBIC	06	07	08	03	06	08
Bolsa I.C. FAPESP	02	02	02	02	04	02
Bolsa IC - Projeto Integrado CNPq	04	04	04	05	05	05
Total	34	34	33	30	37	41

Tabela 1: Número de bolsistas por categoria de bolsas (1999-2004)<sup>2</sup>

No ano de 2006, alunos do curso de Biblioteconomia do DCI da UNESP, campus de Marília, realizaram a prova do Exame Nacional de Desenvolvimento dos Estudantes (ENADE), cujo objetivo é avaliar o desempenho dos estudantes durante o período de formação com relação ao conteúdo programático dos cursos previstos nas DC, e as habilidades e competências para a atualização permanente. Obtiveram como resultado o conceito 5, ficando em 7º lugar entre os cursos melhor avaliados do país, e em 1º lugar entre os 35 cursos de Biblioteconomia avaliados. É importante avaliar que:

No Brasil existem poucos programas de pós-graduação stricto sensu na área de Ciência da Informação, cujo campo científico abriga a área de Biblioteconomia. Atualmente, existem 11 programas na área, e destes, apenas 6 (seis) possuem mestrado e doutorado. Observando os cursos de Biblioteconomia que pertencem a escolas que possuem programas stricto sensu, verificamos que o Curso de Biblioteconomia da UNESP/Marília está muito bem, tendo em vista que algumas escolas que possuem mestrado e doutorado não

<sup>2</sup> Dados obtidos do Relatório para Avaliação externa do curso de Biblioteconomia da UNESP.

foram muito bem avaliadas pelo ENADE/2006. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2007, p. 22).

A gama das disciplinas que o curso de Biblioteconomia oferece aos seus egressos visa uma formação sólida com vistas à aquisição de competências e habilidades que permita a eles a condição de atuar no mercado de trabalho de maneira competitiva.

A literatura define habilidades, como um conjunto de conhecimentos e técnicas que possibilitarão aos profissionais enfrentar uma nova situação. De acordo com Silva (1997, p. 170), o profissional precisa ter as seguintes habilidades:

- Selecionar, adquirir e intercambiar fontes de informação primárias e secundárias,
- Criar Base de Dados,
- · Criar e fazer a aplicação de sistemas de documentação plurilíngüe,
- Elaborar e aplicar técnicas de busca de informação,
- Comunicar-se por meio de computadores,
- Conhecer e entender os aspectos organizacionais do estabelecimento de redes e seu uso para compartilhar informações e,
- · Conhecer e aplicar técnicas gerenciais modernas.

Aliado a essas, e não menos importante, está um conjunto de características que o bibliotecário precisa ter para atuar em um ambiente de mudanças e saber como lidar com as diferenças. Ponjuan, Feria e Guimarães (1999) as identificaram como os A's do bibliotecário:

- · Aptidão comunicativa
- Atitude investigativa, educativa e ética para
- Avançar até a qualidade dos serviços informativos
- Adiantar-se às inovações
- Atualizar-se constantemente
- Ampliar os horizontes de sua instituição
- Aprender com os usuários
- · Adaptar-se ao ambiente
- Aproveitar as oportunidades em prol da sociedade
- · Atrair outros profissionais à sua equipe e,
- · Agregar valor à informação, demonstrando
- Amar a profissão (apud PONJUAN, 2000, p. 103, tradução e grifo nossos).

Em trabalhos que abordam a questão das habilidades que o bibliotecário deve adquirir e desenvolver ao longo de sua carreira, o tema sobre a atualização ou a formação continuada sempre está presente, trazendo à discussão que embora não seja nova a abordagem, é de fundamental importância que faça parte do objetivo de crescimento pessoal e profissional do bibliotecário, pois uma está aliada a outra e se complementam.

A questão das habilidades que o profissional precisa adquirir/manter tem caminhado junto com as competências. O que significa competência profissional em um mundo de acirrada competitividade? Alguns talvez possam pensar que ser competente é chegar todos os dias pontualmente ao local de trabalho, realizar suas atividades, não entrar em confusões ou fazer "fofoca" entre os colegas, e assim por diante. Tais ações devem ser inerentes à pessoa, independente de sua competência. Ribeiro e Motta (200?) apontam a:

[...] competência como atributo individual vinculado ao domínio de conhecimento e habilidades para a qual, sem dúvida, as ações de educação continuada podem contribuir e de forma valorosa.

Nos encontros das escolas de Biblioteconomia do Mercosul esse tema foi alvo de discussões. Valentim (2002) informa que, após um debate que procurou por uma definição própria para a área, chegaram à seguinte definição:

Por competências profissionais se entende o conjunto de habilidades, destrezas, atitudes e de conhecimentos teórico-práticos necessários para cumprir uma função especializada de um modo socialmente reconhecível e aceitável. Em suma, as competências profissionais compreendem o conjunto de habilidades, destrezas e conhecimentos que um profissional de qualquer área do conhecimento humano precisa contar, para cumprir as atividades especializadas, oferecendo o mínimo de garantia sobre os resultados de seu trabalho, tanto em relação ao seu público, quanto em relação ao seu empregador, em última instância, a sociedade da qual faz parte. (PROGRAMA..., 2000, p. 6 apud VALENTIM, 2002, 122-123).

Desse modo, as discussões giram em torno de características teóricas e práticas que o bibliotecário precisa assimilar durante a sua formação, de modo que ele seja motivado a continuar no aprimoramento das mesmas durante a trajetória profissional. Buscar constantemente a aquisição e o desenvolvimento de habilidades e competências não é sim-

plesmente participar de cursos e eventos, mas assimilar os conceitos e conteúdos oriundos dessas participações para o dia-a-dia, saber traduzir os conceitos teóricos obtidos desde a formação inicial para responder às questões que se apresentam no ambiente de trabalho com relação à manutenção do emprego. Atualmente, é comum virem à tona assuntos sobre essa questão. Independentemente de pensamentos e ideologias políticas, de classe social, de níveis de formação escolar e acadêmica, esse assunto desperta muito interesse.

O emprego é visto como um dos meios de sobrevivência do ser humano, no entanto uma reflexão sobre o que é preciso fazer para ter e manter o emprego tem sido tema dos assuntos em meios organizacionais e isso tem levado a mudanças nos diferentes níveis da organização.

É nesse ambiente de mudanças que, a partir da década de 90, o termo:

[...] empregabilidade passou a ocupar um lugar de destaque no contexto do ambiente de trabalho, desencadeado principalmente por adventos como a globalização, a abertura do mercado brasileiro às importações e as crescentes inovações tecnológicas. Esses acontecimentos fizeram com que a mão-de-obra tivesse que buscar um maior desenvolvimento para conseguir manter-se ativa no mercado profissional que passou por grandes reestruturações. (RUEDA; MARTINS; CAMPOS, 2004, p. 2).

Para acompanhar essas reestruturações, o trabalhador - que até então pensava em prestar um serviço de qualidade e manter-se leal ao seu empregador para em troca ganhar estabilidade - passou a pensar que é o maior responsável por sua carreira, e caso "perca o emprego" precisa ter meios de voltar ao mercado de trabalho em outra posição.

No meio empresarial, essa questão esteja talvez mais presente, por ser um ambiente no qual a concorrência seja mais acirrada devido às mudanças que ocorrem com mais freqüência e com maior velocidade do que no meio organizacional como o das bibliotecas brasileiras.

Ao pensar nessa questão como um meio de refletir sobre a necessidade de atualização, a formação do bibliotecário se encaixa na discussão da empregabilidade, a partir do momento em que é um profissional que deve acompanhar o caminho da sociedade na qual atua, conforme assinala Guimarães (2000, p. 55):

A idéia de emprego (colocação fixa, sólida e estável) passa a dar lugar à de empregabilidade (em que se une a concepção de atividade profissional, mutante e diversificada, à de competitividade profissional, centrada no elemento humano e em seu grau de adaptabilidade a uma realidade heterogênea, complexa e em

constante transformação). Se antes a ênfase estava nos rígidos e canônicos padrões técnicos de uma sólida formação, hoje a ênfase se translada para a qualidade dos serviços e produtos profissionais, e o até então movimento associativo fiscalizador pautado pela intervenção estatal herdada do corporativismo getulista cede lugar a uma congregação profissional mais voltada para a qualidade e atualização.

Por isso, a empregabilidade vem sendo vista como uma condição de a pessoa ser empregável, ou seja, ter habilidades e competências necessárias para atuar no mercado de trabalho mais livremente e de modo completo. Para que essa completude seja alcançada, a educação e a aprendizagem adquirem importante papel no mercado de trabalho.

Em qualquer tipo de organização está presente – de modo objetivo ou subjetivo – a necessidade e a importância da aprendizagem em todas as suas formas, seja a aprendizagem individual, em grupo ou organizacional: a aprendizagem já adquirida na profissão escolhida, a aprendizagem de bons modos nos meios sociais, a aprendizagem a partir do que se percebe com relação à cultura da organização o que envolve questões subjetivas/objetivas, abstratas/concretas e fornece a questão do todo, a idéia da organização como um sistema.

Em qualquer tipo de organização, as pessoas são levadas a pensar sobre os meios e ferramentas que auxiliarão na condução dos atos profissionais. Esse tipo de decisão ou atitude auxilia na tomada de decisões e em unidades/sistemas de informação, assim como assinalam Rubi e Fujita (2006, p. 2):

[...] os sistemas de informação são compostos por partes interligadas (inserção de documento, classificação, catalogação, indexação etc.) com o objetivo comum de disponibilizar a informação da melhor maneira possível [...] e deve integrar também o planejamento global dos sistemas de informação como parâmetro de sua administração no contexto gerencial.

Desse modo, a condução da carreira profissional precisa ser pensada de modo global. Hoje ainda persiste essa preocupação em todos os cursos que formam profissionais em nível superior no Brasil. As universidades não formam mais em um único nível, atuam no campo das especializações, cursos de atualização profissional (de curta ou média duração), e é a partir desses cursos, muitas vezes, que o profissional volta para a academia e torna-se um pesquisador.

Atualmente, em discussões em sala de aula, apresentação de trabalhos em eventos científicos e profissionais, artigos e trabalhos afins em todas as áreas do conhecimento, aparecem temas da atualização e/ou capacitação dos profissionais como um meio de permanecer em um mercado de trabalho que está mais competitivo.

As bibliotecas são organizações que, de igual modo, estão no meio desse turbilhão competitivo em que a atual sociedade se encontra e necessitam de programas que atendam à demanda que ora se apresenta: uma clientela que já conhece, usa e, na maioria das vezes, domina de maneira eficiente as tecnologias disponíveis no mercado, para atender às necessidades informacionais.

No ambiente de qualificação profissional, é possível fazer um recorte mais específico e conhecer as ações da biblioteca com relação à qualificação e à atualização dos profissionais. Como as bibliotecas são organizações voltadas para a satisfação das necessidades informacionais de sua clientela, ela desenvolve ações, produtos e serviços voltados à sua clientela de tal maneira que se atinjam os objetivos e metas traçadas por um determinado período.

Por serem organizações inseridas em um meio dinâmico, as bibliotecas têm acompanhado, ao longo dos anos, as mudanças ocorridas na sociedade como um todo (cabe destacar que essas mudanças acontecem de acordo com a realidade de cada organização) e buscado uma melhoria na apresentação de seus produtos e serviços.

Nas instituições, cada trabalhador é responsável por uma ou mais atividades, e para que ele continue a realizar tais atividades, é preciso que aprenda. Senge (1998, p. 57) afirma que "a medida que o mundo torna-se mais interligado e os negócios complexos e dinâmicos, o trabalho precisa ligar-se em profundidade à aprendizagem."

A tendência nas instituições, desde o início da década de 90, é a da aprendizagem constante. Aquelas que não atentaram para essa característica podem correr o risco de desaparecerem ou ainda de ficarem esquecidas. As instituições, no entanto, não possuem vida própria, mas são administradas e mantidas por pessoas e são elas as responsáveis por seu desenvolvimento. Com as rápidas transformações ocorridas no mundo, a satisfação e o bem-estar das pessoas, no entanto, foram sendo esquecidos dentro das organizações.

No setor informacional, por exemplo, com a automatização das unidades de informação, os bibliotecários poderiam ter pensado que suas atividades chegariam ao fim quando os computadores foram implantados. Porém, no início, os computadores somente substituíram as máquinas de escrever e ainda o fazem em algumas unidades. Em outras, por sua vez, são utilizados como ferramentas úteis e necessárias ao desenvolvimento das tarefas diárias.

Graças a participação em congressos, seminários, encontros e palestras sobre o uso de novas tecnologias em unidades de informação, os bibliotecários vão adquirindo novas habilidades que possibilitam a otimização dos serviços.

Assim, as unidades de informação passaram a oferecer produtos e serviços diferenciados aos usuários, pois o uso das novas tecnologias trouxe às unidades um usuário diferente, assim como a unidade de informação também passou a ter um conceito diferente. Ouve-se falar da "biblioteca sem paredes", quer dizer, a unidade pode existir ou não em um dado espaço físico e seu acervo é disponibilizado para várias pessoas ao mesmo tempo.

Diante do panorama observado até aqui, pode-se imaginar que a situação do trabalho - do ponto de vista daquele antigo trabalhador o qual obtinha uma boa qualificação profissional a partir da obtenção de sua graduação - é delicada. Qualquer profissional, de qualquer área, até há pouco tempo, estava seguro com o seu diploma da faculdade.

Sabe-se que, na área das Ciências Médicas, os profissionais têm ido em busca de aperfeiçoamento, até porque os avanços conquistados na medicina só foram obtidos a partir de pesquisas e de estudos contínuos à conclusão da graduação. Com o tempo, outras áreas passaram a investir em pesquisa, atingindo avanços significativos.

No entanto, há uma possibilidade para todas as áreas: se o mundo do trabalho sofre mudanças rápidas, nada melhor do que a atualização através dos estudos. Para Elhajji (1999, p. 112), a única maneira de o profissional se manter firme nessa situação é estar capacitado profissionalmente:

[...] para poder concorrer nesse novo quadro político e econômico global (já que o mundo das comunicações ignora particularmente as fronteiras nacionais) é preciso mais do que nunca capacitar o cidadão... e o trabalhador. Doravante, a preparação das energias criativas pela educação voltada aos valores específicos, qualificação profissional e pesquisa científica torna-se uma condição de sobrevivência no novo ambiente cognitivo.

Os estudos para as pessoas que já estão empregadas e que já possuem alguma qualificação profissional são conhecidos como Educação Continuada. Outras denominações, como Formação Continuada, Desenvolvimento Profissional Contínuo e Educação Permanente, também são encontradas na literatura e todos são ministrados com o intuito de capacitarem profissionais.

Para Cunha (1984, p. 150), a "Educação Continuada pode ser definida como qualquer aprendizagem, formal ou informal, feita a partir da primeira graduação". O

indivíduo não fica estagnado em sua profissão, busca aprimorar os conhecimentos adquiridos na graduação através da educação permanente, mantendo-se atualizado.

No entanto, Oliveira (2001, p. 116-117) vai mais além e aponta:

A Educação Continuada constitui-se em processo que se prolonga a partir das instâncias da educação formal e regular. Tomando como subsídio teórico a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, entende-se aqui a educação formal em seus dois níveis: educação básica, constituída pela educação infantil [...], ensino fundamental [...] e do ensino médio; e pela educação superior, constituída pela graduação [...] e pela pós-graduação.

Tal afirmação apresenta um esclarecimento sobre o que seja, de fato, a Educação Continuada: a participação em cursos e atividades que correspondam a qualquer tipo de atividade que não faça parte da educação formal, como: cursos de curta duração em áreas ou serviços específicos, cursos de aperfeiçoamento e de atualização, dentre outros. Entretanto, a realização de qualquer um desses cursos sem sistematização e sem um planejamento que atinja a melhoria na carreira nem sempre cumpre com a função da formação em serviço como prática de Educação Continuada.

Todo processo educativo permite ao ser humano incorporar conhecimentos, os quais serão agregados àqueles conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Pereira (1999, p. 187) afirma que a educação "é um processo de transformação sócio-cultural, por meio do qual o ser humano se desenvolve, informando-se e acompanhando as transformações da sociedade em cada contexto" e no qual o ser humano tem a oportunidade de crescer.

Ribeiro e Motta ([200?], p. 5) ao abordar a questão da importância da Educação Continuada vão mais além em seus pensamentos ao trazer à tona um ponto importante com relação a essa temática e indagam:

O conhecimento atualizado se constitui em razão suficiente para modificação dos processos de trabalho e das relações de trabalho entre os profissionais? Responder a estas questões implica, em primeiro lugar, na revisão das concepções pedagógicas predominantes que, ao entenderem a prática como mera aplicação do conhecimento, esvaziam-na de sentido e estabelecem uma relação linear e simplista entre o saber e o fazer. Em seus cursos de atualização, os profissionais são elevados ao paraíso do 'como deveria ser', tradução da verdade do conhecimento científico acumulado e atualizado, aplicável numa espécie de representação universal

e única [...]. Quando retornam aos serviços, entretanto, se vêem confrontados em suas realidades cotidianas com a impossibilidade da aplicação do conhecimento adquirido. Na prática, a teoria é outra. 'O curso foi ótimo, os serviços é que não oferecem condições para o nosso trabalho, são frustrantes'. Talvez seja esta a frustração latente que origine expressões do tipo 'os profissionais que sofreram treinamento este ano [...]'.

Como a educação é um caminho para enfrentar a crise o educador Paulo Freire, já na década de 60 e 70 apontava para a necessidade de o homem preparar-se para o encontro entre o trabalho e o uso de tecnologias da informação. Aliado a esse pensamento é possível pensar sobre o que deve ser preparado para os profissionais com relação a programas de Educação Continuada.

Um primeiro ponto que merece destaque é que o bibliotecário precisa se tornar um profissional reflexivo. Partindo desse tema, temos uma idéia de que ser reflexivo é ter a capacidade de utilizar o pensamento como atribuidor de sentido. Vale ressaltar ainda que essa e muitas outras idéias e definições do que seja um profissional reflexivo foram baseadas e estudadas a partir dos estudos de John Dewey, que afirmava: refletir é uma forma especializada de pensar. Seja qual for a situação vivenciada no ambiente de trabalho, a reflexão deve fazer parte do cotidiano dos profissionais, a fim de melhor pensar e agir.

Contreras (2002) ao discorrer sobre as idéias de Schon com relação a reflexão na ação do profissional, assinala:

> Nossa prática cotidiana está normalmente assentada em um conhecimento tácito, implícito, sobre o qual não exercemos um controle específico. Há uma série de ações que realizamos espontaneamente sem parar para pensarmos nelas antes de fazê-las. São compreensões das coisas ou competências que interiorizamos de tal forma que seria difícil descrever o conhecimento que implicitamente revelam essas ações. Muitas vezes nem sequer somos conscientes de tê-las aprendido, simplesmente nos descobrimos fazendo-as. Nesse tipo de situação, o conhecimento não se aplica à ação, mas está tacitamente personificado nela. (CONTRERAS, 2002, p. 106-107).

Esse fator da reflexão na ação profissional mostra-se importante na formação em serviço do bibliotecário porque oferecerá a ele a chance de pensar em novas possibilidades de resolver questões não habituais. Contreras aborda essa questão a partir de:

[...] características próprias na prática profissional. Uma delas é que supõe um elemento de repetição. Um profissional é um especialista que enfrenta repetidamente determinados tipos de situação ou casos que constituem o âmbito de sua especialidade. As situações com as quais se defronta são consideradas em função de sua semelhança com casos anteriores. Como produto da repetição dos casos, desenvolve um repertório de expectativas, imagens e técnicas que lhe servem de base para suas decisões. Aprende o que buscar e como responder ao que encontra. Essa experiência é a que alimenta seu conhecimento na prática. (CONTRERAS, 2002, p. 107).

Por mais esse motivo, a formação em serviço mostra-se relevante no cenário do bibliotecário porque nem sempre é possível resolver problemas através da experiência diária somente. A troca com outros colegas de profissão, a discussão e a própria reflexão sobre seu papel encontram na atualização por meio da formação em serviço uma aliada.

Em organizações sem fins lucrativos, como as bibliotecas, por exemplo, há casos de preocupação com a atualização das pessoas às quais são atribuídas as responsabilidades pelo desenvolvimento dos produtos e serviços. Belluzzo (1995) apresenta um estudo onde propõe um modelo de capacitação contínua para os recursos humanos de bibliotecas.

Uma outra experiência em relação à capacitação é o estudo desenvolvido por alunos da Liverpool John Moores University, em 1989 e relatado por Bakewell (1993), com 30 auxiliares de bibliotecas universitárias, demonstrando que todos os respondentes gostariam de ter mais oportunidade de treinamento em serviços bibliográficos, com computador, conhecer outras bibliotecas e participar de cursos externos. Os pesquisadores puderam chegar à conclusão de que os principais fatores de capacitação para os respondentes seriam uma boa comunicação e formação em serviço, o que demonstra, mais uma vez, a necessidade de capacitação das equipes bibliotecárias.

Se os estudos com técnicos e auxiliares têm mostrado que os esforços em relação à formação em serviço são de interesse dos membros de equipes em unidades de informação, a preocupação com a formação em serviço dos bibliotecários dentro de sua área de atuação, de igual modo, podem trazer benefícios e melhorias que resultarão na satisfação pessoal de cada profissional em verificar que os objetivos pessoais e da própria organização podem ser atingidos.

Estar informado sobre os recentes avanços da profissão é também recomendável. Em todas as áreas, existe uma gama de publicações cuja finalidade é manter o profissional atualizado. No entanto, só isso não basta. Todos os conhecimentos adquiridos ao longo da vida são importantes para o desenvolvimento do profissional. Esse conjunto de conhecimentos adquiridos, sociais, educacionais e profissionais é que pode instigar o trabalhador a continuar seus estudos após a formação acadêmica.

Entre os bibliotecários, essa necessidade tem crescido ao longo dos anos e, como já assinalava Figueiredo (1993, p. 240), dois motivos os levaram a essa percepção:

- desenvolvimentos tecnológicos que podem ter influência sobre a atuação dos profissionais;
- mudanças dos contextos sócio-econômico-político-culturais onde os serviços bibliotecários são oferecidos.

A Educação Continuada é importante para que haja entrosamento maior entre os bibliotecáios, envolvendo-os nos objetivos de sua instituição. Através dela, o colaborador adquire conhecimento e/ou habilidades específicas para a realização de suas tarefas diárias, visando a correção de deficiências e descobrindo novos potenciais. (BERTHOLINO; FERRO, 1999). Tanto a educação inicial quanto a formação em serviço apontam para a necessidade da atualização da equipe de profissionais de bibliotecas universitárias. (BELLUZZO, 1993; JOHNSON, 1998; BERTHOLINO; FERRO, 1999).

Afirmando ainda sobre a necessidade de formação continuada para bibliotecários, Rubi e Fujita (2006) assinalam:

Nesse sentido, tanto os cursos de graduação em Biblioteconomia quanto os cursos que visam à educação continuada do profissional indexador têm uma grande parcela de responsabilidade na formação e capacitação do indexador que necessita dos aportes teórico-metodológicos específicos sobre leitura documentária, dotados dos aspectos cognitivos e lingüísticos.

Ações como a capacitação contínua da equipe de trabalho têm se mostrado um meio eficaz para que os objetivos sejam alcançados. Nesse cenário, a Educação Continuada tem permitido que os bibliotecários sigam em busca de aprendizagem e aperfeiçoamento em suas atividades rotineiras, de maneira que não só os serviços tradicionais da biblioteca continuem a ser oferecidos com eficiência, mas que também haja o desenvolvimento de novos serviços que se antecipem às necessidades da clientela da biblioteca.

Trabalhos como os de Medeiros (2006) e de Arruda, Marteleto e Souza (2000) contribuem com esse pensamento e assinalam que o avanço ocorrido nos meios tecnológicos

com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) aceleraram as mudanças nos ambientes informacionais, uma vez que os clientes/usuários das bibliotecas tornaramse mais independentes nas buscas por satisfazer suas necessidades de informação.

Para alguns, o bibliotecário - profissional responsável pela direção e funcionamento das bibliotecas – ainda é visto como aquela pessoa interessada somente em atividades técnicas sem se preocupar com os usuários. Com a inserção e o uso das tecnologias nas suas unidades de trabalho, é possível pensar em um outro profissional.

Moreiro Gonzáles (2005, p. 74) assinala:

[...] isto tem tido um reflexo imediato nas funções bibliotecárias. A difusão de informação e a intermediação com documentos que não fazem parte da coleção local têm transformado a biblioteca em um autêntico serviço de referência e de acesso às fontes. [...] Com isso, o bibliotecário atual se torna, progressivamente mais em um mediador entre a informação e o usuário. A figura do bibliotecário erudito e conservador está em franca regressão frente ao bibliotecário informador. (tradução nossa).

Então, é possível pensar em uma biblioteca que atenda à clientela de maneira diferenciada, pois os avanços e mudanças estão ocorrendo não só na apresentação de novos produtos e serviços, mas também nas pessoas que buscam e que oferecem esses serviços. Moreiro Gonzáles afirma ainda que "a erupção, na década de Oitenta de tecnologias de informação mais avançadas, levaram as bibliotecas a uma rápida evolução tanto no modo de atender aos usuários bem como nos serviços que presta." (MOREIRO GONZALES, 2005, p. 76, tradução nossa).

Nesse cenário, não há como não pensar em um bibliotecário que, além de continuar a desenvolver atividades diárias, não se preocupe em acompanhar, de forma sistematizada, os avanços citados anteriormente, a partir de programas específicos em sua área de atuação. Por isso, a formação em serviço como prática da Educação Continuada tem sido vista como um dos meios para que esses profissionais estejam acompanhando as mudanças. Ao analisar a questão da Educação Continuada para o bibliotecário, é possível realizar um paralelo com a questão da empregabilidade, quando estudiosos dessa área apontam para a importância do gerenciamento da própria carreira.

Dessa forma, pode-se notar que as ações advindas tanto por parte das organizações, no papel de seus diretores, quanto dos próprios profissionais em busca de aprimoramento e formação em serviço, visam à busca de estratégias que auxiliem na melhoria da apresentação de seus produtos e serviços. Nesse sentido, a formação continuada do bibliotecário pode trazer benefícios para a própria carreira, quanto para a unidade de informação da qual faz parte.

Um ambiente de trabalho cuja estrutura esteja voltada para a aprendizagem torna as ações para o supervisor e os supervisionados mais claras a partir do momento em que ambos conhecem o seu papel na organização. Assim, a reunião das habilidades e competências tornará possível essa realidade, uma vez que a busca por atualização profissional tramita entre as características que os trabalhos sobre as habilidades e competências assinalam.

Um exemplo que pode ser tomado como parâmetro por escolas e associações profissionais é o da formação profissional na França. "Uma lei de 1966, atualizada sucessivamente em 1971, 1978, 1984 e 1992, institucionaliza a formação profissional continuada como uma obrigação nacional" (CUNHA, 2000, p. 82). Nesse caso não só as escolas precisam passar esse conceito aos seus alunos, mas as associações de classe também são envolvidas nesse processo, como parceiras. Tais ações dão condições não só aos profissionais, mas trazem aos empregadores a oportunidade de ter em suas unidades de informação um bibliotecário em formação constante, atualizado e produtivo.

Valentim reflete sobre tema e assinala que:

[...] fornecer competências e habilidades profissionais durante a formação profissional, por meio dos conteúdos formadores, é papel da escola. Porém, manter essas competências e habilidades profissionais, após a sua saída da escola, é papel do próprio profissional. Esse entendimento é muito importante, pois, a partir disso, o profissional sempre terá uma postura investigadora e crítica, gerando uma disposição de busca incessante, que o tornará sempre competente para atuar em prol da sociedade contemporânea. (VALENTIM, 2002, p. 130).

Tal pensamento apresenta os atores dessa parceria: a escola, como responsável pela formação inicial, as associações de classe que zelam pela profissão e profissionais a partir da fiscalização do exercício profissional e assuntos de interesse relativos a imagem da profissão e o próprio profissional, o qual deve ser a parte mais interessada em buscar o aperfeiçoamento a partir da formação em serviço. Esse é o cenário que se apresenta para a atuação do bibliotecário e que precisa dar condições de atualização e meios de desenvolvimento pessoal e profissional.

A partir disso, pensar nas habilidades e competências necessárias para que o futuro profissional tenha condição de atuar com segurança em qualquer área na biblio-

### Referências

ARRUDA, M. da C. C.; MARTELETO, R. M.; SOUZA, D. B. de. Educação, trabalho e o delineamento de novos perfis profissionais: o bibliotecário em questão. **Ciência da Informação**, Brasilia, v. 29, n. 3, p. 14-24, set./dez. 2000.

BAKEWELL, K. Motivation of library staff. **Library Management**, v. 14, n. 5, p. 18-19, 1993.

BELLUZZO, R. C. B. **Da capacitação de recursos humanos à gestão da qualidade em bibliotecas universitárias:** paradigma teórico-prático para ambiente de serviço de referência e informação. 1995. 259 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BELLUZZO, R. C. B.; FONTES, C. de A. O treinamento em serviço do bibliotecário de referência face às novas tecnologias como fator de qualidade: embasamento para sua compreensão. **Cadernos da F.F.C.**, Marília, v. 2, n. 2, p. 21-31, 1993.

BERTHOLINO, M. L. F.; FERRO, J. M. Diagnóstico dos interesses de treinamento dos recursos humanos da Biblioteca Central da UEPG. In: RAMOS, M. E. M. (Org.). **Tecnologia e novas formas de gestão em bibliotecas universitárias.** Ponta Grossa: UEPG, 1999. 257 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares para os Cursos de Biblioteconomia**. 2003. Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf">http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf</a>>. Acesso em: 1 jul. 2007.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. Tradução Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

CUNHA, M. B. da. O desenvolvimento profissional e a educação continuada. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 149-156, jul./dez. 1984.

CUNHA, M. V. da. A formação dos profissionais da informação na França: comparação com o sistema brasileiro. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.) **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. p. 71-90. (Coleção Palavra-Chave, 11).

ELHAJJI, M. Novas estratégias organizacionais no cenário global. Ciência da Informação, Brasília, v. 28, n. 2, p. 111-114, maio/ago. 1999.

FIGUEIREDO, N. Metodologias inovadoras para a educação continuada de bibliotecários. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 97-128, jan./jun. 1993.

GOLDFINGER, C. O futuro do trabalho. O Correio da UNESCO, ano 27, p. 34-36, fev. 1999.

GUIMARÃES, J. A. C. O Profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.) **Profissionais da Informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. p. 53-70. (Coleção Palavra-Chave, 11).

JOHNSON, I. M. Desarrolo profesional continuo para la gestion de bibliotecas y de servicios de informacion. Traducción Guadalupe Carrión Rodriguez. **Investigacion Bibliotecologica**, v. 12, n. 25, p. 119-131, jul./dic. 1998.

LATINOAMERICANA: Colegio Nacional de Bibliotecaros: Información Científica Internacional, 2000. 114 p.

MEDEIROS, R. Educação continuada como parte da formação do profissional bibliotecário: uma ação estruturante. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 105-114, jan./jun. 2006.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. **Conceptos introductorios al estúdio de la información documental**. Salvador: EDUFBA; Lima: Pontifícia Universidad Católica del Perú, 2005. 346 p.

NINA, R. R. V. **Profissional da Informação**: o bibliotecário e suas representações das competências profissionais e pessoais para atuar em bibliotecas. 2006. 258 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

OLIVEIRA, E. F. T. de. **A formação do bibliotecário no âmbito do MERCOSUL**: a realidade e as tendências no limiar do Século XXI. 2001. 164 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

PEREIRA, A. M. A educação continuada e sua importância na formação do profissional bibliotecário. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECONOMIA "Prof. Dr. Paulo Tarcísio Mayrink", 3., 1999, Marília. **Anais...** Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, 1999. p. 185-193.

PONJUÁN, G. Perfil del profesional de información del nuevo milênio. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.) **Profissionais da Informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. p. 91-106. (Coleção Palavra-Chave, 11).

RIBEIRO, E. C. de O.; MOTTA, J. I. J. Educação permanente como estratégia na reorganização dos serviços de saúde. [200?]. Disponível em: <a href="http://www.redeunida.org">http://www.redeunida.org</a>. br/arquivos/educacao.rtf>. Acesso em: 13 jun. 2007.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L. . O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 1-16, 2006.

RUEDA, F. J. M.; MARTINS, L. J.; CAMPOS, K. C. de L. Empregabilidade: o que os alunos universitários sabem sobre isso? **Psicologia**: Teoria e Prática, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 63-73, 2004.

SENGE, P. M. A quinta disciplina: arte e prática da organização de aprendizagem. Tradução OP Traduções. 2. ed. São Paulo: Best Seller: Círculo do Livro, 1998. 443 p.

SILVA, E. O. El consultor como profesional de Información. Ciências de la Información, La Habana, v. 28, n. 3, Sept. 1997.

SILVA, J. F. M. da. O impacto tecnológico no exercício profissional em Ciência da Informação: o bibliotecário. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p. 83-94. (Coleção Palavra-Chave, 14).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Faculdade de Filosofia e Ciências. Departamento de Ciência da Informação. Conselho de Curso de Biblioteconomia. **Análise dos resultados:** exame nacional de desempenho de estudantes (ENADE) 2006. Marília, 2007. 29 p.

VALENTIM, M. L. P. (Coord.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002.152 p.

# Conteúdos formadores em gestão da informação e conhecimentos essenciais para a formação em biblioteconomia

## Marta Lígia Pomim Valentim

## Introdução

Considero os conteúdos formadores relacionados à gestão da informação e à gestão do conhecimento essenciais para a atuação do profissional da informação, em especial o bibliotecário, visto que são conteúdos que serão aplicados na prática profissional, em qualquer contexto ou ambiente informacional.

Para embasar meu ponto de vista, serão apresentados inicialmente alguns documentos oficiais referente às Diretrizes Curriculares nacionais para a área, bem como alguns documentos gerados a partir de discussões realizadas em fóruns do Mercosul.

No Brasil, por meio de um trabalho realizado pela Comissão de Especialistas do MEC, para a área de Ciência da Informação, foram definidos o perfil, as competências e habilidades necessárias, assim como os conteúdos formadores essenciais para a área. O resultado desse trabalho foi aprovado, homologado e divulgado em 2001.

As Diretrizes Curriculares para a área de Ciência da Informação, apresentam as competências e habilidades essenciais, dividindo-as em gerais e específicas; destaquei aquelas competências que podem ser associadas à área curricular de Gestão da Informação:

#### Gerais

- Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- Formular e executar políticas institucionais;
- Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- Utilizar racionalmente os recursos disponíveis;
- Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;

- Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.

## Específicas

- Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;
- Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
- Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação. (DIRETRIZES..., 2001, p. 2).

Da mesma forma, resgato a partir da primeira proposta apresentada para a formulação das Diretrizes Curriculares para a área de Ciência da Informação, o que foi indicado como conteúdos essenciais para a formação do profissional da área:

## Matérias Comuns para a Área de Ciência da Informação:

- A construção do conhecimento Epistemologia. Metodologia da pesquisa. Heurística.
- 2. O estatuto do documento Produção de evidência versus atribuição de sentido. A informação orgânica e a inorgânica. As unidades físicas de referência: documento, peça, série, coleção, arquivo e acervo (cartorial e operacional). As unidades intelectuais de referência: assunto e função. O documento como indício, prova e testemunho.
- O fluxo documental: da gênese ao acesso Produtores e usuários da informação (mediações e interfaces). A contextualização como ferramenta. Seleção / avaliação. Representação e comutação: polissemia e monossemia.
- As instituições Funções pragmáticas, cognitivas, estéticas e vivenciais. Gestão, custódia, conservação, depósito legal e curadoria. Patrimônio, memória, herança, cultura. (PROPOSTA..., 1998, p. 4).

No mesmo documento foram indicadas matérias específicas para as diferentes subáreas da Ciência da Informação. Nesse sentido, resgato os conteúdos formadores vinculados à subárea da Biblioteconomia, mais especificamente aqueles associados e entendidos como direcionados a área curricular Gestão da Informação:

- Princípios e evolução da administração e da teoria organizacional;
- Funções da administração: planejamento, organização, execução, controle, mensuração e avaliação;
- Gestão de marketing, de recursos humanos, de recursos financeiros, de recursos físicos, de produção e de materiais;
- Qualidade aplicada ao contexto das unidades e serviços de informação;
- Seleção, aquisição, avaliação, descarte, preservação, conservação e restauração de recursos de informação;
- A indústria da informação: geração, produção e comercialização de documentos, fontes e serviços de informação;
- Jurisdição e acesso;
- Programas de difusão;
- Estratégias institucionais de gestão e custódia de arquivos;
- Compatibilização da informação: sistemas e redes;
- A utilização do documento de arquivo pelo produtor, pelo pesquisador e pelo cidadão. (PROPOSTA..., 1998, p. 4).

Os fóruns Mercosul, realizados com a nomenclatura de Encontro de Diretores e de Docentes de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul, foram muito importantes para delinear e estabelecer diretrizes que possibilitaram maior coerência entre os cursos da área no âmbito do Mercosul.

O primeiro Encontro realizado em 1996, em Porto Alegre, Brasil, teve como objetivo realizar uma discussão sistematizada sobre as questões de ensino afetas aos países do Mercosul. Como recomendação propôs-se que se iniciasse o processo de compatibilização curricular, mediante análise e síntese dos conteúdos mínimos (ementas) das disciplinas das áreas temáticas. O segundo *Encontro* realizado em 1997, em Buenos Aires, Argentina, integrou os conteúdos formadores relativos a cada subárea de formação de cada país, transformando-os em um conjunto integrado. O terceiro *Encontro* realizado em 1998, em Santiago, Chile, discutiu as cargas horárias mínimas para viabilizar os conteúdos formadores essenciais, bem como as competências profissionais almejadas pelos cursos dos países do Mercosul. No quarto *Encontro*, realizado em 2000, em Montevidéu, Uruguai, foram discutidas as bases conceituais e metodológicas do ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação, bem como as competências e habilidades profissionais essenciais aos profissionais da área. O quinto *Encontro*, realizado em 2001, em San Lorenzo, Paraguai, enfocou questões relacionadas aos docentes, mais especificamente a formação, a inovação no ensino, pesquisa e extensão, a ética e o novo perfil docente. O sexto *Encontro*,

realizado em 2002, em Londrina, Brasil, debateu sobre as articulações da pesquisa com o ensino e a extensão na área. O sétimo *Encontro*, realizado em 2004, em Mar del Plata, Argentina, debateu sobre os modelos de avaliação na área. O oitavo *Encontro*, realizado em 2007, em Valparaíso, Chile, debateu sobre a integração regional das escolas da área.

A apresentação cronológica dos eventos, bem como das temáticas centrais é importante, visto que resgatarei os assuntos que foram tratados, em cada um deles, vinculados à subárea de gestão da informação e conhecimento. Também destaco que durante o 3er Encuentro de Directores y 2do de Docentes de Escuelas de Bibliotecología y Ciência de la Información del Mercosur, realizado em Santiago, Chile, em 1998, por meio de um acordo entre os países, foram definidas 6 (seis) áreas curriculares para os cursos trabalharem os conteúdos formadores do profissional da área:

Área 1: Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação;

Área 2: Processamento da Informação;

Área 3: Recursos e Serviços de Informação;

Área 4: Tecnologias da Informação;

Área 5: Gestão de Unidades de Informação (inicialmente, denominação modificada posteriormente para Gestão da Informação);

Área 6: Pesquisa. (ACUERDOS..., 1998, p. 15, tradução nossa).

Nesse evento, dentre as várias decisões tomadas, menciono o acordo realizado pelos docentes, em relação à carga horária mínima para cada área curricular, visando uma maior coerência entre os conteúdos formadores dos cursos dos países do Mercosul. É importante mencionar, que se entende essa carga horária mínima apenas como um indicador básico, conforme apresentado no quadro abaixo:

Área Curricular	Carga Horária Mínima	
Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação	14%	
Organização e Tratamento da Informação	20%	
Recursos e Serviços de Informação	20%	
Tecnologias de Informação	16%	
Gestão da Informação	20%	
Pesquisa	10%	

Fonte: Acuerdos y Recomendaciones, 1998, p. 15.

Ainda, no mesmo evento foram definidos, também, os objetivos para cada uma das áreas curriculares. No caso da área Gestão da Informação, foram definidos como objetivos:

> [...] capacitar os estudantes para a realização de uma gestão competente em sistemas e unidades de informação e em todo tipo de organizações e contextos, com atitude proativa [...] ser capaz de planejar, implantar, dirigir, coordenar e avaliar sistemas e unidades de informação com visão estratégica. (ACUERDOS..., 1998, p. 16, tradução nossa).

No IV Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del Mercosur, realizado em Montevidéu, Uruguai, em 2000, foi apresentada a sistematização da Área 5 - Gestão da Informação, resultante de uma pesquisa junto aos cursos da área dos países do Mercosul, para a coleta de dados foi elaborado um questionário, visando identificar os seguintes itens: a) Fundamentos da Área; b) Objeto de estudo (resgatar o objeto e a finalidade do ensino da área); c) Pesquisa; d) Interdisciplinaridade; e) Campo de Ação.

Além disso, nesse mesmo evento, foram definidas as competências profissionais desejadas, divididas em 4 (quatro) grandes segmentos: a) Competências de Comunicação e Expressão; b) Competências Técnico-Científicas; c) Competências Gerenciais; e d) Competências Sociais e Políticas. Com relação à área curricular 5 - Gestão da Informação, as competências gerenciais foram assim detalhadas:

- Dirigir, administrar, organizar e coordenar unidades, sistemas e serviços de informação;
- Elaborar e gerenciar projetos de informação;
- Aplicar técnicas de marketing, liderança e de relações públicas;
- Buscar, registrar, avaliar, difundir a informação com fins acadêmicos e profissionais;
- 5. Elaborar produtos de informação (bibliografias, guias, índices, DSI etc.);
- Assessorar no planejamento dos recursos econômico-financeiros e humanos do setor:
- Planejar, coordenar e avaliar a preservação e conservação do acervo documental:
- Planejar e executar estudos de uso e de educação de usuários/clientes da informação;
- Planejar, constituir e gerenciar redes regionais e globais de informação. (PROGRAMA..., 2000, p. 70-71, tradução nossa).

No V Encuentro de Directores e IV Encuentro de Docentes de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del Mercosur, realizado em San Lorenzo, Paraguai, em 2001, estabeleceu-se como estratégia pedagógica, para a Área 5 - Gestão da Informação, trabalhar com foco na aprendizagem baseada em problemas, promovendo a efetiva participação do aluno em trabalhos em grupo sem, no entanto, descartar o trabalho individual, reafirmando o paradigma da construção de conhecimento coletivo (CON-CLUSIONES..., 2001, p. 12). Para tanto, algumas técnicas foram sugeridas dentre elas:

- a. Resolução de problemas e aprendizagem baseada em problemas, por meio de metodologias que utilizam casos reais versus casos ideais;
- b. Role playing;
- c. Planejamentos, diagnósticos, cenários e propostas de gestão da informação;
- d. Prática profissional;
- e. Dinâmica de grupo apoiada na exposição explicativa do docente, buscas bibliográficas e pesquisa por parte do aluno. (CONCLUSIONES..., 2001, p. 12, tradução nossa).

Como proposta de inovação para o ensino na Área 5 - Gestão da Informação propôs-se incentivar a formação de equipes interdisciplinares, a fim de estabelecer relação, durante a formação, entre diferentes áreas do conhecimento, assim como utilizar a pesquisa como um princípio educativo, para a preparação do aluno, tanto na recepção de conhecimento, quanto na construção de conhecimento. Finalizando, defendeu-se que as tecnologias de informação e comunicação devem apoiar o fazer da Área 5.

O perfil docente desejado para atuar na Área 5 - Gestão da Informação focou os seguintes aspectos:

- 1. Autocrítica, atitude voltada à educação continuada, responsabilidade quanto ao cumprimento de suas funções;
- 2. Atuar com respeito e dignidade em relação à pessoa humana;
- Buscar permanentemente a qualidade do ensino, consolidando os aspectos cognitivos da área;
- 4. Desenvolver habilidades criativas e inovadoras nos alunos, equilibrando valores materiais e espirituais;
- 5. Promover no aluno, uma atitude flexível à mudança em seu futuro profissional;

 Recuperar os êxitos dos alunos para desenvolver futuras pesquisas, tanto pedagógicas quanto específicas da área. (CONCLUSIONES..., 2001, p. 13, tradução nossa).

Os docentes que participaram do V Encontro discutiram a respeito da formação acadêmica do docente da Área 5 – Gestão da Informação, mencionado que existe uma variação quanto à procedência formativa dos docentes. Nesse sentido, observou-se que se o docente for proveniente de outra área do conhecimento que não seja de Biblioteconomia, como a Administração ou Economia, deverá ter um compromisso efetivo com a formação em Biblioteconomia/Ciência da Informação, tanto no ensino, quanto na pesquisa e na extensão. Por outro lado, caso seja um docente com formação na área de Biblioteconomia/Ciência da Informação, deverá desenvolver estudos em C.I. relacionados à Área de Administração e Economia.

Finalizando o resgate de documentos com os acordos e recomendações, resultantes dos eventos do Mercosul, o VI Encontro de Diretores e V de Docentes de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul, realizado em Londrina, Brasil, em 2002, foram estabelecidas algumas recomendações, especificamente, para a área curricular Gestão da Informação:

- Com relação ao implemento das atividades investigativas: que as 4 áreas curriculares Mercosul se articulem visando à formação de grupos de investigação sobre questões educacionais em Fundamentos em Biblioteconomia e Ciência de Informação, Organização e Tratamento da Informação, Recursos e Serviços de Informação e Gestão da Informação;
- 2. Com relação à sistematização do conhecimento até então gerado neste espaço Mercosul: que seja organizado um livro estruturado a partir das 4 áreas curriculares e das 2 áreas instrumentais de modo a resgatar e sistematizar o conhecimento gerado nos encontros de Diretores e de Docentes até então realizados, cujas responsabilidades assim se expressam: Fundamentos em Biblioteconomia e Ciências da Informação (Argentina), Organização e Tratamento da Informação (Brasil), Recursos e Serviços da Informação (Uruguai), Gestão da Informação (Chile), Novas Tecnologias (Paraguai) e Pesquisa (Grupo inter-países sobre a coordenação da professora Mara Rodrigues Brasil) (RELATO..., 2002a, p. 2-3, grifo nosso).

Nesse mesmo evento, foram definidas algumas recomendações por área curricular. Dentre as recomendações especificamente direcionadas a área curricular Gestão da Informação, mencionou-se:

- Promova-se um trabalho integrado entre os profissionais dessa área curricular, em nível Mercosul, visando desenvolver pesquisas conjuntas;
- Identifique-se as linhas de pesquisa de interesse e impacto regional;
- Trabalhe-se no sentido do estabelecimento de políticas de fomento, através das agências de fomento que apóiem o desenvolvimento da pesquisa nessa área curricular;
- Levante-se em nível dos países do Mercosul, informações sobre os docentes dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação que atuam na área de Gestão da Informação: sua produção, formação, áreas de pesquisa, apoio que recebem para o desenvolvimento de pesquisa, entre outros dados;
- Incluam-se nos planos de estudo mecanismos de vinculação transversal entre a pesquisa e a extensão com o ensino;
- Promova-se uma melhor gestão da informação vinculada à pesquisa (apoio logístico na tramitação e gestão da documentação, bem como ações relacionadas a políticas de pesquisa, regulamentação, preenchimento de formulários, petições de apoio etc.;
- Compare-se, no futuro, a situação real da área de Gestão da Informação do Mercosul com outras regiões;
- Realize-se um levantamento dos diferentes problemas relacionados à Gestão da Informação em suas diferentes unidades de trabalho;
- Aproveite-se a experiência dos países cujas universidades possuem cursos de pós-graduação consolidados (mestrado e doutorado), para implementar nos países que não contam com este tipo de capacitação;
- Seja dedicado maior tempo aos trabalhos por áreas curriculares nos próximos Encontros do Mercosul. (RELATO..., 2002b, p. 45-46).

Creio pelo exposto que a subárea Gestão da Informação é essencial para a formação em Biblioteconomia, nos dias atuais, visto que o profissional aplica diferentes conteúdos formadores teórico-práticos no dia-a-dia profissional.

# Conteúdos formadores em gestão da informação e conhecimento

O profissional bibliotecário precisa de uma formação que contemple competências e habilidades direcionadas à gestão, visto que, muitas vezes, atua em espaço informacional sozinho, portanto, executa diferentes tipos de tarefas administrativas e se relaciona com pessoas distintas, de diferentes setores. Da mesma forma, o profissional bibliotecário pode atuar em espaços informacionais, gerenciando uma grande quantidade de pessoas, situação que vai exigir competências e habilidades em gestão, portanto, em qualquer uma das situações o profissional bibliotecário carece de formação nesta área.

A informação e o conhecimento, cada vez mais, são insumos do fazer organizacional e, por isso mesmo, precisam ser mais bem gerenciados, assim, os bibliotecários precisam possuir competências que propiciem uma visão ampla do contexto em que atuam, desde o macroambiente até os microambientes de informação/conhecimento que compõem o espaço de trabalho/atuação.

Mesmo que o profissional bibliotecário atue em equipes multidisciplinares entendidas como um conjunto de pessoas de diferentes especialidades que atuam e desenvolvem atividades de diferentes naturezas e agem como um time, visando a excelência dos processos, atividades e tarefas organizacionais (VALENTIM, 2004, p. 155), as competências e habilidades individuais são extremamente importantes para a formação dessas equipes. Elas devem ser complementares de forma que possibilitem uma integração real. A formação de cada um dos profissionais que atuam em equipes multidisciplinares deverá fornecer competências e habilidades que, somadas, possibilitarão a eficiência e a eficácia do trabalho. Nesse caso, as competências da área de gestão serão fundamentais para o profissional bibliotecário interagir com a equipe.

É importante mencionar os conceitos que possuo em relação à gestão da informação e gestão do conhecimento, visto que alguns teóricos tratam essas denominações como se fossem sinônimas. Esclareço, também, que existem alguns teóricos da área da Ciência da Informação que defendem que não existe gestão do conhecimento, mas apenas e unicamente a gestão da informação, alegando que não é possível gerenciar o conhecimento tácito existente na mente humana. Sendo assim, apresento o meu entendimento sobre essas duas formas de gestão:

A 'gestão da informação' atua diretamente com os fluxos formais da organização [...] conjunto de atividades para prospectar/monitorar, selecionar, filtrar, tratar, agregar valor e disseminar informação, bem como para aplicar métodos, técnicas, instrumentos e ferramentas que apóiem esse conjunto de atividades. (VALENTIM, 2007, p. 18).

A gestão da informação, portanto, envolve todos os métodos, técnicas, instrumentos e ferramentas direcionadas aos fluxos formais de informação, ou seja, tudo aquilo que está explicitado em algum tipo de suporte, seja impresso, seja eletrônico, seja digital etc.

A gestão do conhecimento, por outro lado, não trabalha com os fluxos formais, ao contrário, trabalha com os fluxos informais, ou seja, aqueles que não foram explicitados em nenhum suporte:

A 'gestão do conhecimento' atua diretamente com os fluxos informais [...] pode ser definida como um conjunto de estratégias para criar/construir, adquirir/apreender, compartilhar/socializar e usar/utilizar ativos de conhecimento, bem como para aplicar métodos, técnicas, instrumentos e ferramentas que apóiem esse conjunto de estratégias. (VALENTIM; GELINSKI, 2005, p. 2).

A gestão do conhecimento atua nos processos anteriores a gestão da informação, pois uma vez explicitado o conhecimento tácito do indivíduo, ele passa a ser explícito, isto é, passa a ser informação, entrando no âmbito da gestão da informação.

Feitas essas considerações para clarear o meu entendimento dessas duas formas de gestão, o profissional bibliotecário muito tem a apreender dos conteúdos formadores ofertados no curso, para poder atuar com competência em gestão no mundo do trabalho informacional.

Creio que seria importante mencionar alguns conteúdos formadores essenciais, bem como algumas competências e habilidades essenciais na subárea de gestão da informação e conhecimento.

Nesse sentido, apresento minha concepção sobre os conteúdos formadores essenciais, para a área curricular Gestão da Informação, no âmbito da formação em Biblioteconomia:

Conteúdos Formadores	Objetivos
Economia da Informação	Compreender o mercado de informação brasileiro, a informação como mercadoria, o valor versus custo da informação.
Políticas de Informação	Compreender as políticas de informação e os programas e as ações governamentais para a área, a elaboração de projetos para captação de recursos e a importância do estabelecimento de políticas de informação para o país.
Inteligência Competitiva Organizacional	Compreender as atividades informacionais que envolvem o processo de inteligência competitiva organizacional, desde a cultura informacional até as tecnologias de informação e comunicação aplicadas ao processo, informação para negócios e informação para inovação.
Gestão da Informação	Compreender os ambientes formais de informação, os fluxos formais e as atividades informacionais, desde a cultura informacional até as tecnologias de informação e comunicação aplicadas à gestão da informação.
Gestão do Conhecimento	Compreender os ambientes informais, os fluxos informais, as redes sociais e as atividades que envolvem esse tipo de gestão, desde a cultura organizacional até as tecnologias de informação e comunicação aplicadas à gestão do conhecimento.
Mediação da Informação	Compreender a mediação da informação, a recepção da informação e a mediação em contextos tecnológicos.

Dinâmica Organizacional	Compreender os papéis administrativos e de gestão, comportamento organizacional, liderança, motivação, comunicação e trabalho em equipe.
Marketing Aplicado às Redes, Unidades, Sistemas, Serviços e Produtos Informacionais	Compreender os métodos, técnicas, instrumentos e ferramentas de marketing aplicados as redes, unidades, sistemas, serviços e produtos informacionais.
Formação e Desenvolvimen- to de Coleções	Compreender as políticas de formação, desenvolvimento, preservação/conservação e avaliação de coleções/documentos, a preservação de suportes informacionais.
Gestão de Redes, Unidades, Sistemas, Serviços e Produ- tos de Informação	Compreender os princípios e funções administrativas aplicadas às redes, unidades, sistemas, serviços e produtos de informação.
Planejamento de Redes, Uni- dades, Sistemas, Serviços e Produtos de Informação	Compreender o processo de planejamento e gestão de redes, unidades, sistemas, serviços e produtos de informação.
Empreendedorismo	Compreender o mercado informacional, avaliar as condições do mercado informacional para implantar uma empresa / consultoria / assessoria informacional.
Teoria Geral da Administração	Compreender os fundamentos e princípios da Administração, as teorias administrativas, os modelos de gestão e a estrutura organizacional.

**Quadro 1** — Conteúdos Formadores Essenciais — Área 5 — Gestão da Informação F**onte**: Elaborado pela autora.

Os conteúdos formadores apresentados no Quadro 1 demonstram a importância do profissional bibliotecário receber, durante o curso, conteúdos da área de gestão, visto que grande parte das atividades e tarefas biblioteconômicas apóia-se nesta subárea que compõe a Biblioteconomia.

Morin (2000, p. 21) comenta que Montaigne formulou a finalidade do ensino "mais vale uma cabeça bem-feita que bem cheia". Para Morin (2000, p. 21)

[...] o significado de "uma cabeça bem cheia" é óbvio: é uma cabeça onde o saber é acumulado, empilhado, e não dispõe de um princípio de seleção e organização que lhe dê sentido. "Uma cabeça bem-feita" significa que, em vez que acumular o saber, é mais importante dispor ao mesmo tempo de:

- Uma aptidão geral para colocar e tratar os problemas;
- Princípios organizadores que permitam ligar os saberes e lhes dar sentido.

Por isso mesmo, os conteúdos formadores devem estar relacionados às competências e habilidades que se deseja do perfil profissional, ou seja, quando se elabora o Projeto Político Pedagógico do Curso, todas essas questões devem ser discutidas exaustivamente, visando coerência entre os conteúdos formadores essenciais e as competências e habilidades necessárias para atender o perfil profissional desejado. Nesse contexto, quanto mais competências gerais ou abrangentes forem desenvolvidas durante o processo formativo, maior será a capacidade em lidar com problemas particularizados.

É importante, neste momento, apresentar minha compreensão conceitual de competências e habilidades:

Por competências profissionais se entende o conjunto de habilidades, destrezas, atitudes e de conhecimentos teórico-práticos necessários para cumprir uma função especializada de um modo socialmente reconhecível e aceitável. Em suma, as competências profissionais compreendem o conjunto de habilidades, destrezas e conhecimentos que um profissional de qualquer área do conhecimento humano precisa contar, para cumprir as atividades especializadas, oferecendo o mínimo de garantia sobre os resultados de seu trabalho, tanto em relação ao seu público, quanto em relação ao seu empregador, em última instância, a sociedade da qual faz parte. (PROGRAMA..., 2000, p. 6, tradução nossa).

Feito este esclarecimento, apresento minha concepção sobre as competências essenciais relacionadas à área curricular Gestão da Informação, no âmbito da formação em Biblioteconomia:

#### Competências Essenciais em Gestão

Dirigir, gerenciar, coordenar e avaliar redes, unidades, sistemas, produtos e serviços de informação (incluindo neste item às questões relativas às pessoas).

Planejar, gerenciar e avaliar políticas de informação e propor programas e ações governamentais voltadas para a área.

Planejar, gerenciar e avaliar projetos de redes, unidades, sistemas, produtos e serviços de informação.

Planejar, gerenciar e avaliar às questões relativas à formação, desenvolvimento, preservação e conservação de coleções/documentos em ambiente impressos, eletrônicos e digitais.

Conhecer e aplicar métodos, técnicas, instrumentos e ferramentas que desenvolvam uma cultura e um comportamento positivo em relação à geração, compartilhamento e uso de informação e conhecimento.

Conhecer e aplicar métodos, técnicas, instrumentos e ferramentas de marketing, de comunicação e de relações públicas.

Conhecer e realizar atividades profissionais autônomas de modo a prestar consultoria, assessorar, realizar serviços terceirizados, realizar serviços free-lancers, perícias, emitir e assinar laudos técnicos e pareceres.

Prospectar, monitorar, planejar e elaborar cenários futuros com vistas à readequação das redes, unidades, sistemas, produtos e serviços de informação.

#### Quadro 2 – Competências Essenciais em Gestão

Fonte: Elaborado pela autora.

Certamente o Quadro 2, não contempla todas as competências necessárias ao profissional bibliotecário, no que tange a área curricular Gestão da Informação, visto que apenas menciono as competências essenciais sob o meu ponto de vista. No entanto, demonstra sem dúvida alguma a importância da área curricular para a formação bibliotecária, visto que muitos profissionais desempenham essas atividades nos espaços de trabalho em que atuam.

Em relação às habilidades essenciais, relacionadas à área curricular Gestão da Informação, no âmbito da formação em Biblioteconomia, apresento minha concepção (Quadro 3):

#### Habilidades Essenciais em Gestão

Possuir iniciativa, ser empreendedor, trabalhar autonomamente.

Saber trabalhar em equipe inter, multi e transdisciplinar.

Possuir espírito investigativo.

Ser crítico e auto-crítico.

Capacidade lógica, análise e síntese.

Ser criativo (gerar novas idéias), inovativo e motivado.

Ser ético e colaborador.

Ser flexível e adaptável às mudanças incrementais e radicais.

Ser seguro e confiante, aplicar os conhecimentos teóricos na prática.

Ser voltado à aprendizagem.

Saber manusear as tecnologias de informação e comunicação.

Saber se comunicar com pares, não pares, especialistas e não especialistas.

Liderança, saber lidar com as pessoas.

Quadro 3 - Habilidades Essenciais em Gestão

Fonte: Elaborado pela autora.

Novamente destaco que o Quadro 3 não contempla todas as habilidades necessárias ao profissional bibliotecário, no que tange a área curricular Gestão da Informação, visto que apenas menciono as habilidades essenciais sob o meu ponto de vista. Da mesma maneira que o Quadro 2 demonstra, sem dúvida alguma, a importância da área curricular para a formação bibliotecária.

Para Morin (2000, p. 65) a educação de forma geral "[...] deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão", isto é, formamos para uma sociedade, para uma atuação social e, justamente por isso, os projetos políticos pedagógicos dos cursos devem preocupar-se com uma formação que atenda os anseios da sociedade.

Além dos conteúdos formadores e das competências e habilidades essenciais adquiridas durante a formação profissional básica (graduação), é necessário que o profissional bibliotecário tenha clareza quanto à necessidade de realizar a educação continuada, visto que os contextos político, econômico, social, tecnológico etc. se modificam e alteram tanto o saber quanto o fazer no âmbito da área curricular Gestão da Informação. Para isso, é necessário restabelecer continuamente os eixos essenciais de formação (perfil profissional, conteúdos formadores e competências e habilidades), ou seja, o currículo do curso deve receber intervenções, ajustes e modificações continuamente.

#### Considerações finais

Os marcos conceituais da área de Gestão da Informação, compreendidos como sendo as concepções epistemológicas, fundamentos e conhecimento empírico da área em questão, devem sem dúvida alguma fazer parte do processo de formação profissional do aluno de Biblioteconomia, assim como as abordagens pedagógicas da área curricular Gestão da Informação, entendidas como elementos fundamentais dos processos de ensino-aprendizagem, ou seja, os modelos, técnicas e instrumentos utilizados no ensino, pesquisa e extensão desta área curricular.

Os conteúdos formadores da área de Gestão da Informação são essenciais para a formação e o fazer profissional nesta subárea curricular, logicamente esses conteúdos precisar ser articulados ao Projeto Político Pedagógico do Curso, bem como ao perfil profissional desejado.

A discussão empreendida mostrou ser importante que os conceitos sobre informação, gestão da informação, gestão do conhecimento, fluxos formais, fluxos informais sejam melhores definidos. Nesse sentido, a definição do escopo da área curricular se faz necessária e, portanto, sugere-se que haja um trabalho de análise das bibliografias, visando observar as correntes teóricas existentes e utilizadas pelos docentes da área curricular Gestão da Informação, nas disciplinas ministradas nos cursos da área. Menciono, também, a importância de se elaborar um mapa conceitual da área curricular Gestão da Informação, de modo a apoiar o ensino (conteúdos formadores essenciais), a pesquisa (produção de conhecimento mais consistente e madura) e a extensão/serviços (competências e habilidades essenciais para atuar no mundo do trabalho).

#### Referências

ACUERDOS y Recomendaciones. In: ENCUENTRO DE DIRECTORES Y DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 3, 2, Santiago, Chile, 1998. **Anais...** Santiago: UTEM, 1998. 182 p.

CONCLUSIONES y Recomendaciones. In: ENCUENTRO DE DIRECTORES Y DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 5, 4, San Lorenzo, Paraguay, 2001. **Anais...** San Lorenzo: UNA, 2001. (CD-ROM)

DIRETRIZES curriculares para os cursos de Biblioteconomia. Brasília: MEC, 2001. 8 p.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 128 p.

PROGRAMA, Acuerdos y Recomendaciones. In: ENCUENTRO DE DIRECTORES Y DE DO-CENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 4, 3, Montevideo, Uruguay, 2000. **Anais...** Montevideo: EUBCA, 2000. 422 p.

PROPOSTA de Diretrizes Curriculares para a área de Ciência da Informação. Brasília: MEC, SEsu, 1998. 8 p.

RELATO final. In: ENCONTRO DE DIRETORES DE ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO MERCOSUL, 6., 2002a, Londrina. 3 p.

RELATO final. In: ENCONTRO DE DOCENTES DE ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO MERCOSUL, 5., 2002b, Londrina. 46 p.

VALENTIM, M. L. P. Equipes multidisciplinares na gestão da informação e do conhecimento. In: BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M. (Org.). **Profissional da informação**: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2004. p.154-176. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 3).

VALENTIM, M. L. P. Processo de inteligência competitiva organizacional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. 2. ed. Marília: FUNDEPE Editora, 2007. p. 9-24.

VALENTIM, M. L. P.; GELINSKI, J. V. V. Gestão do conhecimento como parte do processo de inteligência competitiva organizacional. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 1-12, jul./dez. 2005. Disponível em: <a href="http://www.informacaoesociedade.ufpb.br">http://www.informacaoesociedade.ufpb.br</a>>. Acesso em: maio 2007.



# O ensino da classificação bibligráfica para alunos de biblioteconomia: reflexões sobre uma experiência na UNESP - Campus de Marília

# Maura Duarte Moreira Guarido

A disciplina Linguagem Documentária Hierárquica é ministrada no Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia e Ciências há vinte e sete anos por um mesmo professor. Em seu ensino, alia a teoria à prática, pois as linguagens documentárias hierárquicas em virtude de suas características apresentam uma estrutura hierárquica determinada por critérios de divisões, estabelecidos por um sistema decimal, fazendo evidentes as relações léxico-semânticas que se estabelecem entre os termos, para que, todos os termos que integram esses sistemas representem uma classe sob o ponto de vista sistêmico de relações de subordinação e superordenação (gênero/espécie), e ainda, apresentem uma sintaxe completa baseada na coordenação e justaposição de assuntos, e expressem-se em códigos numéricos ou alfa-numéricos.

Apresentar as linguagens hierárquicas para ensino no curso de Biblioteconomia, deixou clara a idéia da sua contribuição nos aspectos científico e social.

Científico, porque parte-se da análise da estrutura das classes, como uma reflexão sobre o processo de organização e tratamento da informação na qual a professora vem de longos anos estudando e fomentando novas perspectivas de uso de instrumentos para desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso nessa área, com ênfase na Classificação Decimal de Dewey (CDD), trabalhando com desdobramentos e extensão de classes para uma melhor localização e inserção de assuntos, dentro da realidade brasileira.

Quanto ao social, sua extensão é grande porque não só auxilia os alunos, mas também contribui para que profissionais da área busquem soluções para problemas às vezes não resolvidos.

Uma das necessidades que surgiu para o ensino das linguagens documentárias hierárquicas é que qualquer profissional que trabalhe no âmbito da documentação que

necessita organizar, o acervo (potencial informativo) que lhe é conferido para pesquisa e uso, seja o melhor possível. Neste planejamento inicial existem duas questões fundamentais: - a organização física da documentação (ordenação), e por outra parte, a disposição referencial dessa informação para que seja efetivamente recuperada pelo usuário. Na parte do processo – organização física é o qual ao menos, originalmente, se estabelece o uso dos sistemas. Uma codificação da organização do conhecimento que responderá a uma série de princípios, convenções e crenças de uma sociedade em um momento determinado.

O segundo aspecto, o relativo à organização da informação referencial, não se pode esquecer que o processo tem sido observado, como boa parte da maioria de atividades, mediada pelo avanço tecnológico dos últimos anos. Nesse aspecto não tem sido deixado a utilização dos sistemas de classificação do conhecimento. A utilização das classificações como ponto de acesso para a recuperação da informação, sobrepassando amplamente o âmbito para o qual foram concebidas: a organização física dos documentos nas estantes.

A situação real com respeito ao uso da classificação e seu ensino há que sistematizá-la nos seguintes aspectos:

- Predomínio da classificação decimal no âmbito ocidental;
- Utilização da classificação decimal tanto para a ordenação de documentos, como para a recuperação dos mesmos. Desinteresse do usuário na utilização dessa classificação como sistema de recuperação da informação pela complexidade que comportam.
- Formação de profissionais no campo da indexação sistemática do conhecimento mediada pelas provas de acesso ao trabalho.

A análise comparativa de cada um destes enfoques mostrou-nos um panorama de alguma forma contraditório.

#### 1 Predomínio da Classificação decimal no âmbito Ocidental

Quando em uma unidade informativa se estabelece a necessidade de utilizar um sistema de classificação para seu acervo, independente da melhor adequação ao seu acervo, este apoiará no uso generalizado do mesmo e se valorizará seu caráter universal. Isto se explica porque a escolha de um sistema de alcance geral e sua ampla utilização oferecerão maiores possibilidades de aceitação por parte dos usuários dessa unidade informativa.

Esta observação conduz a um efeito multiplicador da utilização do sistema. No caso real de nosso país, tem-se como ampla aceitação a CDD (Classificação Decimal de Dewey), independente do tipo do centro e das necessidade informativas.

# 2 Dupla utilidade da Classificação

Além da utilidade originária como sistema de ordenação física dos documentos, a classificação também é aplicada na recuperação de informação, tanto em catálogos manuais como automatizados. Isto contrasta com a escassa aceitação por parte do usuário que em várias ocasiões vai utilizar o catálogo, mas devido entre outras razões, a sua complexidade estrutural e a seu lógico desinteresse pela aprendizagem do manuseio do catálogo, pois não lhe é conhecido que trata-se da melhor mensagem cifrada que pode ser emitida pelos profissionais.

# 3 Aspectos condicionantes da formação profissional

É evidente que além da importância científica da formação do futuro profissional da informação, que sempre deve predominar, existem uma série de fatores que vão interferir na aprendizagem. As exigências nas provas dos concursos públicos para a inserção no mercado de trabalho não se adequam às necessidades reais. Portanto, o docente se vê imerso num planejamento de um método de ensino que não fuja da perspectiva científica, porém que atenda também os interesses dos discentes.

Nossa tarefa, tanto como profissional e/ou docente, nos situa num lugar privilegiado, pois temos de buscar o difícil equilíbrio entre as diversas contradições. Uma recapitulação do material disponível mostra o vazio existente nesta disciplina.

Começando pelo material didático que acompanha o próprio sistema CDD, relativo aos seu uso, cabe dizer, ainda que proporcione diretrizes fundamentais para o seu manejo, não pressupõe um aprendizado detalhado e específico.

Nas décadas de 60 e 70, alguns manuais foram editados, com abrangência geral dos sistemas bibliográficos. Atualmente não temos nada específico da CDD. Esses manuais apesar de trazer desenvolvimento dos sistemas de maneira mais extensiva de manejo das tabelas e proporcionando exemplos que são de evidentes utilidades, mesmo assim, carecem de caráter pedagógico e não se ajustam a situações reais, pecando portanto, em ser excessivamente decimal.

#### 4 A problemática do aluno no processo de classificação

Desde o início do ensino da disciplina, o planejamento para seu ensino foi calcado numa análise pormenorizada das dificuldades encontradas pelos alunos, não iniciados na aprendizagem das Linguagens Documentárias Hierárquicas – Classificação.

Partindo desse pressuposto, o aluno passa a conhecer o processo lógico para extrair um conceito relativo ao assunto do documento e seria capaz de identificar um documento a um campo geral do conhecimento.

Entretanto, existe uma série de limitações que afetam a todos os fatores protagonistas neste classificador (aluno). São eles:

- Limitações inerentes ao documento;
- Limitações do próprio sistema de classificação;
- Limitações do classificador.

#### 5 Limitações inerentes ao documento

A primeira limitação pode vir unida ao primeiro elemento que se consulta para fazer uma idéia do conteúdo do documento: o título. Em algumas ocasiões este será determinante ou quase determinante para estabelecer o assunto, porque se ajusta ao conteúdo real da obra.

Outras vezes ocorre que, objetivando ter uma alcance comercial maior, o título não reflete o conteúdo do documento. Isto acontece em assuntos tais como ciências sociais, literatura e filosofia, mostrando que no âmbito científico e tecnológico é mais freqüente que o título reflita o conteúdo, porque, para o leitor, não é comum que o documento sintetize seus aspectos informativos mais relevantes, mas também apresente algumas características do assunto abordado na obra.

#### 5.1 Limitações do próprio sistema de classificação

A principal limitação deriva-se da obsolescência da classificação com respeito ao dinamismo da ciência, acentuado pelo lento e dificultoso processo de atualização destes sistemas. O exemplo mais evidente deste é classificar documentos no âmbito das novas tecnologias, meio ambiente, etc..

As estruturas dos sistemas hierárquicos apresentam um problema adicional, porque forçam a dividir a ciência em grupos hierárquicos que se organizam de dez em dez, pelo menos em seus primeiros níveis. Os sistemas supõem que ciências que deveriam estar codificadas no mesmo nível hierárquico apareçam, por razões circunstanciais, em níveis muito diferentes como é o caso da Filosofia (100) e psicologia (150), diferença fundamental, neste caso na origem desta última (Psicologia) a partir da Filosofia da Mente.

Uma característica que *a priori* pode apresentar-se como positiva é a capacidade da classificação para determinar o mesmo conceito em diferentes classes. Por exemplo: Automóveis – 388.34; Engenharia de automóveis – 629.2; Engenharia militar de automóveis – 623.747; Lei internacional de automóveis – 341.47684, que servem para manifestar-se que o que em princípio era uma vantagem, na hora de escolher a opção adequada, se converta em um problema que é especialmente importante para um aluno que necessita da referencia contextual que supõe trabalhar em uma unidade documental determinada.

No sentido inverso, uma mesma disciplina pode ser totalmente fracionada em várias classes. Por exemplo, todo o assunto relativo a economia (330) e organizações empresariais (658), estariam divididas entre as classes (330) e (658).

Entretanto, o enunciado de um assunto – rubrica – de maneira isolada apresenta-se demasiadamente vago com respeito ao que possa ser o conceito que se está classificando, esta rubrica, em poucas ocasiões vem acompanhada de uma breve explicação, muitas vezes necessárias, apesar de estar contextualizada dentro de uma classe.

#### 5.2 Limitações do classificador

O classificador tem que guiar-se por uma série de elementos indicativos do conteúdo do documento (título, sumário, introdução, conclusões, resumo, etc.), porque necessita de tempo necessário para fazer uma análise exaustiva do mesmo e, em ocasiões, da necessária especialização naquela disciplina. Em regra geral, no processo de aprendizagem tende-se realizar uma tradução literal do título ou do enunciado, ajustando-o nas notações da CDD (Classificação Decimal de Dewey) encontradas no índice relativo. Nem sempre isso pode ser feito, pois como exemplo temos o famoso livro "Raízes do Brasil" que por descuido foi classificado na classe de Botânica, quando na realidade tratava-se de uma obra cujo assunto principal é Sociabilização (303 Processos sociais), mais especificamente em (303.32 Sociabilização).

Além do mais, o aluno tem que fazer frente a uma escolha e a falta de interesse pela aprendizagem de um sistema em que não encontra nenhuma utilidade prática em seu índice, rapidamente se dá conta de que o usuário não vai recuperar o "assunto" do documento por meio do índice do sistema adotado, pois não é fácil compreendê-lo. Por outra parte, para a finalidade de ordenação o sistema é muito mais simples porque somente utiliza três ou quatro dígitos e não as grandes notações que tem que construir na aprendizagem. Exemplo Trabalho 331 Força do trabalho 331.1 Desemprego 331.137.

#### 6 Proposta metodológica

Uma vez desenvolvidos os recursos didáticos e identificados a dificuldades mais habituais que se encontra aquele aluno que começa a aprendizagem da classificação, deve-se elaborar um método que o ajude a compreender melhor e que por sua vez, motive o interesse do mesmo. Este método só se concretizará se acompanhado de um Manual prático de Classificação da CDD, em que estamos trabalhando há alguns anos. Um manual que sintetize vários anos de experiência docente e desempenho de trabalho diário em unidades documentais de diferentes modalidades (Bibliotecas públicas, Escolares, Universitárias, etc.).

Existe a consciência da impossibilidade de se trabalhar em exercícios de classificação com pleno rendimento, já que toda aprendizagem requer um conhecimento acumulado, uma progressão. Desta forma, pensa-se em uma série de etapas que contribuirão para a assimilação crescente em nível de dificuldade.

O nível de dificuldade é proporcional à motivação. Se os exercícios planejados nas primeiras etapas são exeqüíveis no momento de resolvê-los, o aluno terá um maior interesse no trabalho.

O aumento das dificuldades nas etapas seguintes o conduzirá a um maior interesse, porque terá a expectativa da resolução de exercícios mais complexos.

As etapas que se considera importantes, se estruturam da seguinte forma:

- Breve introdução geral sobre o sistema de classificação: aspectos teóricos e possibilidades práticas, sempre centrados na gênesis do sistema, no qual serão vistos os: desenvolvimento, apresentação, utilização e implementação da CDD.
- Estrutura do sistema até três dígitos de classificação para iniciação, uso e aplicabilidade de seus esquemas.

O fato de trabalhar com este sistema nas primeiras etapas de aprendizagem possui vários efeitos positivos. De um lado, o alunos tem uma idéia mais clara da estrutura geral do

sistema e não se vê imerso em um caos de epígrafes e índices numéricos Além do mais, contribuirá para que o processo de trabalho seja por meio das tabelas (*Schedules*) e não através do índice, tendo desta forma mais presente o conceito de estruturação sistemática do conhecimento. Por outro lado, o aluno poderá trabalhar livremente com as subdivisões do sistema e as tabelas auxiliares, sem preocupar-se desde o início por outros aspectos que virão em uma segunda etapa, assimilando mais facilmente o conceito de faceta e sua aplicação.

A primeira etapa será a familiarização com o conceito de faceta, os números auxiliares e o ponto decimal. Embora não seja, dentre as características básicas, a mais eminente, nem a que mais identifica a CDD, pode ser-lhe atribuída, sem favor algum, uma vez que a Classificação Decimal de Dewey sabiamente concilia e equilibra as exigências e rigores dos esquemas hierárquicos com a multifacetação dos sistemas em que diversos aspectos de um mesmo assunto são tratados com o mesmo cuidado, ou com o cuidado relativo a sua importância no contexto em que ocorre, em razão dos pontos de vista e interesses divergentes dos usuários da informação nele contida. Uma segunda parte nesta primeira etapa de aprendizagem consistirá na realização de exercícios de identificação de classes.

A metodologia é simples, antes de começar construindo a notação, o mais fácil é identificar, através dos esquemas, o tema de que trata o documento ao qual refere-se o assunto dado. Exemplo.

#### História das empresas brasileiras

- 658.0981 empresas (Esquema, v.2)
- 81 Brasil (Tabela Auxiliar de Área, 2)
- 09 Tratamento histórico e geográfico (Tabela Auxiliar 1, *Standard Sub-division*).

Posteriormente serão dados uma série de títulos, cuja finalidade será a construção de notação de classificação correspondente, em um nível de dificuldade gradual e adequado para estes primeiros exercícios, de forma que uma vez que se estabelece certa agilidade no manejo dos esquemas e das tabelas auxiliares o aluno encontre condições de iniciar a terceira fase.

Nesta etapa, além de serem consideradas as etapas anteriores, serão vistas todas as classes do sistema. Também será feito um resumo completo introdutório sobre as peculiaridades de cada classe, assim como a enumeração dos recursos e dificuldades mais comuns. Os exercícios terão dificuldades graduadas com identificação real do tema do documento e posterior construção da notação.

Finalmente se trabalhará com enunciados pertencentes aos diferentes esquemas. Com isto o aluno terá um conhecimento bem próximo do sistema, de forma que a mecânica de construção da notação fique mais familiar, transportando as dificuldades para o tema do documento em um dos grupos subdividido dos esquemas.

Será ensinado como fazer leitura dinâmica do documento para que ajude a determinar o assunto (página de rosto, sumário, introdução, prólogo, orelhas, contra-capa, etc.).

Para esta etapa é dado para cada aluno materiais bibliográficos diferentes, num total de 20 (vinte), oriundos da Biblioteca do Campus de Marília, recebidos por doação e permuta. Os materiais entregues são: livros, teses, folhetos, etc., que serão classificados usando todas as possibilidades oferecidas pelo sistema. O aluno será orientado de como chegar corretamente ao conteúdo do documento a classificar, bem como as fontes que permitem a identificação do assunto.

Considera-se que o método exposto pode ser de grande utilidade para aquelas pessoas que objetivam aprender esta parte da classificação de assuntos. Tem sido conveniente explicá-la, pois em muitos aspectos relativos a classificação de documentos são enaltecidos os aspectos práticos, porém, muito poucas vezes vêm acompanhados de uma metodologia de aprendizagem que ajude e motive o aluno. Trabalhou-se durante todos esses anos para que esta breve exposição se concretize algum dia em um Manual teórico-prático de classificação da CDD (Classificação Decimal de Dewey).

# Leitura em língua inglesa para alunos de biblioteconomia

## Mariângela Braga Norte

Ensinar uma língua é ensinar a linguagem da cultura de um povo. A língua é uma das formas de expressão da linguagem. É a manifestação de ser, a constituição da identidade das pessoas. A língua faz a intermediação entre o indivíduo e o mundo. Segundo Bakhtin (1988), entre outras coisas, "toda língua é uma construção histórica e cultural em constante transformação".

A linguagem está presente em todas as atividades humanas, segundo Berlo (1999, p. 30) "toda comunicação humana tem alguma fonte, uma pessoa ou um grupo de pessoas com um objetivo, uma razão para empenhar-se em comunicação". Nesse sentido, os processos comunicacionais socialmente produzidos pelos indivíduos em se us grupos produzem conhecimento que é transformado em informação.

Hoje, a Ciência da Informação está sendo levada em direção à globalização de pessoas, de objetos, de idéias; com as tecnologias de informação e comunicação as fronteiras geográficas, educacionais, políticas, econômicas, estão cada vez menores para as pessoas inseridas no universo teleinformático. Com esses avanços, as informações são registradas em suportes físicos e digitais, nesse sentido, a leitura é uma forma de descoberta desse mundo, é uma atividade imprescindível para todas as áreas de conhecimento.

A leitura é um processo de compreensão abrangente cuja dinâmica envolve componentes sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, bem como culturais, econômicos e políticos.

O ato de ler é estabelecer relações, realizar operações de linguagem para construir sentido(s) (PIETRARÓIA, 1997). É um processo interativo, é uma conversa entre o autor e o leitor; segundo Nutall (1996, p. 11) é o chamado "co-operative principle".

Ler é um ato de comunicação onde interagem três componentes principais: o leitor (com suas experiências e conhecimentos pessoais), o autor/texto (conjunto discur-

sivo pautado em seu conhecimento de mundo), e o contexto (físico, social e psicológico). A leitura vai, portanto, além do texto e começa antes do contato com ele.

Mais do que decodificar sinais e compreendê-los a leitura é, antes de mais nada, uma experiência individual, cujos limites não estão demarcados pelo tempo em que nos detemos, pelos sinais ou pelo espaço ocupado por eles. Acentue-se que, por sinais, entende-se aqui qualquer tipo de expressão formal ou simbólica, configurada pelas mais diversas linguagens.

Grable e Stoller (2002, p. 36) afirmam que a leitura é essencialmente a combinação de decodificar (reconhecimento de palavras) mais as habilidades de compreensão, caracterizada por McGuinness (2004, p. 211) como um processo complexo. Afirma que

> Comprehension means more than a good vocabulary. It involves a number of core language skills, such as the ability to use syntax to antecipate words in a sentence and assign unknown words to the appropriate part of the speech. It includes an aptitude for monitoring context, making inferences on the basis of background knowledge, as well as familiarity with oral or literary froms (genres).

Neil Anderson (1999, p. 4) diz que leitura é um processo ativo, fluente e envolve o leitor na construção do significado do texto. Coloca oito estratégias fundamentais no ensino da leitura. E como a leitura é ativa escolheu a palavra ACTIVE para introduzir as seis primeiras estratégias.

A Activate prior knowledge

C Cultivate vocabulary

T Teach for comprehension

I Increase reading rate

V Verify strategies

E Evaluate progress

As outras duas são: build motivation e select appropriate reading material. É inegável a importância da leitura dentro de um processo de aprendizagem, de comunicação e de informação.

No mundo globalizado em que vivemos, de intercâmbios internacionais, fazse necessária a aprendizagem de Línguas Estrangeiras (LE), pois é um instrumento de comunicação e conhecimento.

Ler e compreender uma língua estrangeira é uma forma de ampliar as possibilidades de visão de mundo e das diferentes culturas. Pode vir a ser um instrumento de ascensão social, de acesso a outros universos científicos e tecnológicos, de abertura para o mundo. Sendo assim, a proficiência em leitura passou a ser uma das metas do ensino de língua estrangeira.

O ensino da língua inglesa hoje é sem dúvida imprescindível para busca de informações, ampla comunicação entre indivíduos e troca de conhecimentos entre diversas sociedades.

Para os estudantes e profissionais da Ciência da Informação que trabalham acessando bases de dados, registrando e organizando informações com a finalidade de disponibilizá-las para seus usuários, a leitura em língua inglesa torna-se essencial, pois uma grande maioria dos textos técnicos e científicos está escrito em inglês.

Como professora de língua inglesa, que visa o ensino de leitura para alunos do curso de Biblioteconomia e Arquivologia, optei dentre as diferentes abordagens de ensino de línguas estrangeiras, pela Abordagem Comunicativa, focalizando o English for Specific Purpose (ESP) – (Inglês para fins específicos). Essa é uma abordagem que tem por finalidade capacitar o aluno em diferentes habilidades da língua estrangeira com maior rapidez, possibilitando um melhor desempenho acadêmico e profissional. Uma das prioridades do inglês instrumental é atender as necessidades e interesses dos alunos; exatamente com o conteúdo de que o aluno precisa para realizar seu objetivo.

O Inglês Instrumental: Leitura tem como alvo atender as necessidades dos alunos, de profissionais formados e atuantes em suas áreas e que precisam do idioma para leitura como ferramenta de trabalho no seu dia-a-dia.

A partir de textos autênticos, técnicos, científicos e de assuntos gerais, os aprendizes são expostos a estratégias de leitura que têm por finalidade capacitá-los a uma compreensão em vários níveis: compreensão geral, compreensão de pontos principais e compreensão detalhada e crítica.

O termo "estratégias de leitura" tem sido definido por muitos estudiosos da área. Wenden e Rubin (1987) definem estratégias de aprendizagem como "[...] any sets of operations, steps, plans, routines used by the learner to facilitate the obtaining, storage, retrieval, and use of information." Richards and Platt (1992) afirmam que estratégias de aprendizagem são "intentional behavior and thoughts used by learners during learning so as to better help them understand, learn, or remember new information." (apud ARANI, [200?])

As habilidades de leitura permitem que o leitor compreenda o significado do texto com independência, fluência e que mentalmente interajam com a mensagem.

Há vários níveis de compreensão textual.

- A Compreensão Geral: é obtida através de uma leitura rápida para captar
  as informações genéricas de um texto. Para isso, o leitor deve fazer uma
  predição do assunto recorrendo a seus conhecimentos prévios, às informações verbais e não verbais presentes no texto.
- <u>Compreensão de Pontos Principais</u>: exige que o leitor se detenha com maior atenção na busca das informações relevantes do texto, observando cada parágrafo para identificar os dados específicos que mais lhe interessam.
- A Compreensão Detalhada: este tipo de leitura é mais profundo que os anteriores. Exige a compreensão dos detalhes do texto e demanda, por isso, muito mais tempo. Deve ser cuidadosa, especialmente quando aplicada em instruções operacionais de equipamentos, experiências etc., de modo que seu funcionamento seja preciso e seguro.
- A Leitura Crítica: significa ser capaz de analisar um texto em seus vários aspectos, desde seu conteúdo referencial (as informações) até sua estrutura (sua expressão) e a partir dessa análise, compará-lo com outros textos e ter condições de opinar sobre as idéias e posturas ideológicas colocadas pelo autor. Nem tudo que está escrito é verdadeiro. Temos que formar leitores críticos e eficientes.

Na disciplina, já mencionada, de Inglês Instrumental para alunos de Biblioteconomia e Arquivologia, várias estratégias de leitura são propostas e desenvolvidas com o intuito de facilitar o trabalho do aluno.

# Estrutura do Curso de Leitura Instrumental para alunos do Curso de Biblioteconomia e Arquivologia

O curso de leitura em língua inglesa para alunos dos cursos em Ciência da Informação visa auxiliá-los nas tarefas de acesso, processamento e tratamento das informações científicas. Esse curso foi elaborado para atingir as necessidades do aluno com eficiência e rapidez, utilizando uma linguagem do cotidiano e técnica; utiliza uma metodologia que visa:

- Conscientização a respeito dos aspectos psicolingüísticos envolvidos no processo de leitura em língua materna e estrangeira;
- Vivência do uso de estratégias eficazes na compreensão de textos de interesse geral e da área específica da Ciência da Informação em inglês;

- Instrução de aspectos morfológicos, sintáticos e lexicais do inglês acadêmico-científico;
- Elaboração de resumos.

As unidades elaboradas baseiam-se nas estratégias globais de aquisição da compreensão e nas estratégias de aquisição de língua. A gramática não é a espinha dorsal do curso, é apenas um facilitador da compreensão do texto, ou seja, serve com um meio e não um fim.

Tendo em vista o objetivo de desenvolver as estratégias globais de compreensão e estratégias de aquisição de língua, o material pedagógico elaborado para esse curso expõe o aluno a atividades que o levam a refletir sobre o sentido do texto e, também, a focalizar e a analisar a língua inglesa em situações reais de uso.

## O Programa do Curso

#### 1 – <u>Needs Analysis</u>

- Identificação das necessidades e objetivos do curso de Inglês Instrumental para o estudante de Ciência da Informação.
- · Identificação das necessidades do profissional na ativa e de docentes da área.
- Coleta de informações sobre a consciência dos alunos a respeito do processo de leitura.

# 2 - Aspectos Psicolingüísticos do processo de leitura: "Conscientização"

#### 3 - <u>Habilidades de Leitura</u>

- · Objetivos da leitura
- Níveis de compreensão de texto
- "Prediction", "Skimming" e "Scanning"
- Estratégias de leitura ("layout", conhecimento prévio do leitor, inferências, estrutura textual básica, dicas tipográficas...)
- Estratégias de vocabulário (palavras conhecidas, cognatos, afixos, inferência lexical)
- · Uso do dicionário

### 4 - <u>Habilidades Linguísticas</u>

- Formas em ING
- Estrutura e funções do sintagma nominal.

- Estrutura do período simples.
- Verbos.
- Estrutura do período composto (Coordenação e Subordinação).
- Pronomes
- Conexão (conectivos:Conjunções e Marcadores do Discurso).

#### 5 - Noções de organização retórica do texto

- Noções de Coesão e coerência
- Elementos de Coesão (Referência e Conexão).
- A Estrutura Geral do Texto (Problema -Solução / Recursos de Linguagem).
- A Estrutura do Parágrafo (Tópico Frasal).
- A Função Comunicativa do Texto relação entre emissor e receptor.
- Leitura e conscientização a respeito da estrutura básica de "abstract".

#### Exemplo das unidades elaboradas

#### UNIDADE 1

Objetivos: Compreensão Geral

Estratégias a serem utilizadas: Predição, Skimming, Scanning, Tipografia, Lay out, Cognatos.

Trabalhando com Cognatos

Os cognatos são termos da L2 que têm a mesma raiz que a L1, geralmente essas palavras têm procedência grega ou latina, são bastante parecidas com o português tanto na forma, como no significado.

Os cognatos podem ser:

- a. Idênticos: hospital, bar, animal, radio, social, popular, crime, etc...
- b. Bastante parecidos: plant, factor, diet, impact, preserve, ramp, etc...
- c. Vagamente parecidos: portable, pressure, sensitivity, possible, interesting, etc..

Os Falsos Cognatos são palavras que, pela aparência, nos levam a pensar em uma falsa tradução. É o que parece, mas não é. É importante que se observe a adequação do seu significado no texto. Exemplo: Actually = na verdade, o fato é que...,

Atualmente = nowadays, today

#### Text 1

#### INFORMATION AS THING

#### Abstract

Three meanings of "information" are distinguished: "Information-as-process"; "information-as-knowledge"; and "information-as-thing", the attributive use of "information" to denote things regarded as informative. The nature and characteristics of "information-as-thing" are discussed, using an indirect approach ("What things are informative?"). Varieties of "information-as-thing" include data, text, documents, objects, and events. On this view "information" includes but extends beyond communication. Whatever information storage and retrieval systems store and retrieve is necessarily "information-as-thing". These three meanings of "information", along with "information processing", offer a basis for classifying disparate information-related activities (e.g. rhetoric, bibliographic retrieval, statistical analysis) and, thereby, suggest a topography for "information science".

by Michael Buckland, School of Information Management and Systems, University of California, Berkeley

#### Exercício 1

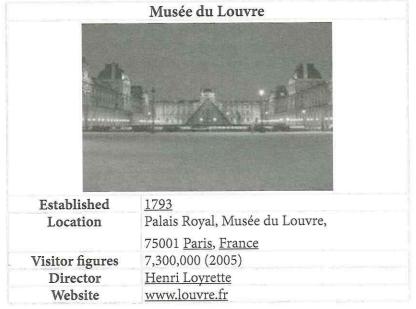
A - Leia o texto abaixo, comece pelo título, sub-título e dicas tipográficas.

B - Sublinhe todo	os os cognatos do	texto e depois escrev	a um parágrafo dizendo
a ideia gerai do texto	0.		
	в - Sublinne todo a idéia geral do text	a idéia geral do texto.	B - Sublinhe todos os cognatos do texto e depois escreva idéia geral do texto.

#### C – Os cognatos facilitaram seu entendimento do texto?

#### Text 2:

Louvre From Wikipedia, the free encyclopedia



The Louvre Museum (French: Musée du Louvre) in Paris, France, is the oldest, and arguably the most famous art gallery and museum in the world. The Louvre has a long history of artistic and historic conservation, from the Capetian dynasty until today. The building was previously a royal palace, and is famous for holding several of the world's most prestigious works of art, such as Leonardo da Vinci's Mona Lisa, The Virgin and Child with St. Anne, Madonna of the Rocks and Alexandros of Antioch's Venus de Milo. Located in the centre of the city of Paris, between the Rive Droite of the

Seine and the rue de Rivoli in the Ier arrondissement, it is accessed by the Palais Royal - Musée du Louvre Metro station. The equestrian statue of Louis XIV constitutes the starting point axe historique, but the palace is not aligned on this axis.

In 2005, the Louvre received a record 7.3 million visitors in part due to the success of <u>Dan Brown</u>'s <u>2003</u> novel <u>The Da Vinci Code</u><sup>111</sup>—a significant boost of 22% compared to previous figures, placing the Louvre as the most visited monument in Paris.[2]

SKIMMING: Estratégia que consiste em lançar os olhos rapidamente sobre o texto numa breve leitura para captar o assunto geral apenas, se esse for o objetivo da leitura.

#### Exercício 1

A – Faça um "skimming" e entenda a idéia geral do texto.	
B – Sublinhe todos os cognatos do texto.	
$\mathbf{C}$ — Que dicas tipográficas o levaram à melhor compreensão do texto?	
SCANNING: é uma estratégia de leitura não linear em que o leitor busca objetiv mente localizar as informações em que está interessado. Por meio do "scanning" leitor é seletivo, e nem sempre necessita ler o texto todo.	

#### Exercício 2

#### D - TRUE or FALSE

•	Em 2006 o museu do Louvre recebeu 7.3 milhões de visitantes.	(	)
۰	O Louvre é o museu de artes mais famoso do mundo.	(	)
•	O famoso quadro "Mona Lisa" está no Louvre.	(	)

#### Texto 3

Previewing - Predição

É importante fazer uma predição antes da leitura do texto para ter uma idéia geral. Seu cérebro pode começar a fazer conexões com seus conhecimentos anteriores e pode facilitar sua compreensão.

#### Typography

As marcas tipográficas são elementos que no texto, transmitem informações nem sempre representadas por palavras. Reconhecê-las é um auxílio bastante útil à leitura.

Exemplos de marcas tipográficas:

- títulos e sub-títulos:
- numerais:
- símbolos:
- palavras destacadas: negritos, itálicos, maiúsculas...
- desenhos, gráficos e demais ilustrações.

Veja, no texto a seguir, quanta informação pode-se obter por meio das marcas tipográficas.

You can tell me a lot about this Book from its advertisement!



Library Daylight: Traces of Modern Librarianship, 1874-1922 by Rory Litwin (Paperback - 13 Dec 2006)

Buy new: £12.00 12 Used & new from £9.34

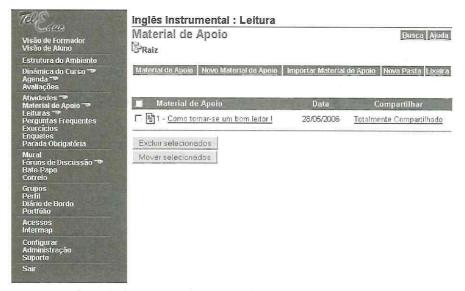
Get it by Saturday, April. 21, if you order in the next 22 hours and 22 minutes.

Eligible for FREE Super Saver Delivery.

177		-
Exerc	TICIO	- 1

A – Título:
B - Autor:
C - Ficção (história não verdadeira) ou não ficção (informação factual) ?
D - Qual será o assunto do texto?
E -Você encontrou alguma palavra cognata no anúncio? Quais?
F – São livros novos ou usados ?
G - Qual é o preço do livro novo?
H - Você gostaria de ler esse livro? Por quê?

Todas as unidades de estudo do curso de Leitura Instrumental para os alunos de Biblioteconomia e Arquivologia estão disponibilizadas em papel e em forma digital no ambiente de aprendizagem TelEduc. O TelEduc é um ambiente para realização de cursos a distância através da Internet que é um suporte impar nas inovações dentro do processo educacional. Foi desenvolvido no NIED (Núcleo de Informática Aplicada a Educação) sob a orientação da Profa. Dra. Heloísa Vieira da Rocha do Instituto de Computação da Unicamp (Universidade de Campinas).



Sendo o TelEduc um meio de interatividade mais dinâmico, ele é muito mais próximo ao ambiente de trabalho que o aluno provavelmente vai encontrar no futuro. Por mejo de uma interface de comunicação digital o aluno tem oportunidade de explorar o sistema pedagógico de acordo com suas próprias necessidades, curiosidades e também limitações. É uma forma de auto-aprendizagem, porém, com a possibilidade de esclarecer as eventuais dúvidas com os colegas e também com o professor. A interação é realizada por meio de correspondência eletrônica - 'e. mails', canais de bate-papo - 'chats', e forum de discussão.

Essa sala de aula virtual pode ser acessada através do 'site' http://br.geocities. com/mariangelanorte/ - que, entre outras coisas, disponibiliza acesso a dicionários, tradutores, material didático para o ensino e aprendizagem das quatro habilidades (leitura, escrita, compreensão e fala) da língua inglesa, músicas e jogos educativos.

Nos últimos três anos tenho trabalhado utilizando os meios pedagógicos oferecidos pela tecnologia de informação e comunicação (a distância - como uma atividade extra-classe) e os meios tradicionais presenciais. Tenho aproveitado para sinalizar que as novas redes de comunicação - multimídia/internet/hipertexto - modificaram as formas de leitura, tornando-as mais complexa e exigindo, hoje, do leitor comportamentos específicos.

As milhares de páginas disponíveis na rede com diferentes estruturas e arquiteturas dão uma liberdade de escolha muito grande ao leitor possibilitando novas formas de leitura. A fragmentalização (proporcionada pelo hipertexto); a variedade de canais de comunicação; a multireferêncialidade (fontes mais variadas possíveis); a interatividade e cada leitor determinando seu próprio caminho, com certeza modificaram a comunicação e a construção dos significados.

Os resultados que tenho obtido são satisfatórios à medida que tenho acompanhado os alunos ingressando no mercado de trabalho, sendo aprovados em língua inglesa nos concursos, além da aprovação nos exames de proficiência no ingresso nos programas de pós-graduação.

A consultoria "Catho" realizou pesquisa on-line sobre "Salário e Benefícios". Essa pesquisa coletou nos meses de fevereiro, junho e outubro de 2006 informações salariais de aproximadamente 120.000 profissionais de todo o país, envolvendo diferentes segmentos do mercado nacional e abrangendo todos os níveis organizacionais, bem como o seu nível de fluência na Língua Inglesa e Espanhola. A pesquisa levantou o nível de domínio dos profissionais no idioma inglês e espanhol, e constatou diferenças salariais significativas.

Na alta direção das empresas (diretores e presidentes), a diferença salarial entre os executivos que falam fluentemente inglês para aqueles que não falam é em média 52%. Diferenças significativas foram constatadas entre os níveis gerenciais (23%), supervisão média (44%) e profissionais especializados com curso superior (47%).

Tabela 01

	I abela VI
Nível da Organização	Diferença Salarial entre os profissionais que falam fluentemente inglês e os que não falam
Alta Direção	52%
Gerência	23%
Supervisão	44%
Profissionals com Nível Superior	47%
Fonto: Pesquisa Salarial e de Bereffeiro Costo - 2006	

Fonto: Pesquisa Salarial e de Benefícios Catho - 2006

A pesquisa identificou também profissionais que tem fluência verbal e escrita nos dois idiomas pesquisados e o resultado foi surpreendente, os diretores de empresa que falam e escrevem fluentemente o inglês e o espanhol recebem em média salários 68% acima daqueles que não tem domínio algum de nenhuma das línguas. (www.catho.com.br/salario).

Sendo assim, fica evidente a importância do aprendizado de uma língua estrangeira na formação do profissional.

#### Referências

ANDERSON, Neil. Exploring second language reading. Canada: Heinle & Heinle Publication, 1999.

ARANI, Jafar Asgari. ESP world. Disponível em: <a href="http://www.esp-world.info/ESP">http://www.esp-world.info/ESP</a> list.htm>. Acesso em: 9 mar. 2006.

BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e estética: a teoria do romance. São Paulo: Ed.Unesp, 1998.

BERLO, David. O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BUCKLAND, M. Information as thing. Journal of the American Society for Information Science, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

GRABLE, W.; STOLLER. Discourse analysis and reading instruction. In: HARRINSON, C.; COLES, M. (Ed.). The reading for real handbook. London: Routledge, 2002.

NUTALL, Christine. Teaching reading skills in a foreign language. Great Britain: Heinnemann, 1996.

PIETRARÓIA, C. M. C. Percursos de leitura: léxico e construção do sentido na leitura do Francês Língua Estrangeira. São Paulo: Editora Annablume, 1997.

# O ensino de metodologias quantitativas para alunos de biblioteconomia: memórias de um percurso na UNESP de Marília

Ely Francina Tannuri de Oliveira

#### 1 Introdução

Atendendo a mais uma das solicitações da universidade proponho-me a relatar, de forma sucinta, minha trajetória profissional e acadêmica no curso de Biblioteconomia, como docente da disciplina Metodologias Quantitativas em Ciência da Informação. Apesar de pontos comuns com a de outros colegas, essa trajetória foi marcada singularmente pela dedicação ao ensino e à pesquisa nessa área.

Data de minha docência na Escola Técnica Federal de São Paulo, iniciada em 1975, a dedicação ao ensino da Matemática como instrumento de aplicação e ferramenta metodológica para outras áreas do conhecimento, tais como eletrotécnica, processamento de dados, edificações e eletrônica, cursos existentes na referida escola. O tempo de docência nessa escola foi de rico aprendizado e marca o início de minhas atividades na área de Matemática Aplicada, deixando de lado a matemática axiomática, algorítmica e pura que vinha exercitando até então, pela própria formação universitária que havia recebido. A relação de vivência com profissionais vindos das mais diferentes áreas do conhecimento, o perfil do aluno ingressante na Escola Técnica, mais maduro, mais interessado, já com o objetivo de profissionalização, exigia do docente uma visão de interdisciplinaridade.

No início dos anos 80, mudei-me para Marília e desliguei-me assim da Escola Técnica Federal de São Paulo. Logo após, em março de 1982, fui contratada, em Regime de Tempo Parcial, para a docência das disciplinas de Matemática e Estatística no curso de Biblioteconomia da UNESP-Campus de Marília, marcando o início de minha docência no ensino superior.

Decorrente da criação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), em 30 de janeiro de 1976, o curso de Biblioteconomia iniciou suas atividades no campus de Marília, em 06 de abril de 1977, reconhecido pelo MEC conforme Portaria nº 145, de 11/02/81, publicada no D.O.U. de 13 de fevereiro de 1981, coincidindo com a criação da própria universidade.

No período de 1977 a 1983 vigorou uma primeira estrutura curricular, conforme Resolução UNESP nº. 18, de 11 de abril de 1978, publicada no D.O. de 27/04/78. Naquele momento, o curso veio ao encontro de uma realidade que se impunha: a criação e instalação, em Marília, da Biblioteca Central da Rede de Bibliotecas da UNESP.

Desse modo, a ênfase inicial do curso centrou-se mais na formação de um profissional bibliotecário para bibliotecas universitárias, em que as atividades de formação de acervos e disseminação de informações, no âmbito acadêmico, adquiriam especial importância.

Tal abordagem dava-se, naquele momento, em consonância com uma visão de profissão dos anos 70 quando, decorrida mais de uma década de reconhecimento da profissão e do estabelecimento do primeiro currículo mínimo para os cursos universitários da área, se tentava romper com a influência tecnicista norte-americana, entre os anos 30 e 60.

A questão que se colocou inicialmente para mim, como recém contratada, nas disciplinas denominadas Estatística e Matemática, que compunham o currículo do curso nas matérias instrumentais, referiu-se ao "o quê" ensinar para futuros bibliotecários:- quais conteúdos de Matemática e Estatística são necessários à prática biblioteconômica, quer sejam na administração bibliotecária, na pesquisa, na aquisição, seleção de material e na avaliação de coleções? Recebi um programa já pronto, de Elementos de Matemática juntamente com Matemática Financeira e de Estatística Básica, com poucos elementos de articulação com a própria biblioteconomia.

Considero que, em se tratando de ensino de disciplinas instrumentais, não se deve prescindir de um estudo e de entendimento prévio do campo de trabalho onde deverão ser aplicadas. Trabalhando com a disciplina Estatística Aplicada à Biblioteconomia, e outras áreas, pude constatar a distância entre o conhecimento estatístico e os demais conteúdos trabalhados nesses cursos. A consequente falta de motivação existente entre os alunos tornou-se questão emergente no dia-a-dia da sala de aula. Observei ainda que os alunos nem sempre conseguiam visualizar como a metodologia estatística seria aplicada na sua futura prática profissional e terminavam o curso de graduação sem a instrumentação necessária para a utilização da Estatística na solução de problemas da sua vida profissional.

As disciplinas chamadas instrumentais por si só não geram conhecimento na área. Constituem somente ferramentas para gerar conhecimentos, devendo, portanto, estar fundamentalmente associadas aos conteúdos trabalhados nas diversas matérias do conhecimento pertinentes à área.

Assim, de forma progressiva, fui conhecendo a área de Biblioteconomia, a natureza de suas pesquisas, seu objeto de estudo, suas questões emergentes e suas questões mais clás-

sicas. Além disso, o Departamento de Biblioteconomia e Documentação da UNESP de Marília sempre se preocupou em oferecer cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização em sua área. Foi assim que tomei contato com a Bibliometria, nos cursos oferecidos pela Profa. Dra. Gilda Braga e Profa. Dra. Graça Maria Simões Luiz Piza, e outros tantos cursos na área de Biblioteconomia, que me ofereceram elementos e subsídios para construir um currículo das disciplinas Matemática e Estatística, que se articulasse com as demais disciplinas e se alinhasse com o objetivo do curso e com o perfil do profissional que se quer formar, mesmo porque, quando o conhecimento estatístico ou matemático é isolado da prática da investigação e da pesquisa na área de aplicação, ele se apresenta sem significado para o aluno.

Ainda de forma bastante instigante, fui me defrontando com questões de ensino, tais como, qual a forma mais adequada de ensinar essas disciplinas para alunos que de certa forma tinham "fugido" de um curso de exatas? Questões desse tipo acabaram por se constituir no germe gerador do grupo de pesquisa intitulado "Grupo de Pesquisa de Ensino de Estatística", sobre o qual explanarei mais tarde.

Durante esses anos de pesquisa e docência, minha prática foi um esforço contínuo de reflexão sobre o processo de ensino que ocorria na sala de aula. Quais procedimentos deveriam ser repetidos por terem favorecido mais a aprendizagem e quais deveriam ser eliminados? Note-se que minha formação behaviorista mesclava-se com reflexões teóricas mais críticas em um esforço contínuo de ação e reflexão, de teorização sobre a prática.

Em 1982, foi estabelecido o novo currículo mínimo da profissão, preocupado em integrar a concepção humanista francesa (sob a influência da École de Chartres) - que norteou o ensino na década de 30 - com a concepção técnica norte- americana que se preocupava essencialmente com a questão do usuário.

Assim, em 1984, o curso de Biblioteconomia da UNESP implantava seu segundo currículo pleno, aprovado pela Resolução UNESP nº. 30, de 04 de junho de 1984, publicada no D.O. de 05/06/84, e que continuou com as mesmas denominações, nas matérias instrumentais, de Estatística e Matemática. Embora não levassem o nome de "Aplicadas", o sentido da aplicabilidade era inerente ao caráter de instrumentalidade das disciplinas.

Em 1988, após constantes avaliações curriculares, o Departamento de Biblioteconomia elaborou proposta de alteração dessa nova estrutura curricular, incluindo o acréscimo e diminuição de créditos, bem como modificações na seriação e nomenclatura de algumas disciplinas, sem contudo alterar a estrutura obrigatória aprovada pelo CFE/MEC. Aprovado pela resolução UNESP 4/88, o novo currículo passou a vigorar a partir de 1989.

Somente na reestruturação curricular de 1997 as disciplinas passam a ser denominadas Matemática e Estatística Aplicada à Biblioteconomia, e no último currículo, em 2003, passam a ser denominadas Métodos Quantitativos Aplicados à Ciência da Informação.

#### 2 Desenvolvimento

Durante esse percurso docente, quero destacar três momentos que considero relevantes, em vista das questões de pesquisa realizadas na área:

- em 1993, quando iniciei o mestrado;
- em 1997, quando foi criado o GEEST, grupo de estudos para ensino de Estatística;
- em 2003, quando retomei os estudos iniciados na realização das disciplinas do meu doutorado, sobre aprendizagem significativa de David Ausubel, bem como nas minhas pesquisas.

Quando ingressei no mestrado, quis escolher como tema de dissertação algo que pudesse ser útil ao Curso de Biblioteconomia e acabei por optar pelo tema: O ensino das disciplinas instrumentais para análises quantitativas no currículo do curso de graduação em Biblioteconomia (OLIVEIRA,1996). Escolhi, como assunto de minha dissertação, a questão de currículo. Por maiores e mais relevantes que sejam as preocupações no campo educacional, mesmo as de natureza eminentemente teórica ou política, uma grande parte das questões educacionais pode ser traduzida em uma discussão sobre criação, seleção e organização do conhecimento escolar, isto é, sobre currículo.

Minha dissertação centrou-se na área de currículo e particularmente no ensino das disciplinas instrumentais para análises quantitativas, disciplinas essas que integram o currículo do curso de graduação em Biblioteconomia.

Ensino e pesquisa, funções do ensino superior, devem estar associados. Como docente da UNESP, atraiu-me a idéia de pesquisar o ensino e dessa pesquisa retirar subsídios para melhor implementação do trabalho na sala de aula, cenário do ensino. É na sala de aula e no exercício da docência que o ensino acontece.

Assim, a grande contribuição da dissertação foi a construção de um conteúdo programático, baseado na investigação e da pesquisa. O cerne da investigação referiu-se à seleção e organização de conteúdos programáticos, aqui compreendidos não como rol ou simplesmente listagem a ser trabalhada pelo professor na sala de aula. Os conteúdos não valem por si mesmos, mas na medida que se integram internamente e convergem para objetivos mais amplos, vinculados "com a prática social global" (SAVIANI, 1986, p. 83).

Como os conteúdos das disciplinas que se prestam a análises quantitativas se articulam com as demais disciplinas e com os objetivos do curso em questão, quais são considerados relevantes no contexto curricular e qual a contribuição desses conteúdos para a formação do futuro profissional bibliotecário, são questões que trouxe para análise. A abordagem usada no desenvolvimento deste estudo foi descritiva, por se constituir uma primeira investigação na área e pela quase inexistência de literatura específica sobre o assunto.

Na análise desses documentos (artigos e resumos de dissertações e teses), busquei identificar os tratamentos quantitativos utilizados, partindo do pressuposto que eles podem indicar a evidência de conteúdos programáticos relativos ao ensino das disciplinas instrumentais para análises quantitativas, adequados e inerentes à área de Biblioteconomia.

Apesar de correr o risco de particularizar e seccionar o real ao extrair dos documentos os tratamentos matemáticos e/ou estatísticos nele contidos, pareceu-me ser esse o procedimento mais apropriado.

Como um dos objetivos da dissertação era a investigação dos principais procedimentos quantitativos utilizados na literatura científica e acadêmica em Biblioteconomia, elaborei, paralelamente à dissertação, duas bases de dados, utilizando o software MICROISIS, na versão 2.3.

A primeira base de dados foi construída com as referências de artigos encontrados nos principais periódicos nacionais da área de Biblioteconomia, no período de 1984 até 1993, e traz os procedimentos e tratamentos quantitativos utilizados com maior freqüência na área, em um total de 132 (cento e trinta e duas) referências. A segunda base de dados foi construída a partir dos resumos de teses e dissertações levantadas no mesmo período citado anteriormente, em um total de 97 (noventa e sete) documentos. As referidas bases de dados achamse disponíveis em disquete, e pode-se acessá-las através do WINDOWS. Assim, essa base de dados sobre um determinado assunto de Estatística do conteúdo regulamentar, nos remete a textos e artigos da área que usam esse tratamento estatístico.

O principal benefício da dissertação foi a construção de um conteúdo curricular de Estatística e Matemática articulado com a prática biblioteconômica. Assim, quando houver alguma questão relativa a aplicabilidade daquele item do conteúdo programático às questões de prática profissional, pode-se recorrer aos dados da pesquisa, fato esse duplamente recompensado: responde-se à questão do aluno e introduz-se um assunto da área de Biblioteconomia, que sempre apresenta um interesse especial por ser tema de pesquisa. Ensino e pesquisa, grandes funções do ensino superior, sempre estiveram associadas.

Em 1997, os docentes da UNESP, preocupados com algumas questões relativas ao ensino de Estatística, propuseram a criação de um grupo de estudos denominado GEEST (Grupo de Estudos de Ensino de Estatística), cujo objetivo, além de estudos de textos era a apresentação e publicação de trabalhos e pesquisas realizadas, em eventos e congressos da área de Estatística.

Trabalhando com a disciplina Estatística Aplicada às áreas de Ciências Sociais, Pedagogia e Fonoaudiologia, pudemos constatar as mesmas questões já conhecidas na área de

Biblioteconomia: distância entre o conhecimento estatístico e os demais conteúdos trabalhados nesses cursos. Observamos ainda que os alunos, como acontecia na área de Biblioteconomia, nem sempre conseguiam visualizar como a metodologia estatística seria aplicada na sua futura prática profissional e terminavam o curso de graduação sem a instrumentação necessária para a utilização da Estatística na solução de problemas da sua vida profissional.

No entanto, profissionais de diferentes áreas, biológicas, exatas ou humanas, normalmente realizam experimentos, coletam e analisam dados em seu trabalho. Aqueles que assimilaram de forma satisfatória os conteúdos de Estatística, trabalhados nos cursos de graduação, chegarão com mais prontidão e fundamentação às soluções das questões do seu cotidiano profissional.

Mediante tal realidade, a disciplina Estatística, especialmente quando tratada como ferramenta para o desenvolvimento das outras áreas do conhecimento, merece uma particular atenção por parte dos pesquisadores ligados à área, considerando que, em geral, ela é o único curso que os futuros usuários de Estatística irão realizar em sua formação, em nível de graduação.

O professor de Estatística, neste contexto, necessita romper com o modelo reprodutivo o qual tem a função de apenas executar um programa já pronto, partindo para a construção de cursos que priorizem o instrumental estatístico mais pertinente à área de atuação do futuro profissional.

Desta forma, o docente precisa buscar o desenvolvimento de um trabalho mais significativo, interdisciplinar. A articulação dos conceitos da própria disciplina com os demais conceitos do curso em que está inserida adquire importância, buscando-se uma maior contextualização da disciplina, uma vez que "os conteúdos não valem por si mesmos, mas na medida que se integram internamente e convergem para objetivos mais amplos, vinculados 'com a prática social global'" (OLIVEIRA, 1996, p. 2).

Sob esta perspectiva, o ensino de Estatística insere-se em um processo interdisciplinar, no qual se rompe com os "muros" que separam as disciplinas, ao gerar

> a integração e engajamento de educadores num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar em si e com a realidade de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania mediante uma visão global de mundo e serem capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade atual. (LÜCK, 1995, p. 64).

Nesse processo, os conteúdos das disciplinas devem ser trabalhados de tal forma que sirvam de aporte às outras, formando uma teia de conhecimentos.

A partir dessas questões levantadas, propusemo-nos, como grupo, à reformulação de nossa prática docente, visando uma melhor adequação do ensino de Estatística aos interesses dos diferentes cursos, especialmente naqueles em que os alunos estão mais distantes de análises quantitativas, como é o caso dos cursos nos quais atuamos: Biblioteconomia, Ciências Sociais, Pedagogia e Fonoaudiologia.

O levantamento da produção científica na qual são contemplados os tratamentos estatísticos mais usados na área, já realizado em minha dissertação de mestrado, foi realizado também nas outras duas áreas, à exemplo do que tinha sido feito em Biblioteconomia.

Além disso, apresentamos um projeto em execução nos referidos cursos, recorrendo à prática da investigação e da pesquisa quantitativa, como procedimento de trabalho. Tal projeto propõe-se a romper com o "pacote" reprodutivo de ensino, no qual o professor executa um modelo já pronto, em uma abordagem de aprendizagem passiva, e a construir cursos que priorizem o instrumental estatístico mais pertinente a cada área do conhecimento, tornando os conteúdos da disciplina em questão melhor articulados às áreas de atuação dos diferentes cursos.

Considerando que esse projeto está sendo executado há oito anos, objetivamos também avaliar a contribuição do procedimento proposto para a melhor adequação do ensino, tomando como referencial a melhor assimilação dos conceitos subjacentes às técnicas aplicadas, bem como sua vinculação à área de atuação do futuro profissional dos diferentes cursos.

Procedemos à construção do projeto executado nos cursos em que atuamos como docentes da disciplina Estatística, retomando, em um primeiro momento, os objetivos de cada curso no qual a Estatística é ferramenta de apoio. Iniciamos, assim, os primeiros ensaios para o delineamento de cada um deles, com suas peculiaridades, suas escalas próprias de mensuração, seus objetivos mais específicos, conteúdos e avaliação.

Com relação às formas de abordagens, consideramos que a abordagem mais adequada aos nossos cursos é a da Estatística como análise de dados, observados os objetivos das disciplinas que ministramos, bem como a estrutura organizacional dos cursos nos quais elas estão inseridas, a história educacional de seus alunos, e a quantidade de tempo disponível para as nossas disciplinas.

Considerando que, sob esta abordagem, a Estatística constitui-se em um conjunto de métodos e técnicas de pesquisa, a nossa reformulação do ensino baseou-se na prática da investigação e da pesquisa, por meio do levantamento de dados relativos a questões construídas e de interesse dos próprios alunos.

O projeto em questão, além de promover a vinculação do conteúdo estatístico com a área de atuação do aluno, possibilita também a articulação dos diferentes conceitos estatísticos entre si

Thompson (1994, p. 41) destaca a importância do uso de dados reais no ensino da disciplina Estatística, afirmando que "deve-se diminuir o uso de dados artificiais, que se tornam desinteressantes". Além disso, por meio do uso de dados reais, "os estudantes aprendem imediatamente que a análise de dados é uma parte integrante dos processos de pesquisa e não uma série de dados isolados". Observa ainda Thompson (1994, p. 41) que, "para obter benefícios de dados reais, os estudantes devem ser pesquisadores, (não os objetos de estudo) e eles devem coletar dados por si próprios ou participar no delineamento do instrumento de coleta de dados".

Para a operacionalização da proposta descrita, solicitamos aos alunos, a princípio, um levantamento de questões de interesse da própria área, questões essas tratadas quantitativamente. Com base nessas questões, os alunos constituem grupos de até três componentes e elaboram um mini-projeto, de forma que os procedimentos e objetivos fiquem bem claros e definidos. Especialmente nesta etapa de desenvolvimento do projeto, os grupos de alunos são atendidos em modalidade semelhante à tutoria para as devidas orientações de delimitação de objetivos, determinação dos procedimentos apropriados aos objetivos propostos e instrumento de coleta de dados.

Cada grupo de alunos procede, então, à construção de um instrumento para a coleta e organização dos dados, elaboração de tabelas e gráficos, cálculo dos principais parâmetros estatísticos pertinentes às variáveis em estudo, bem como à análise e interpretação dos resultados.

A título de exemplo, citamos alguns temas trabalhados pelos alunos em sala de aula, relativo às diferentes áreas dos cursos (Biblioteconomia, Pedagogia, Ciências Sociais e Fonoaudiologia): perfil dos ingressantes em Biblioteconomia; perfil sócio-econômico dos feirantes da cidade de Marília; perfil dos frequentadores dos shoppings de Marília; movimento de empréstimos na Biblioteca do campus; perfil dos doadores de sangue de Marília; perfil do cliente atendido pelo COE (Centro de Orientação Educacional); preferências literárias entre crianças; preferência política dos alunos da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília; causa da morte de jovens de 12 a 30 anos de idade da cidade de Lins; levantamento dos usuários de serviços on-line da biblioteca do campus; renda familiar dos alunos de Biblioteconomia; frequência de empréstimo realizado pelos alunos do curso de Fisioterapia ao setor de periódicos da biblioteca da Universidade de Marília; atendimento realizado pela clínica de fonoaudiologia, no ano de 2000; número de horas mensais necessárias para o discente utilizar o laboratório de informática da UNESP/ Campus de Marília; relação entre idade dos alunos do curso de Biblioteconomia e conhecimento prévio na área; uso da estatística no controle de acervo, solicitações pelo COMUT, no ano 2001.

Salientamos que os temas não se referem apenas a levantamento de dados da realidade local da UNESP, mas ampliam-se para outras localidades e outros temas fora do restrito âmbito local.

Destacamos ainda que, sistematicamente, também nas diferentes etapas do desenvolvimento do projeto, há uma interação entre docente e alunos para orientação e avaliação das etapas já realizadas. Paralelamente, durante as aulas, procuramos vincular o conhecimento novo com aquele que está sendo trabalhado pelos alunos em seus projetos, i.e., é realizada uma associação entre os conceitos estatísticos apresentados em sala de aula e os dados reais coletados pelos alunos.

Dessa forma os projetos, desenvolvidos paralelamente e articulados com os conteúdos programáticos, constituem a principal forma de avaliação da aprendizagem.

Para se avaliar esse projeto de ensino de Estatística, tomamos dois referenciais, quer sejam, avaliação docente e avaliação discente.

A primeira ocorreu por meio dos relatos dos docentes em reuniões do grupo de pesquisa em Ensino de Estatística, quando se procurou destacar os aspectos mais relevantes desse procedimento. Entre os aspectos levantados, houve consenso quanto ao fato de que o uso de mini-projetos de pesquisa, desenvolvidos pelos alunos, como procedimento de trabalho para o ensino/aprendizagem, tonificou o ensino de Estatística e melhorou a atitude dos alunos em relação à importância da metodologia Estatística em sua futura prática profissional. Observamos, ainda, que o ensino de Estatística por meio de projetos de pesquisa é mais significativo, apresenta-se mais interessante para os alunos, que internalizam melhor o conhecimento.

Além disso, constatamos maior interesse dos alunos no desenvolvimento de outras pesquisas que utilizam metodologias quantitativas, tais como nos trabalhos de conclusão de curso, bolsas de iniciação científica e programas de auxílio ao estudante.

Observamos, ainda, como outro indicador de interesse, a solicitação dos próprios alunos, que a UNESP - Campus de Marília oficialize a publicação dos trabalhos de pesquisa de Estatística, desenvolvidos pelos discentes dos diferentes cursos.

A avaliação discente tem ocorrido desde 1998, com base na aplicação de questionários aos alunos dos diferentes cursos nos quais atuamos, com perguntas abertas referentes à utilidade da Estatística em cada campo de atuação, à vinculação e relevância do conhecimento com a realidade de cada área, bem como os procedimentos metodológicos e formas de avaliação do curso, destacando-se a execução do projeto de pesquisa.

Relatamos, textualmente, algumas respostas apresentadas pelos alunos, referentes a algumas questões já citadas. Exemplificando, como respostas à questão "Avalie o processo de desenvolvimento do projeto de trabalho, tendo como critério a aquisição de conhecimento de forma significativa", obtivemos respostas tais como:

- "O modo como foi trabalhada a disciplina estatística proporcionou um conhecimento bastante significativo por estar vinculado à prática, sendo que este conhecimento vai ser utilizado em pesquisas e outras oportunidades";
- "O trabalho exigiu logo de início um critério de pesquisa para que fosse realizado um trabalho interessante, e na segunda fase exigiu a capacidade de compreensão dos dados recolhidos na primeira fase";
- "É interessante desenvolver um projeto aplicando aquilo que foi dado em sala de aula, porque nos ajuda a assimilar o conteúdo";
- "Ele ofereceu possibilidade de aplicação do que aprendi em sala de aula.
   Além disso, o projeto nos levou a desenvolver habilidade para desenvolver uma pesquisa".
- Como resposta à questão "Você considera o conhecimento adquirido relevante para a sua atuação profissional? Justifique", obtivemos respostas tais como:
- "O conhecimento de Estatística é importante não só para a atuação profissional, como também para entender a Estatística aplicada aos vários tipos de pesquisa";
- "Sim. Adquiri um conhecimento que me auxiliará no campo onde vou atuar como bibliotecária, seja qual for, porque esteve bem vinculado à área";
- "Sim, pois quando for fazer uma pesquisa saberei como fazer e também na hora de ler outras pesquisas ou artigos, pode-se fazer uma análise melhor";
- "É importante ter conhecimentos básicos de Estatística até mesmo para ler um jofnal. Uma visão mais crítica nos ajuda a ter um melhor desempenho em todas as áreas de nossa vida".

Observamos, por meio das duas formas de avaliação, docente e discente, que, tomando como referencial a real utilização da Estatística aplicada aos diferentes campos de conhecimento, o procedimento de ensino utilizado constitui uma melhor forma de articulação dos conhecimentos estatísticos, bem como com a área específica de atuação.

Desde 2003, quando retomei meus estudos sobre aprendizagem significativa de D. Ausubel, tenho proposto a elaboração de conteúdos para disciplina de Métodos Quantitativos Aplicados à Ciência da informação, também em torno dessa teoria.

Segundo Ausubel, Novac e Hanesian (1968), a aprendizagem significativa processase quando o material novo, idéias e informações diversas que apresentam uma estrutura lógica interagem com conceitos relevantes e inclusivos, claros e disponíveis na estrutura cognitiva do sujeito. constituindo-se essa interação uma experiência consciente, na qual sinais, símbolos, conceitos e proposições são relacionados à estrutura cognitiva e nela incorporados.

Assim, considera-se que o material é potencialmente significativo, quando pode ser relacionado a uma estrutura cognitiva com antecedentes. Os cognitivistas argumentam que a aprendizagem de material significativo é, especialmente, um mecanismo humano para adquirir e reter a imensa quantidade de informações a que somos submetidos.

Escolhi a teoria de D. Ausubel porque encontrei nela princípios teóricos que explicam o processo de aprendizagem à luz do cognitivismo. Para o autor em questão, a aprendizagem é um processo de armazenamento de informações, que são incorporados à estrutura do cérebro do indivíduo, de modo que estas possam ser manipuladas e utilizadas no futuro. Esta questão é central: os conteúdos de Métodos Quantitativos Aplicados à Biblioteconomia (Estatística Aplicada) devem estar relacionados de forma significativa para que o aluno possa fazer uso deles.

O autor considera fundamental a aprendizagem significativa e relaciona conteúdos organizados com material significativo. O conceito mais importante da teoria é o de aprendizagem significativa. Para D. Ausubel, aprendizagem significativa é um processo pelo qual uma nova informação se relaciona com um aspecto relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo. Os suportes necessários para que se estabeleça a aprendizagem significativa podem ser uma imagem, um símbolo, um conceito, ou uma proposição. Assim, na disciplina Métodos Quantitativos Aplicados à Ciência da Informação, para a aprendizagem do conceito de medidas de variabilidade, tais como, variança e desvio padrão, os conceitos pertinentes subsunçores são os de desvio e média. Para o conceito de desvio é necessário o de discrepância e para o de média é necessário o conceito de medidas complexivas, quer seja, parâmetros que entram em seu cômputo, todo o conjunto da distribuição que constitui o centro de massa de um corpo.

Em 2006, elaboramos uma apostila sobre Métodos Quantitativos Aplicados à Ciência da Informação, incluindo todo o conteúdo, lista de exercícios e conceitos relevantes, baseados na pesquisa de mestrado, nas pesquisas do grupo de estudos sobre ensino de Estatística e nas teorias de D. Ausubel. Esse material está sendo usado desde março de 2007, mas ainda não se tem uma avaliação do mesmo.

### 3 Considerações finais

Apesar de ter destacado três momentos na minha trajetória, gostaria de registrar que eles têm em comum a preocupação de trabalhar com conteúdos que tenham significado para o aluno. Essa questão permeou todo o contexto, desde a elaboração de minha dissertação de mestrado até a elaboração da apostila.

Considero que as diferentes formas de ensinar que foram sendo delineadas nessa trajetória de ensino e pesquisa na área e na disciplina Métodos Quantitativos, em particular, muito contribuiram para o desenvolvimento de uma didática do próprio curso.

Cite-se, por exemplo, a questão do trabalho em grupo e a busca de soluções de problemas. Na prática interdisciplinar, torna-se prioritário o trabalho em grupo, pois se estabelece uma relação de interação. Os alunos, caminham em busca de respostas às questões levantadas. Há a troca de concepções. Assim, eles têm a oportunidade de realizar comparações sobre diferentes procedimentos para alcançar as soluções para os mini-projetos propostos.

Além disso, como já fora apontado por Demo (1993, p.127), "a alma da vida acadêmica é constituída pela pesquisa, como princípio científico e educativo, ou seja, como estratégia de geração de conhecimento e de promoção da cidadania. Isso lhe é essencial e insubstituível".

Finalizando, considero que o docente universitário tem uma função que ultrapassa a preocupação com o estabelecimento de um ensino limitado à transmissão de conhecimentos já construídos. No que concerne ao ensino de Métodos Quantitativos Aplicados à Ciência da Informação, recorrer à prática da investigação e da pesquisa quantitativa como procedimento de trabalho possibilita ao aluno participar ativamente da construção dos conceitos estatísticos trabalhados em sala de aula, bem como visualizar sua utilização em sua futura prática profissional, dirimindo, assim, a distância entre o conceito estatístico e o campo de atuação dos cursos em que a disciplina está inserida.

#### Referências

AUSUBEL, D.; NOVAC, J.; HANESIAN, H. Psicologia educacional. Rio de Janeiro: Interamericano, 1968.

DEMO, P. Desafios modernos da educação. vPetrópolis: Vozes, 1993.

LÜCK, H. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teóricos-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, E. F. T. O ensino das disciplinas instrumentais para análises quantitativas no currículo do curso de graduação em Biblioteconomia. 1996. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1996.

SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez. 1986.

THOMPSON, W. B. Making data analysis realistic: incorporating research into Statistics courses. Teaching of psychology, v. 21, n.1, p. 41-43, 1994.

# Aplicações dos níveis de leitura para a mediação da leitura com crianças e para organização da informação

Helen de Castro Silva Ana Paula de Castro Silva

A mediação da leitura, assim como as tarefas relacionadas à organização de informações em bibliotecas são atividades que, para as pessoas em geral, identificam o trabalho do bibliotecário. Embora a atuação deste profissional seja muito mais abrangente e não se restrinja apenas a bibliotecas, estas atividades de mediação guardam uma importância fundamental em particular para a formação de leitores.

Sabe-se que devido a dramas sociais e a uma falta de valorização do livro em nossa cultura, a família, que teria a primazia na introdução da criança ao mundo do livro e da leitura, não tem realizado esta tarefa independentemente da classe social. Isto potencializa o papel dos mediadores institucionais, que entre outros são o bibliotecário e o educador (ARENA, 2006).

Não são poucos os manuais que tratam do assunto. Sandroni e Machado (1991), por exemplo, sugerem que compete ao bibliotecário apoiar pais e professores na orientação da escolha de livros; provocar e estimular a escolha individual de livros pelas crianças; realizar atividades de animação de leitura nas bibliotecas. Mas como orientar pais e professores na escolha dos livros se não houver parâmetros para esta escolha?

Os textos que tratam do assunto não detalham de que maneira ou a partir de quais pressupostos deve-se basear o trabalho de mediação. Os cursos de graduação em Biblioteconomia por sua vez, em geral, não detalham esta questão.

Disposição e sensibilidade são características importantes para o mediador. Porém, para que estes profissionais desempenhem a contento este papel, é necessário conhecimento a respeito do processo de mediação, bem como do objeto da mediação e de seu interlocutor, ou seja, os materiais de leitura e, aqui, nos restringiremos ao público-alvo infantil. Neste caso, o conhecimento sobre o processo de desenvolvimento, mais especificamente, da aquisição da leitura pode auxiliar sobremaneira um trabalho de leitura.

A maior parte dos manuais a respeito do trabalho com a leitura e a criança faz sugestões de temas e obras de acordo com a faixa etária. Todavia, em se tratando de obras infantis, a variação das características do texto quanto ao nível de dificuldade é bastante grande, o que dificulta o trabalho de escolha da obra pela criança e pelo mediador. Há obras sem texto, com narrativas ou apenas figuras sem seqüência. Há obras sobre o mesmo tema em versões mais longas e vocabulário mais elaborado e outras mais simplificadas.

Por outro lado, a habilidade de leitura varia de uma criança para outra, independente da idade. Uma criança pode começar a ler antes mesmo de ingressar na escola devido aos estímulos que recebeu, e outras, devido a vários fatores, podem estar há anos na escola sem ter o domínio esperado da leitura e da escrita. Os resultados das avaliações de desempenho do ensino fundamental em que os índices são bastante negativos é um reflexo desse quadro. Assim, a criança pode se interessar por diferentes assuntos, mas por ainda estar em processo de aquisição da modalidade escrita de sua língua, necessita de materiais de leitura que estejam adequados ao seu estágio de desenvolvimento.

Ao selecionar um livro o adulto deve levar em conta a idade do leitor, seus interesses e o nível de dificuldade que o texto oferece para que a criança não se desinteresse pela leitura devido a dificuldade com o tipo de texto. Esses aspectos se não forem devidamente considerados podem interferir negativamente no processo de formação do leitor.

A idéia de adequar os livros às características da criança não é inédita. Em países da Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, aferir o grau de habilidade de leitura é uma prática corrente. Ao ingressar na escola a criança realiza testes para mensurar suas habilidades de leitura. A medida em que ela avança na escolaridade estes testes são refeitos incluindo também a matemática. As escalas que servem como referência para os resultados dos testes também são utilizadas para avaliar as obras em programas de leitura, em lista de obras recomendadas e pelas editoras.

Há diversas escalas e testes disponíveis sobre níveis de leitura, a diferença está na forma como avaliam o desempenho da criança e a forma de mensurar o grau em que ela (criança) se encontra. Os testes mais comuns são o Guided Reading Level, o Lexile e o Developmental Reading Assessment1. Não obstante as críticas que podem ser feitas a estes testes, nota-se um esforço por parte daqueles que trabalham com a leitura em adequar o material a ser disponibilizado e sugerido às características da criança. Ou seja, há uma preocupação em tornar a escolha dos materiais para leitura mais objetiva, e não apenas calcada em idade cronológica da criança e em assuntos das obras, que podem

Para mais informações acesse: <www.lexile.com>; <www.scholastic.com>.

receber os mais diversos tratamentos e níveis de dificuldade. A indicação de livros que estejam de acordo com os interesses e habilidades de leitura da criança visa favorecer o processo de aquisição e desenvolvimento da leitura e escrita, além de fortalecer o interesse pela leitura.

Adotando-se apenas o critério de assunto, todas as obras sobre contos de fadas de uma coleção, por exemplo, estariam juntas. Porém, sabe-se que estariam numa mesma categoria de assunto obras com características diferentes de texto, suporte, ilustração, vocabulário, etc. o que dificulta na hora da escolha.

Deve-se ressaltar, no entanto, que não se trata de limitar ou restringir a escolha para a criança ou os tipos de materiais a que ela deve ter acesso. Ela deve estar livre para realizar suas escolhas, porém, o fato de usar critérios objetivos para avaliação das obras facilita e torna a escolha mais objetiva pelo mediador na hora de indicar leituras quando solicitado ou de escolher as obras para as suas atividades. Além disso, a criança pode, por si mesma, verificar os materiais com os quais ela mais se identifica e se sente à vontade para ler, realizando assim suas próprias escolhas.

No Brasil, porém, a prática de aferir graus de habilidade de leitura ou de dificuldade dos textos não é disseminada. Não se tem notícia de escalas brasileiras. As editoras nacionais costumam organizar organizam seus catálogos por faixas etárias e por assunto e as listas de sugestões de especialistas também o fazem. As bibliotecas, por sua vez, organizam por assunto que são representados muitas vezes por cores. Porém, isto não é suficiente, pois não é garantia de que todas as crianças desenvolvam suas habilidades de leitura da mesma forma conforme avançam na idade. A única iniciativa mais conhecida no Brasil neste sentido é a Coleção Estrelinha da editora Ática, que possui obras com grau ascendente de dificuldade de leitura.

Não há, portanto, um instrumento nacional objetivo que auxilie mediadores, sejam eles pais, educadores ou bibliotecários no trabalho com leitura. As escolhas são feitas a partir do tema do livro e da subjetividade do mediador.

Um dos propósitos deste texto é fornecer subsídios para que o bibliotecário possa analisar as obras infantis tendo em vista, por exemplo, a seleção, a realização de atividades de leitura e a organização das coleções infantis. Como não há escalas brasileiras para avaliar a dificuldade dos textos e, considerando que neste tipo de escala obras com narrativa sem texto não são consideradas, optamos aqui por abordarmos as fases de desenvolvimento e das fases de aquisição da leitura pela criança.

Primeiramente, pretendemos discorrer a respeito das fases do desenvolvimento da criança, salientando alguns aspectos importantes para a mediação. Para tanto, tomaremos como base a teoria do desenvolvimento de Jean Piaget, principalmente para as pri-

meiras fases de desenvolvimento para as quais não há formalmente classificações sobre o nível de leitura, uma vez que a criança ainda não adquiriu a capacidade de decodificar a língua. O trabalho de mediação da leitura, no entanto, pode ter início desde os primeiros anos de vida do bebê, pois conforme Reyes (2005),

> Al replantear el papel del lector como sujeto activo y dinámico, se deduce también que el niño, desde los inicios de su vida, participa en este proceso de construcción de sentido, en tanto sujeto de lenguaje, y que las primeras relaciones que establece con su madre lo inscriben en el mundo de la comunicación y en el de la cultura, ofreciéndole un contexto en el que ocurrirán todas las formas posibles de lectura y escritura, desde las más sencillas hasta las más sofisticadas. (p. 12).

É importante ressaltar que não será dada ênfase à idade cronológica correspondente a cada uma das fases do desenvolvimento. O próprio psicólogo Jean Piaget afirmou que as idades apontadas por ele a cada fase servem apenas como referência ou médias aproximadas, pois cada criança apresenta seu próprio ritmo de desenvolvimento. A aquisição da leitura depende de habilidades individuais, mas também, em alto grau, das condições sociais e educacionais, que se não forem suficientemente favoráveis e apropriadas podem proporcionar um domínio muito precário da língua escrita.

#### Fases de aquisição da leitura

Anteriormente ao processo de aquisição da leitura e da escrita é necessário que a criança desenvolva a linguagem oral. Para que este desenvolvimento transcorra de maneira propriada é necessário que haja uma interação com a criança (CAPELLINI; OLIVEIRA, 2003). É no período compreendido principalmente entre zero e dois anos, que corresponde ao período sensório-motor para o psicólogo Jean Piaget, que a criança desenvolverá as habilidades lingüístico-cognitivas na oralidade. Esta é uma fase importante no que diz respeito à leitura, pois as habilidades desenvolvidas neste período serão requisitadas mais tarde na aprendizagem da leitura e da escrita. Estas habilidades incluem a aquisição das regras que são seguidas pelos falantes para a combinação e pronúncia de uma língua; significados das palavras dentro de uma língua, significados das palavras em combinações nas frases e uso da linguagem nas trocas dialógicas.

Na mediação o adulto vai ajudar a criança a desenvolver estas habilidades. O ato de contar histórias e a criação de situações em que haja a troca entre crianças e/ou com o adulto, mesmo quando elas ainda não estão em idade escolar, pode auxiliar o desenvolvimento da mesma. O bibliotecário e o educador, por exemplo, podem desempenhar este papel de mediador, sem prescindir do papel que a família deve ter.

Não há necessidade de uma preocupação com a parte textual do material a ser apresentado à criança nesta fase. A prioridade deve ser o estímulo dos sentidos que será a base para o desenvolvimento lingüístico posterior. Isto se torna possível quando o adulto não apenas oferece o material, mas também interage com a criança por meio da nomeação das figuras, cores, emissão de onomatopéias enquanto ela (criança) explora o objeto de leitura. Conforme Cerrillo, Larrañaga e Yubero (2002), nesta fase a criança se impressiona com o ritmo e com o movimento e experimenta com seu próprio corpo; assim, entonação, rimas e os versos acompanhados de gestos ou movimentos de mãos, palmas e cabeça são apreciados pela criança e produzem um efeito de memorização sobre ela. O material deve apresentar estímulos aos sentidos com diferentes texturas, sons, cores, cheiro, por exemplo os títulos da coleção Toque e sinta, da editora Ciranda cultural; deve ser lavável e ser de tamanho e peso apropriados às mãos da criança. Os livros desta e demais fases devem seguir as normas de segurança para brinquedos.

Tendo o livro como brinquedo e fonte de estimulação dos sentidos, a criança irá identificar o livro e os materiais de leitura como fonte de prazer e desenvolver uma atitude positiva em relação ao mesmo.

A fase seguinte chamada Pré-operacional abrange, a princípio, o período dos dois aos seis anos ou pré-leitura. Neste período já se inicia a fase de aquisição da leitura, conforme a proposta de Frith (apud PINHEIRO, 1994). O desenvolvimento da leitura e da escrita é um processo interativo que ocorre, de uma forma geral, em três fases seqüenciais: Logográfica, alfabética e ortográfica.

Na fase logográfica, a criança é capaz de reconhecer, instantaneamente, palavras que lhe são familiares, como se fossem figuras, em rótulos e logomarcas (Coca-Cola, por exemplo). Nesta fase há o vocabulário de visão, ou seja, a criança não tem noção de que as palavras e sentenças escritas correspondem a unidades de fala. Ela vê a palavra e a reconhece pelo formato. Neste período a criança vai construir hipóteses para entender o sistema alfabético de escrita, no qual sons semelhantes implicam em seqüências gráficas semelhantes e sons diferentes implicam em seqüências gráficas diferentes. Quando se lê para a criança, isto contribui para aguçar esta percepção. A importância do estímulo dos sentidos pode ser minimizada, dando prioridade ao estímulo para o aumento do voca-

bulário. O aumento do vocabulário, segundo Capellini e Oliveira (2003), ocorre a medida em que aumentam o conhecimento sobre objetos, ações, lugares e situações. Assim, livros com formato e cores variadas contendo temas como vestuário, alimentos, pessoas, objetos, animais e figuras de ação são recomendados. O formato do livro pode variar de acordo com o tema, o livro dos alimentos, por exemplo, pode ter a forma de um prato.

Assim, as bibliotecas infantis, junto com os educadores, devem proporcionar ocasiões para que a criança possa desfrutar de recursos que não encontra em casa, e também ter oportunidade de ler, falar, ouvir e desenvolver seu vocabulário (PANET, 1988 apud PINHEIRO; SACHETTI, [199?]).

Como a fase logográfica corresponde a um período longo, que abrange idealmente o período anterior a alfabetização, ou seja, dos dois aos cinco anos, podemos subdividi-la. Por volta dos dois anos e meio, conforme Rigolet (1998), a criança começa a sequenciar as imagens soltas, criando e compreendendo pequenas histórias, cujos personagens são imediatamente identificados com ela mesma. O gênero masculino/feminino não é levado em consideração, a criança verá no herói ou na heroína sua própria pessoa, atribuindo-lhe suas características, suas experiências, seus gostos e sentimentos. As crianças também manifestam algum interesse por temas que não lhe estão diretamente relacionados, como, por exemplo, as profissões.

Por volta dos três anos as crianças gostam de confirmar suas experiências nas histórias, mas também informar-se sobre assuntos que não podem verificar imediatamente.

Na fase seguinte as crianças ainda se interessam por temas como meios de transporte, animais, viagens, passeios, esquema corporal, profissões. Histórias com animais que procedem como humanos já podem se introduzidas.

A fase alfabética inicia oficialmente com o ingresso da criança no primeiro ano do ensino fundamental, com idade entre cinco e seis anos. Aqui a criança começa adquirir conhecimento sobre o princípio alfabético e consciência fonológica, ou seja, consciência dos sons que compõem a fala. Neste estágio, já podem ser aplicadas as regras mais simples de decodificação sequencial e regras contextuais, como por exemplo, o emprego das letras s ou z em determinadas variantes da situação. Neste sentido, deve haver uma preocupação com a parte textual do material de leitura a ser apresentado. Porém, este deve ser curto, de no máximo de duas linhas por página, e apresentar uma narrativa coerente, com começo, meio e fim.

Conforme Rigolet (1998), o conteúdo das histórias deve ser misto, uma parte realidade e uma parte fantasia. As crianças nesta idade já realizam a leitura de símbolos pictográficos e, portanto, gostam de participar da leitura de histórias em livros que apresenta intercalações entre palavras e imagens que as representam, como as charadas. Como exemplo deste tipo de texto temos os livros da coleção *Uma palavra uma imagem*, publicado pela editora Larousse ou da coleção *Charlie e Lola*, este último recém lançado no Brasil pela editora Ática. Neste tipo de livro, as crianças acompanham com seu dedo, ou seguindo o adulto, o desenrolar da história e completam a leitura "lendo" o símbolo pictográfico.

A poesia é apreciada por crianças nesta idade. Histórias de animais que procedem como humanos continuam a serem apreciadas. No entanto, as crianças já começam a se interessar por literatura científico-teórica a respeito da natureza em função de experiências já realizadas ou indicadas nos livros. A editora Girassol, por exemplo, publica vários títulos nesta linha, tais como *O porquê das coisas, Como será?*, *Minha primeira enciclopédia*, entre outros. Os livros também devem conter onomatopéias, verbos de ação, adjetivos exprimindo estado de emoção, construção sintática simples e curta, discurso direto. Assim, as histórias em quadrinhos também são interessantes nesta fase.

Na última fase proposta por Frith (1985 apud PINHEIRO, 1994), a ortográfica, ocorre uma fusão das duas fases iniciais, a logográfica e a alfabética. Neste período espera-se que a criança já possua um repertório de imagens de palavras em sua memória. Desta forma, ao se deparar com um texto ela verifica se a palavra já é conhecida, sem a necessidade de decodificar letra por letra, e compreende seu significado. Se a palavra não for conhecida ela irá decodificá-la e tentará compreender o seu significado pelo contexto.

A mediação nesta fase é semelhante a da fase anterior, ou seja, vai auxiliar a criança com as palavras que ela tem dificuldade. O ler para a criança também é importante para ativação da memória das palavras, o que facilita uma leitura posterior do mesmo texto pela criança. Aos seis ou sete anos a história pode apresentar uma maior complexidade gramatical com palavras irregulares, com encontros consonantais e cuja pronúncia depende do contexto, por exemplo, casa, trator, etc. Os enredos podem ser mais longos e conter mais personagens.

A partir desta fase, a criança passa a ter um domínio cada vez maior da leitura. O assunto do livro então passa a ter uma importância maior. Os aspectos da apresentação do livro ainda são importantes, mas o assunto também passa a ser um critério de seleção pela criança. A obra de Cerrillo, Larrañaga e Yubero (2002) apresenta uma exposição bem completa a respeito dos temas e interesses por faixa etária. A complexidade das obras indicadas a partir desta fase varia, no que diz respeito a estrutura de sentenças breves e claras a exposições mais detalhadas e extensas; de estrutura clássica com começo, meio e fim a aquelas sem linearidade, porém sem mudanças bruscas de tempo.

## Níveis de leitura e a organização da informação

Os níveis de leitura podem ser aplicados não só na seleção dos materiais para mediação da leitura e para a formação de coleções, mas também na organização das coleções infantis. Considerando que a organização do conhecimento tem por objetivo otimizar a circulação do conhecimento nas sociedades (GARCIA MARCO, 1995 apud BARITÉ, 2001, tradução nossa) o público infantil não pode se deixado de lado. Deve-se investir em soluções para melhorar o acesso da criança aos materiais de seu interesse, uma vez que não há princípios reconhecidos e utilizados, que fundamentem a organização de materiais para esse público. Nos manuais para o trabalho com a leitura, a biblioteca infantil é apontada como importante fator para fomentar a leitura. Bibliotecas atuantes fazem diferença no desempenho de estudantes em testes padronizados (ANDRADE, 2003) e podem influenciar positivamente a aprendizagem. Salienta-se que a biblioteca deve ter um ambiente planejado, agradável e convidativo, pois a configuração do espaço denota o valor atribuído a esta instituição. Assim, para que se forme uma idéia positiva da biblioteca e que o usuário passe a freqüentá-la é preciso que ela seja bem cuidada. O acervo disponível também precisa de planejamento e critérios de qualidade para a seleção e manutenção dos seus materiais.

Estas recomendações têm um grande mérito, já que no Brasil as bibliotecas ainda não são valorizadas adequadamente. A tese de Rovilson José da Silva, por exemplo, defendida recentemente no programa de Educação da Unesp de Marília, traz um panorama das bibliotecas voltadas para o público no Brasil e na Espanha (SILVA, 2006), onde se pode constatar o descaso com que são tratadas as bibliotecas para público infantil no Brasil. As bibliotecas, quando existem nas escolas, ocupam espaços improvisados, que não propiciam a interatividade e muitas vezes oferecem risco a integridade de seus freqüentadores. São espaços com os quais as crianças não se identificam. Nas bibliotecas públicas infantis a situação também não é muito diferente e, na maioria das vezes, não há um profissional com formação adequada, ou seja, um bibliotecário, atuando nestas instituições.

Assim, se as bibliotecas seguissem pelo menos estas recomendações de adequação já seria um ganho. Mas há outros aspectos a respeito da infra-estrutura que podem contribuir positivamente para a leitura infantil, como por exemplo, a organização do acervo.

Em relação a este aspecto, os manuais sugerem que "a organização do acervo deve ser feita de forma simples, de modo que a criança ou o adolescente possa, com facilidade, encontrar o livro que deseja ou escolher o que lhes atrai" (FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTO-JUVENIL E COMISSÕES BRASILEIRAS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES, 1988 apud PINHEIRO E SACHETTI, [199?]). Porém, não há critérios objetivos nem orientações precisas sobre como estas atividades devem ser realizadas.

O sistema de classificação mais utilizado nas bibliotecas brasileiras é a Classificação Decimal de Dewey (CDD). Em sua última edição (21.ª edição, de 1996), a CDD prevê para os assuntos Literatura Infantil e Infanto-Juvenil a mesma notação numérica, a saber: 028.5 (Leitura e outras informações para jovens). Portanto, não há subdivisões para esses assuntos. Seguindo esse sistema, todos os livros infantis e infanto-juvenis estarão juntos nas estantes, independentemente do tema, das características ou do grau de dificuldade dos textos. Em uma biblioteca ou seção da biblioteca que tem coleção específica para o público infantil a CDD é insuficiente, pois não permite o agrupamento de subconjuntos da coleção infanto-juvenil. Além disso, o código numérico para a criança em idade escolar não é muito convidativo, o que dificulta a utilização deste sistema para localização de materiais nas estantes.

Para contornar este problema, as bibliotecas infantis, de um modo geral, classificam seus acervos de acordo com os temas de interesse relativos a diferentes faixas etárias e coleções. A representação dos assuntos se dá muitas vezes por meio de cores. No entanto, não há um padrão a ser seguido, tão pouco uma discussão mais aprofundada sobre a classificação para bibliotecas infantis (PINHEIRO; SACHETTI, [199?]). Um dos poucos textos sobre o tema é o trabalho de Simão, Schercher e Neves (1993) *Ativando a biblioteca escolar*, no qual os autores apontam algumas maneiras de ordenar bibliotecas pelo código de cores.

Deste modo, cada biblioteca elabora a sua própria subdivisão. A nosso ver, esta prática traz alguns inconvenientes, como por exemplo, o trabalho necessário a cada biblioteca para elaborar seu próprio sistema a partir de uma relação de temas ou assuntos, o que poderia ser sanado com a existência de um padrão a ser seguido, elaborado a partir de fundamentos bem definidos. Não há que se chegar a uma única classificação, visto que um dos princípios da organização do conhecimento, segundo Barité (2001), varia conforme os propósitos que se pretende alcançar, bem como dos pontos de referência utilizados. O que se propõe aqui é o uso dos níveis de leitura como fundamento para a organização das coleções infantis.

Este texto, longe de ser definitivo, traz algumas considerações acerca da apropriação da leitura pela criança e suas implicações para o trabalho de mediação, que são fruto da atuação das autoras em projetos envolvendo a leitura. Gostaríamos então de chamar a atenção para os aspectos aqui abordados principalmente para os bibliotecários, procurando dar referências de elementos que precisam ser considerados ao trabalharem com a leitura e o público infantil em diferentes espaços. Os elementos tratados aqui não são suficientes, aqueles que se interessam pelo tema devem procurar então se aprofundar a respeito do mesmo. O intuito aqui foi o de chamar a atenção para a importância de se conhecer mais detalhadamente o objeto de mediação e o público infantil.

Considerando que a sociedade exige cada vez mais cedo o domínio das habilidades de busca e uso da informação, há a necessidade de que o bibliotecário desenvolva um trabalho efetivo junto ao público infantil para desenvolver as habilidades de leitura, uso da biblioteca e das fontes de informação. O estudo dos níveis de leitura pode contribuir para respaldar esta tarefa.

#### Referências

ANDRADE, M. E. A. A biblioteca faz diferença. In: CAMPELLO, B. et al. A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ARENA, D. B. Prefácio. In: BARROS, M. H. T. C.; BORTOLIN, S.; SILVA, R. J. da. Leitura: mediação e mediadores. São Paulo: FA Editora, 2006.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: um nuevo marco teórico-conceitual em Bibliotecologia y Documentación. In: CARRARA, K. Educação, universidade e pesquisa. Marília: Unesp-Marília-publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.

CAPELLIÑE, S.; OLIVEIRA, K. T. de. Problemas de aprendizagem relacionados às alterações de linguagem. In: CIASCA, S. M. (Org.). **Distúrbios de aprendizagem:** proposta de avaliação interdisciplinar. São Paulo: Casa do psicólogo, 2003.

CERRILLO, P. C.; LARRAÑAGA, E.; YUBERO, S. Libros, lectores y mediadores. [S. l.]: UCLM, 2002. (Coleção Arcadia, n. 6).

PIAGET, J. Seis estudos de psicologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

PINHEIRO, A. M. V. Leitura e escrita: uma abordagem cognitiva. Campinas: Psy, 1994.

PINHEIRO, M.; SACHETTI, V. **Classificação em cores**: uma alternativa para bibliotecas infantis. Disponível em: <www.eci.ufmg.br/gebe/downloads/319.pdf>. Acesso em: maio 2008.

REYES, Y. La lectura en la primera infância. Bogotá: CERLAC, 2005.

RIGOLET, S. A. N. Para uma aquisição precoce e optimizada da linguagem. Portugal: Porto Ed., 1998.

SANDRONI, L. C.; MACHADO, L. R. A criança e o livro. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991.

SILVA, R. J. O professor mediador da leitura na biblioteca escolar da rede de ensino municipal de Londrina: formação e atuação. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

SIMÃO, M. A. R.; SCHERCHER, E. K.; NEVES, I. C. B. **Ativando a biblioteca escolar.** Porto Alegre: Sagra-DC Luzzato, 1993.

# Análise documental de crônicas: reflexões sobre uma trajetória de interlocução entre literatura, lingüística e ciência da informação

João Batista Ernesto de Moraes

#### 1 A gênese

Considerando que a Ciência da Informação se articula primordialmente no trinômio produção, organização e uso da informação, tem-se a Análise Documental¹, doravante referida como AD, como um recurso basilar para a organização, já que esta apresenta um conjunto de procedimentos metodológicos notadamente para a definição do conteúdo temático de documentos de modo a permitir a recuperação, o acesso e o uso da informação neles contida.

Especificamente no contexto da organização da informação, insere-se a AD no amplo espectro do denominado tratamento temático, em cujo âmbito constitui a identificação de conceitos uma de suas etapas mais complexas, seja por envolver aspectos subjetivos do analista seja, ainda, pelo fato de a Ciência da Informação vir se dedicando, mais tradicionalmente ao estudo da etapa que a sucede – a representação documental – com ênfase nas linguagens de indexação (MORAES; GUIMARÃES, 2006, p. 120).

Em sentido mais estrito, e considerando que a AD abriga, em seu bojo, e paradoxalmente, como já destacou Guimarães (2003, p. 112), etapas de análise e de síntese, pode-se dizer que os maiores esforços devem centrar-se nos procedimentos metodológicos que visam a *desconstruir* ou *decompor* o conteúdo temático do documento para que se possa, assim, posteriormente, reconstruí-lo por meio de representações documentais, como o resumo ou o índice.

O uso da expressão *análise documental* ao invés de *análise documentária* deve-se ao fato do padrão em Língua Portuguesa da derivação dos adjetivos, a partir dos substantivos terminados em –*nto* (comportamento, monumento, departamento, etc.), ser feita em –*al* (comportamental, monumental, departamental, etc.).

A Análise Documental tem por objetivos "estabelecer uma ponte entre o usuário e o documento, fornecer subsídios ao processo de disseminação da informação, e gerar produtos documentários (resumos e índices)." (GUIMARÃES, 2003, p. 104). Para tanto, e dada sua natureza disciplinar, a Análise Documental, como destaca o referido autor (p. 109), necessita recorrer ao aparato teórico de outras áreas, para que possa explicitar os próprios procedimentos.

O objetivo destas reflexões é ampliar o rol elementos que podem dialogar entre si e, mais especificamente, demonstrar a possibilidade de uma interlocução entre a Literatura, a Lingüística e a Ciência da Informação, partindo-se de um resgate de uma trajetória acadêmica pessoal, uma vez que o estudo destas temáticas, presente nesta primeira década deste século, iniciou-se há muito, ainda na época dos estudos de graduação.

Uma das maneiras de se buscar compreender um fenômeno é buscar a sua gênese. Assim, quando decidi rever a trajetória de pesquisa percorrida desde o término do doutoramento, na verdade buscava repisar o caminho percorrido na esperança de se vislumbrar os novos passos a serem dados.

Sem dúvida, não há como negar que a trajetória se inicia ainda nos tempos que a minha única preocupação eram os estudos literários, antes de qualquer contato com a Ciência da Informação, ocorrido a partir de meu ingresso no então Departamento de Biblioteconomia e Documentação.

Buscava, então, uma compreensão do que seria a crônica, seus limites e caracterizações. O fascínio por este tipo de escrita vinha exatamente de sua onipresença na imprensa escrita, mas sua ausência quase que completa do mundo acadêmico, e este parecia girar apenas em torno dos surrados temas de poesia, romance e algumas pitadas de drama.

O interesse por este tipo de texto surgiu devido ao fato da crônica estar intimamente ligada a minha formação como leitor. Meu interesse foi despertado a partir do momento que me habituei a ler diariamente as crônicas de Lourenço Diaféria, que mantinha uma coluna diária no caderno *Ilustrada*, do jornal *Folha de São Paulo*, no final da década de 1970. O que me chamava a atenção era a maneira simples e bem humorada como o autor tratava dos acontecimentos do cotidiano, temperando tudo com uma dose de lirismo.

Lembro-me bem que a inesperada saída de Lourenço Diaféria da *Folha de São Paulo* foi um episódio doloroso, pois a leituras das crônicas já estava incorporada a um dos meus rituais cotidianos. Diaféria foi substituído pelo saudoso Flávio Rangel.

No entanto, a leitura de Flávio Rangel tornou-se ainda mais excitante, pois se vivia, no começo da década de 1980, um momento fervilhante de poder-se, novamente, usar o humor para criticar abertamente o governo, seus integrantes e seus atos.

Foi também no início da década de 1980, precisamente em 1981, que comecei o curso de graduação em Letras no então Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, atual Faculdade de Ciências e Letras, da UNESP, Campus de Assis.

Passando a freqüentar a biblioteca da faculdade, mergulhei de vez na leitura de crônicas. Dentre os autores contemporâneos, acredito ter lido quase todos nesse período: Paulo Mendes Campos, Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Otto Lara Rezende, Carlos Heitor Cony, Luís Fernando Veríssimo, etc.

O que continuava motivando a minha leitura ainda era a fascinação pela capacidade de extrair histórias interessantes a partir de acontecimentos aparentemente banais. Até hoje leio com prazer a série de crônicas nas quais Drummond narra o encontro de uma bolsa perdida em um ônibus; encanta-me a capacidade do autor ao explorar tão bem um acontecimento tão corriqueiro como o narrado no início do livro A Bolsa e a Vida.

Foi também no início da década de 1980, durante uma palestra em que se falava sobre o golpe militar de 1964, que vim a conhecer Stanislaw Ponte Preta. O interesse foi imediato, pois, naquele momento que o regime militar dava sinais de estar combalido, um crítico ferrenho do que o autor chamava de a "redentora" para se referir à pretensa "revolução" de 1964, era mais do que bem vindo. Era mesmo até necessário rir-se do "inimigo" para derrotá-lo com mais facilidade. Era a crença cega de que com um civil na presidência da república as coisas seriam melhores. Doces anos. Belas ilusões. Li quase tudo o que havia para ser lido não só de Stanislaw Ponte Preta, como também de Sérgio Porto.

Lembro-me de achar extremamente curioso o fato de não haver nenhum professor que estudasse em sala de aula os textos de Stanislaw Ponte Preta. Aliás, textos desse gênero não eram estudados em sala de aula, a não ser como subsídio para algum estudo lingüístico, não dando nenhum destaque aos seus aspectos literários.

Estando envolvido com representações teatrais, desenvolvi meu mestrado na área de teatro ainda na Unesp de Assis. Na dissertação de mestrado, intitulada Aspectos da dramaturgia antiga e contemporânea, fiz uma análise das peças As Nuvens de Aristófanes e The Birthday Party de Harold Pinter, tentando rastrear algum traço comum entre uma peça da comédia grega e uma das dark comedies de Pinter. Cheguei à conclusão que ambas carregavam em si muito do momento que as gerou, pois se em Aristófanes podíamos rir dos membros da polis que haviam, segundo o autor, se desviado da rota, em Pinter, de uma certa forma eram as nossas próprias misérias que estavam expostas e serviam de escárnio. No século XX não haveria mais lugar para um riso franco e aberto, mas apenas para um riso amarelo e nervoso.

O trabalho com o teatro foi gratificante, mas ainda não tinha abandonado de todo o projeto de trabalhar como as crônicas. Foi então que as condições se tornaram ideais para a realização desse estudo, agora em nível de doutorado na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp em Araraquara.

A escolha de trabalhar com as crônicas de Stanislaw Ponte Preta deveu-se ao particular interesse que as crônicas dele ainda despertavam em mim, e, de uma certa forma, representavam a continuidade de meu trabalho acadêmico, afinal de contas, Aristófanes fazia uma crítica ácida aos políticos atenienses de sua época. Além disso, a academia continua ainda passando ao largo de Stanislaw Ponte Preta, e, como se buscou demonstrar nesse estudo, há muitos elementos em sua obra que mereciam ser estudados.

Para a tese de doutoramento, foram definidos três frentes de estudo: a vida pessoal de Sérgio Porto, um estudo histórico da crônica e de como é enfocada pela análise literária e finalmente, um estudo das crônicas de Sérgio Porto publicadas como Stanislaw Ponte Preta, com o intuito de observar-se o domínio do autor de uma das ferramentas da criação literária no qual ele mais se destacou: o foco narrativo.

Como uma recomendação da banca na defesa da tese de doutoramento, iniciei o desenvolvimento de uma pesquisa com o intuito de oferecer subsídios para o desdobramento da classe B869.4 da Classificação Decimal de Dewey para a crônica.

Em reuniões com o grupo de pesquisa Análise Documentária, surgiu a idéia de se juntar esta pesquisa com a pesquisa da professora Maura Duarte Moreira Guarido na área de Sistemas Decimais de Classificação, uma vez que a pesquisadora atua há mais de vinte e cinco anos na área, tendo defendido sua dissertação de mestrado sobre o tema.

Para tanto, buscou-se uma interface entre a Teoria da Narrativa e os Sistemas Decimais de Classificação.

Dentre os Sistemas Decimais de Classificação, optou-se pela Classificação Decimal de Dewey, por ser a mais utilizada no país.

Desta forma, definiu-se que essa pesquisa caminharia em duas frentes:

- a. Análise dos elementos temáticos característicos do gênero literário crônica com vistas a sua hierarquização para fins classificatórios.
- Desdobramento da classe B869.4, objetivando-se inserir na Classificação Decimal de Dewey os resultados da fase anterior.

#### 2 Os primeiros estudos

## 2.1 A caracterização do texto narrativo

Como ponto de partida, sentiu-se a necessidade de caracterizar o gênero crônica, ou antes, o que seria um texto narrativo de ficção pois, apesar do considerável número de trabalhos voltados para a discussão de tipologias textuais, as propostas apresentadas são apenas parcialmente convergentes ou mesmo, quando se trata de definir os critérios que dão sustentação à tipologia, inteiramente divergentes.

Além disso, o debate não está restrito aos tipos, mas envolve também a questão dos gêneros textuais. Os tipos ou as categorizações são os modos básicos de organização de nossa experiência cotidiana. Neste sentido, os tipos são também um meio de determinar as condições em que se formulam as expectativas que conduzem a própria compreensão.

O tipo possui uma estruturação interna homogênea e raramente será encontrado em 'estado puro' nos textos de circulação social. A maioria dos autores admite, tendo em vista a natureza do texto, quatro tipos: narração, argumentação, exposição, descrição.

Por sua vez, o gênero textual é observado a partir de seu uso social, de sua realização empírica, estando estreitamente relacionado aos sujeitos enquanto produtores e receptores de texto. São exemplos de gêneros textuais: carta, bilhete, lista de compras, receita, folheto, panfleto, notícia de jornal, etc. Sua estruturação interna é essencialmente heterogênea, podendo um único gênero abarcar mais de um tipo.

Considerando que os critérios adotados pelos diferentes autores conduzem ao estabelecimento de várias tipologias, a análise textual exige que seja feita uma opção. Nesse sentido, entendeu-se que a proposta de Van Dijk (1977, 1978) é a que melhor poderia abarca a estrutura textual, e o estudo passou a ser orientado por esse autor.

Van Dijk parte da noção de superestrutura. Para ele, as superestruturas são estruturas globais que caracterizam um tipo de texto e independem do conteúdo; é a forma do texto. São culturalmente adquiridas e tidas como esquemas formais aos quais o texto se adapta. Assim, "quando vamos produzir um texto, por exemplo, uma narrativa, temos um esquema prévio a seguir e quando vamos ler e compreender um texto, também temos o mesmo esquema que nos faz compreendê-lo como uma narrativa. Os esquemas são, pois, plasmadores cognitivos" (MARCUSCHI, 1996, p. 14).

Por sua vez, a macroestrutura diz respeito aos macroatos que o texto realiza e aos diversos modos de atualização em situações comunicativas. É o conteúdo do texto. Para Van Dijk (1980), o texto é o objeto legítimo da lingüística. Seu modelo teórico é inspirado na Gramática Gerativa Transformacional, utilizando as noções de estrutura profunda e estrutura de superfície, associadas aos processos de geração de sentidos e estruturas textuais. O seu modelo de análise: a) insere-se no quadro teórico gerativo; b) usa instrumentos conceituais e operativos da lógica; c) integra a gramática do enunciado na gramática textual.

Segundo Van Dijk (1989), subjacentes às informações lingüísticas da estrutura de superfície existem macroestruturas de organização em termos de categorias que funcionam como esquemas (frames) organizacionais armazenados na memória. Através

desses esquemas, torna-se possível a reintegração da informação nova à prévia e a reformulação de hipóteses. Constitui a forma lógica de um texto, o nível cognitivo. É o nível do conteúdo, dos aspectos semânticos, onde tema e tópico definem a representação do texto.

No nível superficial estão as microestruturas que constituem as proposições básicas do texto. Neste nível, é processada a organização da estrutura lingüística. Na relação entre as proposições se dá a coerência do texto. Por sua vez, estratégias e processos sintáticos que estabelecem relações entre essas proposições definem a coesão textual e traçam a tessitura do texto. A microestrutura, portanto, "é a estrutura local de um texto, isto é, a estrutura das orações e sua relação mútua de conexão e coerência" (FÁVERO; KOCH, 1988, p. 87).

Koch e Fávero (1987) sugerem três critérios para o estabelecimento de uma tipologia: a) dimensão pragmática (macroatos de fala e atualização em situações comunicativas); b) dimensão esquemática global (superestrutura de Van Dijk); c) dimensão lingüística de superfície (marcas sintático-semânticas). Com base nesses critérios, classificam os textos como: narrativos, descritivos, expositivos ou explicativos, argumentativos "stricto sensu", injuntivos ou diretivos e preditivos. Para cada um desses tipos aplicam-se as dimensões pragmática, esquemática e lingüística de superfície. Considerando que, nesse trabalho, serão analisados apenas textos narrativos, serão explicitados a seguir, com base em Van Dijk e Koch e Fávero (segundo organização sugerida por essas autoras, 1987, p. 5-6), critérios de análise desse tipo textual:

#### Narração:

Superestrutura: Na narrativa predominam as ações. Na estrutura clássica da narrativa, a situação espacial e temporal, bem como as personagens e os contextualizadores, são introduzidos no resumo; seguem-se os acontecimentos, que envolvem a complicação, a avaliação e a resolução.

Macroestrutura: o tema envolve uma pessoa, um ser animado, ou uma coisa definida antropologicamente. Pressupõe uma idéia de ação, de mudança de estado, de transformação ou de acontecimento. A seqüência temporal é fundamental.

Dimensão lingüística de superfície: predominam relações subordinativas, com um verbo de mudança no passado e indicadores de tempo e lugar.

#### 2.2 Caracterizando a crônica

Uma vez definido o entendimento do que seria um texto narrativo, buscouse resgatar estudos preliminares sobre a crônica, com o intuito de se obter uma possível classificação.

Para tanto, partiu-se do estudo da origem da palavra crônica, que significa tempo (khronos) em grego. A sua face contemporânea está, porém, ligada a um tempo mínimo, por assim dizer. É o tempo do instante fugaz, de pequenas e grandes alegrias e tragédias do cotidiano, sem a preocupação com a fixação de grandes períodos humanos, como é comum encontrar-se em suas origens. O cronista é o narrador do tempo presente.

Por isso é que se pode afirmar que o tempo mínimo parece refletir-se bem no cotidiano das pessoas ditas comuns, do chamado "homem médio". O dia-a-dia destas pessoas está cercado de atos, circunstâncias e acontecimentos tão banais que, justamente devido a essa simplicidade corriqueira, parecem não merecer nenhuma atenção especial nem buscam ser explicadas. Acabam sugerindo a aparência de serem completas em sua existência, não suportando nem merecendo nenhuma análise mais aprofundada. Não merecem manchetes de jornais, nem simpósios, e muito menos estudos científicos para tentar desvendar seus elementos constitutivos, sua organização interna ou seus mecanismos de funcionamento.

Entretanto, estes acontecimentos fazem parte da vida de quase todas as pessoas. Aparentemente sem nenhum encantamento especial, estes pequenos pedaços da vida, bem como seus personagens, parecem sempre estar relegados a um segundo plano, seja por parte da mídia, seja por parte dos registros históricos.

Porque esta é, ou parece ser, uma das feições da crônica contemporânea: a abordagem de temas do cotidiano, sem nenhuma pretensão, na aparência, de tentar um aprofundamento de temas, mantendo sempre um certo tom coloquial, uma aparência de conversa.

Partindo do lirismo mais exacerbado ao humor mais escrachado, da indignação mais raivosa ao mais puro sentimentalismo, tudo temperado com elementos do cotidiano, ou a partir deles, a crônica é capaz de preservar-se da corrosão temporal, diferentemente do seu principal meio de manifestação, o jornal.

Seria realmente tentador adotar o mesmo critério de classificação do emérito cronista Fernando Sabino e dizer que a crônica é tudo aquilo que o autor chamar de crônica. Porém, este trânsito entre o cotidiano e a literariedade, aqui funcionando como um injetor de perenidade, objetivamente dá à luz a um gênero literário. Como classificar exatamente este mosaico, esta verdadeira colcha de retalhos de estilos, de motivos e de formas de expressão?

Em nossa tese de doutoramento (MORAES, 1999) encerramos o capítulo sobre a crônica exatamente neste ponto, ou seja, na classificação, após ter descrito a origem do gênero no Brasil e na Europa. Não nos interessava, naquele momento, desviar nosso foco principal que era a análise das crônicas de Stanislaw Ponte Preta.

Naquela ocasião, comentávamos que pode se encontrada em Coutinho (1976, p. 80) uma tentativa de classificação baseada na natureza dos assuntos ou pelo movimento interno.

Assim temos, a) a crônica narrativa, cujo eixo é uma história, o que a aproxima do conto [...]; b) a crônica metafísica, constituída de reflexões mais ou menos filosóficas sobre os acontecimentos ou os homens, como é o caso de Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade, que encontram sempre ocasião e pretexto nos fatos para dissertar ou discretear filosoficamente; c) a crônica-poema em prosa, de conteúdo lírico, mero extravasamento da alma do artista ante o espetáculo da vida, das paisagens ou episódios para ele significativos, como é o caso de Manuel Bandeira, Ledo Ivo; a crônica-comentário dos acontecimentos que tem, no dizer de Eugênio Gomes, o aspecto de um 'bazar asiático', acumulando muita coisa diferente o díspar, como são muitas coisas de Alencar, Machado e outros.

Há, entretanto que se fazer alguns reparos a respeito da classificação proposta por Coutinho. A última categoria (*crônica-comentário*) pode também englobar as duas categorias iniciais: em menor grau a primeira (*crônica narrativa*) e quase totalmente a segunda (*crônica metafísica*).

A crônica narrativa parece não se distanciar muito da crônica-comentário uma vez que, na maioria dos casos há naquela uma intenção, ela apresenta sempre um comentário implícito por trás da narrativa.

Quando Coutinho se refere a crônicas com reflexões "mais ou menos filosóficas", ao definir a categoria *crônica metafísica*, acaba por oferecer uma "não-definição", uma vez que a falta de precisão na expressão "mais ou menos" deixa em aberto uma grande possibilidade de inclusão desta categoria em uma mais ampla, a *crônica-comentário*, que por ser abrangente, pode perfeitamente incluir a primeira definição.

Deve-se notar ainda que Coutinho não faz nenhuma menção às crônicas que possuem como característica o humor, seja ele descompromissado ou com objetivo de sátira política, como uma das possibilidades do gênero. Pode-se até tentar encaixá-las dentro das categorias de *crônica narrativa* ou *crônica-comentário*. Porém, a sátira política vai um pouco além de um simples comentário. Seu objetivo é antes uma tentativa de moralização dos costumes, uma de suas características. Em todo caso, Coutinho não explica o humor presente nas crônicas e do qual ele não faz menção de registrar nem mesmo a existência.

## 2.3 Proposta de metodologia: percurso temático e percurso figurativo

Considerando a carência de ferramentas para a análise de textos narrativos de ficção, buscou-se na semântica discursiva elementos que pudessem servir de ponto de partida.

Para a semântica discursiva, alguns textos apresentam grande número de termos abstratos, que são termos que não representam coisas presentes no mundo material; e também há textos que apresentam grande número de termos concretos, termos que representam coisas presentes no mundo material. Os textos que apresentam maior número de termos abstratos são chamados temáticos, e os textos que apresentam maior número de termos concretos são chamados figurativos.

Fiorin (1991) parte do pressuposto que figuras são todas as coisas existentes no mundo e podendo ser substantivos, verbos, adjetivos etc. Já os temas são termos que expressam algo existente no mundo natural, mas estes por sua vez organizam, caracterizam, ordenam as funções percebidas pelos sentidos no mundo.

O autor afirma ainda que "é preciso ter bem presente que uma figura não tem significado em si mesma. Isoladamente, ela pode sugerir idéias muito variadas e noções muito imprecisas. Seu sentido nasce do encadeamento com outras figuras" (FIORIN, 1991, p. 79). Vê-se que as figuras em si não denotam algo, mas quando analisadas como um encadeamento de figuras, passam a ter sentido no campo das idéias. Há que se perceber as relações figurativas que se enquadram na rede arquitetada pelo texto.

Na formação das idéias expostas em figuras busca-se a coerência entre elas para a formação de um todo no texto, assim as figuras, apesar das oscilações possíveis dos seus significados, estão articuladas no interior de um texto estruturado, e, num texto, os significados são solidários. Desse modo, as múltíplas significações possíveis de uma figura isolada estão sob controle de um contexto, no qual se encaixam com coerência apenas algumas dessas possibilidades significativas. Em vista disso a depreensão dos temas subjacentes a um texto figurativo só é possível a partir de um confronto cuidadoso das figuras que se articulam e se encadeiam no interior dele, formando uma rede (FIORIN, 1991, p. 80).

Alertando sobre a necessidade de o leitor ficar atento quanto ao encadeamento das idéias, Fiorin (1991, p. 87) diz que, "o entendimento de um texto dessa natureza requer do leitor a capacidade de enquadrar todos os temas disseminados ao longo do texto e englobá-los dentro de um tema geral que sintetize de maneira ampla todo o conjunto."

Desse modo, o entendimento do contexto depende da relação que o leitor obteve com os temas, com o Percurso Temático alcançado, da relação entre o conjunto de temas alcançados, englobando esses em um tema central, desta forma, justificando todo o conjunto de temas em si, ou seja, seguindo uma ordem lógica. O que na verdade vai garantir a depreensão dos temas será o conjunto de temas concatenados no interior das crônicas.

Da mesma forma que com que as figuras se encadeiam de modo coerente, os temas também o fazem, para que haja uma harmonia no texto. A quebra de coerência interna na rede de temas ou mesmo nas figuras pode tornar o texto inverossímil ou podem surgir novos significados na hora da interpretação, assim afirma Fiorin (1991, p. 79): "Como se sabe, num texto tudo é relação. Por isso encontrar o sentido de conjunto de figuras encadeadas é achar o tema que está subjacente a elas."

Contudo, as figuras encadeiam-se de uma forma conectiva umas com as outras, sempre jogando dados concretos do mundo natural e, por meio destes, revelam-se os temas, ou seja, significados mais abstratos, termos que organizam estas figuras.

Visando a propiciar um espaço de experimentação para tais idéias, procedeu-se a uma análise, cujo corpus constituiu-se pelas crônicas publicadas no primeiro semestre de 2003, nos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, dos autores Mário Prata, Luis Fernando Verissimo, João Ubaldo Ribeiro e Carlos Heytor Cony.

Em principio, procedeu-se ao levantamento de temas e figuras presentes em cada texto. Terminado o processo de levantamento de temas e figuras, procedeu-se à construção do percurso temático e do percurso figurativo para o levantamento de temas.

Como dito anteriormente, as figuras e os temas individualmente não possuem representatividade, a não ser a partir do momento em que se faz uma ligação entre todos eles, com o intuito de verificar como funcionam no texto, levando-se em conta a questão da isotopia como elemento amalgamador de sentidos. Segundo Greimas e Courtés (1986, p. 247), "a isotopia constitui um crivo de leitura que torna homogênea a superfície do texto, uma vez que ela permite elidir ambigüidades." Pode-se dizer, portanto, que levantar isotopias é identificar as continuidades semânticas que tornam o texto lido num conjunto coerente.

Quanto aos temas, obteve-se a seguinte possibilidade de classificação.

- Narrativa Pessoal apresenta historietas do cotidiano, geralmente tendo como personagem o próprio cronista.
- Narrativa dos Outros apresenta historietas do cotidiano, geralmente tendo como personagem outros personagens que não o cronista. Geralmente, apresentam tipos do cotidiano, que se destacam na multidão, ou tipos que ficaram marcados na memória.
- Reflexões são considerações sobre alguns aspectos do cotidiano, eventualmente sobre as instituições governamentais.

- Poesias colocou-se esta categoria principalmente em função do cronista Luis Fernando Verissimo e sua série Poesia numa hora dessas?
- Comportamento análises sobre comportamentos humanos, refletidos no cotidiano, sobre alteração ou manutenção de hábitos.

Deve-se ressaltar que as categorias acima descritas representam alguns aspectos que predominam no texto, nunca podendo falar-se em exclusividade, uma vez que não é raro encontrar-se mais de um elemento nas crônicas.

Quanto ao desdobramento, a partir da análise obteve-se o seguinte resultado:

B 869.4 Crônicas, ensaios, outros tópicos especiais

B 869.41 Poesia

Classificar aqui poesias publicadas em seções de crônicas

B 869.421 Narrativa pessoal

Classificar aqui historietas do cotidiano, geralmente tendo como personagem o próprio cronista

B 869.421 Narrativa dos outros

Classificar aqui historietas do cotidiano, geralmente tendo como personagens outros que não os cronistas

B 869.43 Reflexões

Classificar aqui considerações sobre alguns aspectos do cotidiano eventualmente sobre instituições sociais ou políticas

B 869.44 Comportamento

Classificar aqui análises sobre comportamentos humanos, refletidos no cotidiano, sobre alteração ou manutenção de hábitos

#### Conclusão

Os pontos principais desta pesquisa não se limitaram apenas à proposta de desdobramento da classe B869.4 da Classificação Decimal de Dewey para a crônica. Antes, este estudo serviu como ponto de partida para o que se propusesse uma metodologia para o levantamento de temas de textos narrativos de ficção, através da utilização de elementos da semântica discursiva.

Gardin (GARDIN et al., 1981, p. 29) defina a AD enquanto "conjunto de **procedimentos** efetuados com a finalidade de expressar o **conteúdo** dos *documentos científicos*, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação" (Grifos nossos).

Na definição gardiniana, observam-se, em grifo, os três pontos que embasam sua concepção: o objetivo imediato (a busca por procedimentos), o objetivo mediato (a identificação do conteúdo) e o objeto (documentos científicos).

Ressalte-se, outrossim, que essa ênfase no documento científico como o paradigma documental para o tratamento de conteúdo se encontra amplamente difundida na tradição da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação fornecendo o substrato para o delineamento de seus procedimentos técnicos. Nesse contexto, não apenas a tradição gardiniana de AD mas também os estudos de classificação e de indexação têm voltado historicamente suas atenções primordiais para o texto científico, concebendo-o como paradigma de suporte de informação.

Contudo, deve-se assinalar que as concepções de Gardin (1973) quanto ao uso de aportes lingüísticos para o resgate do conteúdo documental podem ir além da concepção original por ele proposta, limitada ao texto científico.

Não se pode esquecer que as idéias de Gardin floresceram em um momento em que o crescimento científico, a explosão informacional do pós-guerra e, por conseqüência, o espectro das bibliotecas especializadas (tal como na tradição norte-americana) e dos centros de documentação (como na tradição francesa) estavam a pleno vapor.

Desse modo, o aporte da Lingüística para a AD pode ir, como já afirmado, além dos limites do texto científico, pois os estudos lingüísticos buscam abarcar toda a diversidade de textos (que, no contexto da Ciência da Informação, monumentalizam-se como documentos) com o intuito do estabelecimento de princípios gerais.

Com efeito, o documento que é objeto da AD, notadamente em bibliotecas, não é apenas o documento científico, pois em algumas dessas unidades de informação, tais como Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Escolares, o texto narrativo é objeto de especial atenção, seja no desenvolvimento de coleções, seja na organização das mesmas para atender ao usuário. Transcendendo essa ambiência, registram-se, também, as Bibliotecas Universitárias, notadamente da área de Letras, as quais abrigam um grande acervo de textos narrativos que, por sua vez, necessita ser precisa e objetivamente tratado como suporte ao ensino e à pesquisa em seus cursos de Graduação e Pós-Graduação.

Porém, no momento em que a "matéria prima" da AD consiste em textos narrativos de ficção, a complexidade aumenta consideravelmente, pois o modelo metodológico de identificação de conceitos elaborado para textos científicos, pautado na leitura documental de partes canônicas do texto, tais como título, subtítulo, resumo, etc. (CHAU-

MIER, 1988), não se aplica a textos narrativos, na medida em que estes assumem outras formas de evidenciar seu conteúdo.

Desta forma, demonstrou-se a necessidade de investigar, a título de contribuição para o universo teórico-metodológico da Ciência da Informação, as possibilidades metodológicas para fazer frente à AD de textos narrativos de ficção. Para tanto, se delineou a presente proposta de utilização teórica da Semântica Discursiva com o intuito de se chegar a elementos metodológicos que possam contribuir para a identificação de conceitos no contexto de AD em textos narrativos.

Nesse sentido, registra-se uma trajetória de pesquisa em desenvolvimento notadamente nos últimos quatro anos, no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, em que nos tem sido possível pesquisar aspectos relativos à interface Lingüística / Análise documental em textos narrativos de ficção (MORAES, 2005; GUIMARÃES; MORAES; NASCIMENTO, 2004; MORAES; FUJITA; PEDRINI, 2005; MORAES; GUIMARĀES, 2006, 2007), bem como ministrar aulas, seja em nível de Graduação, no âmbito específico da disciplina Lingüística e Documentação, que se propõe a discutir as interfaces entre a Lingüística e a Documentação, e atua de forma integrada com as disciplinas Lógica e Documentação e Análise Documentária; seja em nível de Pós-Graduação, notadamente nas disciplinas Do texto ao documento: elementos instrumentais em Análise Documentária e Os textos literários no tempo e no espaço: perspectivas metodológicas na Análise Documental de Conteúdo, que buscam contribuir para a discussão dos aspectos teóricos e práticos dos elementos textuais e documentais.

Como decorrência, registra-se, ainda, um conjunto de orientações acadêmicas de diferentes naturezas, buscando aquilatar a dimensão metodológica da análise documental especificamente em questões relativas a textos narrativos de ficção: Literatura de Cordel (GUEDES, 2006), Contos Espíritas (DAMAZO, 2006), crônicas de Plínio Marcos (PEDRINI, 2007), contos infantis (ALVES, 2006), contos de Carlos Drummond de Andrade (ANTONIO, 2006), bem como sobre o conceito de aboutness (GUEDES, 2007).

Enriquecendo ainda mais a discussão, ainda foram conduzidos estudos sobre música: letras de música Rap (SILVA, 2001), letras de músicas de Chico Buarque (ZAM-BRANO, 2006); sobre audiovisuais: livros de orientação sexual para crianças (SILVA, 2002), histórias em quadrinhos (SOUZA, 2003), propagandas televisivas (MIASSI, 2005); além de reflexões teóricas: a tematicidade no âmbito da Análise Documental (GUEDES, 2007), e análise da aplicação do método (LARA, 2007).

Estas orientações evidenciam a pertinência e o caráter promissor dessa linha investigativa, para que se possa construir uma base teórico-metodológica que dê conta da questão em sua amplitude.

#### Referências

ALVES, R. C. V. Análise do percurso temático e do percurso figurativo em literatura infanto-juvenil para identificação de temas. Início: 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

ANTONIO, D. M. Análise do percurso temático e do percurso figurativo para identificação de temas em contos. Início: 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988.

COUTINHO, A. Notas de teoria literária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

DAMAZO, A. C. Análise de assunto de conto espírita por meio do percurso figurativo e do percurso temático. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

FÁVERO, L.; KOCH, I. Lingüística textual: introdução. São Paulo: Cortez, 1988.

FIORIN, J.L. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 1991.

GARDIN, J.-C. Document analysis and linguistics. Journal of Documentation, London, v. 29, n.2, p. 137-168, 1973.

GARDIN, J.-C. et al. La logique du plausible: essais d'épistemologie pratique. Paris: Ed. Maison des Sciences de l'Homme, 1981.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. Dicionário de semiótica. São Paulo: Cultrix, 1986.

GUEDES, E. G. F. Análise do percurso temático e figurativo na obra de Leandro Gomes de Barros: proposição de termos para recuperação das obras de literatura de cordel. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

GUEDES, E. G. F. Estudo da tematicidade no âmbito da Análise Documentária. Início: 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Org.). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100-118.

GUIMARÃES, J. A. C.; MORAES, J. B. E.; NASCIMENTO, L. M. B. A diplomática como perspectiva metodológica para o tratamento de conteúdo de documentos técnicos. In: VALENTIM, M. L. P. Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação. São Paulo: Polis, 2004. p. 135-160.

KOCH, I.; FÁVERO, L. Contribuição a uma tipologia textual. Letras e Letras, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 3-10, 1987.

LARA, L. M. de. A análise documentária sob a perspectiva do percurso gerativo de sentido: análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Biblioteconomia. Início: 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. PET - MEC - SESu.

MARCUSCHI, L. Por uma proposta para a classificação dos gêneros textuais. Recife: UFPE, 1996.

MIASSI, T. S. A semântica discursiva das propagandas televisivas: o uso do percurso temático e percurso figurativo na elaboração de temas. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

MORAES, J. B. E. Aspectos da dramaturgia antiga e contemporânea. 1990. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1990.

MORAES, J. B. E. Um narrador irrequieto e o riso do Crioulo Doido: uma análise das crônicas de Stanislaw Ponte Preta. 1999. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

MORAES, J. B. E. Análise dos elementos temáticos característicos do gênero literário crônica com vistas a sua hierarquização para fins classificatórios. Marília, 2005. Relatório Trienal de Pesquisa (2002-2004) apresentado como parte das exigências de R.D.I.D.P.

MORAES, J. B. E.; FUJITA, M. S. L.; PEDRINI, I. A. D. O tema na narrativa ficcional: uma abordagem cognitivista. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis. Anais ... Florianópolis: UFSC, 2005. p. 45-54.

MORAES, J. B. E.; GUIMARÃES, J. A. C. Análisis documental de contenido de textos literarios narrativos: en busca del diálogo entre las concepciones de aboutness/meaning y de recorrido temático/recorrido figurativo. Scire, Zaragoza, v. 12, p. 120-135, 2006.

MORAES, J. B. E.; GUIMARÃES, J. A. C.; GUARIDO, M. D. M. Análisis documental de contenido de textos narrativos: bases epistemológicas y perspectivas metodológicas. In: GARCÍA MARCO, Francisco Javier (Org.). Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación en entorno digital. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2007. p. 93-100.

PEDRINI, I. A. D. **Condensação documentária de crônicas:** proposta metodológica. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

SILVA, L. S. **Os mano pô as mina pá**: uma possibilidade de transposição de análise do discurso para estudo de comunidades a partir da experiência com o Rap no presídio de Marília. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

SILVA, P. B. **Orientação sexual em obras para crianças**: análise comparativa das informações através da análise do discurso. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

SOUZA, J. F. P. O uso do percurso temático e do percurso figurativo nas histórias em quadrinhos para estabelecimento da tematicidade. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

VAN DIJK, T. **Text and context**: explorations in semantics and pragmatics of discourse. London: Longman, 1977.

VAN DIJK, T. The Porto Rico lectures on the structures and functions of discourse. Amsterdam: Van Gorcum, 1978.

VAN DIJK, T. Macrostructures. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1980.

VAN DIJK, T. La ciencia del texto. Barcelona: Paidós, 1989.

ZAMBRANO, N. R. Análise do percurso temático e figurativo nas músicas de Chico Buarque no período de 1968 a 1978. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

# A importância do papel do profissional da ciência da informação nos processos de recuperação de conteúdos digitais estruturados

# Ricardo César Gonçalves Sant'Ana

A idéia para elaboração deste texto surgiu da necessidade de análise constante sobre que conteúdo deve conter as disciplinas de Introdução à Ciência da Computação e Introdução à Editoração ministradas em cursos de Ciência da Informação. Disciplinas estas que trabalham parte das competências a serem desenvolvidas pelos futuros profissionais da informação em sua interação com as tecnologias da informação.

Para responder questões como: Quais temas abordar? Com que profundidade? Somos levados, primeiramente, a responder outras questões como: qual é o papel do profissional da ciência da informação no processo de recuperação de conteúdos digitais? Qual deve ser seu nível de interação com a tecnologia da informação? Quais competências são necessárias e precisam ser trabalhadas durante sua formação acadêmica?

Este texto não se propõe a apresentar respostas, mas sim apresentar elementos que subsidiem uma futura discussão mais detalhada sobre o assunto, trazendo considerações resultantes de reflexão sobre aulas ministradas nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, e de discussões e troca de idéias com os alunos e colegas docentes.

Para entendermos de forma mais clara o papel do profissional da Ciência da Informação na interação com as tecnologias da informação, precisamos de uma análise prévia do processo de uso destas tecnologias no acesso aos conteúdos digitais.

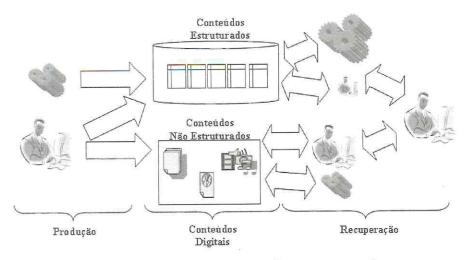


Figura 1: Conteúdos digitais estruturados e não estruturados.

Com a adoção maciça das novas tecnologias da informação e comunicação, o volume de informações armazenadas e disponíveis para acesso vem crescendo de forma exponencial, mas transformar este volume em valor agregado para os usuários requer um processo de recuperação cada vez mais eficiente. Todo este conteúdo digital não pode ser tratado de forma única quando se tem como foco o processo de recuperação. Uma das divisões que podem ser feitas é com relação à estruturação destes conteúdos. Assim, temos, por um lado, os conteúdos que são gerados por processos automatizados de funções operacionais de organizações em seus mais deferentes sistemas. Estes conteúdos têm, como função primária, atender as necessidades de sistemas que devem realizar tarefas previamente definidas e bem estruturadas.

Como exemplo, podemos pensar em um sistema de faturamento (HABERKORN, 1999) que visa automatizar o processo das vendas realizadas aos clientes, emitindo, assim, de forma eficiente e eficaz, notas fiscais e, eventualmente, faturas, alimentando ainda sistemas como o de contas a receber, contábil, fluxo de caixa, entre outros. Portanto, seu objetivo primário não é atender as consultas realizadas pelos usuários que desejam recuperar informações gerenciais ou consolidadas. São aplicações, interfaces e bases de dados projetadas para o dia a dia dos usuários envolvidos com a 'operação' do processo de vendas. Para atender a estes objetivos, os dados são armazenados nestas bases em estruturas previamente definidos e agrupadas em conjuntos maiores com outros elementos similares que contêm a mesma estrutura. Tomando como exemplo um hipotético sistema de faturamento podemos propor uma estrutura simplificada em que estes dados poderiam estar organizados, conforme ilustrado na Figura 2.

Podemos verificar, assim, que todos os dados armazenados terão seu conteúdo estruturado de forma simples e direta, ou seja, quando se deseja saber o endereço de um deter-

minado cliente basta acessar a tabela "Cliente" e, então, localizar o cliente desejado a partir de alguma informação prévia como código ou nome e, então, obtendo o conteúdo do atributo "endereco" recuperamos a informação desejada.

A alimentação destas tabelas é realizada através de interfaces disponibilizadas a usuários, ou grupos de usuários específicos ou pelo processo de automatização do próprio fluxo de informação e integração de sistemas dentro da organização. Um exemplo de geração automática de informação, seguindo ainda o nosso exemplo de sistema de faturamento, seria a alimentação de um sistema de contas a receber que receberia a informação do faturamento, possibilitando, assim, o acompanhamento do recebimento dos valores gerados pelas vendas.

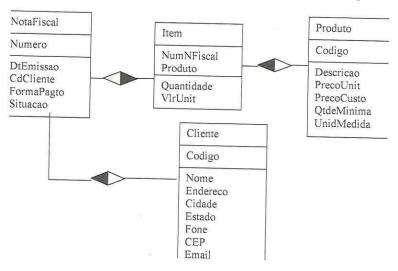


Figura 2: Modelo de dados simplificado de um sistema de faturamento.

O processo de recuperação de conteúdos digitais estruturados é realizado com uma  $\,$ interferência muito maior de recursos da própria tecnologia da informação, que permite a elaboração de algoritmos e predefinições de caminhos para que a localização de informações desejadas seja simples e eficiente. No entanto, mesmo no caso de informações estruturadas, algumas necessidades não têm como ser previstas, exigindo recursos complementares.

Por outro lado, temos os conteúdos não estruturados que são gerados em formato de texto, como, por exemplo, uma notícia, um artigo, o registro de um diálogo, comunicação escrita, um contrato, ou qualquer outro documento que não siga uma formatação fixa e que, portanto, necessita de uma interpretação para que sejam criados mecanismos de localização ou mesmo de identificação de cada objeto. Nesta categoria poderíamos também enquadrar as imagens, sons, animações ou qualquer outro conteúdo multimídia.

Para este tipo de objeto, a solução, que geralmente é utilizada para permitir a identificação e recuperação, consiste em criar um conjunto de dados sobre cada objeto que siga uma estrutura previamente estabelecida e que, assim, possa ser utilizado pela própria tecnologia no processo de recuperação. Estes dados adicionais gerados sobre os objetos de informação são os metadados, ou seja, dados sobre os dados.

A alimentação destes metadados, no entanto, ainda necessita de uma interação humana mais ativa, já que depende de um processo de interpretação e de elaboração que as máquinas ainda não são capazes de resolver. A interação humana também se faz presente na definição de qual o padrão de metadados será adotado, definição esta que depende do tipo de objeto e do tipo de aplicação que irá utilizá-lo.

#### Recuperação de conteúdos digitais estruturados

Os conteúdos digitais estruturados possibilitam uma grande variedade de mecanismos de recuperação e de tratamento, variedade esta ampliada pelos próprios recursos disponibilizados pelas tecnologias da informação (Figura 3). Como primeira opção podemos citar a possibilidade de localização direta disponibilizadas pelas interfaces de operação das próprias aplicações que geram estas informações e que são de grande utilidade para buscas mais simples e que estão baseadas em necessidades mais simples, como, por exemplo, a localização dos dados de um determinado cliente a partir do seu código ou do seu nome, ou da apresentação dos dados de uma determinada nota fiscal a partir do seu número, e assim por diante.

Em contra partida à sua facilidade de utilização, temos a limitação de opções que oferece, sendo, assim, de uso mais corrente para os próprios usuários do processo operacional do sistema.

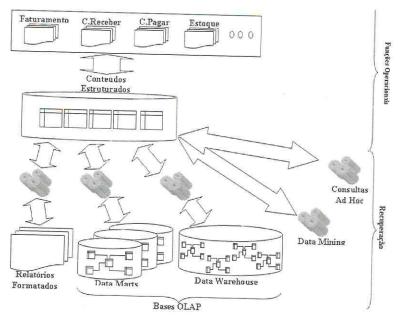


Figura 3: Processos de recuperação de conteúdos digitalizados.

Outra possibilidade se origina, geralmente, a partir do trabalho de analistas de sistemas ou de analistas de negócios que identificam as possíveis necessidades de informação que cada sistema pode vir a gerar, pelo menos as mais correntes, e projetam relatórios que podem ser emitidos diretamente pelo sistema ou após processamentos prévios, gerando relatórios formatados (Figura 3) que podem, inclusive, ser visualizados diretamente na tela do próprio aplicativo do sistema.

Assim como no caso anterior, esta opção tem como principal característica a limitação de opções de acesso as informações da base, já que dependem de uma previsão dos analistas. Outra limitação é inerente a própria arquitetura em que a base de dados foi projetada, já que a mesma tem como objetivo primário a performance do processo operacional da organização e não atender a consultas de seu conteúdo.

Para contornar esta limitação pode-se optar pela adoção de bases de dados replicadas, ou seja, geradas a partir das bases de dados principais, mas com uma arquitetura que tenha como principal objetivo o atendimento às necessidades de recuperação de informações. Da distinção entre estas duas bases que passam a coexistir, define-se dois conceitos utilizados pela área de administração de empresas e pela área da ciência da computação: OLTP e OLAP (SINGH, 2001).

O primeiro, OLTP (On-Line Transaction Processing), ou processamento de transações em tempo real, identifica as soluções que têm como objetivo o registro e operacionalização de processos correntes da organização, como o nosso exemplo de sistema de faturamento, enquanto que, OLAP (On-Line Analytical Processing) ou processamento analítico em tempo real, cunhado pela primeira vez por Edward F Codd, identifica tecnologias projetadas exclusivamente para suprir as necessidades de obtenção de informações resultantes de consultas complexas de forma simples e eficiente.

Outra característica que diferencia estas duas tecnologias é a forma com que as bases são esvaziadas, ou seja, a forma como é definido o tempo em que os dados permanecerão disponíveis, sendo que o OLTP tem como base as exigências legais, fiscais e operacionais de necessidade de permanência em disponibilidade dos dados de cada transação enquanto que as bases OLAP tendem a manter períodos maiores em função da necessidade de análises históricas e de cunho comparativo entre períodos, tendo assim um horizonte de tempo bem mais amplo.

Uma base OLAP pode ser gerada a partir de dados de um determinado departamento, contendo os dados principais, que poderão ser consultados, já devidamente consolidados, e tratados de tal forma que possam agregar valor aos conteúdos recuperados. Estas bases de dados são denominadas Data Marts³ (Figura 3) e são construídas com um formato que traz, ainda, possíveis dados complementares que permitem a parametrização das consultas, ou seja, a liberdade de escolha do usuário para definir parâmetros que formatam o resultado que desejam obter sob diversos pontos de vista, ou dimensões.

Assim, temos uma arquitetura diferente para o modelo de dados que é adotada pelos sistemas OLTP. Entre as possibilidades para modelar estas estruturas (tabelas), que irão compor as bases de dados OLAP, temos o modelo STAR, Figura 4, que é composto por uma tabela principal denominada "Fato" e tabelas complementares que permitem a visualização sob diferentes pontos de vista, que são as tabelas de "Dimensões", destacando-se entre elas a tabela da dimensão tempo.

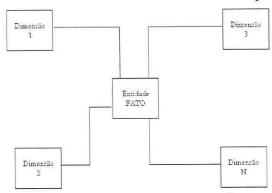


Figura 4: Modelo de dados STAR para uma aplicação OLAP.

A adoção de Data Marts em diversos departamentos prepara a organização para projetos maiores e mais completos que possam inclusive otimizar os recursos investidos nestas soluções como a aquisição de equipamentos adicionais e aplicativos específicos.

Um próximo passo, então, pode ser a implementação de um projeto OLAP com a utilização de várias bases de dados como as utilizadas pelos Data Marts, porém unificadas em um projeto único, que passa a ser definido como sendo um Data Warehouse (INMON, 1996; KIMBALL, 1996) e que tem como principais características seu alto custo e forte impacto sobre a organização como um todo, em função de sua profunda dependência de interligação de dados oriundos de bases de dados de diversos departamentos e sistemas.

Outro ponto que merece atenção no processo de implementação de um Data Warehouse, está ligado às questões ligadas à utilização, em conjunto, de conceitos que muitas vezes são definidos, dentro da mesma organização, de forma diferente. Por exemplo, a definição de "faturamento líquido" pode ter uma composição de variáveis para o departamento de vendas e outra diferente para o departamento fiscal.

Outra necessidade a ser contornada é a identificação de dados novos e que possam ser úteis, através da busca e análise de padrões relevantes nos grandes volumes de dados gerados e registrados nas bases de dados das organizações. Este conjunto de tecnologias é definido como Data Mining (Figura 3) e também pode ser de grande valor para os processos de recuperação em conteúdos digitais estruturados.

Porém, nem todos estes recursos juntos conseguem atender a todas as possibilidades de necessidades de buscas por informações que os usuários, principalmente aqueles envolvidos nos processos decisórios, podem apresentar.

Para suprir as necessidades esporádicas e específicas que não são passíveis de serem previstas ou não têm uma periodicidade que justifique investimento específico, as soluções de consulta Ad Hoc (Figura 3) podem representar uma boa alternativa. Apesar de não apresentarem bom desempenho, proporcionam tamanho grau de flexibilidade, que permitem que os próprios usuários, muitas vezes com ajuda de suporte técnico, possam realizar suas consultas com alto grau de parametrização.

## Conteúdos digitais estruturados e o profissional da Ciência da Informação

Analisando, assim, o contexto dos conteúdos digitais estruturados e os diversos recursos envolvidos nos processos de busca e recuperação, percebe-se que o envolvimento maior ainda cabe aos profissionais mais capacitados na questão de uso e interação com as tecnologias da informação. Qual o papel que pode, então, o novo profissional da ciência da informação ocupar neste cenário? Um profissional que "distanciado do informático puro e duro dos anos setenta e oitenta e, entretanto, diferenciado do gestor de recursos informáticos dos anos noventa [...], na medida em que tende a combinar conhecimentos e competências na área de gestão e planejamento estratégico, recursos humanos e marketing com diretrizes elementares no campo tecnológico de molde a intervir com credibilidade e êxito em domínios emergentes" do uso das TICs. (SILVA; RIBEIRO, 2002).

No que tange a interação mais direta com os recursos das Tecnologias da Informação, principalmente no que diz respeito aos processos de busca e recuperação, o profissional da CI pode atuar em diversos níveis, desde o controle e acompanhamento do uso e aproveitamento dos recursos para obtenção de informação dentro das organizações, respondendo de forma holística a questões tais como: qual o retorno sobre determinado investimento sobre uma ferramenta de apoio a processos de recuperação? Questões estas que geralmente apresentam respostas baseadas em elementos intangíveis e que, portanto, exigem uma análise mais completa e detalhada.

No tratamento de questões ligadas a atritos gerados por divergências ocasionadas pela sobreposição de sistemas conceituais, o papel do profissional da CI também pode ser de grande relevância, identificando o problema e propondo soluções, tanto em termos de processo como de possíveis alternativas de uso da tecnologia da informação.

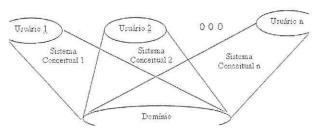


Figura 5: Usuários agindo em um mesmo domínio.

Fonte: Adaptado de: SHAW; GAINES, 1989.

A Figura 5 ilustra a sobreposição de sistemas conceituais de usuários diferentes sobre um mesmo domínio. Sendo que este domínio pode representar, por exemplo, um resultado obtido em um processo de recuperação, conforme já discutido neste texto.

A forte integração de sistemas, incrementada nos últimos anos com a adoção pelas organizações de uma solução única para todos os processos operacionais internos, tornou esta questão um dos fatores chave de sucesso na utilização e tratamento de conteúdos recuperados. Estas soluções únicas são denominadas ERP (*Enterprise Resource Planning*) e visam a unificação das tecnologias de informações aplicadas aos processos transacionais (OLTP).

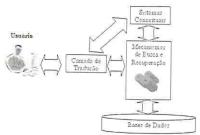


Figura 6: Criação de uma camada de tradução entre o usuário e o conteúdo recuperado. Fonte: SANT'ANA, 2002.

Outra atuação importante que pode ser realizada pelo profissional de CI, ainda com relação a conteúdos digitais estruturados, é na questão ligada à definição e implementação de uma camada lógica de tradução (Figura 6) para o acesso aos dados recuperados, camada esta que permite um melhor entendimento das informações contidas em uma base de dados.

É através desta camada que denominações técnicas, utilizadas para identificar tabelas e seus atributos, podem ser convertidas em termos mais próximos dos utilizados pelos usuários finais. Pode, ainda, funcionar como uma alternativa para solução de conflitos de sobreposição de diferentes sistemas conceituais utilizados pelos usuários na interpretação de informações recuperadas.

As possibilidades de atuação do profissional da CI, no contexto dos conteúdos digitais estruturados, não param por aí, mas o escopo deste texto não permite um detalhamento de todas as possibilidades, restringindo-se à apresentação dos exemplos mais significativos.

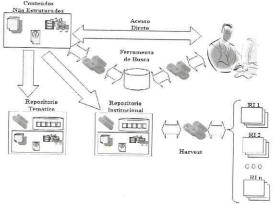


Figura 7: Exemplos de processos de armazenamento e recuperação de conteúdos não estruturados.

Cabe, ainda, destacar que, no âmbito dos conteúdos digitais não estruturados, o papel do profissional de CI é ainda mais importante e diferenciado, já que a interação humana na interpretação e identificação destes conteúdos ainda não pode ser suprida por processos automatizados.

Não menos importante, também, é a sua possível participação nas decisões sobre qual tecnologia adotar, como implementar, e quais políticas deverão ser seguidas com relação à implantação e uso destas tecnologias, ações estas, que têm características e peculiaridades, que fazem com que este profissional tenha grandes possibilidades de atuação.

#### Referências

ABERKORN, E. **Teoria do ERP**: enterprise resource planning . 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

INMON, W. H. **Building the data warehouse**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1996.

KIMBALL, R. **The data warehouse toolkit**: practical techniques for building dimensional data warehouses. New York: John Wiley & Sons, 1996.

SANT'ANA, R. **Unidades de conhecimento**: fatores e métricas. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

SHAW, M. L. G.; GAINES, B. R. Comparing conceptual strutuctures: consensus, conflict, correspondence and contrast. Alberta: Knowledge Science Institute, University of Calgary, 1989.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. **Das ciências documentais à Ciência da Informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SINGH, H. **Data Warehouse**: conceitos, tecnologias, implementação e gerenciamento. São Paulo: Makron Books, 2001.

# Redes informacionais como ambiente colaborativo e de empoderamento: a catalogação em foco

## Plácida L. V. Amorim da Costa Santos

A difusão das idéias, a existência das coisas, a criação de opiniões, o sentido que o homem dá a sua existência são os construtores da realidade social. As relações que se estabelecem na sociedade são as relações de poder exercido em diversas esferas através da capacidade de agir e de interagir para alcançar objetivos e interesses que dão sentido à existência humana. Nessa perspectiva o poder se caracteriza enquanto um fenômeno social estabelecido tanto por instituições como pelas relações entre indivíduos em seu cotidiano.

A interação e os relacionamentos têm a comunicação e a informação como fundamentos para a existência de um processo de troca de experiências e transformação. Para Jara (1998), a falta de informação geralmente condena as comunidades à ignorância, condicionando uma espécie de medo coletivo ou impotência para agir e construir futuros. O acesso à informação e o uso dela, entretanto, geram o poder de organização e propulsionam o desenvolvimento e ações criadoras.

O cientista social Carlos Jara é incisivo ao apontar que o progresso material deve refletir as prioridades culturais e espirituais, políticas e informacionais, e faz referência à necessidade da promoção do "empoderamento" individual e coletivo das pessoas envolvidas na vida comunitária. O "empoderamento" diz respeito à potencialização das comunidades e dos indivíduos através da educação, da informação, da comunicação, para que as pessoas possam controlar suas próprias vidas, definir suas necessidades, influenciar na tomada de decisões, ou seja, tenham a possibilidade de interferir na construção de seu futuro.

O economista chileno, Manfred Max Neef (2003), um dos mais polêmicos pensadores da atualidade, ganhador, em 1983, do Prêmio Right Livelihood, uma espécie de Prêmio Nobel Alternativo, em palestra traduzida por Endre Király, destaca que desenvolvimento tem a ver com pessoas e não com objetos, e que o melhor desenvolvimento é aque-

le em que a qualidade de vida das pessoas mais cresce, e isso, depende das possibilidades que elas têm ou não de adequadamente satisfazer suas necessidades humanas básicas.

Aponta, ainda, que o que muda através da cultura e da história não são as necessidades básicas, mas as coisas que as sociedades geram para satisfazer tais necessidades. Classifica as necessidades básicas de acordo com dois critérios: um ontológico ou existencial – ser, ter, fazer e interagir. Outro do ponto de vista axiomático: subsistência, proteção, afeto, participação, compreensão, ócio, criação, identidade e liberdade.

Propõe então uma matriz em que todos os componentes interagem e são inseparáveis, e é nessa matriz que podemos identificar o papel do acesso, da geração e do uso da informação como fator determinante para identificação de ações que proporcionem qualidade de subsistência, de proteção, de afeto, de participação, de compreensão, de ócio, de criação, de identidade e de liberdade nos mais diversos ambientes sociais.

Nesse cenário, e considerando que a Biblioteconomia, como área do conhecimento, se consolida e se legitima no contexto da sociedade contemporânea, que se encontra em processo acelerado de transformações e rupturas, sob o signo do acesso e da detenção da informação, as transformações exigem definições e redefinições dos métodos que valorizem e destaquem os aspectos importantes da relação de disseminação, recuperação e compartilhamento de conhecimentos e informações.

Ao pensarmos que hoje o contorno da economia é definido pela quantidade de informação possuída, veiculada e disseminada, podemos identificar a informação como matéria-prima do mundo contemporâneo, juntamente com as tecnologias disponíveis.

A informação é a peça fundamental no desenvolvimento das atividades do profissional da Biblioteconomia. O conhecimento de seu fluxo, a percepção do ambiente informacional, a destreza no manuseio e no uso de recursos tecnológicos que favoreçam o acesso, o tratamento, a recuperação, o uso e o reuso de informações facilita a geração de novos conhecimentos.

A presença da tecnologia no cotidiano das pessoas, formando opinião, criando necessidades e determinando comportamentos, torna a atuação do bibliotecário extremamente importante no processo de formação reflexiva dos sujeitos no que se refere ao uso de recursos informacionais alocados nos mais diversos suportes e ambientes, e no favorecimento do empoderamento enquanto ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões e de consciência social dos direitos sociais.

O cenário sócio-político-econômico atual contempla entre seus constituintes sujeitos pós-modernos inseridos em uma rede que abrange a formação de conhecimentos a partir das relações sociais, como uma teia de relações que não se inicia em uma estrutura linear. Neste sentido, é fundamental a articulação entre a idéia de rede e as bibliotecas como o meio mais adequado para a difusão do conhecimento e para o empoderamento. Bibliotecas tradicionais

ou digitais, na forma de redes informacionais estruturadas como modelos de ambientes colaborativos, favorecem o fortalecimento das competências e da capacidade de uma pessoa.

#### Redes de Informação

A idéia elementar de "rede" é bem simples e antecede a utilização efetiva das tecnologias de informática. Origina-se do latim rete, com significado de entrelaçamento, de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido, uma malha de estrutura reticulada. Transformou-se, nas últimas duas décadas, em uma alternativa prática de organização, possibilitando processos capazes de responder às demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização das esferas contemporâneas de atuação e articulação social.

Redes, como sistemas organizacionais, são capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos comuns, constituem um local em que, das relações, emergem questões de responsabilidade, de direitos e deveres, nas quais deve prevalecer a ética.

O coordenador de treinamento da Rits - Rede de Informações para o Terceiro Setor, fundada em 1997 com a missão de ser uma rede virtual de informações, voltada para o fortalecimento das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, Silva (2007) aponta que, por meio de

> Estruturas flexíveis e cadenciadas, as redes se estabelecem por relações horizontais, interconexas e em dinâmicas que supõem o trabalho colaborativo e participativo. As redes se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional, tanto para as relações pessoais quanto para a estruturação social.

Na prática, redes são comunidades, virtual ou presencialmente constituídas, a partir de uma estrutura social estabelecida de forma orgânica, na qual a convivência entre os integrantes e o estabelecimento de laços de afinidade será definida a partir de pactos sociais ou padrões de relacionamento.

As redes informacionais acentuam "mecanismos e canais de participação social, pela promoção de parcerias e co-responsabilidades e pelo estabelecimento de sistemas de informação, sob a forma de redes, abertas e descentralizadas, de modo a facilitar o controle da sociedade e contribuir para o aprimoramento do planejamento e gestão da coisa pública". (JARA, 1998, p. 60).

Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto à medida que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter o equilíbrio sustentável. Cada nó da rede representa uma unidade, e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam por meio de diversos fluxos.

Um princípio básico dessa noção de rede é a possibilidade de funcionamento com um sistema aberto e colaborativo que se auto-reproduz, que realiza suas próprias necessidades na mesma medida em que gera um novo ciclo de demandas e considera os efeitos positivos da colaboração e da cooperação. Podemos recorrer ao exemplo dos catálogos coletivos e da catalogação cooperativa como produto e processo resultantes de ações cooperativas e de compartilhamento.

O desenvolvimento da cooperação na coletividade necessita de ambientes de compartilhamento que permitam a colaboração entre múltiplos sujeitos dispersos geograficamente, e que através de suas ações interagem no ambiente.

Na organização de uma rede, Withaker (1998), membro do comitê gestor do Fórum Social Mundial (FSM), aponta que

> Uma estrutura em rede [...] corresponde também ao que seu próprio nome indica: seus integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais, diretamente ou através dos que os cercam. O conjunto resultante é como uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. Não há um 'chefe', o que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo.

No ambiente colaborativo os sujeitos participantes podem observar-se, comunicar-se, interagir entre si e com os objetos do ambiente.

Recorremos ao filósofo da informação Pierre Lévy (2000) para a constatação de uma inteligência coletiva que decorre da sinergia existente entre competências, os recursos e projetos, a constituição e manutenção de dinâmicas de memórias em comum, e a ativação de modos de cooperação flexíveis e transversais.

Esses recursos de colaboração facilitam a comunicação, os processos e as dinâmicas de grupo quando os sujeitos se encontram em pontos geograficamente distantes, pois atuam como facilitadores na transferência de idéias e informação, no acesso à informação e aos documentos, na emissão de respostas em atividades de resolução de problemas. Esses sistemas atuam como ferramentas facilitadoras ao que chamamos de aprendizagem colaborativa e cooperativa. (STROBEL, 2004).

A aprendizagem e o serviço colaborativo e cooperativo pressupõem o envolvimento e o comprometimento com responsabilidade do fortalecimento de uma inteligência coletiva. As propriedades de intensividade e extensividade que permitem a colaboração e a articulação na rede e estruturas de cooperação assim se caracterizam: intensividade, no sentido de que cada unidade da rede venha a atingir e envolver qualitativamente um maior número de pessoas; extensividade, no sentido de expansão da rede para outros territórios, colaborando no surgimento de novas unidades e no desenvolvimento destas, ampliando a abrangência da rede e fortalecendo o seu conjunto. (MANCE, 2000; SANTOS, 2002).

Os princípios de diversidade, integralidade, realimentação, fluxo de valor, fluxo de informação, fluxo de matérias e agregação fazem a rede crescer de modo produtivo. Uma rede capaz de conectar a diversidade será capaz de integrar, de maneira fecunda e criativa, ações que envolvam diversos tipos de organizações em atividades de cooperação e colaboração, como forma de agenciar novas ações da própria rede, ampliando-a enquanto tal e expandindo o conjunto de suas ações, envolvendo cada vez mais pessoas, atuando sobre objetos sempre mais diversos que fazem brotar novas unidades que, por sua vez, realimentam o conjunto da rede, na medida em que introduzem diversidades que perpassam os fluxos do conjunto, possibilitando novas transformações de cada unidade em particular e da rede como um todo.

Redes locais se integram em redes regionais, que se integram em redes nacionais, que se integram em redes internacionais, que se integram em redes mundiais de cooperação e compartilhamento de recursos, com capacidade ampliada de expansão em razão, principalmente, do maior fluxo de informação, a partir do princípio de agregação.

O fortalecimento das redes colaborativas e cooperativas de informação, marcado pelo uso intensivo de recursos tecnológicos, consolida o movimento de multiplicação sob os princípios da intensividade, extensividade, diversidade, integralidade e agregação, pois terão poder suficiente para promover uma revolução sócio-cultural a partir: da socialização e produção de conhecimento científico e tecnológico; da difusão de políticas de disponibilização e acesso à informação; da difusão do conhecimento pelas mais diversas linguagens promovendo a livre expressão, e da utilização dos mais variados mecanismos de comunicação, possibilitando a cada pessoa exercer um papel ativo no processo de geração, emissão, recepção e uso de informações.

As unidades de informação, enquanto espaços documentais e informacionais e agentes catalisadores da cultura das comunidades nas quais estão inseridas, precisam ser efetivamente reconhecidas e utilizadas como instrumentos para a construção coletiva e para o empoderamento, atuando constritamente como um nó em uma rede que possibilita a formação, a interação e a integração social, cultural, política, tecnológica e mesmo individual, contribuindo assim para o desenvolvimento de um amplo plano social.

Assim, o uso adequado das tecnologias de informação e comunicação na Biblioteconomia faz-se de modo a destacar a função das redes informacionais como socializadoras de conhecimentos, transmissoras de conteúdos significativos, sem absolutizar a importância dos meios.

Em redes, cada integrante é um nó de interação, e a diversidade existente, quando manifesta, leva à criatividade para soluções por vezes simples, outras mais elaboradas, e os integrantes alocados em distintas regiões podem de forma síncrona ou assíncrona, trocar informações e conhecimentos, ato que faz surgir naturalmente a inovação do conhecimento.

No ambiente multidisciplinar em que hoje se desenvolvem as tarefas de informação, o bibliotecário tem a vantagem intelectual de ser o conhecedor da essência dos processos de análise e tratamento do conhecimento registrado. Mas tem, entretanto, de estar apto para apropriar-se das ferramentas tecnológicas disponíveis para aperfeiçoamento e agilização de processos decisivos para o estabelecimento da organização e do tratamento da informação.

Como já indicavam, no final do século XX, Mercier, Plassard e Scardigli (1985, p. 20),

Os chips eletrônicos estão invadindo nossa vida cotidiana, e sua fecundidade se anuncia fulminante. Nestes momentos só nos surpreendem ou irritam. Porque estão vazios, porque carecem de sentido. O único problema consiste em saber que...<alma> lhes estamos dando. (tradução nossa).

O que os autores denominam por "alma" pode ser aqui denominado de "projeto político-pedagógico". De qualquer forma, trata-se de uma realidade exterior aos princípios do mero aplicativo da técnica, o que exige uma discussão da própria tecnologia a partir do aspecto *a priori* político, uma constante em toda relação humana, seja ela com outros homens, seja com algum equipamento.

O uso de tecnologias passa por aquilo que se pode chamar de "valor político", e com isso a utilização das tecnologias pela Biblioteconomia, como propagadora da informação, desencadeia uma ação de princípios globalizantes, pois as transformações informacionais não se reduzem às potencialidades sociais da microeletrônica, mas manifestam-se no conjunto de novas formas de informação, mobilizadas numa relação plural, "radial", que cada vez mais se observa entre os vários segmentos sociais e na produção material da vida (SANTOS; MARTINEZ, 2000).

As redes de informação formais ou informais digitais, são potencialmente um bom recurso a ser utilizado pela comunidade no seu caminho de empoderamento social. Segundo Pereira (2006, p. 1),

> A idéia de empoderamento representa importante papel na mobilização social em torno de contextos específicos, como o de desenvolvimento sustentável local, orientado não só para a emergência de projetos e ações de fortalecimento de grupos sociais tradicionalmente negligenciados dos processos políticos; mas também significativo espaço institucional de articulação e emergência de novos agentes/atores políticos envolvidos na transformação democrática da relação Estado-sociedade.

Neste momento histórico, temos como características o desenvolvimento de novas formas de tecnologia e informação, a ampliação da difusão da informação e uma mudança nos paradigmas da produção do conhecimento. As transformações com as quais estamos convivendo na realidade contemporânea são evidentes. As atividades e serviços oferecidos mediante o mercado de informações são como alavancas propulsoras da competência e do incentivo para a ampliação do acesso à informação, nos mais diversos formatos de apresentação, como sons, imagens, textos e metodologias multimídia, o que facilita a construção e a aplicação do conhecimento nos mais diversos setores sociais e culturais.

Com o desenvolvimento tecnológico, tem-se hoje o advento da chamada hipertecnologia, que se utiliza dos recursos da informática e das telecomunicações, entre os quais as tecnologias hipermídia-multimídia e as redes de informação baseadas na tecnologia das telecomunicações, como a Internet, facilitando o trabalho com a informação e sua transmissão a grandes distâncias.

Nesse ambiente se inserem as tecnologias que podem ser usadas para instigar as habilidades cognitivas dos sujeitos, auxiliando-os a desenvolver seu conhecimento e a transferi-los para a resolução de novos problemas.

A informática oferece diversas possibilidades para o desenvolvimento de estratégias de ações de trabalho e disseminação da informação. A Biblioteconomia, voltada para o desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico, tem nas novas tecnologias ferramentas úteis para o processo de aprendizagem.

As informações podem ser examinadas de modo não-linear: palavras-chave no texto ou ícones, ao serem acionados, conduzem a outro documento em que um tema relacionado à palavra selecionada é desenvolvido. Com esses sistemas e metodologias de armazenamento hipertextual, grandes bancos de dados contendo textos, imagens, filmes,

animações, sons e programas estão inter-relacionados, e a possibilidade de estabelecer a relação entre textos de assuntos diversos é algo que favorece a interdisciplinaridade, ampliando a visão de conjunto e a capacidade de realizar associações de idéias.

A utilização de uma variedade de recursos informacionais envolve signos de diferentes categorias, que exercem efeitos distintos sobre o receptor de uma mensagem, possibilitando explorar não só os aspectos intelectivos e racionais da aprendizagem como também os aspectos afetivos e motivacionais, e tal diversidade possibilita também compreender os recursos tecnológicos como uma *interface* que favorece a exploração ativa dos múltiplos aspectos a partir da intersemiose. A semiótica é definida de uma forma ampla, pelo professor de lingüística e semiótica *e* diretor do Centro Interdisciplinar de Estudos Culturais da Universidade de Kassel - Alemanha, Winfried Nöth (1995, p. 19), como a "ciência dos signos e dos processos significativos (semiose) na natureza e na cultura".

Nesse aspecto, retomam-se as questões de empoderamento a partir das redes de informação, pois estas favorecem a inclusão dos sujeitos em comunidades porque pressupõem a participação e o envolvimento significativo, crítico e ativo nas decisões envolvendo tanto componentes individuais como coletivos em um processo que contempla quatro níveis: cognitivo, psicológico, econômico e político para o desenvolvimento de habilidades necessárias para que se participe e obtenham reais transformações sociais.

Do ponto de vista social, o empoderamento, se refere ao acesso dos mais desamparados aos meios de produção, a sua participação efetiva nas mais variadas instâncias políticas e o incremento de suas capacidades individuais.

Do ponto de vista empresarial, o empoderamento é a ação que possibilita a potencialização da capacidade individual para maior autonomia e auto-suficência nas tomadas de decisão e participação.

Tais situações nos levam a postular que o acesso e o uso de recursos informacionais, como unidades básicas na formação e no desenvolvimento de bases de conhecimento, são fundamentais para o crescimento individual na participação coletiva em ambientes em que se destacam a colaboração e cooperação.

### Ambientes colaborativo e cooperativo

Nas redes, o trabalho colaborativo pode ser definido como uma situação na qual duas ou mais pessoas trabalham ou tentam trabalhar juntas com a utilização de um conjunto de métodos e técnicas para utilização em grupos estruturados, assim como estratégias

de desenvolvimento de competências mistas, em que cada membro do grupo é responsável, quer pela sua própria aprendizagem, quer pela aprendizagem do restante dos integrantes.

O trabalho em ambientes colaborativos se destaca pela participação ativa e pela interatividade e depende de fatores importantes, como: Interdependência do grupo – os integrantes são responsáveis pelas próprias ações; Interação – o trabalho é desenvolvido em grupo com responsabilidade; Pensamento divergente – as discussões são encaminhadas para um consenso nas tomadas de decisões, valoriza-se a colaboração e não a competição, e Avaliação – atividade constante do desenvolvimento qualitativo (DIETRICH, 1996).

Como vantagens do trabalho colaborativo, destacam-se a dinâmica de grupo que permite o alcance de objetivos qualitativamente mais ricos em conteúdo, que incentiva o aprendizado e a valorização dos conhecimentos dos outros e favorece o compartilhamento das experiências de aprendizagem de cada um; a aproximação e a troca ativa de idéias, e ainda a satisfação pelo trabalho.

Na colaboração o processo é menos definido, os membros do grupo discutem e negociam o processo, buscam interdependência igualitária e os membros se escolhem. A cooperação, por sua vez, é mais complexa, pois exige interação, colaboração, objetivos comuns, atividades e ações conjuntas e coordenadas, relações de respeito mútuo, uma postura de tolerância e convivência com as diferenças e um processo de negociação constante.

Nessa estrutura as bibliotecas, enquanto integrantes de redes informacionais, como ambientes colaborativos e de empoderamento informacional, atuam como estruturas de aprendizagem e, como revela Vidotti e Sant'ana (2006, p. 86) "[...] aprender é mais que recuperar informação. Depende de interações no contexto de aprendizagem, da informação ou material de aprendizagem disponível, das ferramentas e das características cognitivas individuais [...]".

Um ambiente informacional colaborativo estrutura-se como um facilitador para a ocorrência de aprendizagem, que está estabelecida no compartilhamento de informações, na manipulação e inferência no ambiente, gerando motivação e estimulando os sujeitos envolvidos. O trabalho em equipes colaborativas permite aos envolvidos combinar conhecimentos complementares e estilos de aprendizagem, tão bem quanto o desenvolvimento psicossocial e a habilidade de comunicação. Trabalhar colaborativamente, portanto, não significa apenas um trabalho entre os participantes de um determinado contexto e sim, um trabalho interativo entre os participantes e um propósito, que no caso, é oportunizar o acesso e o uso das informações disponíveis.

Um ambiente colaborativo é responsável não somente pela interação entre os indivíduos, mas pelas estruturas que permitem o acesso e a troca de informações em que são valorizados os trabalhos, as considerações, as atuações, resultando em respostas,

alterações, enfim ações de cooperação e participação colaborativa. Em um ambiente colaborativo, a informação não se encontra somente nos conteúdos apresentados, mas sim na troca entre os participantes, promovendo a reflexão, a pesquisa e a troca de idéias e experiências, que apóiam o trabalho colaborativo e um estudo mais aprofundado.

O trabalho colaborativo ocorre quando um indivíduo inserido em um sistema interage com outros sujeitos, compartilhando o mesmo ambiente, os objetos desse ambiente e outras informações de interesse comum, estando ele separado geograficamente ou não.

As transformações globais determinaram uma mudança no ambiente de produção, que deixou de ser sequencial e seguidamente fragmentado, dando lugar a um ambiente dinâmico, onde as informações precisam trafegar e produzir resultados rapidamente.

Os avanços tecnológicos e a busca constante por maior produtividade e qualidade incentivaram a constituição de equipes de trabalho para a solução de problemas cada vez mais complexos que satisfizessem as restrições econômicas e gerencias, nos mais diversos ambientes. Uma nova área de aplicação se constituiu, a do trabalho cooperativo suportado por computador.

Irene Grief, do Massachusetts Institute of Technology - MIT - e Paul Cashman, da Digital Equipment Corporation, criaram o termo Trabalho Cooperativo Suportado por Computador - CSCW -, quando em 1984 organizaram um pequeno seminário, reunindo 20 pessoas de várias disciplinas que compartilhavam o interesse pela forma com que as pessoas realizam suas atividades de trabalho. O CSCW pode ser definido como o campo de pesquisa para o estudo das técnicas e metodologias de trabalho em grupo e das formas pelas quais a tecnologia pode auxiliar este trabalho (GRUDIN, 1994).

Este novo modelo requer um olhar sobre como as pessoas trabalham juntas em grupo e sobre o que elas precisam para isso, e como os computadores e suas ferramentas podem ser desenvolvidos para suportar essas pessoas e as atividades nas quais estão engajadas. É um modelo que requer percepção.

Nesse modo de trabalho, a contextualização das atividades individuais por meio da compreensão das atividades realizadas por todos os integrantes do grupo e a geração de suportes permitem transformar interações irregulares em interações consistentes e perceptíveis no decorrer do tempo, possibilitando que os membros se mantenham constantemente atualizados (PINHEIRO, 2001).

A disseminação das redes de computadores e dos sistemas distribuídos, a distribuição das organizações e a necessidade de compartilhar informações e recursos têm incentivado cada vez mais a formação de grupos de trabalho multidisciplinares e geralmente distribuídos.

No ambiente cooperativo, o que se espera é aumentar o potencial do grupo, fazendo com que o resultado seja maior que a soma das contribuições individuais de cada

membro do grupo. Todavia, chegar a este estado sinérgico no grupo não consiste em uma tarefa fácil. A cooperação surge quando todos se comprometem com um objetivo concreto comum e nessa proposta um trabalho envolvendo várias pessoas não se caracteriza necessariamente como um trabalho cooperativo. O que se espera é a interação harmônica e realmente cooperativa entre os membros, fazendo com que cada serviço e/ ou produto revelem as idéias do grupo como um todo.

O entendimento entre os participantes necessita de quatro elementos determinantes: a comunicação entre os envolvidos - reside na existência de ligações entre eles, realizada por meio de canais de comunicação direta, como troca de mensagens e reuniões, e por canal indireto por meio da memória de grupo, quando a construção e o compartilhamento do conhecimento comum podem ser considerados interfaces de comunicação; a coordenação das atividades - refere-se ao gerenciamento e ao acompanhamento das atividades realizadas pelo grupo e individualmente por cada participante; a memória do grupo - registra todo o processo de interação do grupo, como a própria comunicação realizada e passos desencadeados, bem como todos os produtos gerados por esta cooperação, que é a documentação da história, das orientações e das decisões do grupo; e a percepção do grupo no que diz respeito ao contexto do trabalho – atividades individuais contextualizadas pela compreensão das atividades realizadas pelos demais (DIETRICH, 1996; HOLLINSWORTH; WHARTON, 1994).

A colaboração e a cooperação efetivas exigem que as pessoas compartilhem informações, e envolve os processos de negociação, co-realização e compartilhamento.

Nesse contexto, apresentam-se as redes bibliográficas estruturadas no trabalho de construção de metadados para implementação e alimentação de bancos de dados bibliográficos desenvolvidos e aplicados aos ambientes digitais em formato de catálogos públicos online como ferramentas indispensáveis nos processos de localização, acesso, uso e reuso dos recursos informacionais, unidades primárias no processo de empoderamento.

#### A catalogação

Na Biblioteconomia, uma de suas disciplinas, a Catalogação, passa por um momento importante de reflexão, de (re) dimensionamento de sua identidade, e conta com a colaboração de profissionais de áreas afins, num processo de discussão inter e transdisciplinar.

A Catalogação, como disciplina e prática profissional que tem como missão construir formas de representação para alimentação de catálogos a partir da descrição padronizada de recursos informacionais, contemplando sua forma, seu conteúdo e o seu

arranjo em acervos, de modo a tornar a unidade informacional única e multiplicar os pontos de acesso para a sua identificação, localização e recuperação, faz uso das tecnologias disponíveis nos mais diversos momentos históricos, na tentativa de descobrir caminhos para o aperfeiçoamento e otimização do trabalho cooperante e colaborativo.

A catalogação cooperativa suportada por computador pode ser descrita como um processo multidisciplinar que envolve várias tecnologias e conceitos que contribuem para satisfazer os seus objetivos, como interação homem-computador, hipertexto, inteligência artificial, sistemas distribuídos e redes de computadores. Ela serve como mecanismo de comunicação e produtividade usando computadores voltados à construção e alimentação de bancos de dados bibliográficos.

Analisando a função do catalogador como facilitador da aprendizagem e da troca de dados e informações interagindo com os indivíduos em diversos ambientes, visualizamos a sua ação propulsora para a adequação e a estimulação no processo de recuperação de informações, permitindo uma interação efetiva do usuário com o ambiente, do usuário com o usuário e grupos de usuários com outros grupos e com o ambiente.

O catalogador é um dos responsáveis, mesmo que não visível, por unir as pessoas e colocar à disposição delas recursos de comunicação, de informação e de produção de conhecimento, por meio do processo de construção das representações das informações esquematizadas e estruturadas em formatos legíveis por máquinas que permitem a identificação, a localização e a recuperação automática das informações e propiciam, por meio dos padrões, a interoperabilidade entre sistemas de informação.

Nesse sentido, um dos processos relevantes na implementação de redes informacionais é a criação de seu banco de dados, que otimizará o acesso aos recursos a partir do uso de um padrão de metadados para a representação. Deste modo, o estabelecimento de padrões de representação informacional se constitui como um processo essencial para caracterização dos recursos informacionais disponíveis, a fim de garantir a descrição para a busca e a localização de informações e acesso ao recurso.

O uso de métodos para a representação da informação, tais como os metadados e os padrões de metadados, garante maior visibilidade do recurso informacional no momento da busca e da recuperação, fazendo com que ocorra a mediação entre a informação registrada (documento ou recursos informacionais) e o usuário (PEREIRA; SANTOS, 1998). Definimos metadados como

[...] conjuntos de atributos, mais especificamente dados referenciais, que representam o conteúdo informacional de um recurso que pode estar em meio eletrônico ou não. Já os formatos de metadados,

também chamados de padrões de metadados, são estruturas padronizadas para a representação do conteúdo informacional que será representado pelo conjunto de dados-atributos (metadados). Em outras palavras, os formatos ou padrões de metadados podem ser considerados como formas de representação de um item documentário. (ALVES, 2005, p. 115).

O problema na busca e na recuperação dos recursos informacionais só será solucionado a partir do uso efetivo de metadados que estabeleçam uma adequada representação e individualização dos recursos informacionais, o que requer diversos níveis e tipos de metadados em constante atualização para a representação de novas informações, pois são os metadados que proporcionam uma padronização na estruturação e representação do conteúdo dos recursos informacionais e determinam seus pontos de acesso.

Cada tipo de formato ou padrão de metadado fornecerá um tipo de representação, e quanto mais específica, completa e detalhada for essa representação, mais pontos de acesso ao recurso ela fornecerá e melhor será a recuperação. Uma representação mais detalhada do recurso proporcionará sua maior identificação, individualizando-o, tornando-o único entre muitos, multiplicando as formas de acesso a ele e possibilitando, assim, uma recuperação mais precisa.

Cada comunidade determinará o tipo de padrão de metadado a ser utilizado; entretanto, não basta garantir somente a representação dos recursos informacionais, pois diante da variedade de padrões de metadados que está sendo utilizada por comunidades distintas, é preciso garantir também a interoperabilidade dos dados para a troca de informações.

Juntamente com o uso dos metadados, é necessário estabelecer padrões que promovam o intercâmbio de informações em diferentes plataformas e em sistemas heterogêneos para estabelecer a interoperabilidade dos dados, um fator importante na consolidação dos ambientes informacionais digitais.

A interoperabilidade se constitui como um fator de ordem a ser tratado em ambientes informacionais digitais e pode ser definida, de acordo com Siqueira (2003, p. 38), como "[...] a capacidade de compartilhamento de informações entre softwares, independente da estrutura de armazenamento dos dados usada em seu banco de dados."

O compartilhamento de informações é uma necessidade que tem desafiado profissionais de várias áreas, principalmente em ambientes altamente distribuídos e heterogêneos como a Web onde estão ambientadas as redes bibliográficas e informacionais digitais. A promoção da interoperabilidade esbarra em questões de integração de recursos, no uso de ferramentas que auxiliem na troca de informações, tais como o uso de padrões de metadados, linguagens de marcação mais adequadas e principalmente as arquiteturas de metadados (ALVES, 2005).

#### Considerações

A construção das redes de informação tem no processo de catalogação um grande aliado, pois este contempla uma arquitetura bem definida no uso de tecnologias, linguagens de marcação e agentes de *softwares*, que potencializam a identificação, a unicidade, o armazenamento, a busca, o acesso, a recuperação, a preservação, o uso e o reuso de recursos informacionais.

As redes informacionais, em sua estrutura e aplicação, estão pautadas nos conceitos fundamentais da Ciência da Informação, indo além das questões de uso da tecnologia, principalmente na adoção de metodologias advindas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, da fundamentação teórica e técnica de tratamento, da representação e de recuperação de unidades informacionais, da inclusão e do empoderamento social.

As novas perspectivas tecnológicas trazidas pela *Web*, no que diz respeito aos aspectos relacionados ao tratamento informacional na confecção de metadados que contemplem estruturas de descrição, de forma, de conteúdo e de localização, já se fazem presentes no contexto das redes informacionais, mas sem visibilidade.

Nesse sentido, a catalogação é peça importante no repasse de sua experiência de construção de formas de representação e descrição dos recursos informacionais, estruturados de acordo com métodos, normas e padrões biblioteconômicos para a recuperação de informação, como um modelo consolidado de tratamento e recuperação de informação, em uma estrutura organizacional cooperativa e colaborativa.

O uso de formas de representação e descrição dos recursos informacionais disponíveis nas redes informacionais garante a existência de ambientes informacionais interoperáveis, pautados em uma filosofia de cooperação, colaboração, compartilhamento e intercâmbio de informações, permitindo o acesso a uma variedade de recursos informacionais e ampliando, conseqüentemente, as possibilidades de compartilhamento de conhecimentos e recursos informacionais em comunidades de interesses específicos.

Os padrões de representação e descrição dos recursos informacionais que se destacam hoje, no âmbito das redes bibliográficas são: o formato MARC21 (*Machine Readable Cataloging*), MARCXML (MARC21 na versão da linguagem de marcação XML); os esquemas de representação do tipo AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano – 2. ed.), ISBDs (*International Standard Bibliographic Description*); o padrão de metadados para a localização de recursos *Dublin Core*; além do uso de ontologias que estabelecerão a semântica e o vocabulário controlado; e a atual implementação de modelos de relacionamentos estruturados no FRBR (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos), na

busca por estruturas que garantam uma descrição, localização e recuperação mais eficiente e satisfatória dos recursos informacionais.

A Web se constitui como ambiente adequado para a persistência de redes informacionais, pois segundo Timothy Bernes-Lee (2007), o idealizador da Web, a habilidade da rede em permitir que as pessoas construam links a transforma em um espaço abstrato de informação digital sobre todos os aspectos da vida, continuamente recriada hipertextualmente.

Destaca, entretanto, que a Web é sustentada por protocolos tecnológicos e convenções sociais. Os protocolos tecnológicos determinam como os computadores interagem e as convenções sociais determinam as regras de engajamento, e como as pessoas gostam e estão possibilitadas a interagir:

> Como a Web atravessa sua primeira década de uso expandido, nós surpreendentemente sabemos muito pouco sobre esses mecanismos complexos técnicos e sociais. Estamos somente arranhando a superfície do que poderia ser alcançado com uma investigação científica mais profunda de seu design, operacionalidade e impacto sobre a sociedade. A Web permanece uma plataforma universal: independentemente de qualquer instrumento de hardware específico de uma plataforma de software, de linguagem, cultura ou falta de habilidades. Que a Web não se torne controlada por uma única empresa - ou por um único país (BERNES-LEE, 2007, tradução nossa).

Isso nos leva a concluir que os métodos e técnicas advindos da Biblioteconomia proporcionam uma metodologia para a construção de formas de representação (metadados) com uma lógica de descrição representativa que oferece maiores possibilidades de busca, localização, recuperação e amplitude no acesso, no uso e no reuso dos recursos informacionais, favorecendo a interoperabilidade entre ambientes informacionais distintos, minorando ações de retrabalho, no tratamento documentário, atuando assim nos protocolos de descrição da Web.

E, por fim, que o tratamento das unidades documentárias, isto é recursos informacionais que se caracterizam como unidades básicas fundamentais na formação e ampliação de bases de conhecimento individuais e coletivas e que representam importante papel no processo de desenvolvimento sustentável, é imprescindível para a idéia de empoderamento: o acesso efetivo à informação representa grande significação na mobilização dos sujeitos em comunidades nas quais ações de inclusão e capacitação individual estão presentes nas agendas tanto do setor público como do privado, e se caracterizam pela participação, respeito, colaboração e cooperação, definidas pelas convenções sociais.

#### Referências

ALVES, R. C. V. **Web semântica**: uma análise focada no uso de metadados. 2005. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

BERNES-LEE, T. Testimony of sir Timothy Berners-Lee. In: DIGITAL future of the United States: Part I - The future of the world wide web. Massachusetts Institute of Technology. Disponível em: <a href="http://dig.csail.mit.edu/2007/03/01-ushouse-future-of-the-web">http://dig.csail.mit.edu/2007/03/01-ushouse-future-of-the-web</a> Acesso em: 10 ago. 2007.

DIETRICH, E. **Projeto de um sistema de suporte à autoria cooperativa de hiper-documentos**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

GRUDIN, J. CSCW: history and focus. IEEE Computer, v. 27, n. 5, p. 19-26, 1994

HOLLINSWORTH, D.; WHARTON, P. An architeture for developing CSCW. In: SPURR, K. et al. Computer support for co-operative work. Chichester: John Wiley, 1994.

JARA, C. J. A sustentabilidade do desenvolvimento local: um processo em construção. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura; Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco - SEPLAN, 1998. 316 p.

LÉVY, P. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MANCE, E. A. A revolução das redes. Petrópolis, Vozes, 2000.

MERCIER, P. A.; PLASSARD, F.; SCARDIGLI, V. La sociedad digital. Barcelona: Ariel, 1985.

NEEF, M. Empoderamento de comunidades e desenvolvimento alternative. **Psicologia Social**, n. 17, abr. 2003. Disponível em: <a href="http://www.pedagogiasocial.com.br">http://www.pedagogiasocial.com.br</a> Acesso em: 10 ago. 2007.

NÖTH, W. **Panorama da semiótica**: de Platão a Peirce. São Paulo: Annablume, 1995. 154 p.

PEREIRA, A. M.; SANTOS, P. L. V. A. C. O uso estratégico das tecnologias em catalogação. **Cadernos da F.F.C.**, Marília, v. 7, n. 1/2, p. 121- 131, 1998.

PEREIRA, F. C. O que é empoderamento (empowerment). **Sapiência,** v. 3, n. 8, p. 1, 2006. Disponível em: <a href="http://www.fapepi.pi.gov.br/sapiencia8/artigos1.php">http://www.fapepi.pi.gov.br/sapiencia8/artigos1.php</a> Acesso em: 30 jul. 2007.

PINHEIRO, M. K. Mecanismo de suporte à percepção em ambientes cooperativos. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SANTOS, P. L. V. A. C. As novas tecnologias na formação do profissional da informação. In: VALENTIM, M. P. (Org.). Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002. p. 103-116.

SANTOS, P. L. V. A. C.; MARTINEZ, V. C. A rede e o conhecimento. Informação & Informação, Londrina, v. 5, n. 2, p. 111-124, 2000.

SILVA, A. C. (Coord.) Redes. 2007. Disponível em: <a href="http://www.rits.org.br/redes\_teste/">http://www.rits.org.br/redes\_teste/</a> rd\_home\_intro.cfm 2007>. Acesso em: 22 jul. 2007.

SIQUEIRA, M. A. XML na ciência da informação: uma análise do MARC21. 2003. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

STROBEL, O. M. Agenda 21 local: um modelo para capacitação de facilitadores, apoiado em ambiente colaborativo virtual. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

VIDOTTI, S. A. B. G.; SANT'ANA, R. G. Infra-estrutura tecnológica de uma biblioteca digital: elementos básicos. In: MARCONDES, C. H. et al. (Org.). Bibliotecas digitais: saberes e práticas. 2. ed. Salvador: EDUFBA; Brasília: IBICT, 2006. p. 77-93.

WITHAKER, F. Redes: uma estrutura alternativa de organização. 1998. Disponível em: <a href="http://www.rits.org.br/redes\_teste/rd\_estrutalternativa.cfm">http://www.rits.org.br/redes\_teste/rd\_estrutalternativa.cfm</a>. Acesso em: 28 jul. 2007.



# Acessibilidade digital sob o prisma da Arquitetura da Informação

Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti L Cesar Augusto Cusin 2 Juliane Adne Mesa Corradi 3

As Tecnologias de Informação e Comunicação, oriundas das áreas da Ciência da Informação, Comunicação e Ciência da Computação, possibilitam a representação, o armazenamento, a recuperação, o acesso, o uso e a produção de informações em ambientes hipermídia digitais de forma autônoma e de modo a permitir a criação de teias de relações significativas.

Os ambientes hipermídia informacionais da *World Wide Web* (WWW), tais como, bibliotecas digitais, repositórios institucionais e temáticos, e *sites* em geral, podem permitir ao usuário não apenas uma navegação livre na sua rede informacional, mas também a reestruturação dos caminhos e trilhas que os conectam. Nesta pesquisa estes ambientes são denominados *websites*.

Com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação, verifica-se um crescimento de sistemas hipertextuais com enfoque para as mais diferentes atividades e áreas de conhecimento. Os ambientes hipermídia atuais possibilitam o desenvolvimento de aplicações que apoiam, enquanto ferramenta cognitiva, a construção do conhecimento de forma mais flexível, atraente e dinâmica, pela utilização de imagens, textos e sons interligados e inter-relacionados.

Fruto das pesquisas e das atividades desenvolvidas na disciplina de Arquitetura da Informação Digital, da graduação em Biblioteconomia e da pós-graduação em Ciência

Docente do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP

<sup>2</sup> Doutorando em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP e Coordenador da Pós-Graduação das Faculdades Integradas de Itararé

<sup>3</sup> Doutoranda em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP

da Informação, reflete-se sobre aspectos relacionados à acessibilidade digital em ambientes hipermídia informacionais com foco no atendimento as necessidades, habilidades e preferências de usuários heterogêneos, interativos e integrantes da Sociedade da Informação. Com isso, destacam-se alguns aspectos sobre a acessibilidade no âmbito digital, no contexto da Ciência da Informação e da Arquitetura da Informação sob a égide teórica e estrutural.

O desenhista gráfico e arquiteto Richard Saul Wurman, na década de 1960, objetivando a organização, reunião e apresentação de informações em um ambiente urbano por meio de uma estrutura ou mapa de informação cunhou o termo "Arquitetura da Informação".

Os estudiosos da Biblioteconomia e Ciência da Informação Peter Morville e Louis Rosenfeld, apresentaram em 1998, uma concepção de Arquitetura da Informação como disciplina que combina a arte e a ciência na estruturação de ambientes informacionais. Para os autores, os principais elementos da Arquitetura da Informação para websites combinam:

- sistema de organização: estrutura lógica de classificação e agrupamento informacional que define os tipos de relacionamento entre itens de conteúdos e grupos;
- sistema de navegação: trajetória que o usuário terá disponível no website para mover-se entre as partes do conteúdo ou navegar fora dele;
- sistema de rotulagem: representação das formas de acesso aos conteúdos e grupos informacionais, geralmente em menus e nas barras de navegação;
- sistema de busca: possibilita a localização e o acesso rápido às informações armazenadas no website.

Os mesmos autores, em 2006, diante da aplicação das novas Tecnologias de Informação e Comunicação em ambientes hipermídia informacionais digitais, adicionaram novos elementos para representação descritiva e temática dos conteúdos presentes na rede informacional:

- metadados: descreve documentos, sites, imagens, software e arquivos de áudio e vídeo e outros conteúdos com o intuito de prover recursos e recuperação da informação;
- tesauro: melhora o processo de recuperação e navegação da informação; rede semântica de conceitos interligando as palavras e seus sinônimos, homônimos, antônimos, termos gerais e específicos e termos relacionados;
- vocabulário controlado: qualquer sub-conjunto de linguagem natural, na sua forma mais simples, é uma lista de termos equivalentes sob a forma de um sinônimo ou de uma lista de termos preferidos.

A Arquitetura da Informação é uma metodologia que unifica os métodos de organização, representação, recuperação, acesso e disseminação de informação advindos da Biblioteconomia, com a estruturação espacial da Arquitetura, utilizando-se de Tecnologias de Informação e Comunicação para o planejamento de ambientes hipermídia informacionais digitais.

Segundo Lara Filho (2003, p.10):

A arquitetura da informação não é uma técnica, não fornece receitas. Antes, ela é um conjunto de procedimentos metodológicos e sua aplicação não visa criar uma camisa de força no conjunto da informação de um site. Aprisionar o hipertexto em organizações altamente estruturadas é não permitir escolhas. As especificidades e particularidades de cada caso podem ser mesmo determinantes no caminho a seguir. Cabe à arquitetura da informação balizar, sinalizar, indicar, sugerir, abrir possibilidades.

De acordo De Marsico e Levialdi (2004), o projeto de um website deve possuir três categorias com a finalidade de satisfazer a usabilidade e o conteúdo requerido pelo usuário:

- Representação da informação e aparência: a forma como a informação está representada é questão-chave para a comunicação e seus significados. Deve considerar os aspectos ergonômicos e cognoscentes dos usuários. O layout geral é importante para captar a atenção do usuário e facilitar a navegabilidade. Características estéticas e artísticas não devem ultrapassar os efeitos cognitivos e funcionais:
- Acesso, navegação e organização: a acessibilidade em um website envolve um conjunto de propriedades que possibilitem a navegabilidade condizente com as necessidades do usuário;
- Arquitetura do conteúdo informacional: o projeto da Arquitetura da Informação está mais relacionado aos tipos específicos de conteúdos que o website se propõe a transmitir. Considera a forma como a informação é distribuída e disseminada entre os conteúdos do website.

Afirmam os autores que os websites devem conter informações com alto grau de coesão, com o objetivo de permitir que o usuário encontre o que deseja de forma rápida e precisa. Da mesma forma, declaram que a informação é útil se for consistente em relação aos objetivos e expectativas do usuário, completa e atualizada, apresentada com o uso de uma linguagem próxima à cultura e experiência do usuário. (DE MARSICO; LEVIALDI, 2004).

A Arquitetura da Informação preocupa-se com a estruturação e o planejamento de interfaces digitais, constituindo-se na estruturação do ambiente com relação à organização, representação e apresentação dos conteúdos informacionais, no design do website, e nos elementos de acessibilidade e usabilidade destes espaços.

Segundo Nielsen e Loranger (2007, p.xvi):

A usabilidade é um atributo de qualidade relacionado à facilidade do uso de algo. Mais especificamente, refere-se à rapidez com que os usuários podem aprender a usar alguma coisa, a eficiência deles ao usá-la, o quanto lembram daquilo, seu grau de propensão a erros e o quanto gostam de utilizá-la. Se as pessoas não puderem ou não utilizarem um recurso, ele pode muito bem não existir.

De acordo com a Norma ISO 9241-11 de 1998, usabilidade é a "medida na qual um produto pode ser usado por usuários específicos para alcançar objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação em um contexto específico de uso".

Os ambientes hipermídia informacionais contidos na web caracterizam-se como fontes de informação para diferentes áreas do conhecimento, o que requer a acessibilidade digital como possibilidade de promoção equitativa de acesso e uso. A acessibilidade web permite que o usuário, independente de suas necessidades especiais - sensoriais, lingüísticas e/ou motoras -, possa navegar e interagir, bem como contribuir no ambiente digital.

De acordo com Dias (2003, p.111-112), "Acessibilidade na Web significa que qualquer pessoa, usando qualquer tipo de tecnologia de navegação (navegadores gráficos, textuais, especiais para cegos ou para sistemas de computação móvel) deve ser capaz de visitar e interagir com qualquer site [...]".

O planejamento de um ambiente hipermídia informacional digital, requer a estruturação fundamentada em informações e tecnologias que viabilizem a acessibilidade ao usuário.

Geralmente, os *websites* são criados por meio de linguagem de marcação, sendo primordial seu mapeamento quanto a área de uso e navegabilidade, tipos de documento (textos, imagens, vídeos, sons etc), distribuição das informações e conteúdo significativo para o público-alvo a que se destina.

Além disso, em conformidade com Morville e Rosenfeld (2006), os desenvolvedores devem usar descrições de conteúdo em metadados em tags Meta. Estas descrições em tags não são exibidas na interface do usuário, mas serão utilizadas pelas ferramentas de busca e beneficiam o uso de tecnologias assistivas que possibilitam a condição de acesso aos usuários com necessidades especiais.

Torres, Mazzoni e Alves (2002) afirmam que a acessibilidade é um processo dinâmico, que se associa ao desenvolvimento da tecnologia e da sociedade em estágios distintos, variando de uma sociedade para outra, conforme a atenção dispensada à diversidade humana e à época em que se encontra. Para os autores a acessibilidade relaciona-se a apresentação, de maneira integral, de conteúdos informacionais combinados de formas múltiplas de visualização: redundância, sistema automático de transcrição de mídia e uso de tecnologias assistivas (leitores de tela, sistemas de reconhecimento de voz, simuladores de teclado) que possam maximizar as habilidades dos usuários.

Sobre acessibilidade web, Tim Berners-Lee, criador da WWW e diretor do World Wide Web Consortium (W3C) afirma que "o poder da web está na sua universalidade. O acesso a todos, incluindo as pessoas com necessidades especiais, é um aspecto essencial" (BERNERS-LEE, 2008).

De acordo com a Web Accessibility Initiative (WAI) do W3C, acessibilidade significa alcançar uma ampla proporção de pessoas com diferentes condições sensoriais, incluindo cegueira e baixa visão, surdez, dificuldades de aprendizagem, fotosensibilidade entre outros.

Para Henry (2006), a acessibilidade web depende do relacionamento e aperfeiçoamento entre diferentes componentes específicos, melhorando substancialmente as condições de acesso. Estes componentes abrangem:

Conteúdo em aplicação web ou website: informação em linguagem natural com textos, imagens e sons, e em código ou linguagem de marcação que defina a sua estrutura, apresentação etc.

- Browsers web, players e outros "agentes do usuário";
- Tecnologias assistivas: leitores de tela, teclados alternativos, sintetizadores de voz etc.;
- Desenvolvimento: participação de designers, programadores, autores, bibliotecários, etc. no desenvolvimento do website, inclusive com a participação de pessoas com necessidades especiais e usuários que possam contribuir para o conteúdo;
- Softwares para criar websites (Authoring Tools);
- Ferramentas de avaliação/validação da acessibilidade web (Evaluation Tools), HTML Validator (validador das linguagens de marcação HyperText Markup Language (HTML)) e eXtensible HyperText Markup Langua-

ge (XHTML), CSS Validator (validador da Cascading Style Sheets (CSS) folhas de estilo) etc.

Os desenvolvedores geralmente utilizam software (authoring tools) para desenvolver conteúdos web e usam ferramentas de avaliação/validação (evaluation tools) para criar websites. Os usuários utilizam os browsers, players, tecnologias assistivas, ou outros "agentes do usuário" para captar e interagir com o conteúdo web, conforme Figura 1.

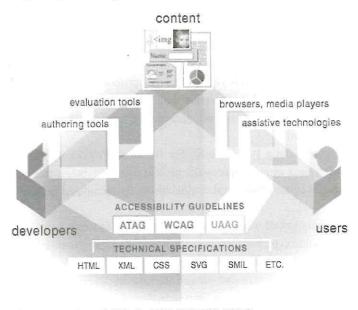


Figura 1 – Guias para Acessibilidade Web (HENRY, 2006).

A WAI/W3C apresenta três guias essenciais para a composição da acessibilidade web: o Guia de Acessibilidade para o Conteúdo Web (Web Content Accessibility Guidelines - WCAG), o Guia de Acessibilidade para Ferramentas de Autoria/Desenvolvimento (Authoring Tool Accessibility Guidelines - ATAG) e o Guia de Acessibilidade para Agentes do Usuário (User Agent Accessibility Guidelines - UAAG).

Os Web Accessibility Guidelines (Guias para Acessibilidade Web) foram desenvolvidos com o objetivo de tornar o Conteúdo (Content) disponível e com acessibilidade; para tanto; foram elaborados Guias de Acessibilidade (Accessibility Guidelines) e as Especificações Técnicas (Technical Specifications) para os Desenvolvedores (Developers) e Usuários (Users). Dada a importância dos Guias para Acessibilidade Web, faz-se necessário uma explanação mais detalhada sobre cada componente.

No contexto dos desenvolvedores (developers) dispõe de:

#### - Guias de Acessibilidade:

- Authoring Tool Accessibility Guidelines (ATAG): fornecem orientações para desenvolvedores que usam as authoring tools. Apresentam diretrizes para o projeto de websites com conteúdos e interfaces acessíveis (ATAG, 2000);
- Web Content Accessibility Guidelines (WCAG): visam tornar o conteúdo informacional acessível. Destinam-se aos autores e desenvolvedores que disponibilizam conteúdo web fazendo uso das authoring tools. Independente do "agente do usuário", fará com que o conteúdo web se torne acessível. Estas diretrizes não visam de modo algum restringir a utilização de imagem e vídeo, mas, explicam como tornar o conteúdo multimídia mais acessível a um público mais vasto (WCAG, 1999).

#### Especificações Técnicas:

- HTML: é uma linguagem de marcação e de publicação da web. Esta especificação apresenta além do texto, recursos para opções multimídia, linguagens de script, folhas de estilo e permite mais recursos para acessibilidade (HTML, 1999).
- eXtensible Markup Language (XML): projetado para facilitar a implementação e a interoperabilidade tanto com Standard Generalized Markup Language (SGML) quanto com HTML (XML, 2006).
- CSS: mecanismo de folha de estilo que permite que desenvolvedores e usuários possam anexar estilo (fontes, cores e espaçamento etc.) a documentos HTML. Com as folhas de estilo em cascata os desenvolvedores podem anexar ao seu HTML uma folha de estilo preferida, enquanto que o usuário também pode optar por uma folha de estilo pessoal adaptada as suas necessidades especiais (CSS, 1999).

# No contexto dos usuários (users) dispõe de:

#### - Guias de Acessibilidade:

User Agent Accessibility Guidelines (UAAG): fornece orientações para os "agentes do usuário" reduzirem as barreiras à acessibilidade web. Os "agentes do usuário" incluem os browsers e outros tipos de softwares que recuperaram e disponibilizam o conteúdo web (UAAG, 2002).

- Especificações Técnicas:
- Scalable Vector Graphics (SVG): é uma linguagem para a descrição de gráficos bidimensionais em XML. Permite três tipos de objetos gráficos: gráficos vetoriais (caminhos compostos por linhas retas e curvas), imagens e texto (SVG, 2003).
- Synchronized Multimedia Integration Language (SMIL): linguagem baseada em XML que permite a escrita de apresentações multimídia interativas. Com o SMIL, é possível descrever o comportamento temporal de uma apresentação multimídia, hyperlinks, a associação de objetos e de descrever o layout da apresentação na tela (SMIL, 2005).

Além disso, o Working Group (Grupo de Trabalho) do WCAG criou pontos específicos e atribuiu níveis de prioridade para verificação e validação da acessibilidade web (WCAG, 1999):

- Prioridade 1: pontos que os desenvolvedores de conteúdo web têm absolutamente que satisfazer;
- Prioridade 2: pontos que os desenvolvedores de conteúdo web devem satis-
- Prioridade 3: pontos que os desenvolvedores de conteúdo web podem satisfazer.

Se os pontos das prioridades para verificação e validade da acessibilidade web não forem considerados, um ou mais grupos de usuários poderão encontrar barreiras no acesso ao conteúdo do ambiente informacional.

O WCAG (1999) define, ainda, três níveis de conformidade de acordo com a verificação das Prioridades atendidas:

- Nível de Conformidade "A": contempla todos os pontos de verificação da
- Nível de Conformidade "Duplo A": contempla todos os pontos de verificação das Prioridades 1 e 2;
- Nível de Conformidade "Triplo A": contempla todos os pontos de verificação das Prioridades 1, 2 e 3.

No Brasil, a partir do padrão internacional do WAI/W3C, o processo de inclusão digital, por meio da acessibilidade em ambientes informacionais digitais, foi considerado como elemento constituinte da política do governo eletrônico. A inclusão digital é compreendida como o "direito de cidadania e, portanto, objeto de políticas públicas para sua promoção" e

está relacionada à utilização "de tecnologia da informação pelas organizações da sociedade civil em suas interações com os governos, o que evidencia o papel relevante da transformação dessas mesmas organizações pelo uso de recursos tecnológicos" (BRASIL, 2004, p.12-14).

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) exercem um papel fundamental na acessibilidade web, na inclusão informacional e digital, atuando como base para a prospecção dos mesmos. De acordo com Aun (2007), para uma maior ou menor universalização das TIC, cinco fatores são considerados determinantes: existência de infra-estrutura física de transmissão; disponibilidade de equipamento/conexão de acesso; treinamento para uso dos instrumentos o computador e Internet; capacitação intelectual e inserção social do usuário, que determina o aproveitamento efetivo da informação e das necessidades de comunicação pela Internet; produção e uso de conteúdos específicos adequados às necessidades dos diversos segmentos da população.

Propiciar às pessoas a fluência tecnológica significa utilizar criticamente as Tecnologias de Informação e Comunicação com o objetivo de alavancar a aprendizagem significativa, autônoma e contínua, mobilizar o exercício da cidadania, oportunizar a produção de conhecimentos necessários à melhoria das condições de vida das pessoas e da sociedade e apoiar a criação e organização de nós da rede de relações comunicativas na qual todos possam se conectar (AUN, 2007).

Spelta (2007), psicóloga com problemas visuais e usuária experiente de ambiente web, considera como mitos as afirmativas em que os benefícios ocasionados pela acessibilidade web configuram-se como exclusivos a um determinado grupo social. Na realidade, ações que envolvem a acessibilidade digital favorecem todos os tipos de usuários.

As discussões em torno da acessibilidade entrelaçada à Arquitetura da Informação visam o estabelecimento de diretrizes, métodos e recursos para o planejamento de ambientes hipermídia informacionais digitais que possibilitam a inclusão ativa e efetiva de usuários com ou sem problemas relacionados às necessidades especiais, a partir de suas habilidades, preferências e necessidades, sejam estas temporárias ou permanentes.

Assim, ambientes informacionais da web inclusivos visam melhorar a autonomia, independência e a qualidade de vida de indivíduos na democratização do conhecimento. Podem, ainda, possibilitar a (re)elaboração das informações e a aprendizagem individual, permitindo a assimilação de novos conhecimentos e habilidades.

No âmbito da Ciência da Informação existe a preocupação crescente com a estruturação de ambiente hipermídia informacional digital com destaque aos processos de armazenamento, representação, preservação, recuperação, acesso, uso e disseminação das informações com abordagem na interação homem-computador.

Com o desenvolvimento e uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação pode-se pensar em novas formas de interação além da acessibilidade. Torna-se necessária a estruturação dos novos elementos da Arquitetura da Informação para que os usuários possam atuar no ambiente informacional, customizando os ambientes colaborativos por meio do armazenamento, relacionamento, representação e contextualização dos seus conteúdos informacionais sem perder o contexto circundante. Assim, tem-se um avanço na estruturação e interação de ambientes tais como del.icio.us<sup>4</sup>, flickr<sup>5</sup>, youtube<sup>6</sup>, Really Simple Syndication (RSS)7, NewLetters8 e websites personalizados.

Na (re)construção do próprio ambiente hipermídia colaborativo o usuário pode refletir sobre sua estrutura cognitiva, construindo e reconstruindo seu conhecimento. Acredita-se que isso significa uma mudança na relação da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação no processo de construção do conhecimento, como uma atividade cognitiva de descoberta e consequentemente de aprendizagem em ambientes colaborativos.

Diante do exposto, reafirma-se que a Arquitetura da Informação é um conjunto de procedimentos metodológicos que visa estruturar ambientes hipermídia digitais flexíveis e customizáveis de modo a possibilitar ao usuário a busca, seleção, produção e interligação de documentos digitais, tendo no próprio usuário o elemento ativo e capaz de representar e inter-relacionar as informações segundo seus caminhos de exploração e de descoberta.

Finalizando, no contexto da Ciência da Informação, a Arquitetura da Informação enfoca, organização de conteúdos informacionais e as formas de armazenamento e preservação (sistemas de organização), representação, descrição e classificação (sistema de rotulagem, metadados, tesauro e vocabulário controlado), recuperação (sistema de busca), objetivando a criação de um sistema de interação (sistema de navegação) no qual o usuário deve interagir facilmente (usabilidade) com autonomia no acesso e uso do conteúdo (acessibilidade) no ambiente hipermídia informacional digital.

A descoberta, exploração e criação de informações digitais, principalmente a (re) organização dessas informações em um ambiente colaborativo hipertextual, descrito, classificado e indexado conforme a estrutura cognitiva do usuário, parece ser um facilitador do processo de construção do conhecimento.

<sup>4</sup> del.icio.us - social bookmarking - favoritos on-line. URL: http://del.icio.us

<sup>5</sup> flickr - ambiente colaborativo para imagens. URL: http://flickr.com

youtube - Broadcast Yourself - ambiente colaborativo .

URL: http://www.youtube.com

RSS - forma de distribuição de conteúdos on-line.

NewsLetter - serviço de entrega de notícias 8

#### Referências

ATAG. Authoring Tool Accessibility Guidelines 1.0. 2000. Disponível em: <a href="http://www.">http://www.</a> w3.org/TR/ATAG10/>. Acesso em: 01 jun. 2008.

AUN, Marta Pinheiro (Coord.) et al. Observatório da Inclusão Digital: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão. Belo Horizonte: Orion, 2007. 258p.

BERNERS-LEE, T. Web Accessibility Initiative (WAI). 2008. Disponível em: <a href="http://">http://</a> www.w3.org/WAI/>. Acesso em: 08 maio 2008.

BRASIL. Comitê Executivo do Governo Eletrônico. Relatório de Planejamento Estratégico do Governo do Estado de São Paulo. Maio 2004. Disponível em: < http://www.colombiadigital.net/informacion/docs/DireGbr\_egov\_p.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2008.

CSS. Cascading Style Sheets, level 1. 1999. Disponível em: <a href="http://www.w3.org/TR/">http://www.w3.org/TR/</a> CSS1>. Acesso em: 01 jun. 2008.

DE MARSICO, M.; LEVIALDI, S. Evaluating web sites: exploiting user's expectations. International Journal of Human-Computer Studies. Volume 60, Issue 3 (March 2004). Incorporating knowledge acquisition. p. 381-416. 2004. Disponível em: <a href="http://www.sciencedirect.com/science?\_ob=MImg&\_imagekey=B6WGR-4BCXJ5K-">http://www.sciencedirect.com/science?\_ob=MImg&\_imagekey=B6WGR-4BCXJ5K-</a> 1-T&\_cdi=6829&\_user=972052&\_orig=search&\_coverDate=03%2F31%2F2004&\_ sk=99939996&view=c&wchp=dGLbVtb-zSkWb&md5=46102f2e695f3b7564594bdcd1 a0efa2&ie=/sdarticle.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2008.

DIAS, C. Usabilidade na web: criando portais mais acessíveis. Rio de Janeiro: Alta Books, 2003.

HENRY, S. L. Essential Components of Web Accessibility. W3C/WAI - World Wide Web Consortium / Web Accessibility Initiative. 2006. Disponível em: <a href="http://www.w3.org/WAI/">http://www.w3.org/WAI/</a> intro/components.php>. Acesso em: 02 maio 2008.

HTML. HTML 4.01 Specification. 1999. Disponível em: <a href="http://www.w3.org/TR/">http://www.w3.org/TR/</a> html401/>. Acesso em: 01 jun. 2008.

ISO 9241 Part 11. Ergonomic requirements for office work with visual display terminals, Part 11: Guidance on usability. 1998.

LARA FILHO, D. de. O fio de Ariadne e a arquitetura da informação na WWW. DataGramaZero Revista de Ciência da Informação, v. 4, n. 6, dez. 2003. 13p. Disponível em: <a href="http://www.dgz.org.br/dez03/Art\_02.htm">http://www.dgz.org.br/dez03/Art\_02.htm</a>. Acesso em: 08 jun. 2008.

MORVILLE, P.; ROSENFELD, L. Information Architecture for the World Wide Web. 3ed., Beijing: O'Reilly, 2006.

NIELSEN, J.; LORANGER, H. Usabilidade na Web: projetando Websites com qualidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 406p.

ROSENFELD, L; MORVILLE, P. Information Architecture for the World Wide Web. Sebastopol, CA: O'Reilly, 1998.

SMIL. Synchronized Multimedia Integration Language (SMIL 2.1). 2005. Disponível em: <a href="http://www.w3.org/TR/2005/REC-SMIL2-20051213/">http://www.w3.org/TR/2005/REC-SMIL2-20051213/</a>. Acesso em: 01 jun. 2008.

SPELTA, L. L. Acessibilidade web: sete mitos e um equívoco. 1º Encontro Brasileiro da Arquitetura da Informação. 2007. Disponível em: <a href="http://www.encontroai.org/viewpaper">http://www.encontroai.org/viewpaper</a>. php?id=33&cf=1>. Acesso em: 05 abr. 2008.

SVG. Scalable Vector Graphics (SVG) 1.1 Specification. 2003. Disponível em: <a href="http://">http://</a> www.w3.org/TR/SVG11/>. Acesso em: 01 jun. 2008.

TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A; ALVES, J. B. M. A acessibilidade à informação no espaço digital. Ciência da Informação, Brasília-DF, v. 31, n. 3, p.83-91, set./dez. 2002. Disponível em: <a href="http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/153/132">http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/153/132</a>. Acesso em: 18 jul. 2008.

UAAG. User Agent Accessibility Guidelines 1.0. 2002. Disponível em: <a href="http://www. w3.org/TR/UAAG10/>. Acesso em: 01 jun. 2008.

WCAG. Web Content Accessibility Guidelines 1.0. 1999. Disponível em: <a href="http://www. w3.org/TR/WAI-WEBCONTENT/>. Acesso em: 01 jun. 2008.

XML. Extensible Markup Language (XML) 1.0 (Fourth Edition). 2006. Disponível em: <a href="http://www.w3.org/TR/2006/REC-xml-20060816/">http://www.w3.org/TR/2006/REC-xml-20060816/</a>. Acesso em: 01 jun. 2008.

# Reconstruir bibliotecas e museus ao modelo do contexto de cidades inteligentes

### Rosângela Formenti Caldas

A inserção do indivíduo e das organizações em uma sociedade do conhecimento, modifica o modo de vivenciar o trabalho. Não se deve continuar interagindo ao ambiente de trabalho pertencentes a uma sociedade do passado à luz de comunidades que visualizam o futuro. É um paradigma conflitante e desgastante que resulta em quadros de objetivos inalcançáveis e que poderiam ter seus recursos otimizados e promovidos para a melhoria constante das sociedades.

Existe a premente necessidade das sociedades seguirem novos rumos de adequação, como o visualizar da economia, baseada na informação. A importância de entender a existência de uma economia, dá-se pela visão sistémica de organização. A integração de todos os setores, modificam e transformam o ambiente e portanto, a economia é a mola propulsora de crescimento das organizações, ela é a relação direta entre o indivíduo e a produção dos bens e serviços necessários à satisfação dos desejos e aspirações da sociedade.

A economia baseada na informação, começa a ser popularizada através da importância demonstrada nos relatos de pesquisadores, durante a década de 90. Sua principal descrição enfocava o contexto vivenciado com o termo de "revolução", tamanha era a mudança advinda na área das tecnologias de informação.

O novo momento para as tecnologias de informação, envolveria os produtos e processos da indústria e dos serviços e assim estimularia o crescimento da produtividade com a eficiência e eficácia capaz de gerar uma competência jamais anteriormente vista e, conseqüentemente promover a acirrada concorrência das organizações. A principal resposta observada neste novo cenário é a integração global.

Atualmente, através da economia, é possível visualizar a concorrência de um ponto de vista inovador, pois determina-se mecanismos que possibilitam a escolha do público através de pensamento de criação ao oferecimento de um produto e/ou serviço. Com a nova economia, também chegou uma sociedade diferenciada, capaz de gerar produção através da informação, o recurso estipulado é o capital intelectual baseado em conhecimento. O conhecimento pode ser entendido como a informação estruturada, contextualizada e dotada de conteúdo a quem a detém. A relação é de uma sociedade do conhecimento.

Para a sociedade do conhecimento, o próprio conhecimento e inovação, são cada vez mais essenciais no crescimento das regiões e a economia informacional organiza-se em centros de controle capazes de coordenar, inovar e gerir atividades com o auxílio de ligação em redes.

Serviços avançados, gestão de sistemas e inovação científica, estão no cerne dos processos organizacionais e geram um alto fluxo de informação que caminham ao encontro de promover o conhecimento. E com a contribuição da criatividade para o desenvolvimento organizacional, começam a emergir estratégias de desenvolvimento urbano.

Tal contextualização retrata assim, uma dinamização regional e produz a cidade com base no conhecimento, que ganham a definição das cidades ditas inteligentes. O que envolve esse contexto, principalmente está na disposição que tais regiões acreditam e investem em ciência, tecnologia e engenharia em prol da cultura local, e como resultado do modelo, adaptamse e não temem o receber das mudanças que são uma constante em suas realidades.

#### O processo histórico do pensamento administrativo

Ao relacionar-se com os novos paradigmas, há uma necessidade de se compreender e entender a interferência que o processo histórico administrativo importou, para a construção da sociedade do conhecimento. Após essa análise, torna-se possível verificar a posição que a região encontra-se e as mudanças as quais poderão vir a ocorrer no seu processo de reestruturar o sistema organizacional.

As teorias tentam explicar o percurso da mudança e adaptação organizacional e refletem a influência que o ambiente exerce sobre seus processos. Os processos dentro de uma organização, abrangem vários elementos, bem como uma infinidade de decisões e comportamentos em todos seus níveis estruturais.

As relações de interação entre as organizações e o ambiente, passaram a explicar com mais profundidade, aspectos da estrutura organizacional e dos processos operacionais utilizados pelas empresas - como exemplo, a Teoria dos Sistemas que defendia a importância das inter-relações entre as partes de uma organização com o lugar físico em que esta estava inserida – agora tornou-se possível verificar que o estudo dos fatores internos de uma organização, eram insuficientes para auxiliar os administradores em uma tomada de decisão.

Também foi nesse momento que a compreensão dos fatores externos à organizações começaram a se fazerem necessários ao alcance dos objetivos institucionais e, afinal, prover sua sobrevivência. Ir além da organização estrutural, em sua compreensão mais ampla de ambiente e de comportamento organizacional faz-se necessário para a melhoria de uma gestão administrativa.

O condensar-se evolutivo do pensamento administrativo, deu-se através da construção dos passos de diferentes correntes teóricas e acompanhou o processo histórico das sociedades. Estes resultados convergiram em diversos ramos do conhecimento e possibilitou melhores explicações ao considerarem objetivos de estudo como sistemas participantes entre si.

Inicia-se portanto o crescimento da gestão administrativa organizacional mais contemporânea, à partir da utilização dos tópicos expostos pelo processo histórico. A teoria baseiase no efetivo de que os sistemas não são compreendidos apenas pela análise em separado de cada uma de suas partes e proveram a compreensão da necessidade de integração ao meio.

A gestão dentro das organizações, atua em prol da transformação de produtos e/ou serviços, em resultados cada vez melhores, e procura realizar um completo sistema efetivo e coordenado à projeções compostas de operações que vislumbram atingir determinado conjunto de objetivos estratégicos de funcionamento que alcancem resultados de otimização de processos.

O processo histórico organizacional possui vários fatores sociais que se encarregaram de diferenciar e explicar a produção e o ambiente vivenciado no decorrer dos tempos, projetouse fragmentos das organizações que ganharam ênfase, através de estudos e pesquisas. Por isso, a organização muda com o passar do tempo e deve ser entendida como um organismo vivo social a qual está sujeita a sofrer constantes mutações em seus recursos estruturais.

Através das pesquisas promovidas nas escolas do pensamento administrativo, as organizações convivem com variadas mudanças em seu ambiente funcional - exemplos podem ser alcançados na observância do aspecto político, econômico, social. Porém tais mudanças transformam e inovam através dos tempos, em um processo cíclico de permanência, contudo, o estudo do ambiente organizacional é o diferencial na administração do passado e do presente.

No passado o estudo do ambiente era prescindível, pois não ocorria a idealização de sua importância. Organizações operavam sem preocupações quanto a esfera da tomada de decisões. Atualmente, qualquer aspecto, até mesmo externo à estrutura da organização, afeta direta ou indiretamente o modo evolutivo da sociedade.

As organizações ao pensarem em seu futuro, anteviam um processo de melhoria constante aos seus processos e na perfeita simetria de uma coesão de idéias e projeções de funcionamento em comum. O relacionamento exato entre serviços e trabalho, entre produtos e consumidores, enfim, uma constante preocupação em quando fazer, com qual objetivo se dirigir ao mercado e como chegar ao que se anseia.

Entre os aspectos alcançados nas pesquisas que atendiam o adaptar-se das organizações para serem protótipos de futuro, destacavam-se aspectos como: Inovação; tecnologia; dimensão global de comunidades; preocupação com a liderança e eficaz gestão administrativa. A quebra de paradoxos e barreiras existentes teve que existir para a consecução de um trilhar mais eficiente e efetivo entre seus administradores.

A literatura acerca do processo administrativo é extensa e reflete uma inquietação por parte dos pesquisadores com a preocupação constante de se pensar na próxima geração de gestores, que requerem habilidades para atuarem em um mundo moderno e constantemente diferente em suas ações. O ocorrido no passar dos tempos, é a observação de uma constante mudança no ambiente de trabalho e portanto, o gestor deverá estar atento e saber vivenciar as práticas de mudanças com as melhores práticas do pensamento histórico administrativo, pois a geração de incertezas e novidades é o lugar ao qual uma organização estará prestes a alcançar.

E assim, queiramos ou não, a história das sociedades esteve o tempo todo interagindo, comunicando-se conosco, orientando-nos, balizando a nossa percepção e a ação. A sociedade da mesma maneira que reforça certos comportamentos, pode desaprovar outros. Envia-nos continuamente respostas de aprovação ou desaprovação, de incentivo apenas às suas regras impostas.

A maneira que a sociedade evolui, o pensamento administrativo de organizar a gestão das estruturas formais toma novos traços. Permeia questionamentos de escolas que estudaram a percepção das sociedades e atualmente conseguiram não mais movimentar uma organização pela sua produção física, mas pela influência dos variados meios de comunicação e interação, presentes no ambiente e nas suas mais diversificadas formas de armazenamento.

A ordem social cresce e dá a devida importância ao indivíduo e sua capacidade de atentar aos meios que farão a diferença para ele desenvolver-se. A informação gera a produção física e fortalece o sistema organizacional. O indivíduo move a informação que forma a organização, uma informação definida e coerente para que o processo torne-se administrativo e o conhecimento seja o gerador potencial de evolução.

A Sociedade do Conhecimento está então a suceder à Era Industrial. O conhecimento é prezado, não só como um valor em si, mas também como a proposta de criação de riqueza das sociedades. Complementarmente ao conhecimento, aparecem a inteligência e a aprendizagem entendidas no sentido das faculdades de pensar e inovar para então produzir a integração da organização atual.

A arte de ler e compreender as organizações reclina para a reprodução dela observada, através da construção de suas idéias e com novas maneiras de pensar em seu funcionamento. O pensar junto à aprendizagem que perpassa a esfera única do momento ao encontro de organizações que não são estáticas, porém movimentam-se e que sofrem mudanças de culturas, determinando assim as estruturas do próprio pensamento.

A nova sociedade trouxe a importância do domínio da tecnologia e o acúmulo de conhecimento, visa valorizar os processos organizacionais e sugere como saber mais acerca daquilo que realmente é necessário saber. Enfoca o fazer melhor, o aperfeiçoamento, isto é, a volta à inovação.

Portanto, o atentar à evolução organizacional, engloba a junção do processo histórico ao estudo das suas populações e de como suas formas se tornam e permanecem através dos tempos, na transmissão informacional. Alcançar a melhoria contínua nos passos da estratégia produz forças sociais e econômicas no planejar de se ter bons recursos de trabalho. Assim, a estratégia é um olhar acerca de um objetivo que se quer alcançar lá na frente - é o saber pensar, direcionando a informação estruturada, para determinada situação, com o conteúdo de como fazer e para quem fazer.

Os estudos pioneiros de Adam Smith, Taylor e Fayol, levaram o instigar de pesquisadores a um acompanhamento do processo industrial no último século. Conquistaram-se caminhos para englobar o mecanismo de desenvolvimento traçado para a indústria, os negócios, a administração e os serviços oferecidos.

Entretanto, a era da produção que acompanha o processo da teoria administrativa na Revolução Industrial é determinada pela ênfase na produção excessiva de produtos, pautada diante do encantamento de um inovador método que viria produzir quantidades de bens anteriormente inimaginável. A produção é o foco principal e a demanda não é atentada e por isso não foi possível a estabilidade do mercado.

A preocupação recorreu a esforços na tentativa de um equilíbrio de mercado em relação à produção e sua demanda. As escolas administrativas iniciaram o movimento de um olhar voltado ao indivíduo organizacional. A promoção à socialização e a projeção humana do ser com necessidades, aspirações e desejos forneceram uma visão integrada da organização em sua estrutura.

#### Construindo organizações para trilhar a sociedade do conhecimento

A construção de um elo de ligação entre as correntes teóricas administrativas, e o processo gerencial de uma organização, visa institucionalizar o conhecimento necessário para o crescimento dos seus quadros estruturais e ambientais. Os estudos nessa área, cooperam crescentemente para o entendimento das sociedades e promovem organizações mais sólidas em sua produção de bens e serviços com alto nível de oferecimento intrínseco à sua capacitação.

Com a aprendizagem de querer visualizar organizações cada vez mais otimizadas em seus recursos físicos e humanos foi possível refletir que dentro da sociedade, existiam regiões que estivessem em uma permanente busca de melhoria nas adequações deixadas pelas escolas administrativas. Regiões que, retiraram lições do passado pela escola administrativa e, almejavam chegar ao próximo passo de desenvolvimento social e científico.

No trajeto da linha contemporânea que a gestão administrativa traça em cada momento alcançado dentro de uma organização, perpassa variadas tentativas de uma melhoria cada vez mais constante. E para tanto, um entender das pessoas e das funções exercidas, eleva-se no comprometimento organizacional de crescimento.

Após a reflexão e busca por regiões inovadoras, é possível verificar primeiramente, que existem locais aos quais o conhecimento gerado através das políticas científicas e tecnológicas são o cerne para construir e desenvolver o processo da gestão administrativa. E com a experiência nessa vivência, estes efetuam a integração dos modelos de estruturas de gestão atuais e existentes aos advindos de processos histórico-administrativos.

Regiões de organizações contemporâneas do conhecimento parecem estar voltadas para a atividade de obterem profissionais altamente qualificados e capazes de converter informação em conhecimento, através das competências. Seu auxílio está em produzir fornecedores de informação ou de conhecimento especializado.

A tecnologia é um dos componentes centrais nas formas de interagir com a comunicação e portanto o talento humano, auxiliado pelas tecnologias computacionais e de comunicação podem ser considerados o diferencial competitivo entre as organizações. Para tanto é possível observar que na gestão administrativa, as pessoas vem antes e depois da administração de qualquer recurso organizacional como produção e/ou instalações da estrutura física. Tais locais apresentam indicadores de gestão que vão do crescimento, da renovação até a eficiência e estabilidade, para gerir e monitorar seus ativos baseados na informação existente. Deste modo o investimento é realizado no conhecimento das pessoas.

O conhecimento gerado, estrutura-se na otimização de funções organizacionais, ele torna-se um ativo quando otimizado e então demonstrar-se como uma ferramenta diferenciada para a região contemporânea. A importância dada para as novas práticas de gestão administrativa é o poder que transcorre em transformar a informação em conhecimento, no caminho da geração de valor institucional.

Os estudos e pesquisas, na região dita do conhecimento, passam a ser o contributo de uma reflexão inicial acerca de referenciar uma análise estrutural como se formasse centros de informação e delimitar um desenho ideal para transformarem-se em centros de conhecimento e geração de valor através de sua gestão. É como se estivessem numa experiência de desenvolver centrais de conhecimento.

A idéia atribuída, parece ser a de criar uma economia específica para o conhecimento, não importando o montante financeiro que as instituições têm para movimentarem-se, mas as competências dos trabalhadores para manusear o conhecimento é que contam e não os recursos físicos. Uma habilidade de organizar aquilo que não se vê, mas entende-se que existe, que é capaz de ser alcançado, a inteligência de pensar e figurar um processo ainda inexistente, mas que será colocado em plano de ação.

Desenvolver a liderança em estratégias continuadas para promover tecnologias, criar pessoas em organizações de parceria locais, ou até mesmo voluntários, aproveitarse de pesquisas em centros de informação - as regiões de conhecimento, podem se utilizar da parceria com universidades, por exemplo, pois as mesmas auxiliam através de estudos com especialistas, a alavancar mudanças no modo de pensar e criam valor à temas de pesquisa e desenvolvimento social econômico.

Também acredita-se, que a região do conhecimento trabalha a inteligência, quando articula o seu meio às novas formas de pensar dos indivíduos e assim, apresentam as vantagens para o desenvolvimento sócio-urbano. A articulação das formas de comunicação, estariam elencadas como outro processo importante para essa adequação. A comunicação constante e ininterrupta em seu ambiente interno, como com o que ocorre em outras regiões, existindo o crescimento de redes de integração e contacto.

Devido a natureza da região que se baseia no conhecimento, as redes de comunicação tornam-se como um fluxo informacional não sendo possível ser explicado como um processo, mas uma estrutura de espaços de mercados específicos. Pois o mercado se forma na gama de interesses e assuntos específicos às necessidades dos indivíduos.

A força do fluxo informacional aliado à tecnologias de mercados específicos, projeta uma inovação na gestão organizacional. Não existem mais padrões pré-determinados para sua existência. Os projetos culturais e sociais têm maior valoração e começam a serem

questionados como suma importância transformando-se na identidade local, o que até então eram diferentes do padrão local de estrutura organizacional. Eles têm vida própria.

Na região do conhecimento, a informação têm seu lugar no espaço de mercados e uma série de transformações sociais, econômicas e políticas, potencializam-se pelas tecnologias da informação e da comunicação. O espaço de mercado externo ao seu, é delimitado pelos pontos que transmitem a informação ou propiciam a comunicação. O ambiente é um lugar que não está propriamente estruturado apenas no plano físico.

Lugar é uma especificidade de termo na região do conhecimento, cuja forma, função e significado são independentes do plano físico. Um lugar, para ilustrar esta descrição dentro do contexto aqui gerado, pode ser a unidade de informação aqui enquadrados enquanto bibliotecas, arquivos e museus.

Entende-se que por serem espaços de intenso trabalho estratégico informacional - com insumo das redes de comunicação, e voltados na valoração da importância na identidade cultural e social -, as unidades de informação integram-se ao momento da economia do conhecimento local e mostram seu valor potencial nas regiões de gestão contemporânea.

O diferencial para essas regiões do conhecimento, é que ao sairem do imaginário idealizado pela gestão administrativa, despontaram e tomaram iniciativa política, e podem ser encontradas entre modelos de investimentos dos projetos europeus. Hoje são realidades de organizações existentes na Europa, denominadas cidades inteligentes e pólos de conhecimento, representam um cenário particular em um processo que tange aspectos da ordem econômica, social e cultural.

As oportunidades crescem e por tornarem-se estratégias de sucesso, tomou especial atenção nos quadros de projetos da União Européia (UE) e têm representado um incentivo a aplicabilidade de estratégias locais de desenvolvimento tecnológico de maneira integrada no contexto da administração pública.

Castells (2001, 2003, 2006), em todo o seu complexo literário, descreveu detalhadamente os processos informacionais de uma organização e deixou-nos maravilhados ao idealizar em um imaginário humano, meios aos quais uma região se beneficiaria com a vivência de técnicas que poderiam parecer ser de um futuro, mas que na realidade, são as melhores adequações dos processos organizacionais. Mecanismos de trabalho que já possuímos mas que muitas vezes não colocamos em prática.

Enquanto na era industrial, o capital e o trabalho eram os valores da industrialização e do progresso objetivando a coesão social. Na era da informação, a lógica é a rede global de dados com significados que transformam-se na identidade do conhecimento. O desenvolvimento da escola administrativa e o crescimento das sociedades, puderam determinar os processos de adequações na otimização do trabalho.

O mercado alcançou sua melhor projeção ao esperado em produção e consumo. A administração entoa-se a observar a estratégia e o empreendedorismo da participação dos funcionários e consequentemente o interesse ao sistema organizacional, em seu comportamento, cultura e desenvolvimento.

Porém é um trabalho árduo e um caminho longo de preparação. É uma estratégia reconstruir as diversas camadas de organização da sociedade pelos movimentos culturais, colocando a tecnologia sob o controle das necessidades e desejos das pessoas, isso parece requerer um longo planejamento de interação das identidades dos processos administrativos do passado até ao auge da nova identidade, nascida dos valores acalentados.

A biblioteca e os museus, enquanto centros de unidade informacional, podem identificar em seus traços, características comuns às demonstradas pelas teorias organizacionais da gestão administrativa. Sofreriam implicações importantes para a sua organização, porém desenvolveriam um referencial ou modelo que constituisse um instrumento relevante para a partilha e geração de estratégias e objetivos. Poderia ser a inserção inicial, a fim de serem implementados como centros e protótipos de cidades inteligentes.

Essas unidades informacionais, procuram encontrar em seus profissionais, participação em seu processo de melhoria contínua com a geração e oferecimento de produtos e serviços de uma maneira estratégica. Portanto, conhecimentos e suas aplicabilidades, integram-se em amostras de habilidades funcionais, evidenciadas na progressão de ambientes cada vez mais próximos das necessidades sentidas pelo seu mercado.

A gratificação do processo de incentivo ao mercado da informação, poderia pautar-se na idéia de não apenas difundir a mesma, mas considerá-la como mecanismos de audiência do público-alvo. O incentivo a esse mercado, poderia ser não apenas no papel desempenhado em ser fonte de informação, mas também no acesso ao processo determinante de conhecimento eficaz. Partiria da análise de variados recursos existentes visualizando-se sua melhor utilização - como pessoal, tecnológico e institucional - facilitando-se assim a sua ordenação para com os objetivos pretendidos pela organização.

As exigências atribuídas ao pessoal que trabalha nessas unidades de informação, definem-se em características de suas habilidades. Um profissional actualizado, criativo, interdisciplinar, empreendedor, inovador, voltado à análise de seu ambiente organizacional, preocupando-se com a finalidade do processo ao qual está inserido.

Além disso, o conhecimento pode prestar relevantes serviços ao indivíduo, pois só os conhecemos, quando conhecermos seus critérios de valoração a que eles obedecem, e é destes que dependem o seu carácter e o seu comportamento em face das situações vivenciadas. E o profissional ligado às regiões de conhecimento, possuem uma troca natural de gerar valor, pois querem auxiliar no crescimento das organização na qual atuam. A região valoriza-se socialmente.

Haja visto que nem todos os lugares interagem socialmente e culturalmente e o que retrata a diferença entre estes e outros contextos, são as suas qualidades físicas e estratégicas de visão inovadora. Quebrar barreiras do passado e interagir-se com modelos de organizações atuais, são necessários para trabalhar com sinergia. A constante reestruturação encaixa-se ao modelo da informação ativa.

Bibliotecas e museus, elencariam serem centros de saber na proporção destinada a determinar seu valor ao mercado, alguns mecanismos poderiam ser: A ação de seus profissionais na específica atenção dada ao sistema mercadológico; atuação e necessidades do público-alvo; o mercado participante, na forma de outras bibliotecas e museus que colaboram para o atendimento das necessidades locais e os fornecedores que prestam assessoria para aquisição de recursos informacionais. Formando para tanto, uma imagem de identidade àqueles que se propuserem a participar deste sistema inovador.

O papel das regiões contemporâneas de organização, englobam o desempenho de uma gestão estratégica administrativa e tem como objetivo explorar os recursos existentes primeiramente em suas organizações, criando um ambiente de aprendizagem contínua e permitindo posteriormente, vantagens ao mercado. Tornar acessível grandes quantidades de informação cooperativa, propicia o compartilhamento das melhores práticas de trabalho e inovação, e otimizam o tempo de resposta. O conhecer do ambiente interno deve ser aplicado aos casos das unidades de informação como um passo à visualização de um lugar inteligente.

#### Referências

CASTELLS, Manuel. <b>Era de la información</b> : economía, sociedad e cultura. Alianza:
Madrid, 2001. v. 1.
Era de la información: economia, sociedad e cultura. Alianza: Madrid,
2003. v. 2.
Era de la información: economia, sociedad e cultura. Alianza: Madrid
2006. v. 3.
. La cuestion urbana: siglo XXI: Madrid: Castilla La Mancha, 1979.

# O arquivamento da memória e a memória no arquivo

# Eduardo Ismael Murguia

Os estudos sobre a memória vêm ocupando um lugar destacado em diferentes áreas do conhecimento ao longo das últimas duas décadas. Por outro lado, também é preciso reconhecer que a área de Arquivologia não ficou imune à discussão da memória e sua relação com os arquivos, na busca de um melhor e maior entendimento dessa instituição.

Porém, numa época na qual as certezas se diluíram, as fraquezas das definições foram evidenciadas dando lugar às duvidas. É no meio dessa fase de revisão de conceitos que se coloca esta inquietação aqui apresentada. Assim surge uma curiosidade para compreender como opera a memória nos arquivos. O que faz o arquivo um lugar da memória? E, como o arquivo, também, configura a memória? A seguir, será apresentada uma reflexão que, em primeiro lugar, obedece à procura pessoal de uma resposta. Longe de ser um apelo retórico, o texto que apresento foi feito com a intenção de uma primeira aproximação que requer um maior aprofundamento e lapidação.

Parte-se da hipótese que a relação entre o arquivo e a memória se estabelece via uma retenção da memória no arquivo, atrelada ao poder. E, um movimento contrário que assinala para uma dependência singular, marcada pela dissolução das fronteiras institucionais e as apropriações simbólicas com a finalidade da construção das identidades, via lembrança e esquecimento. Com base nessas propostas é feito aqui um estudo que expõe um caminho bastante convencional, qual seja tratar a memória desde uma perspectiva literária e social, para destacar basicamente o seu caráter dual. Depois far-se-á um recorte que procura uma definição do arquivo desde uma perspectiva psicanalítica a qual vincula o arquivo ao poder. Para então finalizar a análise com um cruzamento entre a instituição/poder e privado/memória; com um outro eixo de conceitos como estratégias/lugares e táticas/ espaços.

#### A memória

Em princípio, nada melhor para iniciar uma reflexão sobre a Memória que recorrer à Literatura. Embora baseada na ficção, a Literatura sempre foi e será uma fonte de conhecimento e inspiração nos estudos da memória. Um dos autores que mais escreveu sobre a memória foi Jorge Luis Borges, notável pela sua inteligência e erudição, pela sua capacidade de se servir do passado para construir e sustentar suas fantasias, que nada são senão suas dúvidas.

Ele escreveu dois contos considerados mais do que pertinentes para explicar os meandros da memória. O primeiro: Funes o memorioso (1997). O personagem tema desta obra, peão de uma estância, depois de uma queda do cavalo, ao contrário de perder a memória é condenado a lembrar cada episódio, cada leitura, cada segundo, minuciosamente, exaustivamente. Não uma falta de memória, mas um excesso de memória. Tão espantoso quanto a carestia da memória é a saturação da mesma porque em ambos os casos perde-se a consciência do tempo.

No final da obra Borges reflete sobre essa memória infinita para concluir que na abstração que implica o esquecimento reside o pensamento: "[Funes] Tinha aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, entretanto, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair". (BORGES, 1997, p. 116-117).

Se o espaço e o tempo são os apriorísticos sobre os quais se define a existência, a consciência deles insere o homem na história. No caso do tempo, trata-se de uma categoria a priori cuja falta de continuidade mantém os indivíduos num eterno presente, num círculo sem saída, numa perda da consciência de si: a alienação da realidade. Portanto, para ter consciência do mundo é necessário ter uma visão de continuidade no tempo. E, essa continuidade somente pode ser construída pela costura de pedaços, de fragmentos.

A costura que se faz dos momentos nos permite entender o tempo como um devir, como um percurso que supõe um passado, um presente e um futuro que somente é possível porque existe a memória. Entretanto, ao contrário do senso comum que identifica memória com lembrança, Borges demonstra que a memória é uma unidade dupla, uma relação paradoxal, contraditória e tensa entre esquecimento e lembrança. É nesse jogo dialético de interferência, de submissão de um aspecto ao outro que se deve entender a memória. É necessário esquecer para poder lembrar, ou lembramos porque esquecemos. Mais do que um jogo de palavras, a memória desafía nossa dificuldade de pensar além da positividade.

Conceitos como progresso, desenvolvimento e, inclusive, modernidade são possíveis porque esquecemos e, no entanto, para continuar a marcha se faz também imperioso, lembrar. A memória estaria formada por múltiplas camadas de vivências que foram soterradas pelo tempo, existentes de forma latente, mas, que em certos mo-

mentos podem ser atualizadas. Na verdade existiriam vestígios de existência - ou virtualidade do ser - que a cada momento precisam ser atualizados.

Isso significaria que o esquecimento não existe, ou em todo caso, ele seria uma latência constante e perpétua. E, a lembrança seria o resgate de alguma coisa já existente, que nunca deixou de ser. Seja como for, passar a experiência para um estado de latência e que precise de atualização para se tornar existência não contradiz o exemplo de Borges no sentido que, embora contraditório, a lembrança e o esquecimento são complementares. Sendo que, os mecanismos de interação desses dispositivos da memória são múltiplos e variados.

Se no conto de Funes... (1997), Borges apresenta a relação biunívoca da memória fundamentada na interação da lembrança e o esquecimento, no conto A memória de Shakespeare (1995), o autor mostra os mecanismos, as etapas, os tipos, em síntese as características da memória. Nesse breve relato, um estudioso lega para outro a memória de Shakespeare. A transferência é muito simples, basta dizer que aceita e a memória é transferida. Nos dois personagens o intuito de possuir a memória de Shakespeare é escrever uma biografia de Shakespeare, mas, a memória não basta, não faz isso por si só.

O processo de assimilação da memória de Shakespeare, metáfora dos seus tipos e características, passa por três momentos. Num primeiro momento destaca-se a fragmentação e casualidade da memória. Essa passagem é demarcada pelas expectativas que o personagem cria a respeito dela, e pelas primeiras manifestações que a memória do poeta inglês começa a revelar. Assim o antigo possuidor fala para o novo:

Evidencia-se, desse modo, que uma vez adquirida a memória, as lembranças aparecerão vagarosamente, ao acaso. O personagem se surpreende perante o fato de não lembrar os versos de Shakespeare, mas os motivos que fizeram com que os escrevesse. Não as imagens, mas antes os sons e as sensações.

Num segundo momento, no qual o personagem acredita ser o próprio Shakespeare, Borges nos mostra como a memória é seletiva resgatando a idéia já anunciada em Funes... sobre a relação lembrança-esquecimento. Falando da memória, ele a compara com uma enciclopédia:

O terceiro momento é o momento da perda de identidade pela anulação da memória do autor pela memória de Shakespeare. Vê-se a perda da memória individual como perda da individualidade, da consciência de si a que se aludiu anteriormente. Ao cabo de alguns anos, o personagem da história, decide passar a memória para outra pessoa. Nesse momento vê-se que apesar de a memória não ser necessariamente única, pois ela é permeada por outras memórias – lembramos e esquecemos o que os outros lembram e esquecem - existe um desejo último de apropriação da memória, de necessidade de memória como elemento central da construção do indivíduo. Esforço em vão, a memória do Shakespeare ficaria indelével no personagem.

A partir da literatura, Borges coloca essas ficções para falar sobre a memória. Por um lado, enquanto chama a atenção do leitor para a imbricada duplicidade da lembrança e do esquecimento. E, por outro lado, atenta para a dinâmica da memória, apontando especificamente para o fato de que a memória não basta para narrar. Para relatar, precisa-se também da inteligência (a consciência) e da vontade (discernimento), com sua contraparte: o esquecimento.

Esses dois contos nos remetem também para uma reflexão bastante ampla sobre a memória. Acredito que embora os dois exemplos apontem para a memória individual, eles também possam ser estendidos para o entendimento da memória coletiva. Mas, antes da ampliação do conceito para o coletivo, um longo percurso haveria de ser trilhado.

A memória já era objeto de estudo e reflexão desde a época dos gregos e a importância que lhe era atribuída não era pouca. Mnemese teve com Zeus nove filhas, as Musas. Em outras palavras, o mito grego alude ao fato de as artes não serem possíveis sem a memória, sem ela não teríamos poesia, musica, História e as outras artes.

A memória é causa e efeito do processo civilizador, o que vem a demonstrar aquela afirmação apontada no início: a memória como a forma mais elementar, mais subjetiva, mais pessoal, mais emotiva do desejo do ser humano de permanecer no tempo. Se alguns historiadores (LOWENTHAL, 1998) apontam para a memória como uma forma de conhecer o passado junto com a Historia e as relíquias, é possível enfatizar que é mais do que isso, a memória é uma das formas de vivenciar o tempo, de permanecer nele, e sem perder nossa identidade graças a essa pretensa permanência.

Todavia, somente com a Modernidade é que a humanidade adquire uma nova percepção do tempo. Embora as civilizações anteriores percebessem que o tempo passa e é irrecuperável, vai ser com a Modernidade e o Humanismo do século XV que essa evidência do passar do tempo aparece como uma dissociação entre passado e presente e não mais como uma continuidade.

Para o Homem Moderno o percurso do tempo não é considerado uma uniformidade, mas as sequências de múltiplos cortes, variadas diferenças. De onde a dramaticidade com a qual alguns movimentos do século XX interpretaram o passado. A velocidade e a tecnologia avassaladora do Breve Século XX (HOBSBAWN, 1995) fizeram com que o olhar da humanidade se voltasse não mais para o passado, e sim para o futuro. Glorificando o futuro, ignorava-se o passado, ainda o passado começa a ser identificado como um pesado lastre que impede o avanço do homem no tempo.

Paradoxalmente, em pleno auge da modernidade, num momento de predomínio do futuro, a Memória começa a ser redimensionada. Na década de 1920 algumas das considerações tidas como características da memória individual foram associadas à problemática da memória coletiva (MONTESPERELLI, 2004). Dessa forma, a consideração de que a memória serve como elemento constitutivo da identidade se estende para uma coletividade ou um grupo.

Mas, embora a memória individual e a memória coletiva sejam diferentes nas suas ações, elas se pressupõem para a própria existência da memória em geral. O que significa que não existe memória individual sem uma memória mais ampla – a coletiva - que lhe sirva de marco e referência. A memória social torna-se também memória individual. O sujeito assimila acontecimentos, lugares ou pessoas externas à sua existência como articuladores de sua própria individualidade.

Porém, a vida de uma memória coletiva não existe no singular. Existem várias memórias, subalternas, que se relacionam de forma diversa com a memória oficial. O fato de serem subterrâneas, também não significa que elas sejam espontâneas e inocentes. Toda memória, oficial ou não, precisa de um enquadramento (POLLAK, 1992), de uma organização e uma ordem para que possa vir a ser um elemento referencial na formação das identidades.

Seja individual ou coletiva a memória se articula com o apelo às sensações, às emoções, ao lado emotivo da subjetividade. Por esses motivos alguns historiadores vêem a memória como a maneira mais autêntica da relação que o sujeito estabelece com o passado para a construção de sua identidade. Por conseguinte, é justamente pelo motivo de a memória ser um elemento constitutivo da formação da identidade, seja individual ou coletiva, que ela se torna passível de manipulação.

Manipulação no sentido do enquadramento referido anteriormente. Não apenas embutida de qualquer sentido ético ou moral, mas simplesmente no sentido de sua construção social, direcionada para algum fim. Isto é, a memória não é inocente, nem espontânea, nem desinteressada como tradicionalmente se pensou. Pelo fato de ser seletiva, a memória, neste caso social, se constrói pela escolha de alguns acontecimentos, pessoas, lugares ou datas, e pelo relegamento de muitos outros (POLLAK, 1989). Nesse sentido, a memória social seria a edificação das lembranças que identificam um grupo, em meio ao silenciamento, consciente ou não, de outras lembranças. Lembrança e esquecimento constituem, ao mesmo tempo, a fragilidade e a força da memória.

Sendo uma manifestação do passado a memória relaciona-se com a História (SEIXAS, 2001). Se considerarmos que as vias pelas quais nos aproximamos ou conhecemos o passado são três: a memória, a Historia e os objetos, estaremos assumindo implicitamente que cada uma dessas vias apresenta sua própria dinâmica, suas próprias característica, seus próprios percursos para apropriação desse tempo pretérito. No entanto, cabe mencionar que essa "chegada ao passado" significa uma reconstrução do passado, uma representação, e reconstrução - sempre fragmentada e incompleta.

As relações que se estabelecem entre a memória, a Historia e os objetos são múltiplas e dinâmicas. Em alguns momentos essas formas de conhecer o passado se perpassam, se cruzam, se aproximam e excluem. Assim, por exemplo, a informação que se obtém do passado pelos objetos e a História é sempre inferida; enquanto que a aproximação da memória é evocativa. Em decorrência, a construção que fazemos do passado a partir dos objetos e a Historia descansa sobre a materialidade dos documentos (ME-NESES, 1998) (inclui-se aqui qualquer objeto material, abrangendo os textuais e imagéticos), os quais apresentam um primeiro nível de análise consistente em informações sobre sua existência material (elementos físicos, químicos e formais). Já a memória, sendo evocativa, nos permite recuperar consciente ou inconscientemente, aquilo que queremos vivenciar na lembrança. A memória em si mesma não tem materialidade, não é um objeto. Ela é o acontecimento ou representação evocativa dos mesmos, que nos remetem a um passado emotivo.

O documento, fonte referencial da História, permite uma interpretação do passado fundamentada na crítica enquanto que a memória não interpreta, não analisa, ela vivencia. Quando registrada, a memória se converte em documento passível de ser utilizado pela História, enquanto que a relação que mantém com os objetos é projetiva. A memória se aloja nos objetos, nos lugares, nas pessoas.

A historiografia francesa das últimas décadas contribuiu com o acréscimo de um novo enfoque para a questão da memória. Perante as mudanças expressas pela modernidade da sociedade industrial, a forma de transmissão da memória coletiva perdeu seus canais, seus meios de difusão e sobrevivência. A Historia, exercício da escrita, e, por conseguinte, permanente, tomou o lugar da memória. O nascimento das nações, a busca da identidade para um grupo alocado num espaço físico delimitado chamado de país, fez com que a História se tornasse memória (NORA, 1993).

A modernidade, mencionada anteriormente, significou uma ameaça para a memória pela sua sobrevalorização do futuro. Porém, paradoxalmente, viu-se na necessidade de sustentá-la, para a criação de uma identidade. Assim, aparecem os lugares da memória (NORA, 1993). Lugares da memória sempre existiram, os arcos romanos, os obeliscos egípcios, o dia do santo, etc.; mas eles tinham também outras funções, como as celebrativas. Com a modernidade, os lugares da memória são construídos exclusivamente com fins de recordação.

Os lugares da memória além de serem espaços físicos são também os rituais, as efemérides, os nomes das ruas, etc. Eles têm um caráter físico dado pela sua própria espacialidade, um caráter simbólico manifesto nas representações que eles ocasionam, e pela sua funcionalidade.

Dentro desse conceito de lugar da memória, incluem-se também algumas instituições como os arquivos, as bibliotecas, os museus, ou os centros de documentação e/ou os centros de memória. Assim, deve-se chamar a atenção para os agenciamentos da memória na construção da identidade moderna. Esses agenciamentos são reais, eles se inserem num mundo concreto no sentido de sua materialidade, fazendo com que, seus vetores espaciais e temporais, e seus agentes sejam sociais ou institucionais. Assim, dentre esses agentes de atualização da memória, seja pela escrita da História, seja pela individuação, deve ser incluído o Arquivo, o qual será tratado a seguir para se de identificar, através de uma discussão teórica, os agenciamentos do arquivo para a sustentação do poder e a construção da memória.

#### A memória arquivada

Até este ponto o que se tentou não foi mostrar uma cartografia ou um mapa da memória, mas tão somente alguns elementos considerados significativos, de maneira bastante impressionista. Essa apresentação teve como objetivo demarcar um percurso que permitisse chegar ao cerne da preocupação: a relação entre arquivo e memória, passando previamente pela vinculação dessa com o poder, cujo fato dá inicio a sua institucionalidade. No caso, parte-se do pressuposto que não existe entre eles (arquivo e memória) una relação de causa-efeito, não uma determinação de um sobre a outra. Existe uma relação física e ao mesmo tempo representativa, uma relação atual e ao mesmo tempo virtual (tanto no tempo como no espaço), uma vinculação afetiva e ao mesmo tempo racional. Em síntese, uma relação que não é total, mas que se estabelece em determinados momentos, sob determinadas circunstâncias, e que perpassa um interregno mediado pelos valores e o poder.

Reflexo da língua, dicionários são sempre convencionais. Suas definições permitem criar um consenso necessário, mas as palavras não são as coisas, motivo pelo qual essas definições acabam sendo camisas de força que precisam ser sempre revisitadas. Assim, não se pretende recorrer a um dicionário para partir de um lugar seguro que defina o Arquivo. Mais do que isso chama-se a atenção para um dos mais importantes filósofos do século XX, Jacques Derrida, quem usa o arquivo para explicar questões relativas ao saber e ao poder, extrapolando a metáfora para tangenciar questões pertinentes e próprias da instituição.

Existem acontecimentos que se apresentam como nítidos divisores de águas. No caso da Arquivística, esse divisor foi a publicação de um livro de Derrida (2001) Mal de Arquivo. Uma Impressão freudiana. Ele é fruto de uma conferência pronunciada, num colóquio intitulado "Memória, uma questão de arquivos" em Londres, no ano de 1994. Esse evento foi realizado sob os auspícios da Sociedade Internacional de História da Psiquiatria e da Psicanálise, do Museu Freud e do Instituto de Arte Courtland. Ainda, o título original da conferência que deu lugar ao livro era O Conceito de Arquivo. Uma Impressão Freudiana. Considera-se importante mencionar esses dados porque eles assinalam a iniciativa da obra, escrita para um evento psicanalista e, embora o título do evento confunda, ela não foi uma reunião de arquivistas ou historiadores. Até porque Memória e Arquivo são dois conceitos sobre os quais Freud não dedicou estudos específicos, embora sejam constantes na totalidade de sua obra.

No entanto, num ensaio, bastante íntimo por sinal, Harris (2005) trata de reconhecer e reivindicar a figura de Derrida na área de Arquivologia mencionando que os arquivistas devem mais do que pensam ao ensaio do filósofo francês. Livro denso, de difícil leitura, continua o autor, teve que lê-lo três vezes no período de um ano, para poder entendê-lo; a obra propiciou um amplo debate na literatura internacional.

Mal de Arquivo. Uma Impressão Freudiana trata de fazer uma reflexão dos arquivos a partir da teoria freudiana, ao mesmo tempo em que intenta enriquecer ou ampliar o conceito, se acaso existisse, de arquivo na Psicanálise. Por esse motivo a obra extrapola os arquivos sem deixar de falar deles, e tendo como ponto de partida e chegada os próprios arquivos. Aparentemente um círculo vicioso, o argumento de Derrida abre novas e múltiplas interpretações sobre os arquivos relacionados a duas questões indissociáveis: a questão da origem e a questão do poder.

Uma Impressão Freudiana, subtítulo do livro, demarca o sentido do termo impressão. Em primeiro lugar, Derrida vislumbra um sentido de impressão como sendo aquilo inscrito num suporte, numa superfície. Num jogo semântico, explica que impressão, no sentido de inscrição é o próprio arquivo. Ele extrapola o entendimento que a Psicanálise faz da Memória, ou seja, como uma inscrição indelével: o próprio inconsciente que pode ser reprimido, mas nunca suprimido (podemos reprimir as lembranças, mas não suprimir a memória). Em segundo lugar, ele discute impressão no sentido de indeterminação de um conceito, em lugar de uma definição. Para Derrida, a Psicanálise não tem uma definição de arquivo, porém pode vir a redefini-lo, fazendo com que essa nova definição seja capaz de projetar o arquivo no futuro. E, em terceiro lugar, Derrida atribui um sentido à impressão que para ele deveria ser, na verdade, o primeiro sentido. Isto é, a impressão deixada por Sigmund Freud no seu pensamento, e a impressão que nele deixaram a cultura, a religião a história, a ciência. Na verdade, deveríamos entender aqui por impressão a determinação que o pensamento freudiano haveria de causar futuramente, em todos os saberes, abrindo com essa afirmação, acredito, as possibilidades de uma interpretação do arquivo desde a o pensamento freudiano.

Mais do que o embasamento teórico do livro, o subtítulo Uma Impressão Freudiana aponta para demarcar, ou, em todo caso, expandir o universo no qual haverá de inserir o arquivo: a Psicanálise. No entanto, assim como a Psicanálise dá o substra-

to teórico para entender o arquivo, Derrida oferece, concomitantemente, uma teoria do arquivo para o pensamento freudiano. É aqui, que reside a maior dificuldade da apropriação do texto pela Arquivística. Derrida foge do pensamento concreto, para abrir novas possibilidades interpretativas num jogo discursivo de etimologias e combinações semânticas, de apropriações impensadas de significados.

O início desse pensamento se deu pelo subtítulo do livro de Derrida para poder chegar ao título: Mal de Arquivo, com o qual logo de início nos enfrenta com o que ele considera como Arquivo - um mal, uma doença, no título em inglês uma febre. Com a finalidade de explicar o título da obra, reitera-se novamente que ele é posterior à palestra, portanto à idéia original; considero necessário chamar o autor para falar ele próprio sobre o arquivo:

> [...] o sentido de 'arquivo', seu único sentido, vem para ele do arkheîon grego: inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os arcontes, aqueles que comandavam. Aos cidadãos que detinham e assim denotavam o poder político reconhecia-se o direito de fazer ou representar a lei. Levada em conta sua autoridade publicamente reconhecida, era em seu lar, nesse lugar que era a casa deles (casa particular, casa de família ou casa funcional) que se depositavam os documentos oficiais. Os arcontes foram os seus primeiros guardiões. Não eram responsáveis apenas pela segurança física do depósito e do suporte. Cabiam-lhes também o direito e a competência hermenêuticos. Tinham o poder de interpretar os arquivos. Depositados sob a guarda desses arcontes, estes documentos diziam, de fato, a lei: eles evocavam a lei e convocavam á lei. Para serem assim guardados, na jurisdição desse dizer a lei eram necessários ao mesmo tempo um guardião e uma localização. Mesmo em sua guarda ou em sua tradição hermenêutica, os arquivos não podiam prescindir de suporte nem de residência.

Foi assim, nesta domiciliação, nesta obtenção consensual de domicilio, que os arquivos nasceram. A morada, este lugar onde se de-moravam, marca esta passagem institucional do privado para ao público, o que não quer sempre dizer do secreto ao nãosecreto. (DERRIDA, 2001, p. 12-13, grifos do autor).

Introduz-se a seguir, um outro texto, que embora seja o início da obra, ele exemplifica e esclarece tanto a questão de estilo do autor, como sua definição de arquivo:

Não comecemos pelo começo nem mesmo pelo arquivo.

Mas pela palavra 'arquivo' - e pelo arquivo de uma palavra tão familiar. Arkhê, lembremos, designa ao mesmo tempo o começo e o comando. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, ali onde as coisas começam - princípio físico, histórico ou ontológico -, mas também o princípio da lei ali onde os homens e seus deuses comandam, ali onde se exerce a autoridade, a ordem social, nesse lugar a partir do qual a ordem é dada – princípio nomológico. (p. 11, grifos do autor).

Decorrente de seu atrelamento ao poder, o arquivo cumpre algumas funções:

É preciso que o poder arcôntico, que concentra também as funções de unificação, identificação, classificação caminhe junto com o que chamamos o poder de consignação. Por consignação não entendemos apenas, no sentido corrente da palavra, o fato de designar uma residência ou confiar, pondo em reserva, em um lugar e sobre um suporte, mas o ato de consignar reunindo os signos. Não é apenas a consignatio tradicional, a saber, a prova escrita, mas aquilo que toda e qualquer consignatio supõe de entrada. A consignação tende a coordenar um único corpus em um sistema ou uma sincronia na qual todos os elementos articulam a unidade numa configuração ideal. Num arquivo, não deve haver dissociação absoluta, heterogeneidade ou segredo que viesse a separar (secernere), compartimentar de modo absoluto. O princípio arcôntico do arquivo é também um princípio de consignação, isto é, de reunião. (p. 13-14, grifos do autor).

Salienta-se aqui uma contribuição importante para o entendimento de Mal de Arquivo..., para a área de História e sua consequente decorrência para a Arquivologia, contribuição essa feita pela historiadora Carolyn Steedman (2001). Autora de vários artigos na linha da História Cultural, ela vem desenvolvendo uma reflexão interessante sobre o lugar dos arquivos no trabalho do historiador. No livro publicado em 2001, Dust. The Archive and Cultural History, aparece um artigo, no qual procura, através da explicação do livro de Derrida, encontrar uma aproximação com os arquivos históricos.

O artigo intitula-se In the archon's house. Ao argumentos apresentados pela autora neste trabalho, constituem um intento de esclarecimento, aproximação e diálogo entre a abstração do pensamento e a concretude das práticas. Para Steedman (2001), o fato de Derrida

iniciar seu trabalho falando sobre o Archê, lugar aonde as coisas começam, aonde se origina o poder, o ligam peremptoriamente com a autoridade. Para Derrida o arquivo aparece para representar qualquer classe de poder sendo exercido em qualquer lugar e a qualquer momento.

Portanto, é possível identificar dois princípios do arquivo: comandar e iniciar. Seriam esses princípios os que explicam o mal do arquivo. Primeiro, comandando o arquivo estabelece o poder e a autoridade. Por outro lado, mais importante para o poder é manter ou possuir o arquivo do que realmente usá-lo. Steedman (2001) ainda menciona que para explicar a relação que o arquivo tem com o poder não é necessário se remontar à Grécia. O arquivo é expressão do poder do Estado Moderno. É por esse motivo que Derrida vai distinguir dois aspectos no arquivo, um aspecto vigente (lugares oficiais para recoleção de registros, com sistemas de recuperação, organização e catalogação), e um outro aspecto constituído por aquilo ao qual constantemente o reduzimos: a memória e o anseio da origem.

Possuir mais do que usar nos leva ao segundo princípio dos arquivos, as origens. Para Derrida, o pensamento freudiano é um pensamento judaico porque a psicanálise destaca sempre seu interesse pelo resgate do início. Psicologicamente, o arquivo segura o lugar da origem ao qual se deseja voltar. Dessa forma, o desejo do mal do arquivo é parte do anseio por achar, por localizar ou possuir esse momento de origem entendida como início.

Steedman (2001) enfatiza que para Derrida, o arquivo trabalha como mediador na volta aos lugares de origem, o qual, paradoxalmente, é um impossível. Ainda, essa volta é repetitiva e compulsiva, o qual na psicanálise significa impulso de morte (aqui fica implícita a obra de Freud Para além do princípio do prazer). Eis esse o mal de arquivo: colocando-se como origem quer se voltar sempre a ela. Esse eterno retorno impede o impulso de vida que é, justamente, sair das origens. No caso do arquivo, ele seria o lugar que guarda os documentos nos quais se podem encontrar registros do momento da origem.

Steedman (2001) aponta que, para Derrida a contribuição de Freud para a teoria do arquivo é inexistente. Aliás, ele é sutil no sentido de que dentro de sua argumentação, ele nos faz perder de vista o objeto arquivo e o mal do mesmo, para que se tenha que construir um outro objeto. De qualquer forma, conclui a autora, o livro de Derrida pode não ter nada a ver com arquivos e as práticas do historiador, porém ele nos mostra uma construção com um dentro e um fora, o que remete à idéia de casa e ocasionalmente ao lar. Ele sugere que o arquivo é uma espécie de arresto domiciliar.

Num outro artigo intitulado The space of memory: in an archive, Steedman (2001) se propõe a levar a discussão apontada por Derrida para o lugar específico do arquivo na sua relação com a memória. Porém, a partir de uma perspectiva historiográfica, seus argumentos são totalmente adequados ao objetivo exposto anteriormente: relacionar arquivo e memória.

A autora inicia seu raciocínio lembrando que Foucault afirma que a História atravancou e ocupou o lugar da Memória. Por outro lado, a História escrita proveu de uma maneira própria a forma de se pensar aquilo que existe num lugar chamado memória. Para interrogar esse lugar é necessário que vejamos a História não como objeto e sim como um processo de ideação, de imaginação e lembrança. Foi dessa forma que as práticas sobre a Memória determinaram o aparecimento da História moderna, isto é, perceber como essa História modelou a Memória.

Nesse processo o arquivo cumpre um papel fundamental. A autora explica que desde o século XIX é comum fazer uma analogia entre arquivo e memória. O que é feito por Derrida, porém, o problema reside no fato de que o arquivo não é igual à memória humana, a qual se constitui como um todo; e nem tampouco funciona como o inconsciente, lugar insondável, sem tempo, em que nada escapa.

O arquivo é feito da documentação do passado, selecionada e conscientemente escolhida, mas também formada de fragmentos, muitas vezes escapa à intencionalidade. Assim, como ele é indexado, catalogado, organizado, também pode não sê-lo, ou simplesmente perder esses fragmentos. Porém ele se mantém aí, como acúmulo de documentos, aguardando ser lido, usado, narrativizado.

Dessa forma, Steedman (2001) aponta que o arquivo poderia ser definido como lugares nos quais o passado (o qual não existe mais, mas que alguma vez existiu e portanto não pode ser recuperado, embora possa ser representado) depositou alguns traços ou fragmentos, usualmente em forma de escrita. Em outras palavras, um lugar prosaico onde os traços escritos e fragmentados do passado são colocados em caixas e folders para serem empacotados, guardados, catalogados.

Mas, uma definição tão prosaica seria estéril demais. Assim, a autora continua, o que sabemos do passado nunca é o que realmente foi. Quando adultos, voltamos à infância e encontramos um bálsamo e lugar seguro nela. O passado da infância é uma recorrência constante para a construção da identidade. Essa atitude é também própria das sociedades modernas, e que na década de oitenta passou a se chamar de "política de identidade". Assim a construção da identidade moderna pode ser explicada como um movimento que procura achar uma coincidência com o objeto desejado (que pode ser uma pessoa ou grupo, localizados em qualquer lugar do presente ou passado); e ao mesmo tempo, é nessa aproximação que se dá o processo de individuação como personalidade única.

Na aproximação ao passado, na procura de identificação, o arquivo seria para Steedman (2001) uma espécie de lugar que tem a ver com o desejo e a apropriação. Ele se relaciona com coisas desejadas, que são colocadas, juntadas, coletadas, coladas, indexadas; é um lugar onde o mundo inteiro, a ordem social pode ser imaginada pela recorrência de um nome, de um lugar ou de um registro. O arquivo, portanto, é algo que pela ação cultural da História se tornou um lugar potencial da Memória. Um dos poucos alívios da imaginação moderna, onde um lugar cuidadosamente construído possa vir a se tornar um lugar sem limites para assim liberarmos do arresto domiciliar que Derrida sugeriu como condição do arquivo.

A apresentação dos artigos de Steedman (2001) aponta para uma discussão a respeito do arquivo a partir da perspectiva de sua institucionalidade. Assim, podemos entender o porquê esclarecer a reflexão de Derrida no que diz respeito à relação do arquivo com o poder, e, consequentemente com a apropriação das origens. Esses dois princípios têm relação com o aparecimento do próprio poder institucionalizado e materializado num lugar. Por outro lado, a relação do arquivo com a construção de um relato do passado, não desvinculado da imaginação, também pressupõe um lugar institucional, mesmo que incompleto. Sendo assim, a relação do arquivo não se restringe unicamente a esses aspectos como será visto a seguir.

#### A memória no arquivo

Embora muita importância seja dada ao arquivo no que diz respeito a sua teoria, suas práticas e suas representações, ele não se restringe unicamente a esses aspectos. Como foi apontado anteriormente ele é sempre uma exterioridade, uma prótese, uma quantificação do documento (portanto, com as características inerentes a ele), mas, sobretudo, o arquivo também é um lugar, um espaço.

Lugar e espaço são duas categorias conceituais diferentes, embora se cruzem e se determinem, como assinalado por Certeau (1995):

> O lugar é uma ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do 'próprio': os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar 'próprio' e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. (CERTEAU, 1995, p. 201, grifos do autor).

Assim, o arquivo ao qual referiu-se até agora, é um arquivo como lugar, um arquivo aonde impera a ordem, qualquer tipo de ordem, seja entendida como arranjo físico dos documentos, ou como a ordem como exercício do poder, de qualquer poder. Isto é, um arquivo institucionalizado, mediador entre os rastros do passado e o relato desse passado, indicador de uma existência não mais existente e "disponibilizador" de possibilidades de construção de um passado imaginado.

Nesse sentido, esse arquivo como lugar se aproxima da esfera pública, da esfera institucional, restringindo, esse arquivo como lugar da memória pressupõe o enquadramento da memória, o arresto domiciliar das possibilidades do passado, uma resposta precária aos relatos que demarcavam essa memória.

Porém Certeau (1995) continua diferençando o lugar do espaço:

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambigüidade de uma efetuação, mudada em um tempo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a aproximações sucessivas. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade do 'próprio'.

Em suma, o espaço é o lugar praticado. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos - um escrito. (CERTEAU, 1995, p. 202, grifos do autor).

Considera-se pertinente introduzir essa definição de espaço, porque ela abre uma outra possibilidade de interpretação do arquivo, pois ela desloca a atenção da produção de uma ou algumas memórias, para uma maior atenção da apropriação da memória. Na invenção do cotidiano, Certeau (1995) se propõe a estudar a suposta passividade do usuário perante regimes disciplinares. Assim, diante de um sistema produtivo expansionista existe uma outra produção, produção de consumo, ele dirá, não é outra coisa que a apropriação (muitas vezes difusa) da produção.

Para isso, existe, portanto, uma ação, uma serie de práticas ou trajetórias, que ele divide em dois tipos: as estratégias e as táticas. As estratégias se definem:

> Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exercito, uma cidade uma instituição cientifica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações de com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa, etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização 'estratégica' procura em primeiro lugar distinguir de um 'ambiente' um 'próprio', isto é, o lugar do querer e do poder 'próprios'. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitiçado pelos poderes invisíveis do outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar. (CERTEAU, 1995, p. 99, grifos do autor).

Ou seja, mais uma vez, o atrelamento dos lugares às estratégias e ao exercício do poder. Já as táticas são as respostas que as estratégias institucionais determinam, é a arte da astúcia, como um enfrentamento bélico no qual terá de achar as brechas pelas quais as tácticas possam ser exercidas. As táticas não possuem lugares, não são espaciais, pelo contrario, elas são temporais e se esgotam no momento. Em suma "é a arte do fraco" (CERTEAU, 1995, p. 101).

Certeau (1995) dirige seu estudo para o consumo das massas contemporâneas através de práticas cotidianas de resposta à ordem pela apropriação especifica dos bens. Ele interpreta a sociedade pela produção e o consumo, e é no consumo (no sentido de uso), que devem ser encontrados os mecanismos e a dinâmica da apropriação. Ainda, o que ele chama de produção se dá unicamente pela apropriação, por aquilo que ele denomina de "próprio", e que se materializa na exteriorização e controle do lugar – sua instituição. Portanto, as apropriações são um não-lugar, uma manifestação unicamente temporal, como a memória.

Sendo assim poder-se-ía entender a memória como uma apropriação de uma identidade pelas lembranças e silêncios do passado, pelas significações particulares que são criadas nas brechas deixadas pelo exercício de um poder institucional o qual se manifesta em todos os níveis da existência.

Inserindo a memória nas praticas cotidianas, poderemos ver com outro olhar a relação do arquivo com a memória. Nesse sentido também as relações, aproximações e tensões, que perpassam o institucional e o cotidiano, podem adquirir uma outra dimensão de entendimento do poder e da memória. A maneira de exemplificar esses cruzamentos pode ser esclarecida; para tal, brevemente, citam-se quatro modalidades nas quais se cruzam esses feixes de entendimento:

- O arquivo como lugar da memória. Se por um lado o arquivo se define desde suas origens como um lugar onde nasce e se exerce o poder graças à guarda e apropriação de um passado incompleto (na espera de ser narrado), e materializado em documentos, o arquivo também pode ser um lugar da memória. De uma memória construída, enquadrada, manipulada (para bem ou mal), e cujo lugar hoje é ocupado pela História. Essa memória que precisa de um lugar, está virtualmente contida, entre outras instituições, nos arquivos. Mas, resta ainda talvez, o aspecto em que mais claramente se manifesta essa relação. O que se refere ao papel simbólico dos arquivos na construção das identidades, sejam individuais ou coletivas.

Os arquivos podem ser símbolos e lugares da memória. Como conceito, ele simboliza o passado, mas um passado como começo, como procura de uma origem manifesta na pergunta de onde eu venho? Portanto, quem eu sou? Como lugar, ele simboliza, nas cidades, o poder do Estado moderno, das instituições civis e oficiais, como também dos movimentos sociais. Mas que, no cotidiano, são apropriados de forma difusa, espontânea, temporal com diversos fins (entre eles a memória) pelos indivíduos e os grupos.

- Os arquivos pessoais. Artiéres (1998) chama atenção para mostrar que existe uma injunção social que impele as pessoas a guardarem todo tipo de documentos, desde as exigências institucionais, os documentos probatórios de nossa existência oficial, como todo tipo de documento que será exigido em algum momento, em alguma circunstancia, para alguma atividade.

Mas, os arquivos pessoais não são unicamente acumulados por uma obrigação social, eles também possuem documentos que guardamos com fins de atividades especificas ou profissionais, um rascunho, um bilhete com algum endereço ou uma frase importante de um livro, ou um resumo, etc.; ou, documentos guardados como recordação, uma fotografia, um tíquete de uma viagem.

Os arquivos pessoais são lugares, os próprios lares ou escritórios dos indivíduos, eles obedecem a estratégias, mas em muitos casos eles se submetem a táticas de resposta, inseridas nas nossas trajetórias, nossas ações cotidianas. Os arquivos pessoais se configuram no cruzamento da memória e do controle, das estratégias e trajetórias íntimas e públicas pela intromissão do poder e da obrigação da prova.

- O arquivo de si. Janine Ribeiro (1998) escreve um artigo chamado Memórias de si ou..., no qual delineia duas pulsões para guardar documentos. Uma feita propositalmente por personalidades que sabem que, ou pelo menos assim acreditam, suas vidas

serão de importância para o entendimento de um passado ainda por vir. A outra pulsão é do homem comum, que coleciona a si mesmo: "coleções aparentemente menos egoístas, marcadas mais pelo gesto mesmo e puro do entesouramento que pelo papel que este possa exercer na perpetuação de uma identidade gloriosa" (1998).

O que se entende, no caso, por o arquivo de si, se estende além do colecionismo o qual pretende uma reunião de objetos com algum elemento comum e identificador aos objetos, para uma acumulação de objetos impregnados de lembranças, vestígios de um passado irrecuperável, nostálgicos indicadores de um passado que alguma vez existiu e que hoje esses objetos ocupam seu lugar. Tem-se então uma coleção no sentido de recuperar uma trajetória, que, de maneira inconsciente, o sujeito vai traçando sobre sua existência.

Caso seja a memória definida pelo tempo, pela fugacidade da imagem sensorial que fazemos de um passado manipulado pelos sentimentos, ela encontra sua exterioridade espacial no objeto (documento) e seu lugar na coleção. Mas a aparente desordem dos objetos que rodeiam a vida das pessoas e aos quais impregnamos de sentimentos enunciam uma vida. Como toda enunciação, esses objetos são a atualização de um relato que pressupõe também o silenciamento de outros possíveis enunciados, que ficariam existentes na memória à espera de uma articulação que os resgate da virtualidade.

O arquivo de si é sempre uma trajetória, uma ação, uma produção de sentidos, de respostas. O que não exclui o fato de posteriormente se tornar institucionalizado, manipulável, lugares da memória. No momento de sua formação, no dia-a-dia cotidiano, esses arquivos de si, essas coleções de memórias são espaços no sentido ao qual se referiu anteriormente. São inconfundivelmente fugacidades temporais manifestas nas brechas que a ordem do poder impõe sobre nossos corpos e nossos sonhos.

Para finalizar, seria pertinente colocar um último exemplo que não é exatamente de arquivo propriamente dito, na sua relação com a memória, mas, é um exemplo das relações contemporâneas que o público estabelece com arquivo através da teatralização da memória Trata-se de fazer uma referencia à exposição *Brasil 500 anos*, realizada entre os dias 22 de abril e 7 de setembro do ano 2000 como comemoração dos quinhentos anos da descoberta do Brasil. Com toda certeza, o acontecimento mais importante dentro do marco das celebrações.

A exposição foi realizada e inaugurada em São Paulo, no pavilhão da Bienal, no parque de Ibirapuera. Posteriormente algumas das partes da exposição percorreram diferentes cidades nacionais e internacionais, tendo que serem adaptadas aos espaços nos quais foram montadas. A curadoria foi dividida por etapas cronológicas, fundamentadas numa tipologia estilística, que percorriam desde a geografia e cultura material, do Brasil pré-histórico até as manifestações artísticas contemporâneas. Paralelamente, houve

partes dedicadas a diversos aspectos temáticos, como a cultura indígena, negra, a visão estrangeira do Brasil e a chamada arte do inconsciente.

Dentro da exposição, criou-se uma ambientação, espacialmente delimitada, localizada no centro do pavilhão principal da Bienal, ocupada por um único documento: a Carta de Pero Vaz de Caminha. No meio da sala, numa urna de vidro sobre um pedestal ao alcance do olhar do público, iluminada por refletores, a carta original foi exposta aos olhos, reverentes e silenciosos dos brasileiros, sendo que cada dia era exposta uma página diferente.

A exposição tinha a intenção explícita de comemorar a descoberta do Brasil, ele foi um ato celebrativo. Tanto que a exposição teve como marco de duração outras duas efemérides (lugares da memória). Nesse sentido, além de comemorar, a exposição tinha uma outra finalidade: lembrar, ou seja, ativar um dispositivo de recordação.

Para isso contribuiu a curadoria (uma das mais criteriosas, exaustivas e representativas) e a montagem dos objetos em cada um dos espaços dos pavilhões do parque. Por trás da exposição, manifestava-se na exposição um único enunciado: a criação da cultura brasileira. Uma visão oficial do passado, construída desde um lugar, com a finalidade de dar identidade a uma nação.

A escolha dos objetos e sua disposição assinalavam, nesse sentido, mostrando o que melhor se produziu na cultura e na arte brasileira, não poupando esforços para trazer obras dispersas em coleções estrangeiras. A grandiosidade da mostra ocultava também outras manifestações consideradas menos importantes, não consagradas pela cultura e crítica oficiais. Como também demarcava percursos e trajetórias, uma "leitura" dirigida de um relato manipulado.

Esse relato à mostra teve como ponto central, como elemento articulador, portanto em destaque, um documento arquivístico, a Carta de Pero Vaz. O documento exposto, teatralizado num cenário de respeito e recolhimento, indicava a origem da nação brasileira. A encenação do arquivo, a Carta como símbolo do Arquivo. Um arquivo institucionalizado, guardião de um documento que valida o nascimento do país. A imprensa chamava de "certidão de nascimento" do Brasil, a prova oficial de sua existência.

Nessa encenação do arquivo, que apelava ao sentimento de pertença a uma nação é um claro exemplo de como a História oficial (no caso, feita numa narrativa de objetos) se colocava a disposição para transformar-se num dispositivo de identidade, lembrando o que melhor produziu a cultura brasileira. O arquivo símbolo (a ser apropriado/consumido) da nação, do poder e da origem.

Foram citados esses exemplos com a intenção de poder visualizar melhor os cruzamentos, as tensões e assimilações sobre as quais se constrói a memória no arquivo

e o arquivamento da memória. As relações entre arquivo e memória ultrapassam a instituição, assim como perpassam categorias como poder e símbolo. Quando associado à memória, o arquivo adquire um movimento expansivo que dilui qualquer tipo de classificação ou tipologia. As desapropriações ocasionadas pela memória nas estratégias e nas táticas, nos lugares e nos espaços, respectivamente, configuram e desconfiguram a definição tradicional do arquivo.

#### Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 21, p. 9-34, 1998. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/234.pdf> . Acesso em: 6 abr. 2007.

BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. In: \_\_\_\_\_\_. Ficções. São Paulo: Globo, 1997.

\_\_\_\_. La memória de Shakespeare. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

CERTEAU. Michel de. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1995. v. 1: Artes de fazer.

DERRIDA, Jacques. Mal de arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

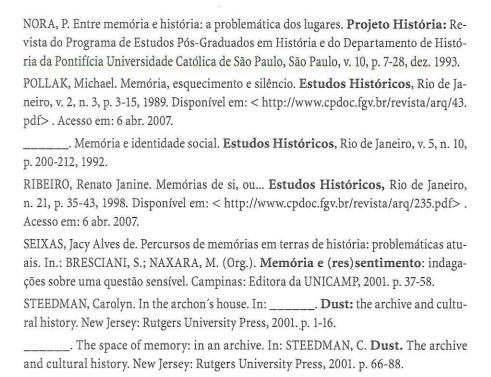
HARRIS, Verne. Something is happening here and you don't know it is: Jacques Derrida unplugged. Journal of the Society of Archivists, v. 26, n. 1, p. 131-142, Apr. 2005.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 17, p. 63-180, nov. 1998.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 21, p. 89-103, 1998. Disponível em: <a href="http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf">http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf</a> . Acesso em: 6 abr. 2007.

MONTESPERELLI, Paolo. Sociologia de la memória. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2004.



# Identificação arquivística: reflexões sobre a articulação entre teoria e prática no modelo de estágio supervisionado do Curso de Arquivologia da UNESP - Marília

## Ana Célia Rodrigues

A afirmação da arquivística como disciplina científica é muito recente, embora existam pesquisas em desenvolvimento em nível nacional e internacional. Desde o século XIX a vertente tecnicista tem predominado e a investigação tem se demonstrado bastante tênue, o que pode ser verificado pela ainda inexpressiva produção teórica na área.

Desde os anos 80, a ênfase que vem sendo colocada nas atividades de pesquisa, com vistas à elevação do nível de qualidade e construção da arquivística enquanto ciência, requer que as tarefas relacionadas à investigação, sistematização e disseminação do conhecimento fundamentem os trabalhos dos arquivistas em todo o mundo.

Atualmente a área passa por um momento de profundas transformações, buscando novas dimensões no campo do seu saber e, segundo José Maria Jardim (1999, p. 88) "encontra-se em vias de um profundo redimensionamento, num processo reestruturador dos seus espaços, espaços científicos, tecnológicos, sociais". Tais espaços, ao contemplarem o binômio, crise / crescimento, são definidos pelo autor como "novos espaços de conhecimento arquivístico". Analisando a questão da produção do conhecimento científico na área da Arquivologia defende que a pesquisa é a condição para a formação profissional e uma gestão da informação em altos níveis. "Como tal, reconhecermos sob que paradigmas e parâmetros conceituais atuamos é algo inerente ao fazer arquivístico. Por isso é mais do que relevante discutirmos o que estamos hoje entendendo por Arquivologia em nível internacional e no Brasil". (JARDIM, 1999, p. 104-105).

A introdução da gestão de documentos nas práticas profissionais é um importante elemento que vem contribuir para o incremento da pesquisa na área, permitindo a consolida-

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Encuentro de Educadores de Archivologia, organizado pela Red Iberoamericana de Enseñanza Archivística Universitaria (RIBEAU) no âmbito do V Seminario Internacional de Archivos de Tradición Ibérica, realizado no dia 04 de julho de 2007, em San Jose, Costa Rica. A participação neste evento contou com o apoio da FUNDUNESP.

ção de uma metodologia arquivística para o tratamento documental que passou a considerar o documento desde a gênese até a sua destinação final: eliminação ou guarda permanente.

A implantação de programas de gestão documental exige do arquivista hoje, um perfil diferente do que lhe foi conferido historicamente. Sua intervenção, se antes restrita aos fundos permanentes, passou a ser requerida em todo o ciclo de vida dos documentos, exigindo um modelo de formação profissional focado no estudo do documento, como garantia de seu efetivo controle para a prestação de serviços de informação a uma sociedade em acelerada evolução. Se antes o profissional de arquivos era visto como um silencioso conservador de papéis históricos, de vertente tecnicista, hoje ele se transformou em um ativo sujeito da gestão dos documentos nas administrações.

Hoje, as necessidades da sociedade são mais rápidas e o arquivista deve ser capaz de respondê-las com a mesma agilidade de sua evolução. As respostas a estas demandas e a maneira como os estudantes de arquivologia aprendem a formulá-las dependem do tipo de ensino que é oferecido, e neste contexto a pesquisa ocupa um lugar central na formação profissional do arquivista.

Através da pesquisa é possível formar um profissional com competência para compreender a essência do documento e deliberar com autonomia e segurança sobre suas práticas, tornando-as objetivas; aperfeiçoar os instrumentos metodológicos e introduzir inovações necessárias, próprias do ambiente científico.

> Num quadro de profundas transformações, arquivista deve ser formado sobre o paradigma de "aprender a aprender". "Aprender a fazer" não é mais suficiente para o arquivista da era da informação. Como tal, não pode ser apenas um reprodutor de conhecimento, mas um produtor de conhecimento. (JARDIM, 1999, p. 95).

No âmbito do projeto pedagógico, o estágio é o espaço de construção da prática. É no estágio supervisionado que o aluno torna-se capaz de intervir na práxis pedagógica, pois utiliza como referencial teórico os fundamentos teóricos tratados em disciplinas do curso para iniciar o processo de tomada de decisões sobre o trabalho a ser realizado. Neste momento, professor e aluno são sujeitos de um mesmo processo, de formação e de criação de um modelo de ensino articulado, estimulado pelo exercício da observação e da análise critica do seu objeto de estudo, o documento de arquivo.

Isto pressupõe pesquisa e a permanente indagação sobre sua relação com a prática arquivística.

Diante destas novas funções atribuídas ao arquivista, o que falta para em sua formação que permita uma articulação entre sua capacidade e o desejo arquivístico de atuar profissionalmente?

No âmbito da produção científica da área, a diplomática tem se destacado como disciplina. Os artigos publicados revelam uma profunda reflexão sobre sua abordagem teórica e pertinência na aplicabilidade prática do método proposto para a identificação de documentos de arquivo, constituindo-se num instrumental seguro para as propostas de metodologias aplicadas ao tratamento técnico dos documentos em qualquer fase do seu ciclo de vida.

Estes estudos possibilitam o delineamento de um perfil profissional analítico, que fundamenta sua atuação na reflexão critica sobre a natureza e características do documento, conhecimento fundamenta a construção de suas praticas. Não atua mais repetindo modelos e técnicas consagrados pela literatura tradicional, cuja aplicabilidade nem sempre é adequada à realidade em que se encontra o objeto a ser tratado.

No Brasil, Heloísa Bellotto (2001), analisando o espaço que a diplomática ocupa no ensino de arquivologia, afirma que "o que importa é que a crítica ou análise diplomática, metamorfoseada, agora pelo acréscimo da análise tipológica, conquistou definitivamente um importante lugar na área profissional. O que é preciso agora, portanto, é que se posicione adequadamente no ensino arquivístico, nestes novos moldes".

A autora questiona: "como atingir o ponto ideal, ou, pelo menos, o razoável da formação do arquivista brasileiro? Para tanto, é necessário saber como os conteúdos estão focalizados e direcionados para a construção de um bom profissional". (BELLOTTO, 2001).

O ensino da diplomática contemporânea articulado a prática de pesquisa envolvendo estudos de caso, denominada diplomática especial, é considerado premissa para o modelo de formação oferecido pela universidade, no contexto da educação arquivística. Esta metodologia de ensino contribui por um lado para o desenvolvimento científico da área e por outro, propicia o desenvolvimento da reflexão crítica, base fundamental da formação do arquivista hoje.

# Pesquisa em arquivística: a identificação

Hoje em dia são muitos os significados que pode apresentar o termo pesquisa no processo educativo, conceito que foi mudando à medida que foram aparecendo novos enfoques na discussão.

A expressão "pesquisa em arquivística" merece um estudo mais aprofundado, pois envolve questões e problemas relativos à natureza, metodologia, finalidade e objetivos no que se refere a busca progressiva de conhecimento no campo da arquivística. Uma forma de nos aproximarmos deste conceito é compreendendo as perspectivas que se apresentam no campo do conhecimento científico para a área, considerando os objetivos e finalidades propostas.

Portanto, por pesquisa em arquivística, se pode entender a que é realizada sobre qualquer tema ou questão que se refere à área de conhecimento (formação profissional,

conservação, avaliação, organização, descrição, acesso, políticas publicas, gestão de documentos, história dos arquivos) e a que se relaciona diretamente com as práticas vivenciadas pelo arquivista em sua rotina de trabalho, desenvolvida no âmbito institucional, denominada identificação, abordagem que nos interessa para efeito deste trabalho.

Esta fase da metodologia arquivística, chamada identificação, é uma fase qualificada pelos autores como "fase do tipo intelectual", que consiste em estudar analiticamente o contexto e a tipologia documental produzida na especificidade da gestão administrativa que o caracteriza. Neste sentido, é um trabalho de investigação e crítico sobre a gênese do documento, em sua estreita relação como o órgão que o produziu.

A identificação é um tipo de investigação científica particular, que se constitui numa ferramenta de trabalho para o arquivista.

> O arquivista é um investigador por ofício, mas não um investigador de qualquer assunto. É pesquisador das instituições cujos documentos se encontram sob sua custódia e que deve organizar e descrever mediante uma metodologia arquivística, que apresentando bases científicas, lhe permite pisar em terreno firme e seguro. (LOPEZ GOMEZ, 1998, p. 39).

A metodologia versa sobre os "estudos institucionais", somados à "analise documental", fundamentados na aplicação direta do princípio da proveniência e da ordem original. Este conhecimento sobre o órgão produtor combinado a um processo analítico dos documentos produzidos, a partir do conhecimento das suas características internas e externas, permite chegar a identificação das séries documentais. A identificação reconstrói tanto a "estrutura como a funcionalidade dos arquivos e consequentemente, das instituições que os originaram" (LÓPEZ GOMEZ, 1998, p.39).

Esse processo contribui decisivamente para a formação de arquivistas cujo perfil compreende o desenvolvimento de habilidades necessárias à busca do conhecimento teórico, utilizando-o adequadamente para a solução dos problemas que se apresentem em seu fazer diário, e à elaboração de novos conhecimentos. A atitude científica deve ser eminentemente critica, um dos pressupostos básicos para o ensino arquivístico.

O arquivista deve ser capaz de analisar criticamente a realidade que se coloca à luz de conhecimentos teóricos e de atuar com competência de modo autônomo e consequente. Nesta perspectiva, deve-se considerar que a pesquisa e o uso do conhecimento técnico-científico são atividades permanentes na carreira do profissional.

Para tanto parece ser indispensável que o profissional de arquivos disponha de um instrumental teórico-metodológico que lhe possibilite o progressivo domínio de suas práticas de trabalho e a partir da reflexão sobre o objeto de seus estudos, se transforme em produtor de conhecimento científico.

Portanto, se o conhecimento das estruturas administrativas, os procedimentos burocráticos, dos processos documentais e das formas permite aos arquivistas realizar uma analise comparativa das series arquivísticas para a seleção e aquisição, este mesmo conhecimento os possibilita participar com competência na produção, mantendo o uso dos documentos correntes, iluminado-os quando se trata de determinar o perfil do documento, a simplificação de procedimentos burocráticos e a adoção de sistemas de classificação e recuperação. (DURANTI, 1995, p. 5).

Trata-se, portanto, da utilização de uma metodologia de pesquisa, que se constitui em uma ferramenta de trabalho básica para o desenvolvimento das funções concernentes ao exercício profissional do arquivista.

A pesquisa aplicada ao ensino do fazer arquivístico se fundamenta na análise decorrente de diagnóstico elaborado sobre o documento de arquivo, com a finalidade de propor soluções para o problema apresentado. O estudante aprende a investigar sobre a gênese do documento, revelando os elementos que o caracterizam e registrando estas informações em instrumentos específicos, como condição e fundamento para o desenvolvimento das funções arquivísticas de planejamento da produção, avaliação, classificação e descrição.

O objetivo é que o aluno assimile o mecanismo de produção do conhecimento científico e o papel da metodologia como instrumento de enriquecimento da prática arquivística, mediante a aplicação dos princípios teóricos.

> É absolutamente vital que a educação arquivística continue a focar a teoria como o principal ponto de referência para entender e controlar novos e crescentes complexos de documentos, mas tal teoria está se desenvolvendo rapidamente como um resultado da pesquisa que tenta encontrar os desafios apresentados pela tecnologia da informação, e assim também são os métodos, que mudam conforme a necessidade. (DURANTI, 1995, p. 2).

Isto permite uma aproximação entre teoria e prática, colocando o profissional em contato com programas concretos de trabalho que lhes possibilita dispor de critérios para reconhecer e tratar os documentos de arquivo. Desenvolve sua capacidade de analise e síntese, utilizando esta ferramenta como referencial para suas práticas profissionais, refletindo sobre a gênese do documento de arquivo, em qualquer contexto ou situação arquivística que se encontre, a fim de propor o tratamento técnico adequado.

Esta pesquisa pode ser desenvolvida durante todas as fases do ciclo de vida dos documentos, podendo, portanto, incidir sobre o momento de sua produção, para efeito de implantação de programas de gestão de documentos, ou no momento de sua acumulação, para controlar fundos transferidos ou recolhidos aos arquivos.

A reflexão e sistematização da identificação como função arquivística, vem suprir uma lacuna qualitativa e instrumental para a uniformização de procedimentos metodológicos dos quais dispõem o arquivista para tratar os documentos ao longo do seu ciclo vital.

Nesta perspectiva, a etapa da identificação de tipologias documentais encontra na abordagem da diplomática contemporânea seus fundamentos teóricos e metodológicos, demonstrando a efetiva contribuição desta disciplina para a construção teórica da arquivística e para o ensino da arquivologia, permitindo que o arquivista se revele um produtor de conhecimento científico.

#### A diplomática como método de pesquisa

A metodologia diplomática é um método analítico de investigação, que não se fixa preliminarmente no conhecimento dos órgãos produtores, mas nos procedimentos administrativos de criação dos documentos, sem desconsiderar, entretanto, as estruturas organizacionais e a competências a elas atribuídas. O estudo do documento é tomado como referencia, porque ele "fala por si mesmo", refletindo as relações expressas entre a forma documental e o contexto administrativo, conhecimento que fundamenta o desenvolvimento das funções arquivísticas em qualquer momento do ciclo de vida documental.

Na perspectiva tradicional da arquivística, para o conhecimento da gênese do documento, devemos partir da análise do geral para o particular, do órgão produtor para o resíduo material do exercício de suas competências, que é o documento que circula e é acumulado no arquivo. Este é um axioma arquivístico para um segmento de teóricos na área, mas que vem se tornando objeto de reflexão entre os profissionais que estudam as questões de naturezas teóricas metodológicas propostas pela tipologia documental. O método de análise proposto, invertendo a perspectiva tradicional, se fundamenta no princípio de que é no procedimento administrativo que reside à contextualização e a chave para compreender o tipo documental (RODRIGUES, 2005, p. 24).

Luciana Duranti (1995) analisa a diplomática tradicional, adequando seus princípios e formulando conceitos que fundamentam o tratamento integral da tipologia documental produzida pelas administrações do mundo atual. A metodologia utilizada para o reconhecimento do contexto de produção dos documentos pode ser resumida da seguinte forma: o arquivista diante de um documento ou um conjunto de documentos conduz sua pesquisa em direção a gênese, olhando para o próprio documento como ponto de partida metodológico.

O método toma como referência a relação "de baixo para cima" para o tratamento técnico de documentos de arquivo, partindo do conhecimento do tipo documental, revelador das ações e procedimentos que determinaram a produção. O "axioma diplomático de que as formas documentais transmitem e revelam o conteúdo é essencial para formar o elo perdido entre os enfoques da proveniência e da custódia" (DURANTI, 1995, p. 206) é o princípio utilizado para compreender o documento na fase de produção ou de acumulação.

A tipologia documental, ou diplomática contemporânea, tem como parâmetro conceitual a identificação do tipo, cuja fixação depende primeiramente do reconhecimento da espécie, conceito proposto por Heloísa Liberalli Bellotto (2001)². A correta delimitação do tipo documental, considerado em função do seu contexto de produção, é de fundamental importância para definir sua classificação, valor para preservação ou eliminação e utilização. Tal compreensão sempre começa com um exame direto dos documentos, identificando o propósito de sua produção no âmbito do procedimento administrativo que está inserido.

Os princípios teóricos e a metodologia da diplomática trazem novos elementos para o ensino da arquivologia, permitindo a formação de "um profissional muito mais conhecedor da matéria prima, com o que desenvolverá sua atuação profissional futura: [...] o poder identificar o indissolúvel elo entre os documentos e sua gênese, contexto de produção e fatos/ações/transações que os originaram porque os estudos de diplomática o tornam apto para isto". (BELLOTTO, 2001).

A diplomática é uma disciplina que apresenta uma importância fundamental na formação do arquivista, tornando-se indispensável sua maior valorização no âmbito do ensino e pesquisa acadêmica. Deve ser abordada dentro desta concepção moderna e no âmbito da tarefa de identificação, o que possibilitará a formação do profissional voltado para a pesquisa científica aplicada à gestão de documentos e arquivos.

A metodologia da identificação de tipologia documental aplicada à de avaliação, classificação e descrição é a base conceitual que sustenta a proposta pedagógica do estagio supervisionado proposto para o Curso de Arquivologia da Unesp-Marília.

Nesta perspectiva, é legítimo afirmar que o reconhecimento da diplomática como base para o desenvolvimento das metodologias arquivísticas pode contribuir para formar arquivistas com status de produtores de conhecimento e não mais de meros reprodutores de modelos.

A espécie documental é o modelo juridicamente válido, redigido a partir de uma mesma construção semântica e formatado de maneira que torne válido e credível seu conteúdo (BELLOTTO, 2001) e o tipo "é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa", originando a série documental, definida como "a sequência de unidades de um mesmo tipo documental". (CAMARGO; BELOTTO, 1996).

# O modelo de Estágio Supervisionado do Curso de Arquivologia da Unesp

Do ponto de vista da educação, as questões que envolvem o estágio supervisionado nos cursos de graduação, estão presentes nas obras de muitos autores. A idéia de formação continua do profissional, cujo modelo se fundamenta na prática da investigação e na vivência do cotidiano profissional, são discutidas nos projetos de implantação de projetos de estágios em vários campos do saber<sup>3</sup>.

No âmbito da arquivologia, estas reflexões permeiam o debate entorno do perfil profissional desejado e o modelo de ensino oferecido para formá-lo.

Neste momento pedagógico do estágio supervisionado, a tutela do professor para a tomada de decisões do grupo contribui para despertar a segurança necessária para a vida profissional do futuro arquivista.

Na experiência da relação estabelecida entre professor e aluno no estágio, a preocupação que norteia a construção da práxis pedagógica é o desenvolvimento da capacidade de atuação autônoma e responsável, alicerçada em conhecimentos construídos, numa perspectiva de continuidade. Este processo começa no cotidiano das salas de aula, nas leituras realizadas, na troca de experiências entre os alunos e, sobretudo, neste começo da vivência profissional.

Inicia-se o desenvolvimento de habilidades para o aluno atuar produzindo saberes e fazeres novos, com o objetivo de reafirmar a especificidade do documento de arquivo e a identidade do arquivista, aspectos relevantes nas discussões da área nos dias de hoje.

O Curso de Arquivologia da Unesp-Marília foi implantado em 2003, com o objetivo principal de formar um profissional que domine os conteúdos específicos e consiga enfrentar, de forma criativa e eficiente, os problemas inerentes à sua atividade. Na área acadêmica, por sua vez, busca-se formar arquivistas que tenham na pesquisa científica, uma das bases para pensar a sua atuação. Esse perfil de arquivista visa, em última análise, a que se chegue a um profissional que, como preconizado pelas diretrizes curriculares para a área de Arquivologia, domine suficientemente os conteúdos específicos da área e consiga enfrentar, de forma criativa e proficiente, os problemas inerentes a sua prática profissional em arquivos.

Para atingir tal objetivo, constam da estrutura curricular um núcleo geral, comportando disciplinas obrigatórias e optativas, e atividades comuns aos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia e um núcleo específico, comportando disciplinas e atividades

Veja o artigo de Oliveira e Cunha (2006), cujas bases teóricas analisadas à luz da pedagogia para a proposta de estagio supervisionado do Curso de Pedagogia a Distancia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), fundamentaram nossa presente abordagem sobre o tema no Curso de Arquivologia da Unesp-Marília.

próprias do fazer arquivístico, além de estágio obrigatório e do desenvolvimento e defesa de um Trabalho de Conclusão de Curso.

Esta especificidade do saber e do fazer próprio de cada área é garantida no âmbito do diálogo científico em torno do objeto de estudo da Biblioteconomia e Arquivologia, conferindo significado para a reflexão sobre o estatuto do documento como condição para realização das práticas profissionais, onde a pesquisa ocupa um lugar de destaque na proposta pedagógica dos cursos.

Além da pesquisa científica desenvolvida nos trabalhos de conclusão de curso, o estagio supervisionado é o momento do aluno de desenvolver um projeto científico especifico de sua área.

Como suporte ao desenvolvimento de tais atividades de investigação, consideradas prioritárias no âmbito departamental, conta-se com os laboratórios de pesquisa, onde são desenvolvidos os estágios curriculares, implantados no Curso de Arquivologia para esta finalidade: Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CE-DHUM), onde se encontra o Laboratório de Conservação de Documentos (ambos apoiados por projetos INFRA-FAPESP) e Laboratório de Gestão Documental, instalado em parceria com a Seção de Comunicações da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp-Marília. Além destes, atendem o curso, dois laboratórios de tecnologias.

De acordo com o Regulamento de Estágio Supervisionado, considera-se estágio curricular, "o conjunto de atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizado na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação de instituição de ensino" (art. 1º), o qual tem por objetivo "articular a formação ministrada no curso com a prática profissional respectiva, de modo a qualificar o aluno para o desempenho competente e ético das tarefas específicas da profissão de arquivista" (art. 2°).

As atividades dos estágios supervisionados totalizam 10 % da carga horária total do curso (252 hs), a serem cumpridas entre o 5° e o 8° semestre, prevendo-se a figura do coordenador e dos supervisores de estágio, distribuídas em módulos: arquivos permanentes (100 hs), arquivos correntes e intermediários (90 hs) e arquivos especializados (62 hs).

A parcela de 30% da carga horária total de cada módulo, pode ser realizada em instituições arquivísticas conveniadas com a Unesp, desenvolvendo-se atividades de observação de rotinas de funcionamento, flexibilizando assim os interesses dos alunos. O restante das horas deve ser cumprido nos laboratórios do curso, com atividades planejadas de pesquisa e desenvolvimento de metodologias.

A proposta pedagógica do estágio se fundamenta na articulação entre teoria e prática, viabilizada pela pesquisa sobre o documento e a situação em que se apresenta. Desta forma são estabelecidas relações entre as ações propostas nos módulos e o conhecimento abordado em um conjunto de disciplinas do núcleo específico do curso.

A base conceitual desta proposta reside no estudo sobre o documento de arquivo, tomado como ponto de partida para realização das práticas arquivísticas. Os estudantes realizam estudos de caso, utilizando a metodologia de identificação de tipologia documental aplicada à avaliação, classificação e descrição de conjuntos de documentos no contexto da gestão documental (módulo de arquivos correntes e intermediários) e no tratamento de massas documentais acumuladas (módulo de arquivos permanentes), definindo critérios para a preservação dos conjuntos documentais analisados (módulo de conservação preventiva).

- Módulo de Arquivos Permanentes: oferecido no Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM) da Unesp.

Os alunos atuam no Projeto de Tratamento Técnico do Fundo Prefeitura Municipal de Marília (1929 / 1960), realizando práticas de identificação, organização e descrição. Trabalham com uma amostragem do fundo, iniciando a tarefa pela elaboração de um diagnóstico, observando e descrevendo a situação arquivística que se apresenta.

A metodologia de tratamento se inicia pela identificação da tipologia documental acumulada, seguido da identificação do órgão produtor no período referido ao conjunto, pesquisa inicial que sustenta a elaboração da proposta de classificação e descrição da parcela do fundo. Elaboram os instrumentos próprios de cada uma destas fases da metodologia arquivística - ficha de identificação de órgão produtor, ficha de identificação de tipos documentais, plano de classificação e inventário parcial, além da descrição no formato NOBRADE - os quais integram o relatório final do estágio.

As atividades de observação de rotinas em instituições arquivísticas estão relacionadas com os conteúdos tratados nas disciplinas de Planejamento e Gestão de Arquivos e Arquivos Permanentes e a aplicabilidade das metodologias para o tratamento do fundo em questão, são atividades que se relacionam com os conteúdos das disciplinas de Diplomática, Classificação e Descrição.

A identificação de tipologia documental em arquivos foi tratada anteriormente em Rodrigues (2003, 2005) e serve de referencial para as práticas realizadas pelos alunos no modelo de estágio do curso. Uma parte dos resultados obtidos nos estudos de caso foram discutidas nas pesquisas de TCC, defendidos em julho de 2007, sob minha orientação - de ALBUQUERQUE, K. C., ALMEIDA, R. A., MARTINS L. X., RIBEIRO, D. R., SILVA, L. M. e VIEIRA, A. S. L. - contribuindo com elementos para a construção teórica da metodologia de identificação, tema que é objeto da pesquisa de doutorado - *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos* - que venho desenvolvendo junto ao Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Heloísa Liberalli Bellotto.

- Módulo de Arquivos Correntes e Intermediários: realizado na Seção de Comunicações da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp-Marília. Os estudantes desenvolvem tarefas orientadas sobre procedimentos de protocolo, distribuição (expedição e recepção) e arquivamento corrente e intermediário, etapas de um programa de gestão de documentos, colaborando para a implantação do Sistema de Arquivos da Unesp (SAUnesp)5.

Iniciam o estágio pelas atividades de observação de rotinas, atuando junto com os funcionários da seção. Posteriormente, realizam estudos e desenvolvem tarefas de classificação, avaliação e eliminação de tipologias documentais, observando as diretrizes propostas pelo referido projeto. Analisam e/ou elaboram os instrumentos típicos destas fases - como o modelo de verbete do manual de tipologia documental, plano de classificação, tabela de temporalidade e lista de eliminação de documentos - os quais integram o relatório final do módulo.

As atividades de observação estão diretamente relacionadas com as disciplinas de Planejamento e Gestão de Arquivos e Arquivos Correntes e Intermediários e as práticas de aplicação de metodologias estão articuladas com os fundamentos estudados nas disciplinas de Diplomática, Classificação e Produção Documental.

- Módulo de Arquivos Especializados: realizado no Laboratório de Conservação de Documentos, instalado no Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marilia (CE-DHUM). Os alunos realizam práticas de conservação preventiva em parcela dos conjuntos de documentos que tenham sido objeto de trabalho em outros módulos e em outros documentos produzidos em suportes especiais, como fotografias e filmes. Realizam trabalhos de higienização e de confecção de embalagens para acondicionamento das séries documentais.

As atividades planejadas também se baseiam no estudo do documento, analisado do ponto de vista de sua preservação, e seguem o mesmo roteiro proposto para os outros módulos de estágio. Os estudantes realizam um diagnóstico sobre a situação do arquivo, elaborando uma proposta de preservação. Estas tarefas se articulam com os conteúdos das disciplinas de Conservação de Documentos, Reprografia e Documentação Audiovisual.

Ao final do estágio, os grupos também entregam um relatório geral sobre as atividades desenvolvidas, os produtos obtidos e as considerações teóricas que nortearam sua elaboração.

Na articulação entre o saber teórico, decorrente das leituras realizadas anteriormente, e o saber prático, produto do início desta experiência de vivência profissional, é que se forma a base de novos conhecimentos.

Neste modelo de estágio curricular, interage o método de pesquisa, fundamentado nos princípios preconizados pela diplomática contemporânea para caracterizar o documento de arquivo frente a uma determinada situação e a prática profissional, onde os alunos observam e descrevem a situação arquivística encontrada e intervém sobre

Este projeto vem sendo coordenado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM), 5 órgão vinculado a Vice-Reitoria da Unesp.

esta realidade, apontando soluções metodológicas para realizar o tratamento das tipologias identificadas, seja em fase de produção ou de acumulação.

Todas as ações propostas visam proporcionar aos alunos a vivência de experiências acadêmicas, científicas e de atuação profissional responsável e cidadã, despertando o interesse pelo trabalho em equipe, onde os alunos atuam coletivamente. É uma experiência que enriquece os conteúdos tratados na grade curricular, aprimorando o processo de formação acadêmica e profissional dos estudantes.

Com estas características o estágio permite instrumentalizar o grupo para a discussão de paradigmas que nutrem os debates atuais da arquivística, contribuindo para o seu desenvolvimento científico.

#### Considerações finais

As novas questões que se apresentam para os arquivos têm conduzido a área a refletir mais profundamente sobre o estatuto do documento, reafirmando as bases epistemológicas da arquivística.

O procedimento de análise de tipos documentais é uma metodologia que permite ao arquivista o reconhecimento das características do seu objeto - o documento de arquivo - fornecendo um referencial seguro para a tomada de decisões sobre desenvolvimento das funções arquivísticas de planejamento da produção, avaliação, classificação e descrição.

A questão das metodologias sempre foi objeto de reflexão na área. O caos da acumulação e da produção de documentos que caracteriza a administração moderna levou a arquivística a expressar preocupação com a formulação de métodos de trabalho.

O arquivista diante de novos desafios começa a se desvincular do perfil tecnicista para assumir o de produtor de conhecimentos novos, produto da busca de soluções para os problemas práticos diagnosticados em suas rotinas de trabalho, cujos resultados ficaram registrados em uma parcela significativa da produção científica na área. A publicação de artigos em revistas especializadas, em manuais e nas comunicações apresentadas em congressos demonstra o interesse teórico pela sistematização das tarefas dentro dos parâmetros do rigor científico.

Esta trajetória na mudança do perfil do arquivista esta intimamente ligada ao próprio desenvolvimento dos arquivos e das novas situações que foram surgindo.

Nos anos 80, se colocava o desafio de identificar imensas massas documentais acumuladas em depósitos de arquivos que cresciam desordenadamente, cuja proveniência e organicidade dos conjuntos deveriam ser recuperadas para efeito de organização e avaliação, tarefas que se impunham para resolver o problema da superlotação dos arquivos. Hoje, os desafios que se colocam para os documentos eletrônicos conduzem o arquivista a uma aproximação cada vez mais intensa e profícua com a Administração, o Direito e a Informática,

na busca de parâmetros para o planejamento adequado da produção documental. A técnica apenas não seria mais suficiente para resolver os novos problemas que estão surgindo.

O perfil do profissional que vem se delineando hoje aponta para a necessidade de formulação de metodologias, que sustentadas pelos princípios teóricos forneçam um referencial seguro para o arquivista refletir e tomar decisões em contextos distintos.

Nesta proposta pedagógica do estágio supervisionado, o ensino é planejado a partir dos métodos de pesquisa fundamentado na tipologia documental (diplomática contemporânea), onde são realizados estudos de caso. Todos os estudantes estão envolvidos nesse processo que permite a identificação de novos desafios e o desenvolvimento da habilidade de propor soluções a partir da reflexão, ultrapassando a divisão entre teoria e prática, através da análise dos casos existentes.

Se a questão mais importante para os arquivistas contemporâneos é saber o que constitui o núcleo do conhecimento ao qual pertence e identifica sua profissão, cabe à área do ensino fornecer os parâmetros conceituais para o desenvolvimento das práticas profissionais. Este é o enfoque do modelo de formação acadêmica do Curso de Arquivologia da UNESP.

#### Referências

ALBUQUERQUE, Karina Cristiane de. Estudo da série documental para a identificação de tipos documentais: subsídios para a formulação de um conceito. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

ALMEIDA, Rafaela Augusta de. Identificação de tipologias documentais como parâmetro para avaliação de documentos contábeis. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. O espaço da diplomática no ensino da arquivologia. In: CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR, 4., 2001. Anais... Disponível em: <a href="http://www.pmatozo.hostmidia.com.br">http://www.pmatozo.hostmidia.com.br</a>> Acesso em: 26 jun. 2004.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DURANTI, Luciana. Diplomática usos nuevos para uma antigua ciência. Traducción Manuel Váquez. Córdoba: [s.n.], 1995.

JARDIM, José Maria. A produção do conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro. In: \_\_\_\_\_\_; FONSECA, Maria Odila (Org.). **A formação do arquivista** no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1999. p. 87-106.

LÓPEZ GÓMEZ, Pedro. Los archiveros y sus investigaciones. **Métodos de Información**, v. 5, n. 22-23, p. 37-43, 1998. Disponível em: <a href="http://eprints.rclis.org/archive/00001743/">http://eprints.rclis.org/archive/00001743/</a>. Acesso em: 20 set. 2005.

MARTINS, Luiza Xavier. A classificação arquivística do Grupo Diretoria de Administração, Fundo Prefeitura Municipal de Marília. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes; CUNHA, Vera Lucia. O estágio supervisionado na formação continuada docente a distância: desafios a vencer e construção de novas subjetividades. **RED:** Revista de Educación a Distancia, ano 5, n. 14, mar. 2006. Disponível em: <a href="http://www.um.es/ead/red/14/oliveira.pdf">http://www.um.es/ead/red/14/oliveira.pdf</a>>. Acesso em: 3 ago. 2007.

RIBEIRO, Débora Resstel. **Identificação de tipologias documentais dos inquéritos policiais da Delegacia de Polícia Federal em Marília.** 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

RODRIGUES, Ana Célia. **Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos:** um manual para o Município de Campo Belo, MG. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <a href="http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/">http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/</a>). Acesso em: 26 jun. 2007.

RODRIGUES, Ana Célia. Tipologia documental como parâmetro de classificação e avaliação em arquivos municipais. Cadernos de Estudos Municipais, Braga, v. 17/18, jun./dez. 2005.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Lílian Mara da. A pertinência da metodologia de identificação de tipos documentais para o tratamento de fundos acumulados. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

VIEIRA, Alice da Silva Leite. A identificação no processo de implantação do arquivo permanente: estudo de caso do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp-Marília. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

# O tratamento da fotografia enquanto documento arquivístico

# Telma Campanha de Carvalho Madio

Trabalho com documentação fotográfica há mais de quinze anos. Os contatos com as fotografias produzidas no século XIX até as mais atuais e com os mais variados acervos iconográficos, fez-me compreender o quanto podemos dialogar com os registros e perceber como as mais variadas formas de organização e arquivamento de imagens interferem e podem deturpar o motivo que determinou sua produção original.

Constatamos que a maior parte das instituições que trabalham com acervos fotográficos, preocupa-se com a descrição imagética individual e a recuperação das técnicas em detrimento do estudo e compreensão da produção serial daquelas imagens, de como se deu a formação desse conjunto de documentos e principalmente de como foi a transferência e/ou recebimento para guarda permanente.

A partir dessas constatações, comecei a refletir sobre o que é um documento de arquivo e como devemos entender a fotografia nesse contexto.

Tomemos a definição segundo o qual o arquivo é formado pelo "conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por processo de acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, e conservados em decorrência de seu valor" (CAMARGO, 1996).

De acordo com essa definição, temos que o documento é produzido, processado e guardado pela instituição e/ou pessoa. Nesse caso, não estamos pensando em fotografias de coleção, banco de imagens ou outra instituição que recolhe e armazena fotografias para venda, preservação e guarda. Essa documentação existe em diversos arquivos, mas sua procedência¹, outro princípio fundamental da arquivologia, deve ser respeitada.

Segundo os autores Joan Boadas, Lluís-Esteve Casellas e M. Angels Suquet Esta concepción de los documentos como parte de un conjunto estructurado que lês da sentido y que, portanto, debe respetarse e individualizarse se denomina principio de procedência (Respet des fonds, Provenienzprinzip, Principle of provenance). Nació côn la circular de 24 de abril de 1841 de

Os autores Joan Boadas, Lluis-Esteve Casellas e M. Angels Suquet, apontam a necessidade de se caracterizar e distinguir a formação dos acervos fotográficos, assim como sua procedência:

> La correcta identificación de los conjuntos – fondos o colecciones - es básica a nível metodológico, ya que 'cada documento forma parte de un todo estructurado del que, si se aísla, no tiene sentido y cuyo interes reside en la relación côn los documentos que lo preceden y que lo siguen, en cuanto que viene a ser una instantânea dentro de una secuencia documental'. (BOADAS; CASELLAS; SU-QUET, 2001, p. 115).

Balizando-nos por esses conceitos, como devemos trabalhar as fotografias produzidas por uma instituição ou pessoa específica?

Em primeiro lugar, compreendermos a fotografia como resultado de uma função, uma intencionalidade, seja institucional ou particular. Apesar da imagem fotográfica muitas vezes não vir acompanhada de uma referência ou identificação textual situando a função daquele registro, devemos ter claro, que sempre haverá uma ação, um propósito original para a realização dessa atividade.

É essa ação original dentro de um contexto institucional ou pessoal, realizada por um fotógrafo amador ou profissional, é que determinará o arquivamento do documento. Não estamos discutindo nesse momento a recuperação dos elementos imagéticos da fotografia, nem as técnicas empregadas na realização daquela imagem, mas o processamento e guarda de um documento produzido especificamente para o cumprimento de determinada função, seja institucional ou pessoal. Para esse tipo de identificação não podemos nos ater apenas no registro imagético, mas buscarmos a historicidade, o contexto de produção da(s) fotografia(s), melhor dizendo sua gênese documental.

Não caberia nesse ensaio uma discussão profunda do processo fotográfico e do desenvolvimento tecnológico e estético ao longo dos anos e de todas as implicações e usos que a fotografia teve e tem em nossa sociedade, pois diversos autores já abordaram e outros continuam a tratar esses temas em toda sua complexidade e riqueza2.

Natalis Wailly, jefe de la sección de los Archivos Departamentales del Ministério del Interior de Francia, y desde entonces su aplicación se extendió a nivel internacional hasta convertirse en uno de los fundamentos teóricos principales que deben regir la organización de cualquier fondo o colección documental. (BOADAS; CASELLAS; SUQUET, 2001, p. 115).

Sobre o desenvolvimento da fotografia temos vários autores, entre eles cabe citar: Naomi Rosenblum, Petr Tausk, Erika Belleter, Beaumont Newhall, Helmut Gernsheim, Gisèle Freund, Susan Sontag. No Brasil, especificamente, temos os trabalhos de Gilberto Ferrez, Boris Kossoy, Pedro Vasquez, Miriam Moreira Leite, Annateresa Fabris, Ricardo Mendes entre outros.

Porém, para trabalharmos com fotografias necessitamos minimamente conhecermos a história e o desenvolvimento das técnicas, para identificação de nossos originais. Os resultados possíveis na e da imagem em um determinado período histórico torna-se essencial para compreendermos os elementos visíveis e aparentes na fotografia, seja no negativo ou na ampliação.

A fotografia é um processo ótico e químico oficialmente descoberto em 1839 na França por Louis Daguerre, porém pesquisado, desenvolvido e aperfeiçoado por diversos cientistas e pesquisadores em épocas e países diferentes. O princípio básico, tal qual o conhecemos hoje é o processo de formar e fixar a imagem sobre uma emulsão fotossensível, a partir de um objeto ou cena real com suas luzes e sombras.

> Pela primeira vez no processo de reprodução da imagem, a mão foi liberada das responsabilidades artísticas mais importantes, que agora cabiam unicamente ao olho. Como o olho apreende mais depressa do que a mão desenha, o processo de reprodução das imagens experimentou tal aceleração que começou a situar-se no mesmo nível que a palavra oral. (BENJAMIN, 1994, p. 167).

No processo fotográfico, basicamente, a luz incide e age na superfície emulsionada, alterando quimicamente suas propriedades. Para tanto, utilizamos uma câmara fechada, com uma pequena abertura que permite a passagem da luz, que reage com os químicos do material fotossensível, transformando-se em uma imagem latente. Com o processo de revelação e ampliação é que conseguimos tornar a imagem visível: produção do negativo e da fotografia ampliada.

Com essa compreensão, que a fotografia só existe a partir desses procedimentos óticos e químicos e que eles só são concretizados tendo a ação de um agente, no caso o fotógrafo, amador ou profissional, que seleciona, constrói, monta a cena e/ou objeto que pretende registrar, entendemos que anteriormente ao ato fotográfico, existe uma intencionalidade ou função que determinou a iniciativa desse agente por esse registro.

Queremos dessa forma, tomarmos a fotografia como mais um tipo de artefato da linguagem visual que o Homem desenvolveu para conseguir representar, interpretar e expressar à sua maneira o mundo em que vive e suas inquietações. São mensagens que precisam ser decodificadas e só serão compreendidas em sua totalidade se conseguirmos captar não só seus elementos imagéticos, mas o contexto em que estão inseridas. Isso porque a fotografia é regida por códigos próprios e se tornou uma das formas mais poderosas de comunicação.

Tal qual a palavra escrita, que aprendemos a usar, decifrar e interpretar segundo as mais diferentes funções e de acordo com interesses variados, as imagens visuais produzidas por diferentes segmentos sociais, devem ser compreendidas e decifradas segundo seu contexto de produção, porém passíveis de análises e interpretações múltiplas e diversificadas, como qualquer outra produção humana.

A leitura de imagens deveria ser tão corriqueira como um texto escrito, mas a crença que as fotografias assemelham-se ao que representa, fez com que acreditássemos, por muitos anos, que eram cópias da realidade e não representações resultantes de processos sócio-culturais específicos, determinadas por regras de construções, meios mecânicos, físicos e químicos para sua efetiva realização.

A suposta objetividade da fotografia foi sendo montada e reforçada, ao longo dos anos, pelo seu constante uso, como forma comprobatória dos acontecimentos, dos lugares e das personalidades, em livros, jornais, revistas, documentos pessoais, identificações policiais, entre outros meios, que mostravam a imagem como cópia fiel do momento congelado, eternizado pelas lentes do fotógrafo. Mais que reter o passado numa imagem, a fotografia foi instituída como um ícone autêntico da realidade, capaz de registrar verdadeiramente o seu referencial.

> Se a imagem que nos dá a câmera é sempre essa ficção petrificada na pose, não é de se estranhar que neste século e meio de história da fotografia os observadores mais atentos tenham relutado em aceitar os sinais registrados pela câmera como documento absoluto da verdade. Longe de encarnar o verismo essencial que lhe querem creditar os 'realistas', a câmera tem um poder transfigurador do mundo visível que chega a ser devastador nas suas consequências. Diante de uma câmera, não há realidade que permaneça intacta: tudo se altera, tudo se arranja, tudo concorre para a ordem ideal do momento. (MACHADO, 1984, p. 54).

Nesse processo da comunicação imagética, existe sempre um produtor que necessita transmitir uma mensagem, mesmo que seja para ele mesmo. Temos então, que identificar para quem a fotografia foi produzida – institucional e/ou pessoal - e quem é o seu destinatário. Mas só essa identificação não resolve, pois precisamos compreender com qual objetivo foi criada. Sua função de origem é primordial para entendermos seu conteúdo, não de uma maneira esquemática e rígida, mas para compreendermos a intencionalidade do autor/produtor. Outro fator preponderante para sua análise é termos claro o contexto de sua produção, para situarmos propostas, elementos e personagens num tempo e espaço definido.

A produção da fotografia parte de uma função original, porém a riqueza icônica da imagem e suas possíveis interpretações são múltiplas e inquestionáveis. Porém, ao tratarmos de documento de arquivo, temos que distinguir e identificar a sua lógica de produção seja de uma instituição e/ou pessoa.

Em várias ocasiões a imagem produzida pelo fotógrafo não será necessariamente utilizada ou arquivada segundo o que seu "olhar" captou, mas de acordo com o seu uso ou ainda pelo motivo que foi produzida. Desta maneira um assunto retratado em determinado momento como o principal da imagem pode se tornar secundário posteriormente ou até mesmo perder sua referência iconográfica, se esta informação não for corretamente preservada. Há imagens que não temos a contextualização de sua produção, e o referencial passa a ser o elemento "vivo" da fotografia, como se houvessem sido produzidas por e com este objetivo.

Se no tratamento arquivístico do documento, fizermos apenas uma análise dos elementos icônicos presentes nas fotografias, teremos a descrição de acordo com a bagagem cultural do arquivista e a compreensão que tem daquele momento histórico registrado, assim como as referências imagéticas passíveis de pesquisa, mas é fundamental, para uma decodificação adequada da mensagem, saber quem são seus produtores e os motivos que os levaram a realizá-las, senão a guarda dependerá sempre do conhecimento e formação do profissional responsável pela identificação e não pela função original do documento.

Assim também não podemos nos ater apenas na descrição das técnicas e do suporte das imagens. São imprescindíveis para a compreensão do documento, mas não permitem o resgate de sua função original.

Pela multiplicidade de usos que a fotografia possui na sua produção, na sua aplicação imediata e na variedade de interpretações imagéticas que apreendemos daquela "realidade" congelada, não podemos tomá-la como uma fonte única e verdadeira. Como um documento histórico, a fotografia também exige que cruzemos seus dados com outros tipos de registros para avaliarmos as informações contidas na imagem e também em sua produção. Como documento de arquivo é necessário que identifiquemos e registremos o seu contexto original, para garantirmos que essas informações sejam asseguradas e preservadas às futuras gerações.

Por isso é fundamental resgatarmos a historicidade da fotografia, ou seja, situála historicamente no tempo e no espaço.

Para tratarmos a fotografia enquanto documento de arquivo, portanto, é necessário a recuperação da produção da imagem, contextualizada em seus objetivos e interesses, ou seja, termos claro todos os seus elementos formadores, desde sua função, objetivo, intencionalidade, o tipo do material utilizado, tanto a máquina como filmes e lentes; a pessoa que operará a câmara, ainda, seu processo de revelação, sua identificação, sua utilização, e finalmente sua guarda. Estes elementos que constroem a fotografia, se não forem identificados e preservados, poderão ser eliminados ou esquecidos, restando-nos, quando muito, a imagem congelada, e sua leitura será incompleta, na medida em que não teremos o documento em sua integridade funcional e/ou administrativa.

As instituições que, de alguma forma, produzem e arquivam imagens fotográficas e as processam e identificam adequadamente, preservam seus documentos e uma valiosa fonte, passível de ser analisada e estudada pelas diferentes ciências humanas.

> O fato de a fotografia ser um objeto perecível, sujeito a adulteração por fungos ou retoques, uso indevido ou envelhecimento, não reduz o seu valor documental; antes, amplia a necessidade de verificar as maneiras de selecionar, curar, recuperar e decodificar as informações que séries compostas de imagens podem fornecer ou sugerir. (LEITE; FELDMAN-BIANCO, 1998, p. 39).

Para que possamos assegurar todas essas informações e a complexidade do registro imagético, é necessário que no momento do processamento arquivístico a instituição mantenha e identifique o porquê desse registro.

Como bem aponta o autor André Porto Ancona Lopez, as instituições no Brasil em sua grande maioria, preocupam-se muito mais com o procedimento descritivo da imagem e técnico da fotografia.

> A inserção do documento no contexto de produção, quando é feita, nada indica além da proveniência, produzindo uma grande incógnita em relação às atividades. Procedimentos ligados à conservação e à preservação física de registros fotográficos passam a ser considerados sinônimos de organização arquivística. (LOPEZ, 2000, p. 198).

Uma instituição que produz, processa e arquiva suas imagens é a seção do Arquivo de Negativos da Divisão de Iconografia e Museus do Departamento do Patrimônio Histórico, órgão subordinado à Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo<sup>3</sup>.

O acervo do Arquivo de Negativos compõe-se de material produzido pelos órgãos municipais ligados à Secretaria de Cultura, do material produzido pelo então Departamento de Cultura e de diversas coleções adquiridas ou doadas por particulares. O prefeito Fábio Prado na época da criação do Departamento de Cultura<sup>4</sup> em 1934 nomeou o escritor Mário

<sup>3</sup> Disponível em: <a href="http://www.prodam.sp.gov.br/dph/acervos/acarquiv.htm">http://www.prodam.sp.gov.br/dph/acervos/acarquiv.htm</a>>. Acesso em: 24 ago. 2007.

No mestrado analisei a formação de uma imagem da cidade de São Paulo na década de 1930, através da produção fotográfica de três instituições: Light, jornal O Estado de S. Paulo e Departamento de Cultura do Município. Estas instituições, com objetivos distintos e interesses próprios, reproduziram e preservaram seus olhares fotográficos, de suas atuações no cotidiano da cidade e de suas interferências e denúncias do desenvolvimento urbano, assim como se utilizaram dos movimentos fotográficos de acordo com suas ideologias, para construir fotograficamente a cidade, própria e úni-

de Andrade para ser o seu diretor. Adquiriu nessa época também, uma coleção de negativos de vidro da cidade de São Paulo, com imagens do fim do século XIX, autoria de diversos fotógrafos entre eles Militão Augusto de Azevedo e imagens das primeiras décadas do século XX, na sua maior parte de Aurélio Becherini e Guilherme Gaensly<sup>5</sup>. Para organizar essa coleção, foi contratado por Mário de Andrade o fotógrafo profissional Benedito Junqueira Duarte.

O arquivamento do material era feito de acordo com o tamanho do negativo e não pelo órgão solicitante da fotografia, e a sua recuperação pelo pesquisador por meio de nomes de ruas, avenidas, bairros, praças da cidade.

> Infelizmente, no entanto, este precioso acervo padeceu por muito tempo de precárias condições de guarda e armazenamento. O empenho inicial de Benedito Junqueira Duarte na conservação e tratamento dos negativos foi sendo aos poucos suplantado pelo descaso de sucessivas administrações, a ponto de a reserva técnica de negativos acabar instalada em uma sala com vários pontos de infiltração de água. Do ponto de vista do tratamento documental, várias formas de organização sobrepuseram-se àquela implantada por Benedito J. Duarte, tornando o acesso às informações muito difícil. (SÃO PAULO, 1992b, p. 8).

Em 1991 formou-se uma equipe interdisciplinar para tentar organizar arquivisticamente esse acervo, já que os reais solicitantes e a função primeira da fotografia perderam-se nestes anos de funcionamento. Essa organização visava a intervir diretamente no processamento documental, visando integrá-lo ao Sistema Municipal de Arquivo, naquele momento defendido pela administração pública. Para restabelecer a organicidade deste departamento, fez-se necessário recuperar seus organogramas e historicizar a produção fotográfica realizada no período para identificação das funções e objetivos da Seção de Iconografia.

Foi realizado então um levantamento do material textual necessário para elaboração do histórico institucional que foram basicamente os decretos, leis, atos oficiais, discursos do prefeito Fábio Prado, relatório de atividades do Departamento, existindo ainda depoimentos do próprio fotógrafo relatando o seu dia-a-dia no departamento.

ca, segundo seus interesses.

Fotógrafos atuantes na cidade de São Paulo com uma produção relevante e expressiva. Hoje são 5 considerados entre os mais importantes profissionais da fotografía nacional.

Mais informações sobre esse fotógrafo e sua atuação no Departamento de Cultura consultar o Histórico da seção Guia Preliminar do Arquivo de Negativos, nos depoimentos de Benedito Junqueira Duarte, 1986 e 1991, nos livros Duarte, P. (1976) e Duarte, B. J. (2007).

<sup>7</sup> O trabalho está descrito no O Acervo Fotográfico do Departamento do Patrimônio Histórico: processamento técnico e informatização.

Os objetivos do Departamento foram regulamentados pelo Ato  $n^{\circ}$  861, e no seu Artigo I consta que deveria promover, fomentar, divulgar e registrar a cultura nacional expressa em suas diferentes linguagens.

Estimular e desenvolver todas as iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artístico e cultural; promover e organizar espetáculo de arte e cooperar em conjunto sistemático de medidas, para o desenvolvimento da arte dramática, e em geral, da música, do canto, do teatro e do cinema; pôr ao alcance de todos, pelos serviços de uma estação radiodifusora, palestras e cursos populares de organização literária ou científica, cursos de conferências universitárias, sessões literárias e artísticas, enfim tudo o que possa contribuir para o aperfeiçoamento e extensão da cultura; criar e organizar bibliotecas públicas, de forma a contribuir eficazmente para a difusão da cultura em todas as camadas da população; fiscalizar todas as instituições recreativas e os divertimentos públicos de caráter permanente ou transitório, que forem estabelecidos no Município; recolher, colecionar, restaurar e publicar documentos antigos, material e dados históricos e sociais, que facilitem as pesquisas estudos sobre a história da cidade de São Paulo, suas instituições e organizações em todos os domínios da atividade. (ATOS..., 1935, n. 762-990, p. 251-52).

Na sua criação, o Departamento de Cultura estava subordinado, na máquina municipal, diretamente ao prefeito, estruturando-se em cinco divisões: Expansão Cultural; Bibliotecas; Educação e Recreio; Documentação Histórica e Social; Turismo e Divertimentos Públicos. As divisões foram estabelecidas para que houvesse maior aprofundamento nas questões relativas aos diversos aspectos da cultura brasileira.

A Divisão de Expansão Cultural competia estimular, promover, organizar, entre outras atribuições, as manifestações ligadas ao teatro, cinema, música e rádio. Como o próprio nome sugere, a Divisão de Bibliotecas tinha a seu cargo a Biblioteca Municipal, a Infantil, as circulantes e todos os serviços destinados a proporcionar, ao público em geral, facilidade de acesso às informações (livros, jornais, revistas, etc.) e disponibilizar o maior número possível de publicações.

A Divisão de Educação e Recreio, através dos Parques Infantis e do Estádio, Campos de Atletismo e piscina, difundiria junto à população mais carente práticas educacionais, higiênicas, assistenciais, médicas e dentárias, além de promover a preservação das brincadeiras populares, como forma de manter a tradição cultural de uma maneira racional organizada.

A Divisão de Documentação Histórica e Social, composta por duas subdivisões de Documentação Histórica e a de Documentação Social e Estatísticas Municipais

e duas seções a Gráfica e a Iconografia, tinha como função recolher, guardar, organizar e publicar documentos relevantes para a história da cidade e promover pesquisas, a fim de se levantar as situações sociais e econômicas do município.

A Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos estava totalmente fundamentada em organizar e promover atividades que estimulassem a vinda de visitantes à cidade.

Para divulgar os trabalhos realizados pelas diferentes Divisões e seções do Departamento de Cultura, as atividades eram acompanhadas, passo a passo, no seu desenrolar por registros textuais e iconográficos, buscando assim, uma forma mais realística e convincente de arrolamento e desenvolvimento dos trabalhos. Para fazer esse acompanhamento iconográfico, uma solicitação era encaminhada à Seção de Iconografia, chefiada por Benedito Junqueira Duarte.

A seção estava subordinada à Divisão de Documentação Histórica e Social e tinha como objetivo registrar os projetos desenvolvidos pelas Divisões do Departamento, bem como organizar coleções fotográficas adquiridas pelo município.

A primeira coleção fotográfica, comprada pelo prefeito Fábio Prado, consistia num lote de negativos de vidro, com imagens da cidade de São Paulo do final do século XIX às primeiras décadas do século XX.8

> Este lote de negativos de vidro era composto por cerca de 1.200 a 2.000 imagens: entre elas, algumas teriam sido provavelmente produzidas pelo fotógrafo Militão Augusto de Azevedo para seu Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo (1862–1887), outras pelo fotógrafo Aurélio Becherini que, por ordem do prefeito Washington Luiz (1914-1919) teria continuado o trabalho de documentação fotográfica comparativa empreendido por Militão no século anterior. (SÃO PAULO, 1992b, p. 7).

Segundo Benedito Junqueira Duarte, esta coleção pertencia a Aurélio Beccherini, que além de fotografar para o jornal O Estado de S. Paulo, ter um estúdio, documentar relatórios públicos do Departamento de Obras, comprava chapas antigas da cidade de autoria de Militão, Gaensly, entre outros. Na época da fundação do Departamento de Cultura, propôs a venda de sua coleção fotográfica, o que foi aceito pelo prefeito Fábio Prado.

Paralelamente à identificação desta coleção inicial de imagens da cidade, Benedito J. Duarte tinha que registrar as pesquisas sociais e econômicas, as atividades cul-

Nas pesquisas realizadas pelos técnicos do Arquivo de Negativos para determinar a procedência desta coleção, a hipótese do prefeito Fábio Prado a ter comprado é a mais provável. Mesmo assim nenhuma documentação oficial foi encontrada.

turais, as obras urbanas, promovidas e realizadas pelas Divisões do Departamento de Cultura e também as atividades do Gabinete do Prefeito.

As imagens eram efetivamente o registro iconográfico destas realizações, mas principalmente eram utilizadas em publicações da prefeitura, como forma de divulgação da administração. O principal veículo para tal fim era a Revista do Arquivo Municipal, organizada e publicada pelo Departamento de Cultura.

A utilização do registro fotográfico foi implementada e difundida, pois uma instituição representativa de uma sociedade progressista necessitava utilizar todos os recursos tecnológicos disponíveis, as mais modernas maneiras de guarda e divulgação das realizações empreendidas, para uma população em crescimento, que teria de absorver rapidamente estas transformações e mudanças.

O Departamento de Cultura não tinha como objetivo apenas desenvolver estudos sociais e/ou incrementar a produção cultural da cidade, mas muito mais fazer circular estas informações a um grande número de pessoas promovendo reflexões e debates.

> A Revista do Arquivo Municipal muito mais do que um veículo de divulgação das atividades do Departamento, acabou se tornando um dos maiores espaços para reflexões e estudos característicos do ambiente cultural paulista e brasileiro dos anos 30. (OLIVEIRA, 1998, p. 96).

Os estudos promovidos e fomentados pelo Departamento de Cultura reforçavam a preocupação pela pesquisa sociológica e antropológica, ciências divulgadas e consolidadas pela Fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, pela Escola Livre de Sociologia e Política, pela Sociedade de Sociologia e pela Sociedade de Etnografia e Folclore.

Estas instituições promoveram a vinda de intelectuais estrangeiros para ministrarem cursos ao seu corpo docente, e também para difundir, aplicar e treinar pessoal qualificado na elaboração das pesquisas.

> O que tinham em comum estes estudos? Todos se valiam de um discurso eminentemente técnico e científico, realçando a metodologia quantitativa e precisa usada na realização dos trabalhos. O problema das condições de vida era pesquisado e enfocado de uma perspectiva técnica. Abstraíam-se a condições reais do mercado de trabalho, o operariado como agente social ativo, as 'determinações' mais gerais do cotidiano operário e buscava-se estabelecer relações entre custo de vida e salários, tentando-se definir os padrões de vida operária existentes e sua possível adequação ao desenvolvimento produtivo da nação. (DECCA, 1987, p. 52).

Estas pesquisas visavam traçar o perfil da população carente da cidade, mapeando e "revelando" a sua "real" situação, a fim de se estabelecer "adequadamente" os parâmetros que seriam utilizados pelo governo no tratamento e na suposta solução destes problemas. Estes levantamentos eram necessários para se pensar uma administração mais moderna e eficiente.

A esta preocupação somava-se o desenvolvimento urbano, com suas obras "monumentais" que foram propostas para transformar e melhorar o dia-a-dia da população paulistana e, da mesma maneira que as pesquisas, tinham de ser assimiladas no cotidiano. Estas obras, alargamento, abertura e asfaltamento de ruas e avenidas, construções de edifícios, parques infantis, estádio, túneis, pontes, etc., eram registradas fotograficamente em todas as suas etapas, de uma maneira minuciosa e detalhista.

O apuro técnico do fotógrafo Benedito Junqueira Duarte aliado ao rigor científico que queriam imprimir às atividades do Departamento de Cultura, determinaram imagens bem construídas e bastante particularizadas destas obras.

Para realizar as fotografias para o Departamento, Benedito Junqueira Duarte utilizava uma câmara Leica e uma Rolleiflex, de acordo com o trabalho a ser realizado. Houve uma grande produção de imagens para registrar todas as obras, e para guardar e identificar os registros fotográficos realizados por ele e a coleção de fotografias da cidade, o fotógrafo criou e desenvolveu um sistema de arquivamento, no qual se dava um número para o negativo de acordo com seu formato (6 cm x 6 cm, 35 mm, 4 cm x 5 cm, etc.) e para cada um elaborava-se uma ficha catalográfica.

Estas fichas eram a forma de se acessar o negativo, já que recebiam o contato do fotograma da imagem, o número do negativo, de acordo com o seu formato, o local da imagem, a esquina mais próxima em que foi realizada a fotografia, a data em que a foto foi tirada, o distrito a que pertencia o local fotografado, qual departamento fez a solicitação do registro, quem executou o serviço e algumas observações adicionais.

Esta identificação minuciosa e detalhista, na qual o fotógrafo procurou contextualizar a produção da fotografia, era necessária para que a imagem servisse de forma comprobatória às atividades do Departamento, nada poderia ficar esquecido ou omitido no levantamento de hipóteses ou provas para estas ações.

Nas identificações dos locais, B. J. Duarte fazia um breve histórico da região, baseando-se em livros, memorialistas e depoimentos, tendo que adquirir uma vasta bibliografia sobre a cidade, para resgatar nomes e lugares que brevemente cairiam no esquecimento da população, em conseqüência das grandes e rápidas transformações urbanas que estavam ocorrendo.

Benedito J. Duarte, além de ter desenvolvido esse sistema de arquivamento e recuperação das informações, criou, para armazenar os negativos, armários, especialmente encomendados, com gavetões de aço inoxidável com ranhuras para que um negativo não tocasse no outro, pois alguns da coleção adquirida já estavam bastante danificados.

Todo este trabalho foi possível pela atuação de Benedito Junqueira Duarte, que se dedicou exclusivamente ao serviço no Departamento de Cultura até 1951, chegando a produzir aproximadamente 4.000 imagens. Realizou também alguns documentários sobre a cidade e a administração municipal.

O fotógrafo Benedito Junqueira Duarte nasceu em 1910, na cidade de Franca, interior de São Paulo, indo morar na França em 1920, onde recebeu as primeiras noções de fotografia com seu tio José Ferreira Guimarães, profissional atuante, que havia recebido o título de fotógrafo da Casa Imperial. Benedito ingressou mais tarde no Estúdio Reutlinger como aprendiz, lá ficando por sete anos.

Por volta de 1929 retornou ao Brasil como fotógrafo, produzindo principalmente retratos. Entrou para o *Diário Nacional* como fotógrafo, permanecendo até o final do ano de 1930. Utilizava, nesta época uma câmara Graflex 13 x 18, muito utilizada no fotojornalismo da época.

Foi colaborador da *Revista S. Paulo*, publicação do governo estadual, ao lado de Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Leven Vampré. O idealizador da revista, governador Armando Salles Oliveira, foi a primeira pessoa, na opinião de B. J. Duarte, a dar o valor exato à fotografia. Havia uma grande preocupação com a impressão e os aspectos artísticos, sociológicos e técnicos da imagem. Foi, para o fotógrafo, a primeira revista a valorizar a fotografia como documento. Assinava suas fotografias com o pseudônimo de Vamp e suas imagens eram tiradas com uma câmara Contax<sup>9</sup>.

Benedito Junqueira Duarte após deixar o Departamento de Cultura em 1951, prossegue com suas experiências e inovações fotográficas, passando posteriormente a se dedicar a outro meio de registro, o cinema, especializando-se em documentários médicos.

O levantamento de todos os dados da instituição juntamente com as análises das fichas catalográficas e as imagens produzidas possibilitaram a elaboração de uma proposta de arranjo separando os fundos e coleções particulares existentes no acervo. Após essa primeira separação, prosseguimos no detalhamento das atividades do departamento para identificarmos os solicitantes pelo trabalho fotográfico e o porquê de sua realização. Com esse estudo e identificação, pretendíamos definir as funções e objetivos das fotografias produzidas e/ou colecionadas pelo Arquivo de Negativos¹º.

<sup>9</sup> Sobre esta revista temos o artigo de Ricardo Mendes A revista S. Paulo: a cidade nas bancas, publicado em *Imagens*, editada pela Unicamp em 1994. A coleção completa desta revista existe no Instituto de Estudos Brasileiros da USP e no Centro de Documentação do Instituto Itaú Cultural.

Esse trabalho foi executado até o final da administração municipal de Luiza Erundina. A responsável pela Secretária de Cultura era Marilena Chauí, do Departamento do Patrimônio Histórico, Déa Fenelon e da Divisão de Iconografia e Museu, Silvia Hunold Lara. Na administração posterior essa proposta de organização foi abandonada.

### Considerações Finais

Essa experiência mostrou que é possível organizarmos um acervo fotográfico a partir da identificação e histórico da instituição, deixando para uma etapa posterior a descrição imagética. A identificação dos diferentes suportes é importante para a adequada preservação, mas em nenhum momento pode ser a definidora da organização arquivística.

A organização inicial do fotógrafo Benedito Junqueira Duarte, que separava os originais por tamanho de negativo, foi uma proposta voltada para facilitar o seu trabalho diário nas ampliações, porém identificava nas fichas catalográficas o órgão solicitante do trabalho, enunciando a função original daqueles registros. Essas anotações foram se perdendo ao longo do tempo o que causou um enorme prejuízo na identificação do acervo.

As fotografias não foram somente identificadas pela autoria, técnica ou a descrição imagética, mas pensadas em seu contexto de criação, analisadas segundo os objetivos do Departamento e suas Divisões. As leis e decretos levantados possibilitaram analisar os conjuntos fotográficos correspondentes a cada uma das ações desenvolvidas pela instituição.

Percebemos dessa forma que as imagens trabalhadas por Benedito J. Duarte, desde a sua tomada, sua ampliação, sua preservação e sua identificação, foram pensadas como registro das atividades municipais da época, para que se criasse mesmo uma memória, uma marca desta gestão. A criação da seção, contando com um fotógrafo profissional contratado exclusivamente para realizar estes registros, deixam bem claros a intencionalidade destas fotografias.

O apuro técnico, os equipamentos utilizados na elaboração das imagens demonstram a relevância que a fotografia tinha como registro e meio de divulgação das ações da municipalidade dessa época.

Produto do momento que vivia São Paulo, o Departamento de Cultura procurava reafirmar junto à população da cidade, o princípio modernizante de administração, no qual se deveria contemplar todos os aspectos do viver numa metrópole.

> Mais do que fruto do período, o Departamento é fruto da cidade de São Paulo com seus modernistas 10 anos mais velhos, de sua elite voltada para idéias liberais, de sua industrialização, da diversificação de produção e difusão cultural. (OLIVEIRA, 1988, p. 17).

Evidencia-se, também a preocupação da instituição em preservar suas fotografias, para sua utilização imediata e posteriormente como prova das atividades e do momento histórico em que foram realizadas. Infelizmente, o Departamento de Cultura teve todos os negativos produzidos nessa época danificados e apesar de todos os esforços para sua recuperação, ainda não conseguiu tratá-los na sua totalidade.

Pela análise do acervo verificamos que houve uma grande vontade em se registrar todos os aspectos cotidianos da cidade, porém, suas imagens refletem a compreensão de seus dirigentes do que deveria ser viver em uma metrópole. Num primeiro momento, conseguem registrar suas atividades, conforme as diversas propostas estabelecidas em sua criação, ficando posteriormente, na administração Prestes Maia, restrita a fotografar sistematicamente as construções municipais. Porém, nos dois momentos da instituição, temos a fotografia utilizada como veículo de divulgação e propaganda, do projeto a ser implantado na cidade para seu pleno desenvolvimento e adequação para se transformar numa grande metrópole.

A importância do fotógrafo Benedito Junqueira Duarte e seu aprimoramento estético, técnico e o sistema de guarda, implementados por ele, foram fundamentais e determinantes para o resultado final dessas fotografias enquanto documentos de arquivo.

Esse projeto de organização concretizou uma metodologia que se entendia, compreendia e tomava a fotografia como documento de arquivo. A tomada das imagens foi precedida por uma "ORDEM DE", caracterizando sua função original dentro da administração municipal.

#### Referências

ACERVO: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 6, n. 1-2, jan./dez. 1993.

ATOS do Município de São Paulo do ano de 1935, no. 762-990. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunaes, 1935.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

BILLETER, Erika. Canto a la realidad: fotografias latinoamericanas 1860/1993. Espanha: Lunwerg Editores S/A, 1993.

BOADAS, Joan; CASELLAS, Lluís-Esteve; SUQUET, M. Angels. Manual para la gestión de fondos y colecciones fotográficas. Girona: CCG ediciones, Centre de Recerca i Difusió de la Imatge (CRDI), 2001.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associacao dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

DUARTE, Benedito Junqueira. Entrevista concedida aos técnicos do Arquivo de Negativos [set. 1986]. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura de São Paulo, 1986.

DUARTE, Benedito Junqueira. Entrevista concedida aos técnicos da Divisão de Iconografia e Museus [out. 1991]. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura de São Paulo, 1991.

DUARTE, Benedito Junqueira. B. J. Duarte: caçador de imagens. Textos de Rubens Fernandes Junior, Michael Alves de Lima, Paulo Valadares. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

DUARTE, Paulo. Mário de Andrade por ele mesmo. São Paulo: Hucitec, 1976.

FABRIS, Annateresa (Org.). Fotografia, usos e funções no século XIX. São Paulo: Edusp, 1991.

FERREZ, Gilberto. A fotografia no Brasil: 1840-1900. Rio de Janeiro: Funarte, 1985.

FREUND, Gisèle. Fotografia e sociedade. Lisboa: Veja, 1995.

GERNSHEIM, Helmut. A concise history of photography. London: Thames & Hudson, 1971.

IMAGENS: Revista da Unicamp. Campinas: Unicamp, n. 3, dez. 1994.

KOSSOY, Boris. Origens e expansão da fotografia no Brasil: século XIX. Rio de Janeiro: Funarte, 1980.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história. São Paulo: Ática, 1989.

KOSSOY, Boris. Realidades e ficções na trama fotográfica. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

LEITE, Miriam Moreira. Retratos de família: leitura da fotografia histórica. São Paulo: Edusp, 1993.

LEITE, Miriam Moreira; FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais. Campinas: Papirus, 1998.

LOPEZ, André Porto Ancona. Documentos imagéticos de arquivo: uma tentativa de utilização de alguns conceitos de Panofsky. Sinopses, São Paulo, n. 31, p.49-55, jun. 1999.

LOPEZ, André Porto Ancona. As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

MACHADO, Arlindo. A ilusão especular: introdução à fotografia. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NEWHALL, Beaumont. The history of photography from 1839 to the present. [S.l.]: Secker and Warburg, 1986.

OLIVEIRA, Moracy et al. Benedito Junqueira Duarte: depoimento oral [14 maio 1981]. São Paulo: Museu da Imagem e do Som, 1981.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves. *Colonizadores do futuro*: cultura, estado e o Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935-1938). 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

ROSENBLUM, Naomi. A world history of photography. New York: Alberville Press, 1984.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. *São Paulo em três tempos*: álbum comparativo da cidade de São Paulo (1862-1887-1914). São Paulo: IMESP, 1982.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Adequação da ordem*: o Escritório Técnico Ramos de Azevedo e o Processo de Modernização da Cidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O acervo fotográfico do Departamento do Patrimônio Histórico*: processamento técnico e informatização. São Paulo, 1992a.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Guia preliminar do Arquivo de Negativos*. São Paulo, 1992b.

SONTAG, Susan. Ensaios sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

TAUSK, Petr. *Historia de la fotografía en el siglo XX*: de la fotografía artística al periodismo grafico. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1978. (Colección Comunicación Visual.).

VASQUEZ, Pedro. Dom Pedro II e a fotografia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Index, 1985.

### As faces o filme

# Maria Leandra Bizello

O nascimento do cinema foi marcado pela exibição do primeiro filme realizado pelos irmãos Lumière, *La sortie des usines Lumière (Saída da fábrica Lumière)*, na verdade, a exibição dessa película implicou na mostra de vários pequenos filmes reunidos; meses depois a primeira mostra pública dos Lumière mostrava um trem chegando à estação. Esses fragmentos da realidade impressionaram o público, a "impressão da realidade" (BERNARDET, 1985, p.12) levou o susto aos primeiros espectadores das imagens em movimento. A realidade e a impressão da realidade sempre fizeram parte do cinema, a partir dessas duas idéias faremos uma reflexão sobre as faces do filme.

### Os primeiros tempos do cinema

O cinema foi antes de tudo uma preocupação da ciência assim como a fotografia. Os irmãos Lumière, Auguste e Louis, faziam experimentos científicos na área da fotoquímica, escreviam muitos artigos para revistas científicas e no *Bulletin de la Société Française de Photographie*, participavam dos congressos das Sociedades e academias de ciência na França e Inglaterra.

Os experimentos que faziam com a fotografia permitiram o invento de outras máquinas de projeção de imagens e no mesmo ano da exibição de *La sortie des usines Lumière*, 1895, o cinematógrafo dos Lumière também mostrou outros filmes caseiros como *Repas du bébé*. As exibições públicas do cinematógrafo atraíram uma multidão. A empresa Lumière reservava-se o direito de explorar o invento, e durante o final do século XIX muitos cinegrafistas da empresa saíram pelo mundo capturando imagens para serem exibidas nos teatros e cinemas da Europa e América, este último, lugar onde os Lumière tentavam implantar sua empresa cinematográfica.

Esse fascínio pela captura de imagens faz da câmera um instrumento importante, mas ela ainda não tinha a mobilidade que adquirirá anos depois constituindo a linguagem cinematográfica mais clássica. A preocupação nesse momento era trazer para os olhos europeus e americanos paisagens que as pessoas não conseguiam ver ao vivo. A fotografia já tinha aberto esse caminho, no entanto, a imagem era fixa, o cinema proporcionava a imagem das paisagens e das pessoas em movimento, era a realidade.

O sucesso do cinematógrafo chamou a atenção de um ilusionista, Georges Méliès, diretor do teatro Robert-Houdin, mas ele não conseguiu adquirir o cinematógrafo e com outra máquina, o bioscópio, iniciou a produção de seus próprios filmes. Os filmes de Méliès têm outra dimensão, estão voltados para o que chamamos hoje de ficção. Como era um ilusionista utilizou o aparelho para potencializar suas apresentações, era o espetáculo. Em *Viagem á lua* (1902), Méliès cria um filme de ficção científica contando a viagem de sábios á lua e o encontro deles com seres que ali habitavam.

Tanto os filmes dos irmãos Lumière como os de Georges Méliès são muito diferentes do que vemos hoje nos cinemas, eram filmes curtos, mostrados em feiras, nos teatros de variedades, nos *vaudevilles*, em meio às apresentações de mágicos, dançarinas, números de cantos, peças dramáticas, enfim não havia ainda um espaço dedicado apenas á mostra de filmes.

A câmera que captava essas imagens também seguia uma tradição teatral: parada, tudo acontecia na sua frente. Os filmes eram constituídos de uma sucessão de quadros, e entre eles havia os letreiros que davam informações sobre as imagens ou os diálogos dos filmes de ficção; entre a tela e o espectador a relação também era teatral, o único ponto de vista era o do espectador, a câmera além de parada parecia estar na poltrona.

Ligado á burguesia industrial, o cinema tornou-se um entretenimento de classes médias apresentado nos cafés, teatros, *vaudevilles* e feiras, mas logo se tornou um entretenimento para as classes de baixo poder aquisitivo.

Nas primeiras décadas do século XX, nos Estados Unidos, apareceram os *nickelodeons*, depósitos e armazéns onde os filmes eram projetados. Esse espaço de diversão barata era freqüentado por operários analfabetos, imigrantes, e camadas mais pobres da população, com um público freqüentador crescente, era um empreendimento lucrativo para os empresários do cinema na época.

Os nickelodeons, no entanto, não eram ambientes controlados e disciplinados pelos poderes institucionais; sua expansão obrigou a primeira indústria cinematográfica a se reorganizar tanto na produção como na comercialização dos filmes. Por outro lado foi necessário disciplinar o divertimento e a população que o freqüentava, regulamentando a indústria e o conteúdo dos filmes para que eles pudessem se transformar num divertimento educativo e moral compatível com as idéias da classe média e das instituições que se preocupavam com os ambientes freqüentados pelos trabalhadores e pelas camadas urbanas mais pobres.

Dessa maneira, o final do século XIX e início do século XX foi um momento em que o cinema saiu da esfera de experimento e invento científicos que o marcou em toda a Europa e Estados Unidos para a esfera industrial e comercial. Tal migração também influenciará a linguagem cinematográfica que se constituía e como vimos acima ainda era muito ligada ás formas teatrais.

## Linguagens para o cinema

A constituição da linguagem cinematográfica caminhava ao mesmo tempo em que o cinema era explorado comercialmente. Ele nasceu como ciência, mas logo se transformou em indústria partiu da idéia da captação da realidade e a reconstruiu. Esse processo não foi curto e nem tão pouco desprovido de conflitos.

Se nos primeiros tempos o cinema usava dos recursos de linguagem do teatro, dentre eles o vaudeville, os efeitos especiais como os realizados por Georges Méliès em suas apresentações, a expansão do público com os nickelodeons exigiu um afastamento do ponto de vista estético e de linguagem. Muitas vezes as histórias eram confusas, a sucessão de quadros predominava enquanto linguagem para se contar uma história e não a alternância ou a simultaneidade de ações. A necessidade de contar histórias de maneira inteligível para o público fez com que se procurassem formas de solucionar esse problema.

O ponto de vista subjetivo e psicológico dos personagens era explorado com dificuldades pelo primeiro cinema. O processo de mudança de linguagem aconteceu nas primeiras décadas do século XX quando o cineasta norte-americano D.W. Griffith começou a usar a alternância de tempo e espaço, a aproximação da câmera para definir psicologicamente os personagens ou para mostrar a sua subjetividade, desenvolveu a técnica do campo/contracampo. Para a linguagem cinematográfica a mobilidade da câmera foi fundamental, o seu deslocamento permitiu que o espaço fosse explorado e recortado, dessa maneira a câmera toma uma posição em relação ao que ela filma com o objetivo de expressar algo, por exemplo, a câmera baixa pode dar ao personagem um perfil heróico, mas se atrás do nosso personagem heróico houver um edifício maior ainda, o sentido poderá mudar para o de um homem oprimido e sufocado.

Podemos pensar que a câmera analisa enquanto a montagem faz a síntese (BERNAR-DET, p. 40-41). O filme não é apenas a captação de imagens, mas, sobretudo a seleção e a organização delas numa seqüência de tempo. Voltemos a Griffith, pois foi ele quem desenvolveu o que chamamos de montagem clássica, essa que temos até hoje principalmente nos filmes de Hollywood e nos filmes mais comerciais, tanto dos países do Ocidente como do Oriente.

Na montagem clássica conta-se uma história sem causar estranhamento á impressão de realidade que o filme deve ter. O espectador deve compreender o filme, o enredo e os personagens sem perceber os movimentos da câmera, sem se dar conta dos cortes necessários para a passagem de um plano para outro plano. O ritmo da montagem deve ser o de um fluxo contínuo de imagens sem que as mudanças de planos sejam abruptas levando o choque ao espectador.

O predomínio da montagem clássica não impediu que outros cineastas pensassem a montagem de outra maneira. Os cineastas soviéticos Lev Koulechov e Serguei M. Eisenstein desenvolveram montagens em que a reprodução não era a do real, mas através da justaposição de duas imagens produzia-se uma terceira com uma outra significação; eles estavam preocupados em despertar e produzir idéias através do cinema e não apenas contar histórias. Com esse intuito o cinema soviético foi muito importante durante a Revolução Russa em 1917, e nos seus primeiros anos, pois ele foi utilizado como um importante instrumento de educação e propaganda revolucionária.

Outros movimentos cinematográficos desenvolviam-se nas décadas de 1920 e 1930 como o Expressionismo Alemão e o Surrealismo com preocupações que não estavam centradas na reprodução da realidade, mas na sua distorção, nos sentimentos interiores como é o caso do primeiro, e em provocar a burguesia e sua visão de mundo através de imagens que causassem estranhamento e repulsa como é o caso das imagens oníricas, imagens-choque do cinema surrealista de Luis Buñuel.

Qualquer que seja a linguagem desenvolvida durante os primeiros anos do século XX, o cinema ainda incorporou o som em 1928, a partir do filme *O cantor de jazz*, e na década de 1950, a cor nas películas. Esses dois elementos contribuíram para modificar alguns aspectos da estética do cinema, mas não mudaram de forma substancial os elementos fundamentais da linguagem cinematográfica, ao contrário, o som antes exterior ao filme – mesmo mudo, os filmes exibidos nos teatros eram acompanhados por orquestras e havia um narrador externo que comentava a história, além dos quadros com legendas – é incorporado a ele, está na sua diegese, seja pelos diálogos, seja pela trilha sonora ou ainda pelos ruídos de captação direta ou realizados em estúdios. O desenvolvimento da película colorida apesar do intuito de revelar a realidade não se mostrou natural como podemos ver nos filmes dos anos 1950.

O som e a cor também são marcos históricos do desenvolvimento tecnológico ligado á indústria cinematográfica e à indexação dos filmes em gêneros, como por exemplo: filmes mudos, filmes em branco e preto, filmes coloridos, filmes sonoros. Para, além disso, os cineastas foram desenvolvendo outros gêneros que não estão ligados á questões materiais do filme, mas ao tema a que se dedica, podemos pensar num primeiro momento em dividir os filmes em ficcionais e documentais, dentro do primeiro são desenvolvidos aos poucos: a

comédia, o drama, a ficção científica, o terror, os filmes históricos, os desenhos animados; os documentários também ganham uma série de categorias: científico, institucional, atualidades ou cinejornais, histórico, educativo, ambientalista, biográfico, docudramas.

Nessa divisão, com fronteiras muito tênues, ainda há o elemento norteador do início do cinema: a captação do real. É entendido por ficção tudo aquilo que nos conta uma história, digamos, inventada, algo baseado num romance, num conto, no entanto, se o filme começa com a frase: essa história conta acontecimentos reais, ela sai do estatuto de ficção e entra na fronteira do documentário, refere-se a uma realidade que existiu algum dia em algum lugar.

O documentário tem como premissa a realidade e se na ficção o espectador tem uma postura de entendimento de uma história inventada, uma impressão de realidade, ao ver um documentário ele assume a postura de estar na frente da realidade, talvez nua e crua, de ver imagens com pessoas que não foram inventadas por um roteirista ou por um cineasta, mas que a qualquer momento podemos encontrar na rua, um político ou um acontecimento que estudamos na escola ou até mesmo o vivenciamos.

A idéia de real no documentário ou o estatuto de verdade que as imagens documentais têm não são contraditórias á seleção e montagem que fazem parte do sistema de reconstrução do cinema e nem com o conceito da imagem em movimento como representação. Frente á uma câmera as pessoas modificam-se, posam e transformam-se em personagens de si mesmo. O documentário lida ainda com o inesperado na captura da realidade, apesar de existir um roteiro inicial. O documentarista pode ser surpreendido por acontecimentos imprevistos, ele não controla a realidade, tal como o cineasta que tem o roteiro a seguir e grande controle sobre tudo o que acontece no momento da filmagem.

Na montagem o documentarista trabalha justamente com aquilo que pesquisou e esboçou antes da captação das imagens e com as imagens que fez no calor da hora, com o imprevisto; é um momento de tensão em que o documentário pode sair de uma maneira totalmente diferente do que o documentarista concebeu.

### Das faces do filme

O filme recentemente foi entendido e aceito como documento para a história. Isso se deu por algumas preocupações dos historiadores: o filme é entretenimento, não ocupa nenhum lugar na academia como ciência, a produção cinematográfica industrial não tem ligação com as responsabilidades científicas além da manipulação a que a imagem é submetida, num filme histórico ou científico as referências não são colocadas ou não se pensou nisso pelo fato de o cientista muitas vezes falar ele mesmo sobre o objeto do filme. Dessa forma, o filme sempre esteve presente de forma marginal na ciência, assim

como a fotografia, usado sobretudo na medicina e nas ciências biológicas como forma de estudar mais atentamente os procedimentos realizados em laboratórios e hospitais.

A crescente inserção do filme na sociedade, o desenvolvimento de uma linguagem cinematográfica que influenciou outros meios de comunicação como a televisão e o videocassete, o uso, no final do século XX, desses meios na escola e no âmbito doméstico, permitiu que historiadores, antropólogos e cientistas sociais começassem a entender o filme numa outra dimensão daquela da social e cultural, mas como documento e instrumento de ciência.

A antropologia foi a ciência que primeiro sistematizou o fazer fílmico como instrumento de exploração da pesquisa de campo e paralelamente a reflexão sobre esse fazer. A antropologia visual ou antropologia fílmica (FRANCE, 1998, p. 7-16) firmou-se como disciplina justamente porque para além da prática que resultava nos filmes etnográficos, os debates em torno dos procedimentos e postura do antropólogo com a câmera no campo, frente ao seu objeto, proliferaram nos congressos e simpósios além de mostras de filmes etnográficos. As décadas de 1970-1980 são responsáveis pela vitalidade da antropologia visual e sua expansão de reflexão.

Se a antropologia discute e pratica o fílmico em sua área como disciplina, a história continuou muito reticente em relação ao entendimento do filme como documento histórico ou a usá-lo como instrumento para fazer história, uma história em imagens. Mesmo quando á partir dos trabalhos de historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre, e anos depois da escola dos Annales, quanto á ampliação do conceito de documento e com o desenvolvimento da Nova História que elevou o filme ao estatuto de documento histórico principalmente com os textos de Marc Ferro, apenas nas últimas décadas do século XX o cinema e o filme foram tomados como campo de reflexão e de fazer histórico.

A resistência do historiador está então relacionada muito mais ao estatuto do cinema como um produto da indústria cultural, objeto de reflexão da sociologia. Mas a cultura visual que se desenvolveu á partir da década de 1950 e permeou todo o século XX e é parte integrante do século XXI fez com que a história se voltasse cada vez mais para o cinema. A reflexão sobre novos objetos e novas fontes possibilitou o entendimento do filme e do cinema como produzidos historicamente ao mesmo tempo em que são produtores de história.

As preocupações dessas duas áreas das ciências humanas, a antropologia e a história, são frutos da inserção da imagem no cotidiano do homem comum, de sua expansão industrial. Por outro lado a imagem foi pensada como uma possibilidade de prova e verdade histórica; logo após as experiências dos irmãos Lumière concebeu-se a idéia de guardar os filmes como prova para a história como entendeu Boleslaw Matuszewski (1898 apud DELAGE, 2006, p. 24-25) no final no século XIX:

Ce simple ruban de celluloïd constiue non seulement un document historique, mais une parcelle d'histoire[...]. Il suffira d'assigner aux épreuves cinématographiques, qui auront un caractère historique, une section de musée, un rayon de bibliothèque, une armoire d'archives. Le dépôt officiel en sera installé soit à la Bibliothèque nationale, ou à celle de l'Institut, sous la garde d'une des Académies qui s'occupent d'histoire, ou aux Archives [...]. Un comité compétent recevra ou écartera les documents proposés après avoir apprécié leur valeur historique. 1

Esse polonês fotógrafo oficial do tsar da Rússia na época pensava o filme como documento histórico, mas não só, percebia a necessidade de guardá-lo em um lugar, uma instituição. Ele salientou o caráter oficial da guarda do filme enquanto documento histórico, mais ainda, o valor histórico a ser dado ao documento fílmico dependeria de um comitê que o apreciasse.

O entendimento do filme enquanto prova jurídica surge de uma percepção mais geral em relação á imagem. Em 1901, nos Estados Unidos, a fotografia é aceita enquanto prova de um acontecimento real, ela pode fazer parte de um processo (DELAGE, 2006). Essa imagem-testemunha está carregada das noções de real, neutralidade e objetividade, e havia preferência para que as imagens-prova fossem captadas por um profissional – não obrigatoriamente -. O cinema com um lugar social importante na sociedade norte-americana no começo do século XX amplia a participação oficial do filme, como instrumento jurídico, ele não redunda àquilo que foi dito no processo é algo a mais nele, uma reprodução clara e exata de pessoas e objetos.

Uma outra preocupação que existia paralelamente ao desenvolvimento da indústria cinematográfica e da linguagem fílmica era a de guardar e conservar os filmes. Tomemos dois casos bem diversos de formação das cinematecas, principais instituições responsáveis não apenas pela guarda dos filmes, mas pelo desenvolvimento de pesquisas referentes ao campo cinematográfico.

No final dos anos 1920 e início dos anos 1930 o Museu de Arte Moderna de Nova York – MoMA – criou um grupo entre historiadores da arte, conservadores e mecenas ricos e esclarecidos com o objetivo de "colocar uma ponte entre a arte de vanguarda e o público, e de promover a compreensão e o interesse pelas artes visuais da época moderna" (BANDY, 1992). Seguindo esse propósito em 1935 é criado o Departamento de Cine-

BOLESLAW, Matuszewski. Une nouvelle source de l'histoire : création d'un dépot de cinématographie historique. [Paris]: [s.n.], 1898. p. 8-9.

ma do MoMA, era necessário constituir um arquivo de filmes, pois para Iris Barry, sua conservadora-fundadora, a nova arte do cinema deveria ser conhecida em sua tradição já estabelecida apesar de sua curta história.

Iris Barry, crítica de cinema na Inglaterra, em 1932, foi contratada pela biblioteca do MoMA e de lá iniciou seus trabalhos no Departamento de Cinema que então se iniciara. O papel de Barry como fundadora do Departamento foi fundamental na medida em que, para ela, a coleção de filmes do Museu deveria ser acessível aos estudantes, ás escolas e todas as outras instituições educativas. Ela iniciou a coleção internacional de filmes, procurando obter doações de cópias entre as grandes produtoras norte-americanas: a 20th Century Fox, a Warner Bros., a Columbia, a RKO, a Universal; o caminho entre essas produtoras foi difícil, Barry teve que explicar e assegurar que o Museu não tinha intenções de se tornar um concorrente comercial da grande indústria cinematográfica norte-americana.

Com a mesma intenção, Iris Barry viajou á Europa, visitou nas principais cidades européias cineastas, produtoras e instituições na coleta e pesquisa de filmes, participou ainda da fundação em 1938, da Federação Internacional dos Arquivos de Filmes. O propósito do Departamento de Cinema do MoMA foi plenamente realizado quando em 1939 a sala de cinema foi inaugurada com os primeiros ciclos de cinema. As projeções diárias mostravam a preocupação pedagógica de Barry, conquistava aqueles que antes não compreendiam ou duvidavam do papel de uma coleção de filmes em um Museu de Arte Moderna, estabelecia uma outra relação entre o público e o cinema – para além da do entretenimento -, consolidava a pesquisa que Iris Barry havia realizado para constituir aquele acervo.

No Brasil, podemos tomar a década de 1940, e o movimento de expansão de cineclubes, como de reconhecimento e interesse pelo estudo do cinema. Paulo Emílio Salles Gomes foi a figura fundamental do cineclubismo criando o Clube de Cinema da Faculdade de Filosofia em São Paulo que agregou o grupo formado, dentre outros, por Antônio Cândido e Décio de Almeida Prado. O mesmo grupo fundou a revista *Clima*, lugar em que Paulo Emílio escrevia críticas de cinema.

Esse grupo de intelectuais promovia projeções de filmes e debates sobre cinema, mas logo foi fechado pela ação censora do DIP — Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo. O fim da segunda guerra mundial e da ditadura de Getúlio Vargas permitiu uma outra iniciativa do crítico B.J. Duarte dentre outros criando o Clube de Cinema de São Paulo. Uma biblioteca de cinema é formada assim como em 1947, Paulo Emílio Salles Gomes, então na Europa filia o Clube de Cinema á Federação Internacional de Cineclubes e adquire para a instituição filmes de Charles Chaplin, Georges Méliès, Carl Dreyer, Jean Cocteau e René Clair.

Com essa coleção de filmes em seu acervo foi criada a Filmoteca do Clube de Cinema de São Paulo. No final dos anos 1940 esse acervo é incorporado ao Museu de Arte

Moderna de São Paulo e deu origem ao Departamento de Cinema do MAM e posteriormente a Cinemateca Brasileira que em 1984 é incorporada ao Ministério da Educação e Cultura e hoje está ligada à Secretaria do Audiovisual.

O interesse e a ação de Paulo Emílio como formador de um público de cinema, suas críticas nos jornais, o debate que empreendeu com cineastas de muitas gerações influenciou a criação de escolas de cinema como a da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e jovens como Glauber Rocha que fundaram movimentos cinematográficos como o Cinema Novo.

Em ambos os casos acima a preocupação pedagógica, isto é, de formação intelectual do público é predominante, havia uma vontade de se entender o filme para além do entretenimento. Isso fica bem claro no caso norte-americano, quando Iris Barry, em Hollywood, ao conversar com os grandes produtores de cinema lhes assegurou o caráter pedagógico do Departamento de Cinema do MoMA.

A criação da Cinemateca Francesa, em 1936, por Henri Langlois também mostra esse caráter. No caso francês a Cinemateca² foi o reduto formador de uma geração fundamental para o cinema mundial, a Nouvelle Vague que não apenas influenciou o modo de fazer o cinema em todo o mundo como também descobriu cineastas até então pouco reconhecidos nos Estados Unidos como Alfred Hitchcock.

Em outros países esse princípio formador também foi o fundador dos cineclubes e cinematecas como instituições que se preocupavam com filmes. A necessidade de desenvolver a sua guarda e conservação era secundária, todas essas instituições constituíram acervos importantes muitos deles raros, mas totalmente voltados para a exibição, o debate e o ensino do cinema. No entanto, cuidar da materialidade do filme foi paralelamente uma preocupação cada vez maior assim como seu tratamento documental.

A materialidade do filme envolve uma série de documentos e de contextos, além da película, suporte da imagem, produzidos pelo cineasta e sua equipe: o roteiro, os desenhos da cenografia, os figurinos, as anotações dos continuístas e do próprio cineasta, o trabalho do fotógrafo, a trilha sonora, as prestações de conta aos produtores, os projetos para captação de recursos, os testes e negociações com os atores, o trabalho com os efeitos especiais, a comercialização e exibição do filme, e uma série de outros elementos que também fazem parte do filme e constituem o campo cinematográfico, mas não o da imagem propriamente dita.

A partir do fazer fílmico, a escrita e a linguagem cinematográfica, a sua imagem, a sua história, outros fazeres são possíveis, as relações que o filme estabelece com a sociedade em diversas épocas faz dele um campo múltiplo, e é nessa multiplicidade que

<sup>2</sup> Hoje o acervo da Cinemateca Francesa constitui a BIFI – Bibliothèque du Film.

devemos entendê-lo e nos relacionarmos com ele, é como dizia Eisenstein "o cinema é a mais internacional das artes. De suas inesgotáveis reservas, a primeira metade do século extraiu apenas migalhas. Um mundo imenso e complexo abre-se diante dele" (apud TU-LARD, 1996. p. 209).

#### Referências

BANDY, Mary Lea. Iris Barry et la fondation du département film du MoMA. Traduit de l'anglais par Jean-Paul Clergeau. **Cinémathèque**, n. 2, p.105-111, nov. 1992.

BERNARDET, Jean-Claude. O que é cinema. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DELAGE, Christian. La verité par l'image : de Nuremberg au procès Milosevic.Paris :Éditions Denoël, 2006.

FRANCE, Claudine de. **Cinema e antropologia**. Tradução Marcius Freire. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

RAMOS, Fernão (Org.). História do cinema brasileiro. São Paulo: Art Editora, 1987.

RITTAUD-HUTINET, Jacques. **Os irmãos Lumière**. Tradução Yara Laranjeira e Luciano Lopreto. São Paulo: Scritta, 1995.

TULARD, Jean. **Dicionário de cinema**: os diretores. Tradução Moacyr Gomes Junior. Atualização de Goida. Porto Alegre: L&PM, 1996.

## Sobre os autores

#### Ana Célia Rodrigues

Doutora e mestre em História Social pela FFLCH / USP, com pesquisa desenvolvida na área da construção teórica de metodologias em arquivística, com foco nos estudos de gênese documental. Graduada em História, com especialização em Arquivística pelo IEB/USP e pela Escuela Nacional de Archiveros do Peru, como bolsista da OEA. Sua atuação profissional se destaca junto aos arquivos municipais, como autora dos projetos de implantação e coordenação do Centro da Memória Santista (atual Fundação Memória e Arquivos de Santos, SP), Arquivo Municipal de Ouro Preto (MG), Arquivo Municipal de Campo Belo (MG) e Arquivo Municipal de Campinas (SP). Tem realizando conferências em eventos e ministrado cursos de arquivística promovidos por instituições brasileiras e latino-americanas, como Unicamp (SP), IEB / USP, Escuela Nacional de Archiveros (Peru), Archivo General de la Nación (El Salvador), entre outras. Autora de trabalhos publicados em revistas nacionais e estrangeiras. Desde 2003 é docente do Departamento de Ciência da Informação e Professora do Curso de Arquivologia da UNESP-Marília, sendo coordenadora entre 2006-2007.

#### Ana Paula de Castro Silva

Atua como fonoaudióloga da equipe técnica da Secretaria da Educação do Município de Orlândia-SP e é mestranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, com bolsa CNPq. É membro do Grupo de Pesquisa do CNPQ "Neurodesenvolvimento, Aprendizagem, Escolaridade" na linha de pesquisa: Transtornos Específicos de Aprendizagem. Possui graduação em Fonoaudiologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de

Mesquita Filho (1999) e Aprimoramento Profissional pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto (2001). Possui experiência com fonoaudiologia escolar na identificação e remediação de transtornos de leitura e escrita.

#### Daniela Pereira dos Reis de Almeida

Doutora em Ciência da Informação pela Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/ Marília (2007). Mestre em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2000). Graduada em Biblioteconomia pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp campus de Marília (1997). Atualmente é professor assistente doutor do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Marília nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia. Tem experiência na área de ensino em Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia e Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: formação e atuação do profissional da informação, formação em serviço do bibliotecário e do arquivista, educação continuada e aprendizagem organizacional.

#### Eduardo Ismael Murguia Marañon

Possui bacharelado em História pela Pontificia Universidad Catolica Del Peru (1981), Post Graduate Diploma in Information Work at the Leeds Polytecnich (1987), mestrado em Biblioteconomia pela Pontificia Universidade Católica de Campinas (1990) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Atualmente é professor efetivo, assistente doutor, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP), e professor colaborador no programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Possui experiência nas áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas colecionismo, memória e história. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

## Ely Francina Tannuri de Oliveira

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1967) e graduação em Matemática (1973), com especilização em Álgebra Line-

ar(1974), mestrado em Educação (1996), Doutorado em Educação (2001) e é integrante do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da referida Universidade. Atuou como docente na Escola Técnica Federal de São Paulo na área de Matemática Aplicada e atualmente é professora assistente doutora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Probabilidade e Estatística, com ênfase em Ensino de Estatística na Graduação, com produção científica nos seguintes temas: ensino de biblioteconomia, ensino de estatística, metodologias quantitativas, bibliometria, estudos métricos e avaliação da produção científica.

## Helen de Castro Silva Casarim

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1992), mestrado em Ensino na Educação Brasileira pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1996) e doutorado em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002). É pesquisadora CNPq nível 2. Atualmente é professor assistente doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Coordena o curso de Biblioteconomia desde 2006. Parecerista 'ad doc' CNPq, periódicos científicos nacionais, comissões locais e Departamento da UNESP. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: Comportamento Informacional, competência em informação, biblioteca e leitura. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

## João Batista Ernesto de Moraes

Possui graduação em Letras pela Faculdade de Ciências e Letras - Unesp - Assis, mestrado em Letras pela Faculdade de Ciências e Letras - Unesp - Assis e doutorado em Estudos Literários pela Faculdade de Ciências e Letras - Unesp - Araraquara. Atualmente é Professor Assistente Doutor do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp - Marília. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Teoria e Análise Lingüística, atuando principalmente nos seguintes temas: Organização da Informação; Análise Documental; Semântica Discursiva.

#### José Augusto Chaves Guimarães

Bacharel em Biblioteconomia e em Direito, Mestre em Ciência da Comunicação, Doutor em Ciência da Informação e Livre-docente em Análise documentária. Atua há 23 anos como docente do Departamento de Ciência da Informação da UNESP - Marília, nos cursos de graduação Arquivologia e Biblioteconomia e no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Foi presidente da Associação Brasileira de Ensiño de Biblioteconomia e Documentação - ABEBD e da Asociación Iberoamericana de Educadores e Investigadores em Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y de la Documentación de Iberoamerica y el Caribe - EDIBCIC e é o atual presidente do capítulo brasileiro da International Society for Knowledge Organization - ISKO. É Líder dos grupos de pesquisa (CNPq): TEMMA e Formação e atuação profissional em informação, Pesquisador do CNPq, consultor ad hoc de diversas agências de fomento e de periódicos científicos no país e no exterior e autor de livros, capítulos e artigos de periódicos nacionais e internacionais. Realizou atividades acadêmicas em países como Argentina, Bélgica, Canadá, Chile, Cuba, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, México, Paraguai, Portugal, Suíça e Uruguai e suas áreas de ensino e pesquisa são: Organização da informação, Documentação jurídica, Diplomática e Formação e atuação profissional na área de informação.

#### Maria Leandra Bizello

Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (1989), mestrado em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas (1995), é Doutora em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas, fez estágio doutoral na Sorbonne Nouvelle - Paris III (2007) sob orientação do Prof. Michel Marie. Atualmente é professora no Curso de Arquivologia na UNESP/ Marília. Tem experiência na área de História, Comunicação e Ciência da Informação, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: história, cinema, desenvolvimentismo, fotografia, gestão documental e políticas públicas de acesso.

## Mariangela Braga Norte

Mestrado (1992) e Doutorado (1997) em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Assis. Pós-doutorado em Ensino a Distância na University

of Pittsburgh - EUA - 1998/1999 - bolsista da FAPESP. Pós-doutorado em Leitura na University of Leeds, Inglaterra, 2007. Atualmente é Professora Assistente Doutora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Marília, no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Educação.

## Mariângela Spotti Lopes Fujita

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo em 1992 e Livre Docente (2003) em Análise Documentária e Linguagens Documentária Alfabéticas pela Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Campus de Marília. Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho realizando atividades de docência na graduação em Biblioteconomia e Arquivologia e na Pós-Graduação na linha de pesquisa "Organização da Informação" do Programa em Ciência da Informação da UNESP; bem como, atividades de pesquisa junto ao Grupo de Pesquisa "Análise Documentária" com o tema de pesquisa "Leitura em Análise Documentária" que gerou diversas publicações de artigos científicos e com o qual é Pesquisadora CNPq nível 2. É autora do livro "PRECIS na língua portuguesa: teoria e prática de indexação". Atua na área de Ciência da Informação, com ênfase em Leitura Documentária para indexação, elaboração de resumos e classificação bibliográfica utilizando a metodologia introspectiva de Protocolo Verbal em diferentes modalidades.

# Marta Lígia Pomim Valentim

Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) em 2001. Mestre pela PUC-Campinas em 1995. Docente de graduação e pós-graduação stricto sensu da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). Pesquisadora do CNPq, nível 2, na área de inteligência competitiva organizacional. Líder do Grupo de Pesquisa Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional. Coordena o projeto de pesquisa "Informação e conhecimento em organizações complexas: a gestão da informação e do conhecimento em ambientes organizacionais competitivos". É editora responsável pela revista Brazilian Journal of Information Science. Organizadora e uma das autoras do livro "Informação, conhecimento e inteligência organizacional". Organizadora e uma das autoras do livro "Métodos Qualitativos de Pesquisa em Ciência da Informação". Organizadora e uma das autoras do livro "Atuação do Profissional da Informação". Organizadora e uma das autoras do livro "Avaliação de Fontes de Informação na Internet". Organizadora e uma das autoras

do livro "Formação do Profissional da Informação". Organizadora e uma das autoras do livro "Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional". Autora do livro "O Custo da Informação Tecnológica". Exerce o cargo de Vice-Presidente da Asociación de Educación e Investigación en Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y Documentación de Iberoamérica y El Caribe. Exerceu o cargo de Presidente da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), gestão 2001-2004.

#### Maura Duarte Moreira Guarido

Mestre em Ciência da Informação, repressentante docente do Departamento de Ciência da Informação, responsável pelas disciplinas: Linguagens Documentárias HIerárquicas, Prática Profissional em Biblioteconomia, Elementos de Lógica para Documentação. Ministro ainda disciplinas optativas. Possuo vários artigos publicados, inclusive capítulos de livros. Estou no curso a mais de 28 anos. Fui durante 10 anos coordenadora de Estágios e atualmente sou supervisora de Estágio escolar. Respondo pela coordenação do Laboratório de Análise Documentária, participo de Comissões Administrativas no Campus. Sou membro ativo da Associação de Docentes da Unesp - Cargo Tesoureira. Faço serviço de Extensão e desenvolvo Projeto junto ao IFT/Unesp - Instituto de Física Teórica Unesp, Campus de São Paulo.

### Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos

Possui graduação em Biblioteconomia pela UNESP (1980), mestrado em Ciência da Informação pela PUC de Campinas (1983) e doutorado em Lingüística pela FFLCH/USP (1994). Atualmente é docente do Departamento de Ciência da Informação da FFC/UNESP, realiza atividades de docência na graduação nas disciplinas Catalogação, Catalogação Automatizada e MARC21. No Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação atua na linha de pesquisa Informação e Tecnologia. Coordena o Grupo de Pesquisa Novas Tecnologias em Informação (GP-NTI) e desenvolve suas pesquisas nas temáticas: Redes de Informação, Metadados, Catalogação e Tecnologias, Intersemiose Digital, vinculadas as linhas: TICs aplicadas as Unidades de Informação; Intersemioses Digitais. É pesquisadora CNPq, nível 2, membro do corpo editorial da Revista Eletrônica Informação e Cognição e parecerista ad hoc de agências de fomento e de periódicos científicos, participa como revisora e membro de Comitês Científicos de periódicos científicos em Ciência da Informação no Brasil e no exterior. É membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação ANCIB e membro da Diretoria

da Sociedade Brasileira de Ciência Cognitiva SBCC. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

# Ricardo César Gonçalves Sant'Ana

Doutorando e Mestre em Ciência da Informação. Especialista em Sistemas Avançados Orientados a Objeto. Especialista em Análise de Sistemas com Ênfase em Gestão de Projetos de Desenvolvimento de Software.Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, SP, desde 2004. Docente e Coordenador dos cursos de Administração com Habilitação em Análise de Sistemas e Licenciatura em Computação nas Faculdades FACCAT, desde 2000. Membro do Grupo de Pesquisa: Novas Tecnologias da Informação da UNESP.

### Rosângela Formentini Caldas

Iniciou os estudos acadêmicos no curso de Ciências Econômicas e posteriormente também graduou-se nas Ciências Administrativas. Na pós-graduação efetuou especialização em controle estatístico da qualidade e ingressou no quadro de pessoal do Ministério do Exército. Na continuidade da trajetória investigativa realizou o mestrado no curso de Ciência da Informação. Ao verificar seu apreço pela pesquisa científica, preparou-se para ingressar no quadro de docentes do ensino superior. Assim, no ano de 2000 foi admitida junto a UNESP no departamento de Ciência da Informação. Atualmente é doutoranda da Universidade do Minho, Portugal, com afastamento e bolsa CAPES no exterior para desenvolver pesquisa na área de Tecnologias e Sistemas de Informação.

# Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti

Licenciada em Matemática pelo Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da UNESP (1986), Especialista em Ciência da Computacional pelo Instituto de Ciências Matemática de São Carlos da USP (1987), Mestre em Ciências área de concentração - Ciências da Computação e Matemática Computacional - pelo Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos da USP (1993), e Doutora em Educação - área de concentração Educação Brasileira - pela Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP (2001). Professora Assistente-Doutora em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências - FFC - Campus de Marília do Departamento de Ciência da Informação. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP (Mestrado Acadêmico e Doutorado), Presidente da Comissão Permanente de Ensino (CPE), Membro da Congregação da FFC. Vice-coordenadora da Universidade Aberta à Terceira Idade - UNATI - Marília, Membro do Conselho Editorial de Periódicos da UNESP - CEPC e Membro do Conselho da Asociación de Educación e Investigación en Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y Documentación de Iberoamérica y El Caribe. Coordenadora do Laboratório de Desenvolvimento e Aplicação de Multímidia da FFC - UNESP. Vice-lider do Grupo de Pesquisa - Novas Tecnologias em Informação, com produção científica na área de Ciência da Informação, com ênfase às Tecnologias de Informação e Comunicação. Coordenadora do projeto de pesquisa Ambientes hipermídia informacionais: um olhar sobre as bibliotecas digitais e os repositórios institucionais.

## Telma Campanha de Carvalho Madio

Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985), especialização em Arquivo pelo IEB/USP (1988), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é professora assistente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, no Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus Marília, ministrando disciplinas na graduação e na pós-graduação. Atua nas linhas de Pesquisa Organização da Informação e Gestão da Informação. Coordena o Laboratório de Conservação desde 2006 e o Curso de Arquivologia desde outubro de 2007.

### Sobre o livro

Formato 16x22 cm

Tipologia Minion Condensed (texto)

Helvetica LT (títulos)

Papel Off-set 75g/m² (miolo) Cartão Triplex 250g/m² (capa)

Projeto Gráfico Canal 6 Projetos Editoriais

www.canaló.com.br

Diagramação Daniel Razabone

Impressão e Acabamento:



T: (14) 3332.1155





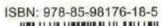














ISBN: 978-85-98605-53-1

